PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO E EXPANSÃO URBANA

CAPÍTULO II - DO OBJETIVO CENTRAL E DAS LINHAS ESTRATÉGICAS DE SÃO MATEUS

CAPÍTULO III - DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

CAPÍTULO IV - DO PLANO DIRETOR

CAPÍTULO V - DOS INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS E DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

CAPÍTULO VI - DO MACROZONEAMENTO

CAPÍTULO VII - DO SISTEMA VIÁRIO

CAPÍTULO VIII - DO PARCELAMENTO DO SOLO URBANO

CAPÍTULO IX - DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

CAPÍTULO X - DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

CAPÍTULO XI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

LEI COMPLEMENTAR N° 007/2004

"DISPÕE SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO E EXPANSÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de São Mateus, Estado do Espírito Santo. **FAÇO SABER** que a Câmara Municipal de São Mateus aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI COMPLEMENTAR:

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO E EXPANSÃO URBANA

Art. 1°. A política de desenvolvimento e expansão urbana do Município de São Mateus objetiva a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes, cumprindo o que determinam as Constituições Federal e Estadual, o Estatuto da Cidade e a Lei Orgânica do Município, mediante o desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana, a preservação ambiental, o fortalecimento de sua base econômica, a organização do espaço urbano e o desenvolvimento social da comunidade.

Parágrafo único. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende as exigências fundamentais de ordenamento da cidade, de forma a satisfazer as necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, assegurando o direito de seus habitantes:

I - à habitação;
II - ao trabalho;
III - ao transporte coletivo;
IV – à infra-estrutura básica;
V - à saúde;
VI - à educação;
VII - ao lazer;
VIII - à cultura;
IX - à segurança;
X - à informação.

Art. 2º. A política de desenvolvimento e expansão urbana será implementada com a observância das seguintes diretrizes:

Continua...

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

...continuação da Lei Complementar n° 007/2004.

I - a distribuição dos ônus e benefícios decorrentes das obras e serviços públicos e a recuperação em prol da coletividade, da valorização imobiliária resultante de investimentos públicos;

II - a regularização fundiária e a urbanização específica de áreas ocupadas por população de baixa renda;

III - o estabelecimento de parcerias entre os setores público e privado, em especial no que concerne aos investimentos necessários aos projetos de urbanização à ampliação e transformação dos espaços públicos urbanos;

IV - a preservação, conservação e recuperação do patrimônio ambiental e cultural.

Art. 3º. O Poder Público promoverá a ampla participação popular e de associações representativas da sociedade no processo de formulação e implementação da política de desenvolvimento e expansão urbana, por intermédio de consultas e debates com os vários setores da comunidade.

CAPÍTULO II

DO OBJETIVO CENTRAL E DAS LINHAS ESTRATÉGICAS DE SÃO MATEUS

Art. 4º. Constitui o objetivo central para orientar o futuro do Município, promover permanentemente o desenvolvimento sustentável do Município, preservando o meio ambiente natural e patrimonial quanto aos bens culturais e identidades sociais e ainda a melhoria de desempenho das dimensões econômica, geoambiental, social, e institucional, expressos na forma de um desenvolvimento econômico, espacial, social, institucional nos padrões de produção e consumo da cidade e do Município, em relação aos custos e desperdícios e ao desenvolvimento de tecnologias urbanas e rurais sustentáveis e no estímulo e aplicação de instrumentos econômicos no gerenciamento dos recursos naturais visando a sustentabilidade urbana.

Art. 5º. O objetivo central será atingido mediante a adoção das seguintes linhas estratégicas:

I - preservação do meio ambiente natural através da implementação de uma gestão ambiental eficiente;

II - preservação do meio patrimonial tanto a nível dos bens culturais quanto das identidades sociais, através da implementação de uma gestão patrimonial eficiente;

Continua...

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

...continuação da Lei Complementar n° 007/2004.

III - melhoria do desempenho econômico através da construção e consolidação da dimensão econômica, particularmente da competitividade municipal;

IV - melhoria do desenvolvimento social, a partir da produção de um desenvolvimento na dimensão social, particularmente nas áreas da educação, da cultura, da saúde e da segurança, de qualidade, para todos;

V - melhoria do desempenho geoambiental, a partir da implementação de uma gestão urbana eficiente;

VI - melhoria do desempenho político – institucional, a partir do fortalecimento das instituições públicas.

CAPÍTULO III

DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Art. 6°. A execução da política de desenvolvimento e expansão urbana será realizada por meio do Plano Diretor do Município de São Mateus, como seu instrumento básico.

Art. 7°. O Poder Público Municipal, de acordo com legislação federal, estadual e municipal, utilizar-se-á ainda dos seguintes instrumentos, para a implementação da política de desenvolvimento e expansão urbana:

I – de planejamento:
a) plano plurianual;
b) diretrizes orçamentárias e orçamento anual;
c) planos, programas e projetos setoriais;
d) zoneamento ecológico e econômico costeiro.

II - urbanísticos e de regularização fundiária:
a) transferência do direito de construir;
b) outorga onerosa do direito de construir;
c) operações urbanas consorciadas;
d) zonas especiais de interesse social.

III - tributários:
a) imposto predial e territorial urbano.

Art. 8°. A implementação da política de desenvolvimento e expansão urbana será feita por meio da utilização isolada ou combinada dos instrumentos.

Continua...

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

...continuação da Lei Complementar n° 007/2004.

CAPÍTULO IV

DO PLANO DIRETOR

Art. 9º. O Plano Diretor do Município de São Mateus, de conformidade com o que estabelece o § 1º do Art. 162 da Lei Orgânica do Município de São Mateus e do Estatuto da Cidade é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana do Município, estabelecendo as diretrizes de atuação dos agentes públicos e privados para a elaboração e consolidação das ações, visando o desenvolvimento sustentável.

Parágrafo único. Entende-se por desenvolvimento sustentável a compatibilização do desenvolvimento econômico e social com a proteção ambiental, garantindo a qualidade de vida e o uso racional dos recursos ambientais, naturais ou não.

Art. 10. O Plano Diretor do Município de São Mateus é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporarem as ações necessárias a implementar as estratégias e ações nele contidas.

Parágrafo único. Planos setoriais serão elaborados com o objetivo de implementar as ações propostas no Plano Diretor do Município de São Mateus.

Art. 11. A política de desenvolvimento e expansão urbana do Município será executada pelo Sistema de Planejamento e Gestão que definirá as ações do Poder Público, com a participação da iniciativa privada.

Art. 12. Os objetivos gerais do Plano Diretor do Município de São Mateus são:

I - assegurar o desenvolvimento econômico, social, cultural e físico do Município e a proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, visando à melhoria da qualidade de vida e o bem estar da coletividade;

II - fortalecer a posição do Município na região;

III - promover a articulação do território do Município aos planos e projetos nacional e regionais;

IV - instituir as formas de parcerias entre o Poder Público e a iniciativa privada na elaboração e execução dos projetos de interesse público que dinamizem o setor produtivo;

Continua...

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

...continuação da Lei Complementar n° 007/2004.

V - estabelecer o macrozoneamento, definindo as normas gerais de proteção, recuperação e uso do solo no território do Município.

CAPITULO V

DOS INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS E DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Seção I

Transferência do Direito de Construir

Art. 13. Nos termos estabelecidos no Estatuto da Cidade, os proprietários de imóveis, sobre o qual incide o interesse público de preservação, seja sob o ponto de vista ambiental, ou do patrimônio histórico, cultural, paisagístico, arquitetônico ou usado como habitação sub-normal que se quer urbanizar, pode utilizar em outro imóvel, ou vender, a diferença entre a área construída do imóvel preservado e o total da área construída atribuída ao terreno pelo coeficiente de aproveitamento básico.

Parágrafo único. A transferência só poderá ser permitida se o proprietário participar de programa de preservação elaborado em conjunto com o Poder Público municipal.

Art.14. O objetivo da transferência do direito de construir é viabilizar a preservação de imóveis ou áreas de importante valor histórico, cultural, paisagístico, arquitetônico ou ambiental.

Art. 15. As áreas para recepção e transferência para aplicação da transferência do direito de construir são indicadas figura 90 constante do Documento Técnico do Plano Diretor do Município de São Mateus.

Art. 16. Lei específica regulamentará e especificará as condições do projeto técnico para a transferência do direito de construir.

Seção II

Outorga Onerosa do Direito de Construir

Art. 17. Nos termos estabelecidos no Estatuto da Cidade, o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico, de conformidade com o estabelecido por esta Lei Complementar.

Parágrafo único. O coeficiente de aproveitamento é o índice resultante da relação entre a área edificável e a área do terreno.

Continua...

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

...continuação da Lei Complementar n° 007/2004.

Art. 18. Nas áreas com coeficiente de aproveitamento superior ao básico, o Poder Executivo outorgará de forma onerosa, autorização para construir área superior àquela permitida.

§ 1º. Nas áreas construídas até o coeficiente de aproveitamento básico, o Poder Executivo outorgará autorização para construir sem ônus para o empreendedor.

§ 2º. A aplicação da outorga onerosa do direito de construir será aplicada até atingir a densidade de ocupação para ela estabelecida, até o limite de saturação dos equipamentos urbanos e a capacidade do sistema viário.

Art. 19. Os recursos auferidos com a adoção da outorga onerosa do direto de construir serão aplicados na regularização fundiária, execução de programas e projetos habitacionais de interesse social, implantação de equipamentos urbanos e comunitários, constituição de reserva fundiária criação de espaços públicos de lazer e de áreas verdes, ordenamento e direcionamento da expansão urbana, criação de unidades de conservação e proteção de áreas de interesse histórico, cultural e paisagístico.

Art. 20. Nos termos estabelecidos nesta Lei Complementar, a Lei de Uso e Ocupação do Solo indicará as áreas com índices diferenciados do coeficiente de aproveitamento básico.

Art. 21. As áreas para aplicação da outorga onerosa do direito de construir são aquelas assinaladas na figura 90 constante do Documento Técnico do Plano Diretor do Município de São Mateus.

Art. 22. Lei específica regulamentará e definirá a área para a de recepção e estoque da outorga onerosa do direito de construir.

Seção III

Operações Urbanas Consorciadas

Art. 23. Operações urbanas consorciadas, nos termos estabelecidos pelo Estatuto da Cidade, constituem intervenção urbanística, coordenada pelo Poder Público municipal, voltada para a transformação estrutural de um setor da cidade, envolvendo simultaneamente o redesenho deste setor, tanto de espaço público como privado e a combinação de investimentos privados e públicos para sua execução e alteração, manejo e transação dos direitos de uso e edificabilidade do solo e obrigações de urbanização.

Continua...

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

...continuação da Lei Complementar n° 007/2004.

Art. 24. O objetivo das operações urbanas consorciadas é viabilizar intervenções de maior escala em atuação concertada entre o poder público e a iniciativa privada.

Art. 25. As áreas para aplicação das operações urbanas consorciadas são aquelas assinaladas na figura 90 constante do Documento Técnico do Plano Diretor do Município de São Mateus.

Art. 26. Lei específica regulamentará a operação urbana consorciada.

Seção IV

Zonas Especiais de Interesse Social

Art. 27. Serão criadas Zonas Especiais de Interesse Social, para a regularização dos terrenos públicos e privados ocupados por habitações sub-normais, por populações de baixa renda.

Parágrafo único. O Executivo Municipal deverá demarcar as áreas a serem integrantes das Zonas Especiais de Interesse Social e elaborar os programas de intervenção, nos termos estabelecidos na legislação federal pertinente.

CAPÍTULO VI

DO MACROZONEAMENTO

Art. 28. Entende-se por macrozoneamento a divisão do território municipal em áreas integradas, com o objetivo de possibilitar o planejamento adequado para implementação das estratégias e ações definidas pelo Plano Diretor do Município de São Mateus.

Art. 29. Ficam instituídas as seguintes macrozonas, em consonância com o que estabelece a Lei n° 5.816, de 22 de dezembro de 1998 que institui Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro – ZEEC, instrumento básico de planejamento do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro do Espírito Santo.

I - Zona de Desenvolvimento Urbano (ZDU).
II - Zona de Uso Rural (ZUR);
III - Zona de Proteção Ambiental (ZPA);
IV - Zona Litorânea (ZL);
V - Zona de Recuperação Ambiental (ZRA).

Continua...

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

...continuação da Lei Complementar n° 007/2004.

Art. 30. As Zonas de Desenvolvimento Urbano são áreas efetivamente utilizadas para fins urbanos e de expansão, em que os componentes ambientais, em função da urbanização, foram modificados ou suprimidos, compreendendo os terrenos loteados e os ainda não loteados destinados ao crescimento normal do assentamento urbano das sedes do Município e dos Distritos.

§ 1º. Nos termos estabelecidos no *caput* deste artigo, são Zonas de Desenvolvimento Urbano:

I - o aglomerado urbano formado pela sede do Município de São Mateus, Rio Preto e a localidade denominada Pedra D'Água;

II - as vilas sede dos Distritos de Nativo de Barra Nova, Itauninhas, Nestor Gomes e Nova Verona;

III - as vilas Ranchinho, Barra Nova, Urussuquara, São Geraldo, Nova Lima, Dilô Barbosa, Km 30 e Fazenda Paulista.

§ 2º. Nas Zonas de Desenvolvimento Urbano serão permitidos:

I - habitações, comércio e serviços;

II - instalação de complexos industriais e de terminais rodoviários, ferroviários, portuários e aeroportos;

III - turismo e infra-estrutura de transporte, energia, comunicação, saneamento ambiental e institucionais.

§ 3º. O Poder Executivo Municipal elaborará projeto de lei para proceder o remanejamento das divisas dos distritos do Município de forma a incluir na Zona de Desenvolvimento Urbano da sede do Município o Balneário de Guriri, do Distrito de Nativo da Barra Nova, a Vila Rio Preto e a localidade denominada Pedra D´Água, nos termos estabelecido pelo inciso I do § 1º.

Art. 31. Nas ZDU o coeficiente de aproveitamento básico para todos os lotes urbanos é igual a 1 (um).

Art. 32. A Zona de Uso Rural compreende as áreas onde os ecossistemas originais foram praticamente alterados em sua diversidade e organização funcional, sendo denominadas por atividades agrícolas e extrativas, havendo ainda presença de assentamentos rurais dispersos.

Continua...

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

...continuação da Lei Complementar n° 007/2004.

Art. 33. A Zona de Proteção Ambiental é dedicada à proteção dos ecossistemas e dos recursos naturais, caracterizada pela predominância de ecossistemas pouco alterados, encerrando, localmente, aspectos originais da Mata Atlântica e de seus ecossistemas associados, constituindo remanescentes florestais de importância ecológica regional e municipal.

Parágrafo único. Na Zona de Proteção Ambiental serão permitidas as atividades científicas, educacionais, recreativas e de ecoturismo, observadas as normas vigentes das Áreas Naturais Protegidas e as constantes nos Zoneamentos Ecológicos-Econômicos Setoriais.

Art. 34. A Zona Litorânea compreende a área terrestre adjacente à Zona Marinha, até a distância de 100 metros do limite da praia.

§ 1º. Entende-se por Zona Marinha, nos termos do ZEEC, o ambiente marinho, em sua profundidade e extensão, definido pela totalidade do Mar Territorial e a Plataforma Continental imersa, distando 12 (doze) milhas marítimas das Linhas de Base estabelecidas de acordo com a Convenção das Nações Unidas.

§ 2º. Entende-se por praia a área coberta e descoberta periodicamente pelas águas, acrescida da faixa subseqüente de material detrítico, tal como areias, cascalhos, seixos e pedregulhos, até onde se inicie a vegetação natural ou, em sua ausência, onde comece um outro ecossistema.

§ 3º. Na Zona Litorânea deverá ser evitada a degradação dos ecossistemas, do patrimônio natural e paisagístico e dos recursos naturais.

§ 4º. Na Zona Litorânea não será permitida a urbanização ou qualquer outra forma de utilização do solo que impeçam ou dificultem o livre e franco acesso as praias e ao mar, ressalvados os trechos considerados de interesse à segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica.

§ 5º. As áreas em que a Zona Litorânea apresentar predominância de ecossistemas pouco alterados, ou encerrar aspectos originais da Mata Atlântica ou de seus ecossistemas associados, deverão ser enquadradas nas mesmas normas adotadas para a Zona de Proteção Ambiental.

Art. 35. A Zona de Recuperação Ambiental é constituída por áreas degradadas, desmatadas e fragmentos florestais reduzidos e dispersos, cujos componentes originais sofreram fortes alterações, principalmente pelas atividades agrícolas e extrativas, representando áreas de importância para a recuperação ambiental em virtude das funções ecológicas que desempenham na proteção dos mananciais, estabilização das encostas, no controle da erosão do solo, na manutenção e dispersão da biota e das teias alimentares.

Continua...

...continuação da Lei Complementar n° 007/2004.

Parágrafo único. Na Zona de Recuperação Ambiental serão toleradas atividades que não provoquem danos a fauna e flora remanescentes ou que não gerem perturbações aos processos de regeneração natural ou de recuperação ambiental com o emprego de tecnologias.

CAPÍTULO VII

DO SISTEMA VIÁRIO

Seção I

Do Sistema Rodoviário

Art. 36. O sistema rodoviário municipal constituído por estradas deve ser planejado e implantado de modo a atender suas funções específicas e segundo o critério técnico de dar-lhe a forma característica de malha, adequadamente interligado ao sistema viário urbano e aos sistemas rodoviários estadual e federal.

Parágrafo único. As principais funções a considerar no planejamento e implantação das rodovias municipais são:

I - assegurar o livre trânsito público nas diferentes Zonas do Município;

II - proporcionar facilidades de intercâmbio e de escoamento da produção em geral;

III - permitir o acesso de glebas e terrenos às rodovias estaduais e federais.

Art. 37. O sistema rodoviário municipal é constituído pelas estradas existentes, organicamente articulados entre si, localizados nas diferentes Zonas, representados na figura 89 constante do Documento Técnico do Plano Diretor do Município de São Mateus.

Art. 38. A faixa das estradas municipais terão largura mínima de 10,00m (dez metros).

§ 1º. As pistas de rolamento deverão ter a largura mínima de 4,00m (quatro metros) e máxima de 7,00m (sete metros).

§ 2º. Quando a pista de rolamento e o acostamento não ocuparem, inicialmente, os 10,00m (dez metros) a que se refere o presente artigo, a faixa livre restante em cada um dos lados do leito da estrada ficará reservada para futuros alargamentos.

Continua...

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

...continuação da Lei Complementar n° 007/2004.

Seção II

Do Sistema Viário Urbano

Art. 39. O sistema viário urbano, um dos elementos estruturadores do espaço urbano, tem por objetivo:

I - garantir a circulação de pessoas e bens, em todo espaço urbano, de forma cômoda e segura;

II - possibilitar a fluidez adequada do tráfego, visando atingir os padrões de velocidade média compatíveis com as diversas categorias funcionais das vias;

III - garantir um transporte em condições adequadas de conforto;

IV - atender as demandas do uso e ocupação do solo;

V - permitir a adequada instalação das redes aéreas e subterrâneas dos serviços públicos.

Art. 40. O sistema viário urbano, formado pela vias existentes, e pelas provenientes dos parcelamentos futuros, representado na figura 90 constante do Documento Técnico do Plano Diretor do Município de São Mateus, será estruturado em:

I - vias arteriais, destinadas a distribuir o tráfego das rodovias para as demais vias;

II - vias coletoras destinadas a coletar e distribuir o tráfego entre as vias arteriais e locais;

III - vias de acesso, destinadas a permitir o tráfego atingir áreas restritas e sair destas;

IV - ciclovias, vias públicas destinadas ao uso exclusivo de ciclistas;

V - vias de pedestres, vias públicas destinadas ao uso exclusivo de pedestres.

Art. 41. Nos novos parcelamentos as especificações técnicas das vias urbanas e estacionamentos deverão respeitar as normas viárias estabelecidas na Lei de Parcelamento do Solo Urbano do Município de São Mateus.

Continua...

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

...continuação da Lei Complementar n° 007/2004.

§ 1º. As vias urbanas existentes nas ZDU deverão adequar-se às funções específicas de cada uma delas estabelecidas no Documento Técnico do Plano Diretor do Município de São Mateus, constante do Anexo Único desta Lei Complementar e na Lei de Parcelamento do Solo Urbano do Município de São Mateus.

§ 2º. As vias públicas existentes poderão ter larguras totais mínimas diferentes das estabelecidas na Lei de Parcelamento Urbano do Município.

§ 3º. Para atender as exigências da presente Lei Complementar deverá ser elaborado projeto do sistema viário urbano, estruturando as vias de acordo com o que estabelece o *caput* deste artigo e observadas as especificações técnicas fixadas na Lei de Parcelamento do Solo Urbano do Município.

CAPÍTULO VIII

DO PARCELAMENTO DO SOLO URBANO

Art. 42. Todo e qualquer parcelamento nas Zonas de Desenvolvimento Urbano deverão obedecer ao disposto nesta Lei Complementar, na Lei de Uso e Ocupação do Solo e na Lei de Parcelamento Urbano do Município, respeitado o que dispõe a legislação federal e estadual.

Art. 43. A execução de qualquer parcelamento do solo urbano no Município depende de prévia aprovação da Prefeitura Municipal.

CAPÍTULO IX

DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

Art. 44. A ordenação e o controle do solo urbano nas Zonas de Desenvolvimento Urbano efetivar-se-á através da definição de ocupações e uso, segundo os interesses de estruturação e desenvolvimento da cidade.

Art. 45. Constituem diretrizes de uso e ocupação do solo:

I - o estabelecimento de zonas homogêneas;

II - o nível de ocupação atual;

III - a espacialização dos usos segundo critérios de reorganização dos usos atuais;

IV - a distribuição dos adensamentos e funções da cidade.

Continua...

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

...continuação da Lei Complementar n° 007/2004.

Art. 46. As Zonas de Desenvolvimento Urbano dividem-se em zonas de acordo com as diretrizes constantes no Documento Técnico do Plano Diretor do Município de São Mateus, constante do Anexo Único.

Art. 47. As zonas, diferenciadas segundo os potenciais de adensamento e as demandas de preservação e proteção ambiental, histórica e paisagística são as seguintes:

I - Zona da Orla - ZOR, área de incremento de atividades turísticas e recreativas, recuperando a paisagem urbana, sendo permitido residências unihabitacionais e atividade culturais, recreativas, comerciais e de prestação de serviços compatíveis com a habitação;

II - Zona Central Histórica - ZCH, área de proteção do patrimônio cultural, e preservando a memória local conservando a paisagem urbana mantendo a escala original, tanto a nível das edificações como das ambiências urbanas, sendo permitido residencial unihabitacional, atividades culturais, recreativas, comerciais e de prestação de serviços compatíveis com a habitação;

III – Zonas Centrais, áreas de consolidação da área central tradicional com média densidade de ocupação e na interligação desta com a BR-101 com alta densidade de ocupação, onde são permitidas residências unihabitacional e plurihabitacional, comércio e prestação de serviços;

IV – Zonas Habitacionais, áreas onde são permitidas a habitações unihabitacional e plurihabitacional com baixa e média densidade demográfica incluindo residenciais sob a forma de condomínios, chácaras de recreio, habitações de interesse social, comércio e prestação de serviços compatíveis com habitação;

V - Zona de Interesse Paisagístico - ZIP, área onde é permitido a áreas públicas ou privadas, com atributos naturais importantes para a manutenção do equilíbrio ambiental;

VI - Zonas de Industria e Abastecimento, áreas onde são permitidas a categoria uso do solo industrial de atividades industriais perigosas, não compatíveis com o uso residencial e de comércio e prestação de serviços e áreas onde são permitidas as categorias de uso do solo industrial de uso incômodo, devendo estas serem submetidas a métodos adequados de proteção;

VII - Zona de Equipamentos Estruturantes - ZEE, áreas especializadas que demandam grandes superfícies e grande volume de tráfego de veículos de carga e passageiros, sendo permitido a categoria de comércio e prestação serviços, com supermercados, centros de convenções, hospitais, *campus uni*versitários.

Continua...

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

...continuação da Lei Complementar n° 007/2004.

§ 1°. Densidade de ocupação é a relação entre o número de habitantes e a área ocupada, sendo baixa densidade até 100hab/ha (cem habitantes por hectare) e média de 101hab/ha (cento e um habitantes por hectare) a 300hab/ha (trezentos habitantes por hectare).

§ 2°. As zonas descritas no *caput* deste artigo são indicadas no Documento Técnico do Plano Diretor do Município de São Mateus, constante do Anexo Único desta Lei Complementar.

CAPÍTULO X

DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Art. 48. Entende-se por Sistema de Planejamento e Gestão o conjunto de órgãos, normas, recursos humanos e técnicos, objetivando a coordenação das ações dos setores público e privado e da sociedade em geral, a integração entre os diversos programas setoriais e a dinamização e modernização da ação governamental.

Parágrafo único. O Sistema de Planejamento e Gestão, conduzido pelo setor público, deverá garantir a necessária transparência e a participação dos agentes econômicos, da sociedade civil e dos cidadãos interessados.

Art. 49. O objetivo do Sistema de Planejamento e Gestão é garantir um processo dinâmico e permanente de implementação do Plano Diretor do Município de São Mateus.

Art. 50. Compete ao Sistema de Planejamento e Gestão articular as ações dos órgãos da administração direta e indireta do Município, bem como da iniciativa privada, para a implementação do Plano Diretor do Município de São Mateus.

Art. 51. Compõem o Sistema de Planejamento e Gestão, como órgãos de apoio e informação ao Prefeito, para as decisões referentes à realização dos objetivos do Plano Diretor do Município de São Mateus, as Secretarias Municipais e o Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Parágrafo único. As Secretarias Municipais e demais órgãos da Administração Direta e Indireta deverão participar da implementação do Plano Diretor do Município de São Mateus, elaborando os planos de ação e os projetos nas áreas de sua competência, nos termos estabelecidos pelo Plano Diretor do Município de São Mateus.

Continua...

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

...continuação da Lei Complementar n° 007/2004.

Art. 52. O Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, conforme estabelece o Art. 161 da Lei Orgânica, órgão colegiado vinculado à administração pública municipal, com a finalidade de formalizar e fiscalizar o planejamento e as políticas urbanas, exercendo ainda a função de assessoramento aos órgãos do Poder Executivo responsáveis por essas políticas.

§ 1°. O Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano será composto de 10 (dez) membros e terá obrigatoriamente 2/3 (dois terços) de sua formação composta por representantes de associações de moradores, clubes de serviço e de movimentos populares organizados com mandato de 2 (dois) anos, e que cumprirá as atribuições de elaborar a Política Urbana o Planejamento anual do Município, juntamente com os organismos municipais correspondentes ao tema em questão.

§ 2°. O Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano terá entre suas atribuições:

I - fomentar a participação da sociedade nas diversas discussões relativas às linhas estratégicas estabelecidas por esta Lei Complementar em especial na gestão orçamentária participativa;

II - opinar sobre planos e programas de desenvolvimento sustentável para o Município;

III - acompanhar a implementação dos instrumentos da política de desenvolvimento e expansão urbana;

IV - constituir grupos técnicos, comissões especiais, quando julgar necessário para o desempenho de suas funções.

Art. 53. Fica criado o Sistema de Informações do Município de São Mateus, com o objetivo de armazenar, processar e atualizar dados e informações para atender o processo de planejamento municipal em todos os seus níveis, principalmente no acompanhamento e monitoramento das ações inerentes às políticas de desenvolvimento e expansão urbana e a ambiental .

§ 1°. O Sistema de Informações Municipais de São Mateus, que deverá ser um cadastro único multi-utilitário, reunirá informações sobre aspectos físico-naturais, sócio-econômicos e institucionais, com destaque para:

I - estrutura demográfica;

II - atividades econômicas e mercado de trabalho;

III - uso e ocupação do solo;

Continua...

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

...continuação da Lei Complementar n° 007/2004.

IV - habitação, equipamentos urbanos e comunitários e sistema viário;

V - qualidade ambiental e saúde pública;

VI - unidades de conservação, áreas de preservação permanentes;

V - informações cartográficas;

VI - informações de natureza imobiliária, tributária e patrimonial.

§ 2º. Fica assegurado ao cidadão o acesso às informações constantes no sistema de informações.

§ 3º. O Poder Executivo Municipal deverá implantar o Sistema de Informação Municipal de São Mateus, articulado com o Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro - SIGERCO.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 54. As Leis de Diretrizes Orçamentárias, do Orçamento Anual e o Plano Plurianual de Investimentos deverão observar os objetivos, diretrizes e planos estabelecidos no Plano Diretor do Município de São Mateus.

Art. 55. O encaminhamento de qualquer proposta de alteração do disposto no Plano Diretor fica condicionado à prévia apreciação do Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Art. 56. O Poder Executivo Municipal deverá promover articulação com o Governo Estadual para a definição e demarcação dos limites das Zonas de Proteção Ambiental e de Recuperação Ambiental, nos termos estabelecidos pelo Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro.

Art. 57. O Executivo Municipal tem um prazo de 180 (cento e oitenta) dias para promover a delimitação das Zonas de Desenvolvimento Urbano, nos termos do Documento Técnico do Plano Diretor do Município de São Mateus, constante do Anexo Único desta Lei Complementar e enviar projeto de lei à Câmara Municipal definindo os seus perímetros.

Art. 58. O Executivo Municipal deverá articular-se com o Coordenador Geral do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro/ES no sentido de definir o limite das demais macrozonas.

Continua...

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

...continuação da Lei Complementar n° 007/2004.

Art. 59. O Poder Executivo Municipal, com base nesta Lei Complementar, elaborará Projeto de Lei regulamentando o parcelamento do solo urbano do Município.

Art. 60. O solo rural a ser acrescido às Macrozonas Urbanas dependerão de previa audiência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, nos termos estabelecidos pelo Art. 53 da Lei Federal n.º 6.766 de 19 de dezembro de 1979.

Art. 61. O Poder Executivo Municipal, com base nesta Lei Complementar, elaborará Projeto de Lei regulamentando o uso e ocupação da Zona de Desenvolvimento Urbano do Município.

Art. 62. O Plano Diretor do Município de São Mateus deverá ser revista pelo menos a cada cinco anos, conforme estabelece o Art. 162 da Lei Orgânica.

Art. 63. Faz parte integrante desta Lei Complementar o Documento Técnico do Plano Diretor do Município de São Mateus, constante do Anexo Único.

Art. 64. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Mateus, Estado do Espírito Santo, aos 10 (dez) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e quatro (2004).

LAURIANO MARCO ZANCANELA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado neste Gabinete desta Prefeitura, na data supra.

MAGNA MARIA ROCHA
Chefe de Gabinete
Decreto nº. 749/02.

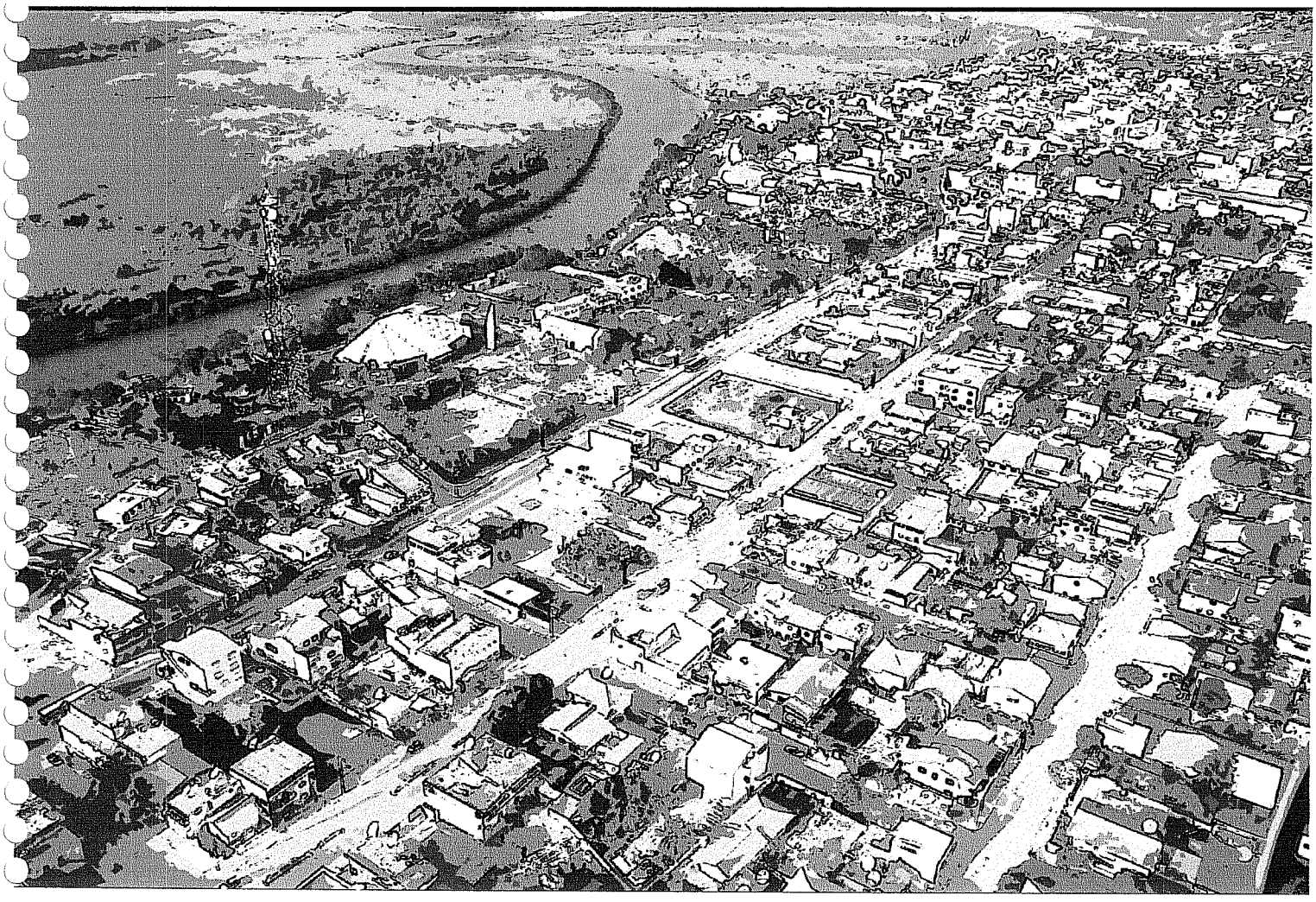
ANEXO ÚNICO

LEI COMPLEMENTAR N°. 007/2004

"DISPÕE SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO E EXPANSÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Município de

São Mateus - ES



Plano Diretor de Desenvolvimento e Expansão Urbana

Relatório Técnico

MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS/ES

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO E EXPANSÃO URBANA

RELATÓRIO TÉCNICO

DO PLANO DIRETOR DE SÃO MATEUS

EQUIPE TÉCNICA

Gunter Kohlsdorf	Cordenação Técnica
José Alexandre Fortes	Coordenação Geral
Giselle Chalub	Planejamento urbano
Luiz Alberto Cordeiro	Especialista em Legislação Urbana
Raquel Brostel	Especialista em Infra-estrutura
César Pimentel	Especialista em engenharia Sanitária
Celina Newton	Planejamento Urbano
Elisabeth van den Berg	Planejamento Urbano

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 8

INTRODUÇÃO 11

1 MONTAGEM E DIAGNÓSTICO DO CENÁRIO ATUAL 13

1.1) Organização dos dados e informações referentes aos meios fisiográfico, biótico e antrópico 13

1.1.1) Aspectos Gerais 13

1.1.2) Histórico da formação e caracterização da área e seu entorno 19

1.1.3) Os aspectos climáticos da região 36

1.1.4) Os aspectos fisiográficos da região 37

1.1.4.1) Geologia (litologia e pedologia) 37

1.1.4.2) Geomorfologia (hipsometria e gradientes de declividade) 46

1.1.4.3) Hidrologia (de superfície e subterrânea) 50

1.1.5) Os aspectos bióticos da região 57

1.1.5.1) Flora 57

1.1.5.2) Fauna 57

1.1.6) Os aspectos antrópicos da região 58

1.1.6.1) Dinâmica e caracterização socioeconômica da população 58

1.1.6.2) Dinâmica econômica 63

1.1.6.3) Caracterização do espaço urbano / das formas de uso e ocupação do solo 82

1.1.6.3.1) Das atividades/ formas de uso 82

1.1.6.3.2) Das tipologias de ocupação do solo 82

1.1.6.3.3) Das infra-estruturas 91

1.1.6.4) Dos equipamentos e serviços comunitários 95

1.1.6.5) Das unidades de conservação 100

1.1.6.5.1) Da ocorrência de sítios arqueológicos ou espeleológicos, e de sítios paisagisticamente relevantes 100

1.1.7) Caracterização da moldura política / institucional e legal 103

1.1.7.1) Da moldura institucional/ administrativa/ financeira 103

1.1.7.2) Da moldura legal 106
1.1.7.3) Da situação fundiária 114
1.2) Análise interna e externa da situação a partir dos dados e informações registrados 115
1.2.1) Aspectos físico-espaciais do meio ambiente natural 116
1.2.2) Apreciação das características e do estado de preservação dos componentes do meio fisiográfico 119
1.2.3) Apreciação das condições geotécnicas do meio fisiográfico 120
1.2.4) Aspectos físico-espaciais do meio-ambiente construído 121
1.2.5) Aspectos sociais 124
1.2.6) Aspectos econômicos 125
1.2.7) Aspectos de gestão urbana 127
1.2.8) Resumo Analítico 128

2 ELABORAÇÃO / DESENVOLVIMENTO DO PLANO DIRETOR COM AS CORRESPONDENTES DIRETRIZES E ESTRATEGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO E EXPANSÃO URBANA 130
2.1) Construção de cenários alternativos e/ou construção/ seleção do cenário/ quadro de referência/ o cenário da cidade desejada 131
2.1.1) A versão coloquial do "município/ cidade desejada" 164
2.2) Objetivo Central/ A Missão 171
2.3) A política de desenvolvimento e correspondentes diretrizes 172
2.3.1) A política de desenvolvimento 172
2.3.2) As Diretrizes 173
2.3.3) As linhas estratégicas 174

3 O PLANO DE AÇÃO 175

4 OS INSTRUMENTOS/PROJETOS ESTRATÉGICOS DE AÇÃO PARA A IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO 184

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 01: Precipitação x evapotranspiração (média histórica de 26 anos) 36
Tabela 02: Evolução Demográfica 58
Tabela 03: Distritos do Município de São Mateus 58
Tabela 04: Caracterização da população do Município de São Mateus. 60
Tabela 05: Espírito Santo. Renda Per Capita Municipal Classificada em Ordem Decrescente. 1997 61
Tabela 06: Informações do Município de São Mateus 62
Tabela 07: Espírito Santo - Produto Interno Bruto a Preços de Mercado - 1994 – 1998 63
Tabela 08: Norte do Espírito Santo. Composição Setorial do PIB Municipal - Preços Básicos. 1997 64
Tabela 09: Município de São Mateus. Unidades Locais por Número de Pessoas Ocupadas. 1998 65
Tabela 10: Concentração Fundiária 65
Tabela 11: Uso do Solo 65
Tabela 12: Lavouras Permanentes no Município de São Mateus 67
Tabela 13: Lavouras temporárias no Município de São Mateus 68
Tabela 14: Pecuária no Município de São Mateus 69
Tabela 15: Principais atividades agropecuárias do município de São Mateus 69
Tabela 16: Extração vegetal no Município de São Mateus 70
Tabela 17: Assentamentos rurais no Município de São Mateus 70
Tabela 18: Pessoal ocupado em unidades locais 77
Tabela 19: Caracterização dos domicílios do município em infra-estrutura 95
Tabela 20: Dados sobre Educação no Município de São Mateus – 2002 96
Tabela 21: Dados sobre Saúde no Município de São Mateus – 2002 97
Tabela 22: Linhas urbanas de transporte coletivo em São Mateus – 2002 98
Tabela 23: Distribuição de despesas da Prefeitura Municipal de São Mateus para 2003 105
Tabela 24: Metas para o envolvimento popular no orçamento participativo 106

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 01: O município de São Mateus no contexto estadual 15
Fig. 02: O município de São Mateus e os correspondentes distritos 16
Fig. 03: A estrutura urbana da cidade de São Mateus, sede do Município 17
Fig. 04: A unidade funcional: cidade de São Mateus e balneário de Guriri 18
Fig. 05: Trajetória da imigração italiana 25
Fig. 06: O trecho portuário de São Mateus com seus casarões na parte alta da cidade 28
Fig. 07: A cidade em 1930 28
Fig. 08: A cidade em 1930 28
Fig. 09: Vista aérea da cidade de São mateus na década de 60 30
Fig. 10: Vista aérea das av. Jones dos Snatos Neves, João XXIII e José Tozzi (1973) 31
Fig.11: Vista aérea da cidade de São Mateus, com o bairro Ideal (1973) 31
Fig. 12: Vista aérea atual da cidade de São Mateus, com a área portuária (1973) 31
Fig. 13: : Vista aérea atual da cidade de São Mateus, com o porto e o rio São Mateus 32
Fig.14: Vista aérea atual da cidade de São Mateus 32
Fig. 15: Vista aérea de novas áreas residenciais na região Leste da cidade 32
Fig 16: Vista aérea das av. Jones dos Santos Neves e Cel.Matheus Cunha 33
Fig 17: Vista aérea da cidade de São Mateus, em destaque a BR 101 33
Fig 18 - Vista aérea do balneário de Guriri, em primeiro plano o rio Mariricu 34
Fig 19 - Vista aérea do balneário de Guriri 34
Fig. 20: Diagrama da evolução da ocupação da cidade de São Mateus 35
Fig. 21: Precipitações pluviais 39
Fig. 22: As formações pedológicas no município de São Mateus 43
Fig. 23: Classificação de solos do município de São Mateus 44
Fig. 24: Relevo do município de São Mateus 47
Fig. 25e 26: Planície com baixadas alagadiças 48
Fig. 27 e 28: Chapadões terciários com altitudes em torno de 30m 48
Fig. 29 e 30: Áreas rochosas do escudo cristalino brasileiro 48
Fig 31: Solos Hidromórficos 49
Fig 32: Ocupações irregulares próximas ao rio São Mateus 49
Fig 33: Ocupações irregulares na microbacia do córrego Ribeirão 49
Fig. 34: As bacias hidrográficas do município de São Mateus 51
Fig 35: Bacia hidrográfica do rio São Mateus 54
Fig 36 e 37: O rio São Mateus 54
Fig 38: Microbacia do rio Preto 55
Fig 39: Córrego da Pedra d'Água 55
Fig. 40: Ocupações irregulares na microbacia do córrego Abssínia 55
Fig. 41: Hidrografia do município de São Mateus 56
Fig. 42: As principais áreas de cultivo e criação no município 71
Fig. 43: Fertilidade dos solos no município de São Mateus 72
Fig. 44: Mata nativa 73
Fig. 45: Cultura de mamão 73

Fig. 46 e 47: Cultura de pimenta do reino 73
Fig. 48: Cultura de coco da Bahia 73
Fig. 49: Cultura de macadâmia 73
Fig. 50: Área de reflorestamento 74
Fig. 51: Área de produção agrícola 74
Fig. 52: Cultura de Café 74
Fig. 53: Agrovila 74
Fig. 54: Cultura de macadâmia 74
Fig. 55: Agrovila 74
Fig. 56 e 57: Área de exploração da Petrobrás 76
Fig. 58 - 60: Casario histórico do porto de São Mateus 79
Fig. 61: Igreja velha 80
Fig. 62: Igreja matriz 80
Fig. 63: Dona Antônia, artesã 80
Fig. 64: Localização dos Principais Equipamentos Comunitários 83
Fig. 65 - 67: Tipologia das habitações históricas / vernáculas 85
Fig. 68 - 70: Tipologia das ocupações mais recentes 87
Fig. 71 - 73: Tipologia das invasões ou habitações subnormais 89
Fig. 74 - 76: Tipologia dos programas sociais, parcelamentos da Pref. e particulares 90
Fig. 77: Principais corredores de transporte coletivo 99
Fig. 78 e 79: Praia de Guriri 102
Fig. 80 e 81: Barra Seca 102
Fig. 82: Manguezal 102
Fig. 83: Cachoeira do Cravo 102
Fig. 84: As unidades naturais do município de São Mateus 118
Fig. 85: Eixos nacionais de integração e desenvolvimento 139
Fig 86: "Cidade desejada" - a unidade funcional São Mateus/ Guriri 168
Fig. 87: Representação gráfica da "cidade desejada" - cidade de São Mateus 169
Fig. 88: Representação gráfica da "cidade desejada" - balneário de Guriri 170
Fig. 89: Proposta de macrozoneamento 193
Fig. 90: Proposta de zoneamento 196

APRESENTAÇÃO

Este documento consubstancia os resultados dos trabalhos desenvolvidos para o cumprimento do estabelecido pelo contrato nº 026/2002, firmado entre a Prefeitura Municipal de São Mateus e a NCA Engenharia, Arquitetura e Meio Ambiente, concernente à formulação do **Plano Diretor de São Mateus** para o Município / Cidade de São Mateus - ES.

Conforme preceitua a Constituição Federal e, neste aspecto, regulamentada pela Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade, o **Plano Diretor** é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. Deve constituir-se em instrumento de planejamento e gestão, a orientar as ações do setor público e da iniciativa privada, na busca do desenvolvimento sustentável das cidades.

Com este entendimento, atendendo a todas as recomendações do Termo de Referência, que orientaram a contratação dos serviços, bem como a todas as cláusulas contratuais, é que se desenvolveram os trabalhos, cujo resultado é apresentado como o **Plano Diretor de São Mateus – ES,** denominação que respeita o definido pelo Art. 182 da Constituição Federal, confirmada pelo Art. 39 do Estatuto da Cidade.

O método de trabalho adotado para a formulação do Plano fundamentou-se na construção coletiva, com a participação de representantes da Prefeitura Municipal de São Mateus, da equipe de consultores da NCA Engenharia, Arquitetura e Meio Ambiente e dos representantes da sociedade organizada de São Mateus, mediante a realização de oficinas de trabalho e audiências públicas para a discussão e validação das diferentes etapas de elaboração do Plano.

As etapas de elaboração do Plano são resultado de uma síntese entre as exigências estabelecidas pela Lei Orgânica do Município de São Mateus para o seu Plano Diretor, e as recomendações já citadas do Termo de Referência que orientaram a contratação dos serviços.

O art. 161 da Lei Orgânica do Município de São Mateus exige que a elaboração do Plano Diretor deverá conter as seguintes fases, respeitadas as peculiaridades do Município:

I – estudo preliminar, abrangendo:
  a) avaliação das condições de desenvolvimento;
  b) avaliação das condições de administração.

II – diagnóstico:
  a) do desenvolvimento econômico e social;
  b) da organização territorial;
  c) das atividades fim da Prefeitura;
  d) da organização administrativa e das atividades meio da Prefeitura.

III – definição de diretrizes, compreendendo:
  a) política de desenvolvimento;
  b) diretrizes de desenvolvimento econômico e social;

c) diretrizes de organização territorial.

IV – instrumentação, concluindo:

a) instrumento legal do plano

b) programas relativos às atividades fim;

c) programas relativos às atividades meio;

d) programas dependentes da cooperação de outras entidades públicas.

O presente documento, **Relatório Técnico do Plano Diretor de São Mateus**, leva em consideração estas exigências, adaptando-as às peculiaridades do Município, tal como consignado, e às recomendações do mencionado Termo de Referência. O relatório incorpora documentos intermediários, entregues como registro de etapas do trabalho desenvolvido, e está estruturado em cinco seções: uma seção introdutória e 04/quatro seções substantivas, assim distribuídas:

- A seção introdutória (Introdução) apresenta os pressupostos para a elaboração do Plano, incluindo considerações gerais sobre a situação atual de São Mateus e a oportunidade de elaboração deste Plano Diretor, bem como as diretrizes a serem obedecidas para a formulação da política urbana, conforme estabelecidas pelo Estatuto da Cidade.
- A primeira seção (do Cenário Atual) contém a análise do desenvolvimento de São Mateus, informando sobre o seu histórico de ocupação territorial e os aspectos ambientais, o processo evolutivo e as condições atuais sob o ponto de vista físico-ambiental, socioeconômico, cultural e político-institucional. Analisa a estrutura fundiária, os espaços urbanos e a estrutura e dinâmica populacional da cidade e do Município. Em seguida analisa as tendências nacionais e regionais para o desenvolvimento de São Mateus, e identifica, ao final, os pontos fortes e fracos, no âmbito interno, e as oportunidades e riscos, no âmbito externo, como fatores facilitadores ou dificultadores do processo de desenvolvimento municipal. Nesse sentido, esta seção registra detalhadamente as condições de desenvolvimento e de administração do Município, fazendo sua avaliação, e formalizando o correspondente diagnóstico do desenvolvimento econômico e social, da organização territorial e das atividades meio e fim da Prefeitura, tal como exigido nas fases I e II do roteiro formalizado na Lei Orgânica do Município, para elaboração de seu Plano Diretor.
- A segunda seção (dos Cenários Alternativos e do Cenário de Referência) apresenta os cenários alternativos como antevisão do desenvolvimento de São Mateus, construídos a partir das análises anteriores, das entrevistas, reuniões setoriais e oficinas de trabalho e audiências públicas realizadas. A partir destes foi elaborado o Cenário de Referência, tomado como referência para as etapas posteriores do trabalho. Esta seção, quiçá a mais importante do texto, apresenta conclusivamente a concepção **do projeto da cidade e do município,** onde é tratada a política de desenvolvimento e expansão urbana, o objetivo central do Plano, as diretrizes de desenvolvimento econômico e social, as diretrizes de organização territorial e a definição das linhas estratégicas para se alcançar tal objetivo. Nesse sentido, esta seção registra, detalhadamente, as diretrizes de uma política de desenvolvimento, as

diretrizes de desenvolvimento econômico e social e as diretrizes de organização territorial, tal como exigido na fase III do roteiro, formalizado na Lei Orgânica do Município, para elaboração de seu Plano Diretor.

- A terceira seção (do Plano de Ação) apresenta os programas em torno dos quais deverão se estruturar as políticas de desenvolvimento econômico e social, as políticas de organização territorial e as políticas de planejamento e gestão. Estes programas vêm acompanhados da definição de seus objetivos específicos. Nesse sentido, esta seção registra detalhadamente os programas exigidos na fase IV do roteiro formalizado na Lei Orgânica do Município, para elaboração de seu Plano Diretor.
- Por fim, a quarta seção traz a identificação e conceituação dos instrumentos e ações para a implementação do Plano. Traz, ainda, o macrozoneamento proposto para o município, destaca os aspectos físico-urbanísticos da **cidade desejada** e faz indicações para o uso e ocupação do solo na zona urbana.

Um Anexo registra um conjunto de considerações em relação a um possível Plano de Ação Institucional, no qual é registrada uma série de procedimentos e providências possíveis e necessárias para o processo de implantação e monitoramento do Plano Diretor.

Os diferentes itens que estruturam este texto (vide Sumário) são decorrência do desdobramento destas seções.

As propostas apresentadas neste documento são o resultado das análises feitas e das conclusões das oficinas de trabalho e audiências públicas realizadas, quanto aos rumos desejáveis para o desenvolvimento sustentável de São Mateus, dentro de uma visão de futuro, consideradas as dimensões: econômica, social, cultural e ambiental. Essas mesmas conclusões orientaram a preparação do Anteprojeto de Lei do Plano Diretor.

São ainda apresentados, como parte do estabelecido no contrato citado inicialmente, os Anteprojetos das Leis de Uso e Ocupação do Solo, do Perímetro da Zona Urbana e de Parcelamento Urbano, sendo ainda apresentadas as revisões dos Códigos de Obras e de Postura do Município de São Mateus.

Esse conjunto de documentos favorecerá à tomada de decisões, quanto às ações públicas e privadas para o desenvolvimento ordenado e sustentável de São Mateus; que leve ao crescimento econômico e desenvolvimento social; que distribua os benefícios de forma eqüitativa; e traga melhoria da qualidade de vida para a sua população.

Março de 2004.

NCA Engenharia, Arquitetura e Meio Ambiente

INTRODUÇÃO

São Mateus constituiu-se, ao longo das últimas décadas, juntamente com Linhares, em um dos pólos estruturantes do Norte do Estado do Espírito Santo, do ponto de vista econômico e da prestação de serviços.

Nessas mesmas últimas décadas, consolidou-se a idéia de que as áreas de economia e de prestação de serviços deveriam ser potencializadas a partir da exploração do potencial turístico da região, por meio de sua inserção nos correspondentes programas federais, como o PRODETUR, entre outros. Nesse sentido, várias prefeituras (São Mateus, Linhares, Pancas etc.) tomaram a iniciativa de contratar, usando mão de concorrências públicas, a elaboração de seus respectivos Planos Diretores.

A elaboração simultânea destes Planos Diretores estaria oferecendo a grande oportunidade de se alinhavarem diretrizes mais abrangentes que aquelas meramente municipais, por meio da constituição dos correspondentes consórcios municipais, e não somente em relação às políticas para o turismo, mas em relação a outras áreas, como educação e saúde, tratamento de lixo, construção de equipamentos de porte etc.

A Prefeitura de São Mateus está aproveitando essa oportunidade, uma vez que, conforme definido pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Cidade, independente, ou não, de objetivos de incremento do turismo e consolidação de outras dinâmicas, teria obrigatoriamente que elaborar o Plano Diretor de seu Município.

O Plano em questão toma como base o Estatuto da Cidade e as diretrizes a serem obedecidas para a formulação da política urbana, estabelecidas em seu Art. 2º, das quais vale destacar:

- Garantia do direito às cidades sustentáveis, entendida como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer para as presentes e futuras gerações.
- Gestão democrática, por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
- Cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;
- Planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do município e do território sob sua área de influência, de maneira a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;
- Oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;
- Ordenação e controle do uso do solo, a fim de evitar a utilização inadequada de imóveis urbanos, a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes e o

parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivo ou inadequado em relação à infra-estrutura urbana;

- Integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência;
- Justa distribuição dos benefícios e ônus, decorrentes do processo de urbanização;
- Proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;
- Regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda, mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas brasileiras.
- Simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas edilícias, com vistas a permitir a redução dos custos e o aumento da oferta dos lotes e unidades habitacionais;
- Isonomia de condições para os agentes públicos e privados, na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização, uma vez que atendido o interesse social.

Por tratar-se de um plano de desenvolvimento, ele não se restringe a um mero plano físico-espacial, à imagem e semelhança dos clássicos planos urbanísticos. É um plano que não pode deixar de organizar as informações e propostas em basicamente 4 âmbitos:

- o âmbito social,
- o âmbito econômico,
- o âmbito espacial (do meio natural e do meio construído), e
- o âmbito do planejamento e gestão da situação.

Estes 4 âmbitos perpassam, a todo momento, o texto deste relatório técnico.

1 MONTAGEM E DIAGNÓSTICO DO CENÁRIO ATUAL

1.1 Organização dos dados e informações referentes aos aspectos gerais e históricos e aos meios fisiográfico, biótico e antrópico

1.1.1) Aspectos gerais

- **Localização geográfica**

O município de São Mateus está situado à Latitude Sul 18 °42´58" e à Longitude Oeste 39°51´21". Estende-se por uma área de 2.543 km², equivalentes a 5,12 % do território do Estado do Espírito Santo.

Limita-se ao Norte com os municípios de Boa Esperança, Pinheiros e Conceição da Barra; ao Sul com São Gabriel da Palha, Vila Valério, Jaguaré e Linhares; a Leste com o Oceano Atlântico e a Oeste com Nova Venécia.

Dista da capital do Estado, Vitória, 219 km, e sua sede está localizada a uma altitude de 36 m (vide Fig. 01).

- **Divisão distrital**

São Mateus divide-se em 5 distritos (vide Fig. 02):

Distrito de Nova Verona – faz divisa com os municípios de Nova Venécia, São Gabriel e Vila Valério, e o distrito de Nestor Gomes. É o menor distrito do município. A sede do distrito tem o mesmo nome, e é formada por um pequeno número de casas. Nessa região não existem povoados, o que é uma de suas características, pois a população, em sua maioria de descendentes de italianos, mora em suas pequenas propriedades.

Distrito de Nestor Gomes – faz divisa com os municípios de Boa Esperança, Vila Valério e Jaguaré, e os distritos de Nova Verona, Itauninhas e Sede. É o distrito rural mais importante do município pelo número de habitantes e pela contribuição econômica, pois nele estão as propriedades, pequenas e grandes, que empregam boa parte da mão de obra rural, e são responsáveis pela maior produção agropecuária de São Mateus.

A sede do distrito é a vila de Nestor Gomes, também conhecida como "km 41".

Nesse distrito encontram-se os povoados de Santa Leocádia, Santo Antônio do Bamburral, "km 23", Santa Terezinha ("km 28"), "km 30", "km 35", "km 44", "km 47" e os assentamentos dos trabalhadores rurais ligados ao Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST.

A sede do distrito conta com serviços de telefonia, água tratada, posto de saúde e posto policial. Está em implantação o serviço de telefonia convencional.

Nos povoados "km 35", "km 23" e "km 28" existem serviços de distribuição de água tratada.

Distrito de Itauninhas – faz divisa com os municípios de Boa Esperança, Pinheiros e Conceição da Barra, e os distritos de Nestor Gomes e Sede. A sede do distrito fica localizada na vila de Itauninhas, no entanto as vilas de Nova Lima e Santa Maria são

maiores e já contam com vários serviços básicos, como calçamento de ruas, serviços de água tratada e postos de saúde. A vila de Nova Lima conta, inclusive, com estação de tratamento de esgoto. Atualmente, a maior dificuldade dessas vilas é a segurança pública. É a região de menor índice pluviométrico do município.

Esse distrito fica localizado ao noroeste do Município e o acesso se dá pela rodovia que liga a BR 101 a Pinheiro. Nele encontramos as vilas de Nova Lima, Itauninhas e o pequeno povoado de São Geraldo.

A vila de Santa Maria tem seu acesso pela rodovia que liga a BR 101 ao município de Boa Esperança. Nessa região encontram-se vários pequenos povoados como São Jorge, Nova Vista, Dilô Barbosa, Contenda, Chiado e São Domingos.

Essa região era conhecida como Sapê do Norte e, depois dos índios botocudos, quem iniciou seu povoamento foram os negros, que montaram, nas matas ali existentes, vários quilombos. Atualmente essa região é basicamente coberta por plantações de eucaliptos.

Distrito de Nativo de Barra Nova – faz divisa com os municípios de Jaguaré, Linhares e Conceição da Barra e o distrito da Sede. A sede de Nativo de Barra Nova está situada na pequena localidade de São José, onde se encontra a igreja de São José, uma grande escola, um posto telefônico, um posto de saúde e energia elétrica.

Com a abertura da estrada para a praia de Barra Nova, esta aldeia de pescadores apresenta franco crescimento, contando com um número grande de construções de casas residenciais e pequenos bares e restaurantes. Já pode ser considerada a localidade de maior importância do distrito. Conta com energia elétrica e telefone público.

Os outros lugarejos são: Ferrugem, São Miguel, Fazenda Ponta, Gameleira, na região de Nativo; Brejo Velho, Ranchinho, Azeite e Tábuas, na estrada para Barra Nova; Campo Grande de Baixo, Campo Grande de Cima e Praia de Uruçuquara, na região de Campo Grande.

Distrito Sede – faz divisa com os municípios de Jaguaré e Conceição da Barra, e os distritos de Barra Nova, Nestor Gomes e Itauninhas. No distrito Sede, algumas vilas foram incorporadas ao perímetro urbano, como é o caso de Pedra d´Água, Rio Preto, Mariricu, Guriri e Aroeira. Na área rural a vila mais importante deste distrito é Paulista, situada às margens da BR 101, lado Sul. Este distrito, em particular a sua sede, cidade de São Mateus, receberá especial atenção ao longo deste relatório.

A Figura 03 registra de forma diagramática a estrutura urbana da sede do município, cidade de São Mateus.

A Figura 04, complementarmente, registra também de forma diagramática uma realidade que, ao longo dos últimos anos, vem se apresentando como unidade funcional e que, em função disso, deverá ser analisada e planejada como tal: o trecho geográfico que ocorre entre a cidade de São Mateus e o balneário do Guriri. Em alguns níveis de problemas (turismo, circulação e transporte etc.), a especulação deverá ocorrer com base nesta unidade funcional, apesar dela corresponder, administrativamente, a dois distritos diferentes.



Fig 01: O Município de São Mateus no Contexto Estadual

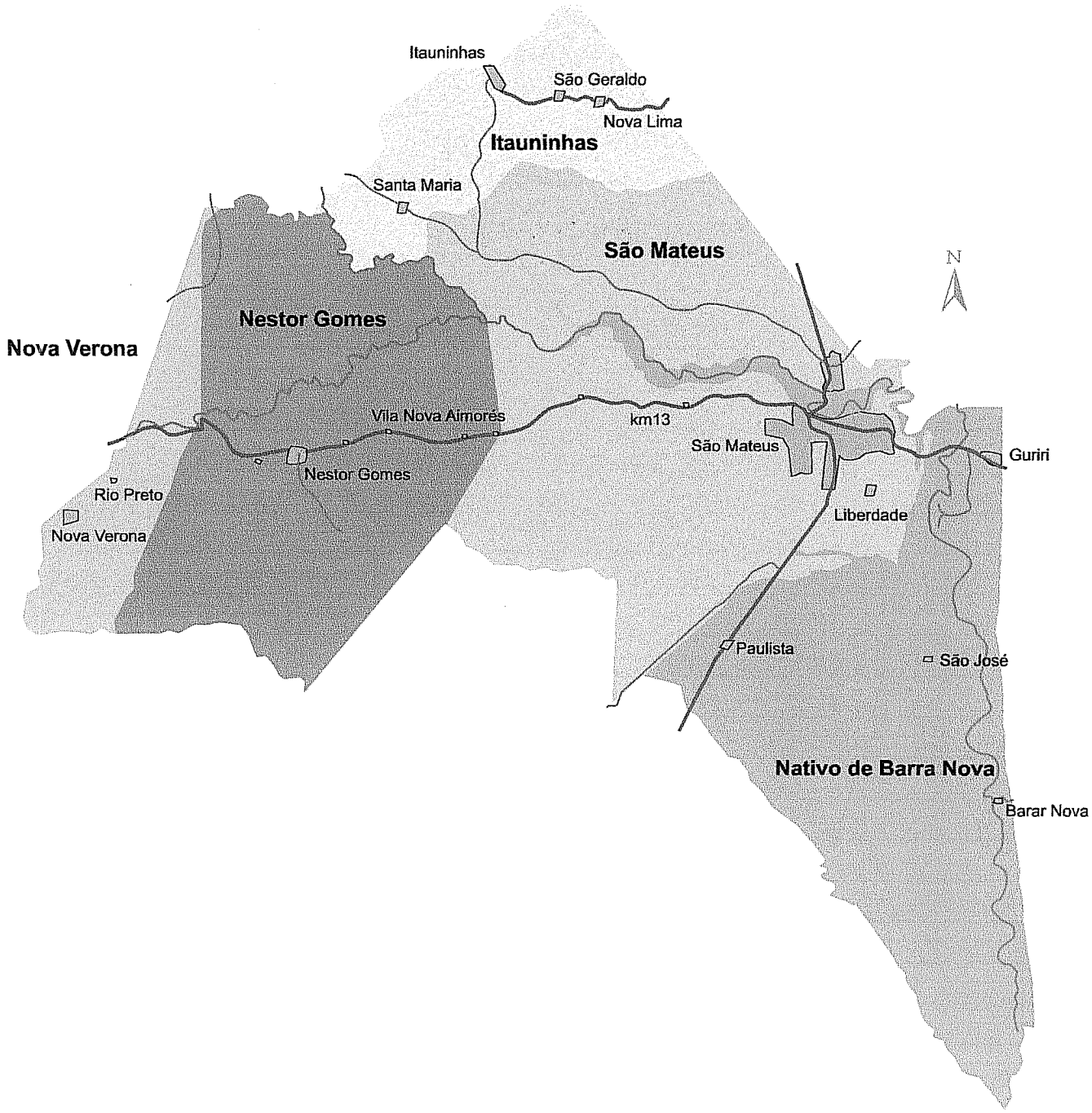


Fig 02: O Município de São Mateus e os correspondentes distritos.

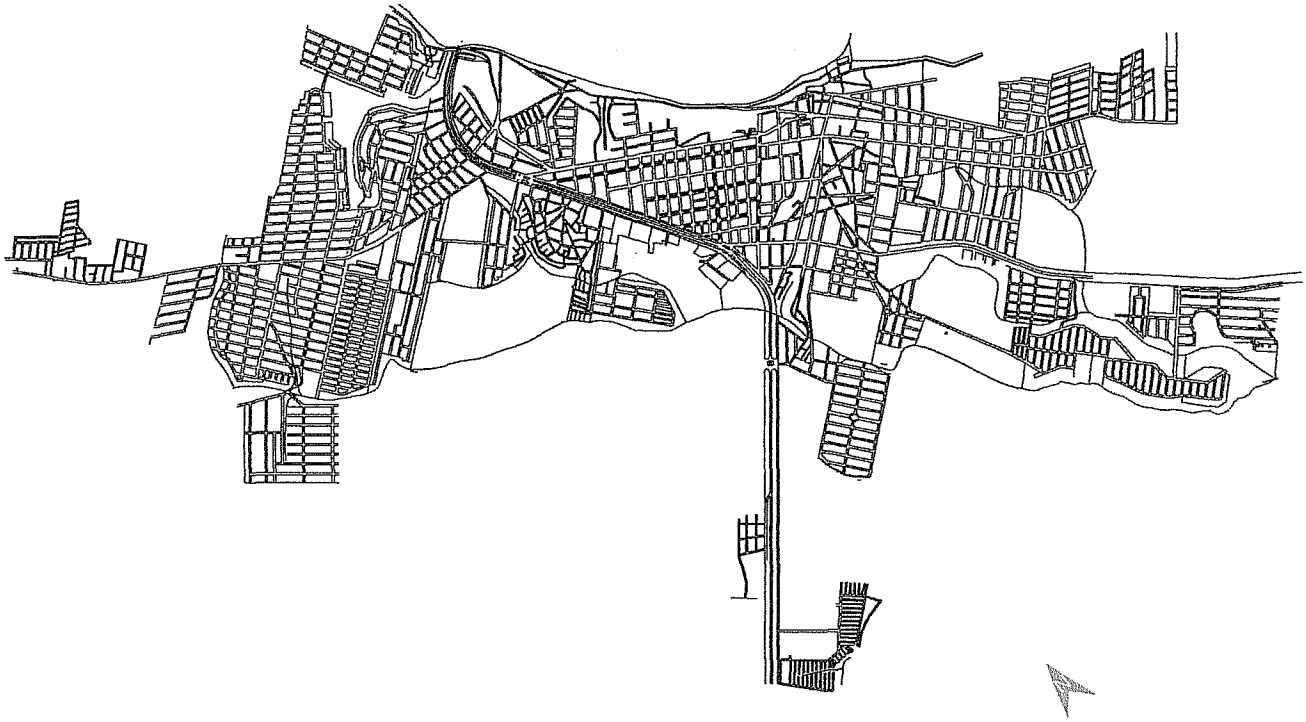


Fig 03: A estrutura urbana da cidade de São Mateus, sede do município (fonte: SAAE/Serviço Autônomo de Água e Esgoto/ Prefeitura de São Mateus)



Fig 04: A unidade funcional: Cidade de São Mateus e Balneário de Guriri

1.1.2) Histórico da formação e caracterização da área e seu entorno

A pré-história

Existem indícios da presença de grupos nômades na região há mais de 4.500 anos, comprovados através de exames em urnas funerárias, pedaços de cerâmica indígena, utensílios de pedra etc., encontrados nos mais de cem sítios arqueológicos identificados no município.

Quando aqui chegaram os primeiros colonizadores portugueses, a costa do Espírito Santo era habitada, principalmente, por índios tupinambá, da etnia tupi. No interior (sertão), habitavam os "senhores das matas", os índios botocudo, da etnia gê, conhecidos como aymoré. Eram chamados botocudos por usarem o botoque – rodela de madeira – nos lóbulos das orelhas e no lábio inferior.

No vale do rio São Mateus (Cricaré para os indígenas), concentravam-se os tupinambá em grandes aldeias cujos acessos eram protegidos por fortificações de pau-a-pique.

A colonização portuguesa.

De acordo com a tradição oral, os primeiros colonizadores portugueses chegaram a São Mateus no ano de 1544. O município comemora no 21 de setembro seu aniversário de colonização.

A pequena povoação do rio Cricaré (Kiri-Kerê, que quer dizer manso, propenso a dormir) recebeu o nome de São Mateus por ter sido em um dia 21 de setembro (dia consagrado ao evangelista Mateus) que o Padre José de Anchieta visitou essa povoação. É provável que tenha sido no ano de 1566, quando Anchieta passou pela capitania do Espírito Santo, visitando as aldeias (In: História de São Mateus - Eliezer Nardoto e Herinéa Lima, pág. 406).

O sistema de capitanias hereditárias vigorava na época e Vasco Fernandes Coutinho era o donatário da Capitania do Espírito Santo.

O início da colonização foi caracterizado por ininterruptos e sangrentos conflitos com os índios que procuravam defender suas terras.

- A Batalha do Cricaré.

Atravessar o oceano Atlântico para fixar residência no Brasil, no século XVI, era considerado, no mínimo, uma loucura. Enfrentar as doenças tropicais, os animais selvagens e os índios não era coisa fácil. Bem por isso que os primeiros portugueses que Vasco Fernandes Coutinho trouxe para sua capitania do Espírito Santo vieram dos cárceres de Portugal. Eram ladrões, salteadores e assassinos que recebiam perdão dos seus crimes, desde que viessem para ficar no Brasil. Isso era o que determinava um decreto do Rei Dom João III, em 1534 (In: História de São Mateus - Eliezer Nardoto e Herinéa Lima, nota nº 2, pág. 27).

Quando aqui chegavam com suas armas de fogo, dominavam os índios que se defendiam com armas primitivas - arco e flecha, tacape (lança de madeira) e bordunas

(pedaço de pau tipo cacetete). Os índios eram escravizados para o trabalho nos engenhos e suas mulheres violentadas.

Os índios começaram a entender que aquele povo poderoso estava vindo para ficar e trataram de se defender como podiam, juntando-se até com nações e tribos adversárias.

Vasco Fernandes Coutinho pediu que o Governador Geral o acudisse, senão poderia ser devorado pelos índios. Mem de Sá, recém empossado em Salvador, mandou seu filho Fernão de Sá com seis caravelas e duzentos homens para afugentar os índios.

Quando Fernão de Sá chegou em Porto Seguro, recebeu a informação de que existiam muitos índios na região da aldeia do Cricaré. Por subestimar a valentia dos índios e por descuido dos soldados, o filho do governador avançou muito na perseguição, e ficou sem pólvora. Os índios perceberam, e avançaram sobre ele, que estava apenas com dez homens. Ele foi morto juntamente com Manuel Álvares e Diogo Álvares, ambos filho de Diogo Alvares Correia, o Caramuru - homem de fogo.

A batalha aconteceu em vários pontos da margem do rio Cricaré, inclusive no rio Mariricu (variação da palavra Marerique, que quer dizer *fortaleza de pau-a-pique*), no início do ano de 1558.

Após a morte de Fernão de Sá, juntou-se um grande número de soldados portugueses, que entraram na região do rio Cricaré matando milhares de índios. Esses episódios se configuram como a primeira derrota dos portugueses na costa brasileira e também como o maior genocídio cometido contra os índios no Brasil.

Depois da *Batalha do Cricaré* a povoação de São Mateus recebeu mais colonos, que foram transformando a povoação numa das maiores produtoras de farinha de mandioca da costa brasileira. Marinheiros de várias partes aqui chegavam, trocando facões, machados e pólvora por alimento (principalmente a farinha). Já os mineiros que viviam nos sertões de São Mateus vinham trocar pedras preciosas por armas, pólvora, ferramentas e roupas.

- A chegada dos negros

No século XVII o Espírito Santo começava a dar sinais de prosperidade, chegando a abastecer com farinha de mandioca outras províncias e o próprio reino. Na área de São Mateus foi criado um porto para o escoamento desses produtos agrícolas. Em 1621 chegaram ao Espírito Santo os primeiros negros, para ajudar na lavoura.

As terras do Espírito Santo, particularmente as de São Mateus, configuram território onde floresceu o mercado de escravos.

Esta mão de obra escrava se fazia necessária para adequar o contingente de mão de obra à produção agropecuária, sobretudo para a exploração da cana de açúcar. Tratava-se de um grande negócio, pois nas propriedades rurais os escravos eram forçados a trabalhar na lavoura, sem nenhuma recompensa. Meramente garantia-se a sua sobrevivência, até para salvar os correspondentes investimentos feitos na sua compra.

No início do século XVIII estabeleceu-se, no povoado de Cricaré, Domingos Antunes, que era o dono das terras à margem do rio Cricaré. Ele, junto com Antônio da Rocha Cardoso, promove a ocupação dessa área, oferecendo garantias e transporte gratuito para quem ali quisesse se instalar.

O povoado, que se formou na parte alta do rio Cricaré, prosperava e era cenário de muitos conflitos entre moradores e mineradores.

- A elevação à categoria de Vila

Para não perder o controle sobre a saída do ouro das minas recém descobertas, o marquês de Pombal, primeiro ministro de Portugal, montou um plano de defesa da costa onde deságuam os rios com nascentes nas Minas Gerais. Dentro desse plano, podia se observar uma ordem expressa para impedir a subida de colonos pelos rios. Para isso ser possível, era necessária a criação de estruturas de governo nas aldeias localizadas às margens desses rios, sendo o mais importante o rio São Mateus.

O Ouvidor Geral de Porto Seguro, Thomé Couceiro de Abreu, ultrapassou os limites do território da Bahia e veio a São Mateus tomar as providências necessárias para elevar a povoação a categoria de "Vila Nova do Rio São Mateus", em 27 de setembro de 1764.

Uma série de medidas burocráticas foi tomada: foram nomeados os administradores da povoação (alcaides, juízes etc.); também foram nomeados os encarregados "da agulha" (bússola) e "da corda" (trena), para definir e medir para onde a vila deveria se estender. O auto de medição e demarcação da vila de São Mateus foi realizado em 27 de setembro de 1764. Nele foram demarcados os terrenos da Casa de Câmara e Cadeia e o Pelourinho, símbolos do poder português, ficando criada a "Villa Nova do Rio de Sam Matheus". Foram demarcados, concomitantemente, 4 léguas em quadra (aproximadamente 24 km x 24 km), com 4 marcos de granito. Um deles, fincado no porto de São Mateus, é conservado até hoje como relíquia.

Com estas medidas e outras de ordem administrativa (implantação da Casa do Conselho - Câmara Municipal), São Mateus conheceu períodos de grande crescimento econômico, ultrapassando, inclusive a cidade de Vitória, sede da Capitania vizinha (São Mateus encontrava-se sob jurisdição da Capitania de Porto Seguro). Nessa data, a Vila já contava com a Igreja Matriz, e duas ruas ladeando a mesma: a rua da Direita (porque ficava à direita da igreja), e a rua Nova da Aldeia ou Rua de Baixo, do lado oposto. Delas partiam quatro travessas. Em 1764, a Vila era habitada oficialmente por 453 colonos, sem incluir índios nem negros.

Durante 59 anos a vila de São Mateus permaneceu sob a jurisdição do governo da Bahia, alcançando grande crescimento.

Por ocasião da Independência do Brasil, a Câmara de São Mateus só veio a apoiar o Imperador Dom Pedro em janeiro de 1823, depois da chegada de uma tropa para dar garantias aos cidadãos da vila, adeptos da independência.

O censo de 1827 mostra que o número de brancos tinha subido para 947. A eles somava-se uma quantidade considerável de índios, pardos e negros, já em torno de cinco mil.

Fizeram parte desse grande momento de crescimento o Comendador Antônio Rodrigues da Cunha, o Capitão e Comendador Reginaldo Gomes dos Santos, José Joaquim de Almeida Fundão, Manoel e Inácio José Esteves, Manoel Joaquim Coutinho Eça, Bento de Jesus Silvares e outros.

- A criação do município

Em 3 de abril de 1848, a Villa Nova do Rio de Sam Matheus foi elevada a cidade, com o nome São Matheus, e criado o correspondente município. Nessa época, o município de São Matheus totalizava uma área de 13.588 km², correspondendo a 1/3 do território do Espírito Santo. Com o correr do tempo, particularmente na primeira metade do século XX, novos municípios foram criados a partir do desmembramento do município original (vide texto mais adiante).

- Início do desbravamento e povoamento do interior

Na segunda metade do século XIX, o filho do Comendador Antônio Rodrigues da Cunha, o Major Antônio Rodrigues da Cunha (mais tarde ganhou o título de Barão dos Aymorés), teve um papel especial na história de São Mateus. Ele não só foi um dos principais desbravadores do oeste de São Mateus, levando maquinários adquiridos na Escócia para a fazenda da Cachoeira do Cravo, como, também, desenvolveu uma cultura modelar de café na região, onde atualmente se encontra a cidade de Nova Venécia.

A força de trabalho de então era baseada na mão-de-obra do escravo, que sofria torturas e maltratos. Isso provocou uma série de rebeliões e guerrilhas e a criação de alguns quilombos no município, sendo o Quilombo do Negro Rogério o mais importante.

Grupos de negros armados praticavam guerrilha no campo e, a partir de intelectuais, que tinham estudado em Paris e em Coimbra, aos poucos, formou-se a consciência abolicionista no país, e os correspondentes movimentos organizaram-se. Foi inclusive promulgada uma série de leis (Lei do Ventre Livre, entre outras) e criada uma série de fundos (Fundo de Emancipação, por exemplo), mas estes instrumentos tiveram pouca eficiência, pois os senhores não tinham nenhum interesse em libertar os seus escravos. Afinal, a sua sobrevivência dependia da existência dos mesmos. Em 1888, finalmente, a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, extinguindo o regime escravocrata em todo o país.

Com a emancipação, muitos papéis sociais se inverteram. Muitas famílias da aristocracia rural mateense entraram em decadência, e alguns negros, com muito trabalho, viraram fazendeiros e comerciantes, e conseguiram galgar até postos importantes na administração do município.

Em 1882 existiam, no Espírito Santo, 22.729 escravos, dos quais estima-se que a metade se encontrava no município de São Mateus.

Este processo faz-se presente, de forma muito marcante, no item Perfil Socioeconômico da população, apresentado a no decorrer deste documento.

A segunda metade do século XIX foi marcada por grandes mudanças, vinculadas ao crescimento da aristocracia rural, aos movimentos abolicionistas e os de guerrilha dos líderes negros.

Foi nesta época, de grande crescimento econômico e de intensos movimentos de exportação, que se consolidou a área portuária, com a construção dos grandes sobrados junto ao cais e na borda da falésia. A exportação se estruturava em torno da farinha de mandioca (250 fábricas), seguida pelo café e a cana de açúcar. Em função da construção do cais de concreto, em 1864, o porto passou a oferecer boas condições de eficiência e segurança, passando a integrar o roteiro de linhas regulares de passageiros (Lloyd Brasileiro etc.)

- A imigração italiana

Com a independência do Brasil em 1822, foram cortados os laços econômicos com Portugal. Com a abolição da escravatura, em 1888, perdeu-se um contingente significativo de mão de obra na lavoura. Não existiu para o Brasil outra saída que incentivar a vinda de imigrantes.

Concomitantemente, o século XIX foi um período muito difícil para a Itália, especialmente para o norte do país, que sofria muito com as constantes guerras entre a França e a Áustria.

A segunda metade do século XIX registrou a existência de fortes contingentes de migrantes italianos para a região costeira do Brasil (Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). A região do Espírito Santo não ficou de fora destes movimentos, mais ainda, a partir dos incentivos e programas sustentados pelo Governo da Província e pelo Governo Imperial. Também vieram alemães e austríacos, o que explica a existência de fortes correntes luteranas no município.

Um fato importante fortaleceu a imigração italiana. Pietro Tabacchi, um culto comerciante italiano, se estabeleceu no Espírito Santo por volta de 1850. Em 1872, ele assinou um Contrato de Imigração com o Ministério de Agricultura, oferecendo terras aos imigrantes italianos que quiserem vir. Em 1874, desembarcaram em Vitória 388 camponeses recrutados no norte da Itália e na Áustria. Uma segunda leva desembarcou em 1875, com 150 colonos. Após a morte de Pietro Tabacchi, o próprio governo assumiu os programas de incentivo à imigração.

As condições de viagem e primeiros tempos de estadia dos imigrantes foram bastante precários. Muitos imigrantes foram singelamente enganados, seja em relação ao destino, seja em relação às condições de trabalho. É dessa época o procedimento de desmatamento que vem até nossos dias, que prevê a derrubada do mato e sua queimada.

Os dez anos subseqüentes a 1875 foram desalentadores, do ponto de vista da quantidade de imigrantes vindos. Só em 1885, a partir de iniciativas paulistas (Sociedade Promotora da Imigração de São Paulo), é que foram distribuídos na Europa 80.000 exemplares de um convite formulado a imigrantes, listando todos os favores para aqueles que se interessassem em vir: terras, ferramentas, abrigos etc. Assim, foram atraídos grandes contingentes de imigrantes italianos. Nos arredores de São Mateus foram fundadas as colônias de Santa Leocádia (1888), junto ao córrego Bamburral, afluente do rio São Mateus, a 23 km de São Mateus, e de Nova Venécia (1890), surgida a partir de um barracão de entreposto. Posteriormente surge a colônia de Nova Verona. Todas estas colônias são criadas na trilha que acompanha o rio São Mateus, que é praticamente a mesma trilha da época dos bandeirantes, que fizeram os trajetos de São Mateus para o interior de Minas Gerais. Essa fase, que ficou conhecida como da "Grande Imigração", leva a inferir que foi neste momento que os imigrantes italianos acabaram por povoar quase todo o Espírito Santo (vide Fig. 05).

O ano de 1888 registrou a chegada de 3.500 italianos à região de São Mateus.

As condições de tratamento dos imigrantes foram denunciadas ao governo italiano, que, em 1895, proibiu a imigração de italianos para o Espírito Santo. Estas condições de mau tratamento continuaram por longos períodos, e se aguçaram durante a II Guerra Mundial.

- Massacre dos botocudos

Estes processos de povoamento e colonização do território capixaba não ocorreram de forma muito pacífica. Eles foram constantemente acompanhados por ataques dos índios aymorés, ou botocudos, até estes terminarem massacrados, na última década do século XIX.

Os ataques dos índios se concentravam nas fazendas das áreas periféricas, e nas vias de comunicação entre os diversos estados. Assim, todas as tentativas de estabelecer um comércio regular entre Minas Gerais e o Espírito Santo, no século XIX, através da navegação do rio Doce, esbarrou na agressividade dos botocudos, moradores de suas margens. Quanto maior a bravura demonstrada pelos índios, maior o ódio que o branco passou a devotá-lhes. A partir da segunda metade do século XIX, era considerado ato benéfico qualquer extermínio de índios. Isso incentivou a vinda de aventureiros e matadores profissionais.

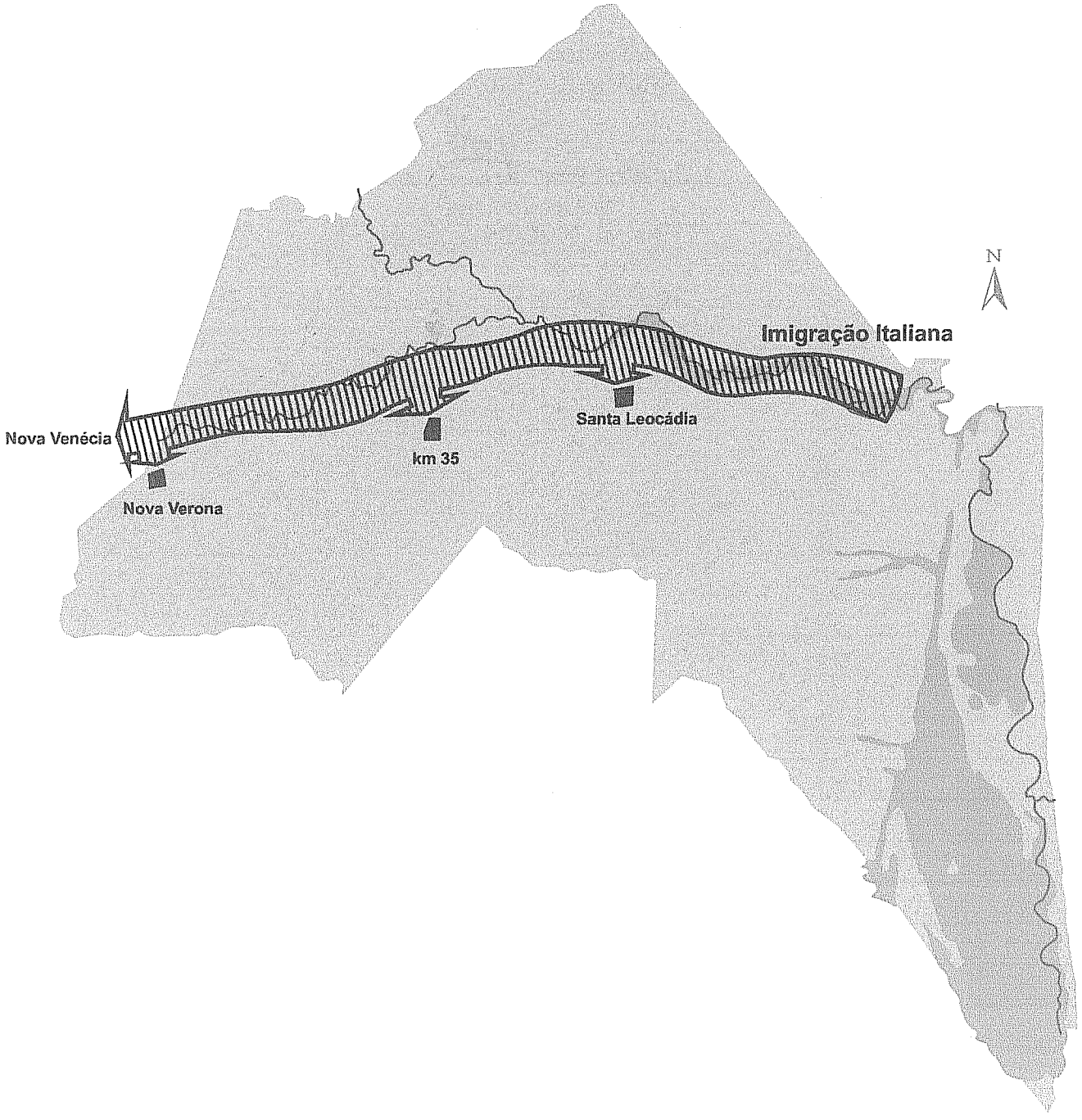


Fig 05: Trajetória da Imigração Italiana

Assim como ocorreu esta atitude generalizada, existiam trabalhos excepcionais de exploradores e intelectuais, que tentaram resolver a questão indígena através de caminhos mais civilizados. Deve-se citar, neste contexto, os trabalhos de Guido Marlière (comandante francês) e de Teófilo Otoni, empresário explorador, que participou da construção da estrada de ferro ligando o Espírito Santo a Minas Gerais. O próprio governo fez tentativas de intervenção pacificadoras, encomendando à ordem dos capuchinhos e dos franciscanos a organização de aldeias e o assentamento dos índios nas mesmas, em troca de uma série de favores (roupas etc.).

O século XX caracterizou-se pela aculturação dos índios, que perderam suas características étnicas originais. Hoje em dia, toda a região formada pela planície costeira de São Mateus e Linhares tem como base populacional os descendentes dos índios.

- O desmembramento do território do município

Na segunda metade do século XIX foi criado o município de Conceição da Barra, desmembrando-o do território do município de São Mateus.

Em 1928 foi inaugurada a ponte sobre o rio Doce, em Colatina, facilitando a entrada de colonos para a região noroeste do Espírito Santo.

Em 1929 alguns desbravadores, vindos de Minas Gerais, abriram as primeiras clareiras nas matas do rio São Francisco, afluente do rio São Mateus, dando origem ao povoado que atualmente é a cidade de Barra de São Francisco.

A partir da década dos anos 40, o município de São Mateus começou a se expandir com migrações internas. Muitos vilarejos foram criados (Jaguaré, entre outros) a partir da política de povoamento e colonização criada pelo governo do estado.

O processo de desmembramento do município vai se consolidando com a criação dos municípios de Barra de São Francisco (década de 40), Nova Venécia (década de 50), Boa Esperança (década de 60) e Jaguaré (década de 80). De Conceição da Barra surgiram os municípios de Mucurici, Pinheiro e Pedro Canário. De Barra de São Francisco surgiram os municípios de Mantenópolis, Ecoporanga, Água Doce do Norte. De Nova Venécia surgiu o de Vila Pavão, e do de Mucurici surgiram Montanha e Ponto Belo (Vide, concomitantemente, Nardoto, E. & Lima, H.: História de São Mateus, EDAL/Editora Atlântica Ltda, São Mateus, ES, 2001, págs. 17 a 174).

O histórico da sede do município, cidade de São Mateus, acompanha em maior ou menor grau o desenrolar das ações que ocorreram no seu entorno imediato e no município e região.

Por incrível que pareça, o aglomerado urbano inicial não mudou substantivamente até os primórdios do século XX. Nesse sentido, a configuração inicial já relatada, estruturada em torno da Igreja Matriz e o largo à sua frente, da Igreja São Benedito e a praça na sua frente, com a rua da Direita (atual rua Barão dos Aymorés) ligando ambos subcentros, uma segunda rua (Rua de Baixo, ou rua Nova da Aldeia / atual rua Dr. Moscoso acompanhando a anterior) e uma série de ruelas ou travessas partindo dela, caracterizou

o "centro" da cidade até praticamente as décadas iniciais do século XX. Casarões constituíram estas ruas e toda a parte alta da cidade, aproveitando o vento do nordeste para refrescar as casas em relação às altas temperaturas e para afastar os mosquitos das partes baixas da cidade, construídas junto ao rio (vide Fig. 06). Na década dos anos 30 a cidade já apresentava ruas e praças bem constituídas, com calçamentos de pedra e iluminação com lampiões a óleo (vide Figs. 07 e 08).

Outras construções, mais isoladas, ocorriam ao longo da estrada que ligava a cidade de São Mateus às cidades de Linhares e Vitória (cujo trajeto correspondia aproximadamente à atual rua Coronel Matheus Cunha). Uma outra estrada, mais ou menos paralela, ligava o mesmo centro da cidade a assentamentos que iam aparecendo na mesma direção. Assim, as primeiras décadas do século XX também assistiram à consolidação do bairro do Ribeirão, criado por negros que iam se emancipando a partir do processo descrito anteriormente.

A década de 1940 é testemunho da consolidação do bairro de Sernamby, dando continuidade à ocupação mais consolidada do trecho entre caminho para Linhares / Vitória, bairro do Ribeirão e centro histórico da cidade. A década de 1940 assistiu a uma área central relativamente consolidada .

Paralelamente, uma série de serrarias (Cacique, por exemplo) ia se localizando na parte baixa da cidade, ao longo da estrada junto ao rio São Mateus (antiga Estrada de Ferro São Mateus - Nova Venécia), a Noroeste do centro histórico, se aproveitando de um momento propício para o beneficiamento das madeiras da região, e da existência do Rio São Mateus para seu correspondente transporte. Essas serrarias / madeireiras puxaram o crescimento da cidade na direção noroeste, consolidando a tendência iniciada em 1850 com a localização do velho cemitério e a Igreja Velha (cuja construção foi suspensa em 1853 por decisão da Câmara Municipal).

A construção da BR 101, na década dos anos 60, consolidou essa tendência. A BR 101 deixou o traçado histórico, que passava pelo Ribeirão, Sernamby, Centro e Porto Histórico, onde se fazia a travessia em balsa, e atravessou o rio na parte mais a noroeste do centro da cidade, depois da ocupação urbana surgida no entorno da Serraria Cacique (beira rio).



Fig 06: O trecho portuário de São Mateus, com seus casarões na parte alta da cidade (anos 20)



Fig 07: A cidade em 1930



Fig 08: A cidade em 1930

Foi construída uma ponte de concreto (a primeira do Brasil em plano inclinado) para travessia do rio, o que antes só era possível por meio de uma balsa no Porto Histórico. Logo após a ponte, o traçado da BR 101 volta-se para leste, até encontrar o seu trajeto histórico rumo ao nordeste, indo formar um entroncamento com a estrada velha para Conceição da Barra, a leste, e a rodovia São Mateus - Boa Esperança, a noroeste, ficando esse local conhecido como Encruzo, atual bairro Litorâneo (vide Fig. 9). A Fig. 10 mostra a abertura da avenida Jones dos Santos Neves, que liga o centro da cidade à BR 101, no bairro Ribeirão, e as avenidas João XXIII e José Tozzi, área do seminário e centro.

As figuras 11 e 12 mostram vistas aéreas da cidade, tendo em primeiro plano, respectivamente, o bairro Ideal e a área portuária, às margens do Rio São Mateus.

Um posto de gasolina localizado na curva anterior à ponte passou a caracterizar o assentamento que começou a se formar na sua vizinhança, até os dias atuais conhecido como "bairro do Posto".

É também desta época a abertura da estrada que hoje em dia constitui a Avenida João XXIII, ligando o centro histórico à BR 101 neste ponto do "posto", seguindo o antigo trajeto do caminho das tropas para Nova Venécia.

No "triângulo" assim balizado (centro histórico da cidade, atuais avenidas Jones dos Santos Neves e João XXIII e BR 101) é que ocorreram os assentamentos na década subseqüente, em terras de fazendas existentes, dando lugar aos bairros inicialmente conhecidos como de Dom José e Boa Vista (hoje em dia toda esta área é conhecida como bairro da Boa Vista). Concomitantemente aos assentamentos "oficiais", ocorreram uma série de invasões que são reflexo da vinda do homem do meio rural para o meio urbano e também da vinda dos imigrantes nordestinos para São Mateus.

As figuras 13, 14, 15, 16 e 17 mostram vistas aéreas atuais da cidade de São Mateus. As figuras 18 e 19 apresentam vistas aéreas do balneário de Guriri.

A década dos anos 80 assistiu a um "boom" de loteamentos e parcelamentos na cidade de São Mateus, provocados pela expectativa de criação de empregos a partir da vinda dos grandes conglomerados econômicos estruturados em torno da Aracruz Celulose, Companhia Vale do Rio Doce e PETROBRAS.

A figura 16, a seguir, mostra graficamente a evolução da cidade, de forma impressionista, onde é possível reconhecer a evolução de sua ocupação.

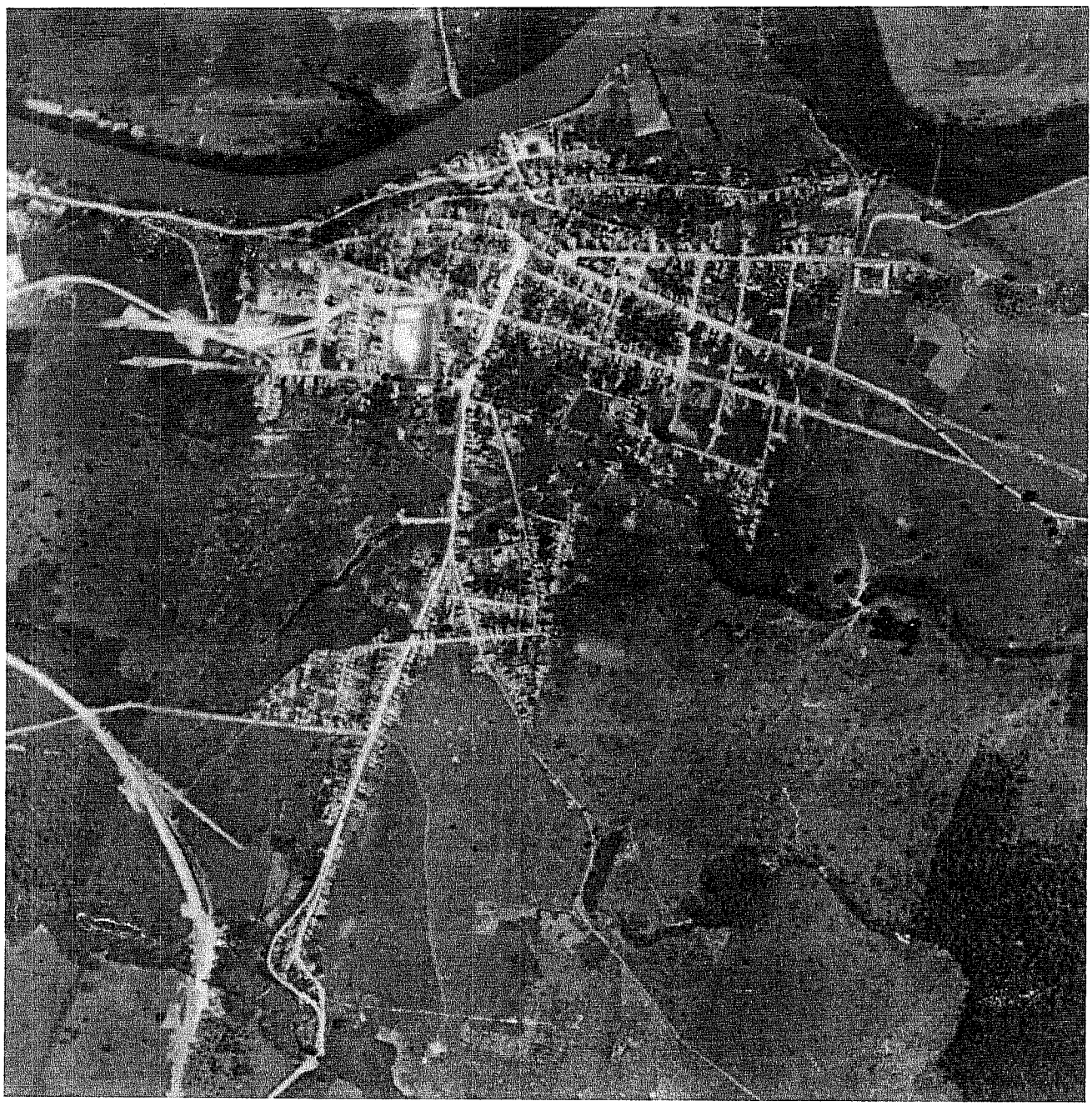


Fig 09: Vista aérea da cidade de São Mateus na década de 60



Fig 10: Vista Aérea das avenidas Jones dos Santos Neves, João XXIII e José Tozzi (1973)

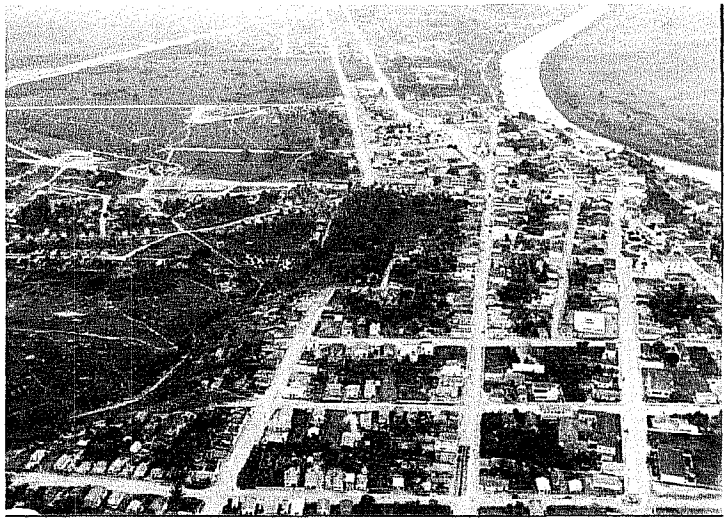


Fig 11: Vista aérea da cidade de São Mateus, com o Bairro Ideal em primeiro plano (1973)

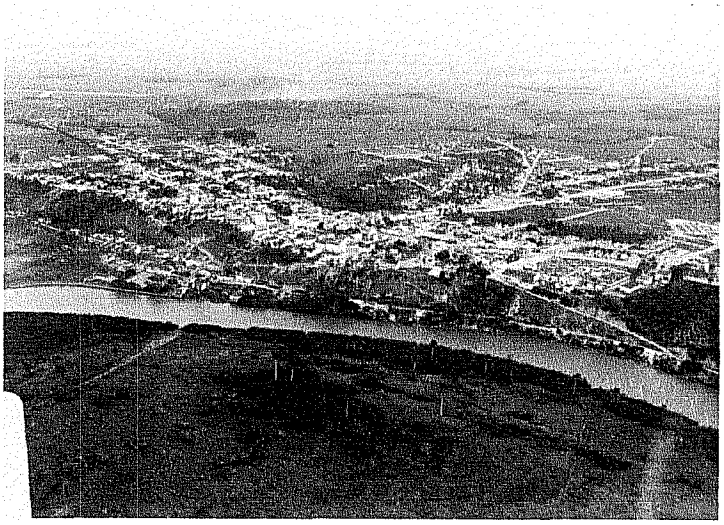


Fig 12: Vista aérea da cidade, com a área portuária às margens do Rio São Mateus em primeiro plano (1973)

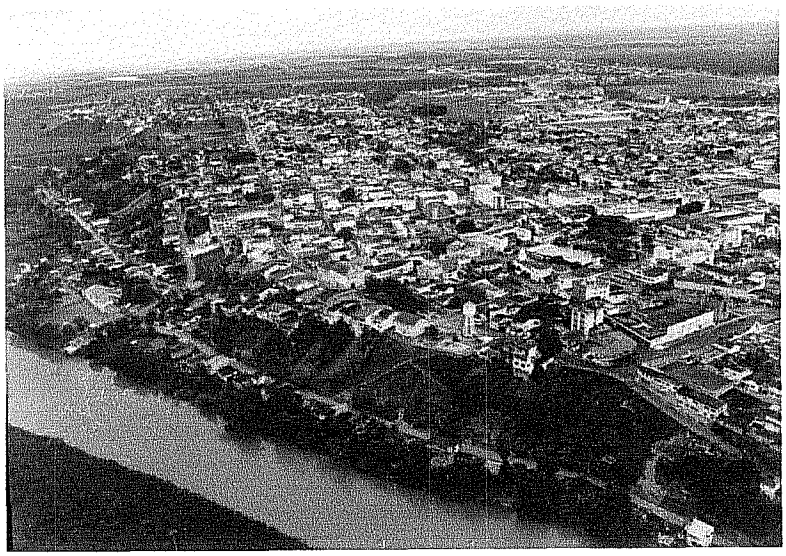


Fig 13: Vista aérea atual da cidade de São Mateus, com o porto e o Rio São Mateus em primeiro plano



Fig 14: Vista aérea atual da Cidade de São Mateus, em destaque a área central e o Bairro Boa Vista



Fig 15: Vista aérea de novas áreas residenciais na região leste da cidade, em destaque o Bairro Bonsucesso II e o Bairro Vitória, em formação

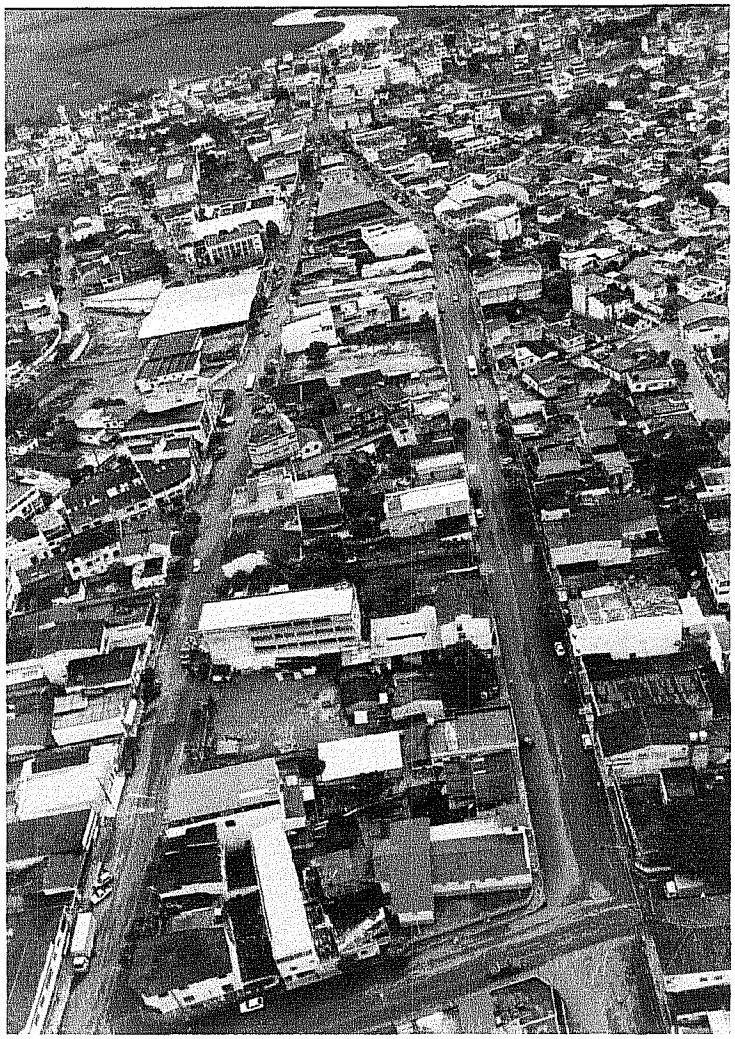


Fig 16: Vista aérea das avenidas Jones dos Santos Neves e Cel.Matheus Cunha, tendo em primeiro plano o Bairro Sernamby

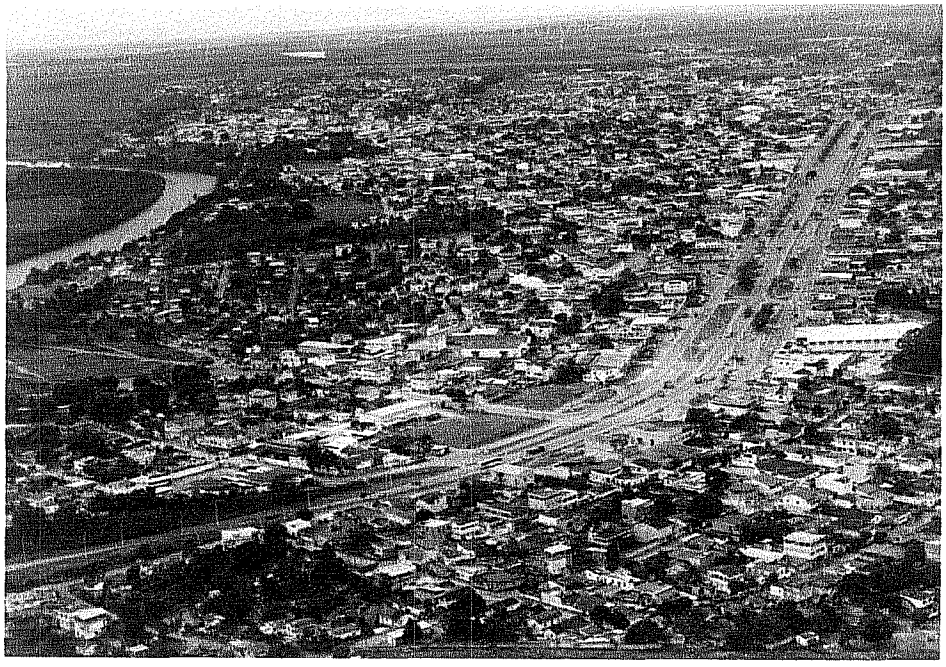


Fig 17: Vista aérea da cidade de São Mateus, em destaque a BR 101

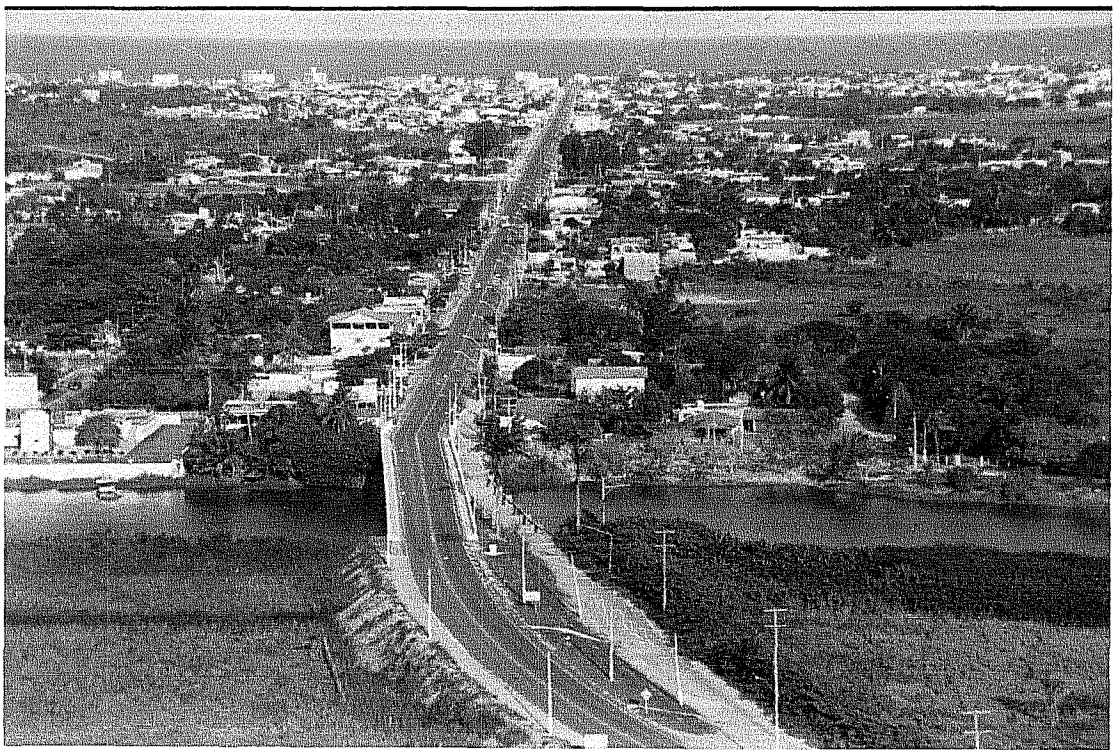


Fig 18: Vista aérea do balneário de Guriri, em primeiro plano o rio Mariricu



Fig 19: Vista aérea do balneário de Guriri

OCUPAÇÃO 1764 1900
OCUPAÇÃO 1900 - 1960
(1) Litorâneo (1950)
(2) Santa Tereza (1952)
OCUPAÇÃO 1960 1975 (Rodovia BR 101)
OCUPAÇÃO 1975 2001
(1) Praça da Bandeira (1975)
(2) Bairro Ideal (1975)
(3) Bairro Arnaldo Bonomo (1976/78)
(4) São Mateus I (COHAB) (1978)
(5) São Mateus II (COHAB) (1978)
(6) Loteamento s/n (1978)
(7) Morada do Ribeirão (1978)
(8) Bairro Ailtou Bonomo (1978)
(9) Argentina Castro da Silva (1979)
(10) Vila Nova (1981)
(11) São Pedro (1981)
(12) Santo Antônio (1981)
(13) Sernamby (1983)
(14) Mitra Diocesana (1983)
(15) Guriri (1983)
(16) Bairro INOCOOP (1985/86)
(17) Conjunto Residencial Park (1987)
(18) Aviação (1985/87)
(19) Lago do Cisne (1986)
(20) Bonsucesso (1988)
(21) Nova Conquista (1989)
(22) Jaqueline (1989)
(23) Pousada Carapina I (1989)
(24) Presidente Médici (1989)
(25) Novo Horizonte (1991)
(26) Loteamento do Bosque (1993)
(27) Loteamento São Remo (1990/95)
(28) Residencial Parque Washington (1992)
(29) Loteamento do Manequinho (1992)
(30) Forno Velho (COHAB) (1993)
(31) Chácaras do Ribeirão (1993)
(32) Aroeira (1994)
(33) Pousada da Carapina II (1995)
(34) Floresta (1996)
(35) Colina (1996)
(36) Vila Verde (1995/97)
(37) SEAC (Secretaria de Ação Comunitária) (1990/2000)
(38) Estrada Parque (1998)
(39) Alvorada (1998)
(40) Morada do Lago (1998)
(41) Vitória (2000)
(42) Nova Era (2000)
(43) São Miguel (2000)
(44) Ayrton Senna (2000)
(45) Chácaras (2001)

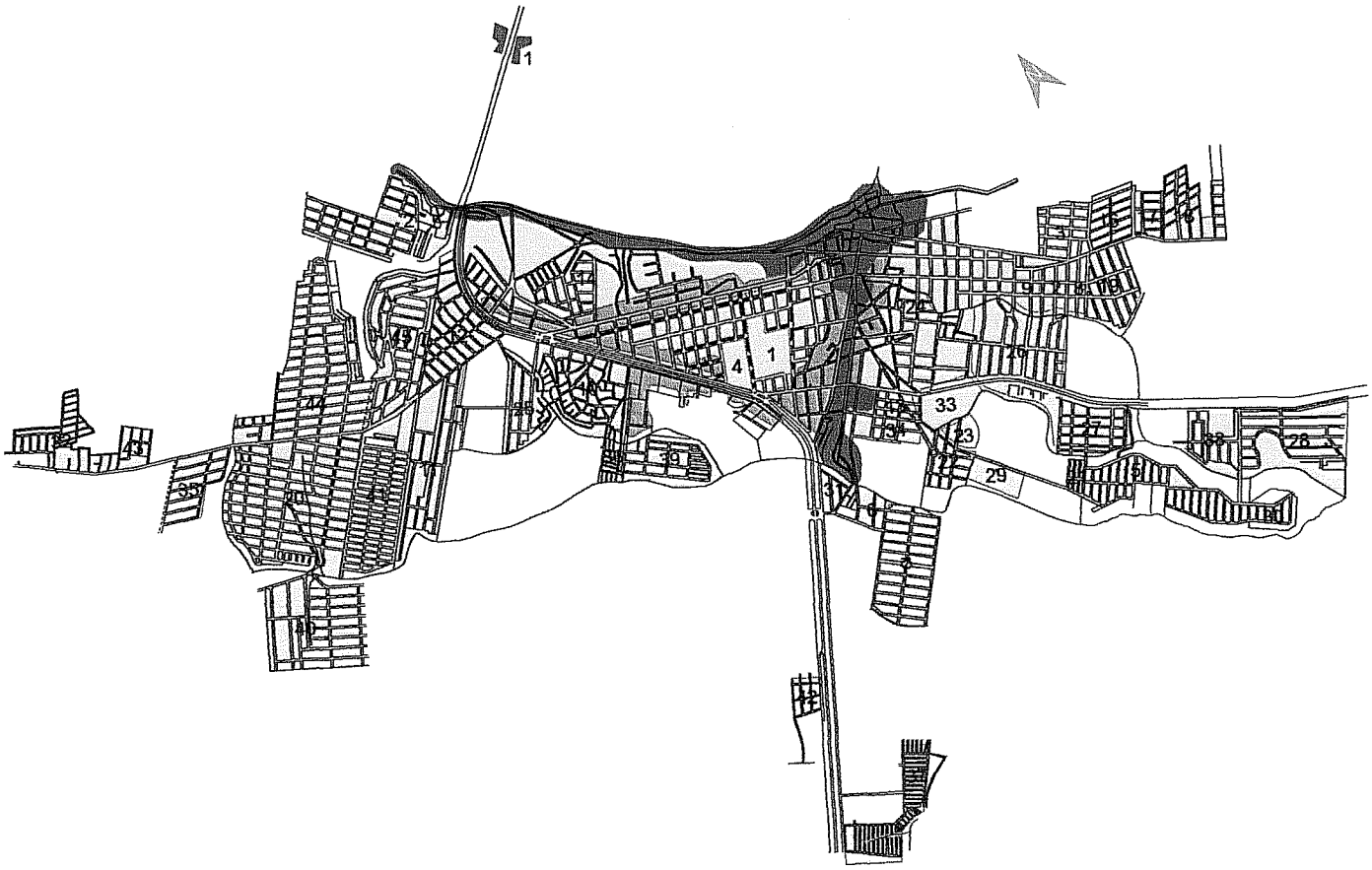


Fig 20: Diagrama da evolução da ocupação da cidade de São Mateus

1.1.3) Os aspectos climáticos da região

A análise do clima visa selecionar informações relevantes à especulação com formas de ocupação que maximizem o conforto higrotérmico e o luminoso, assim como a boa qualidade do ar. Nesse sentido, faz-se necessário equacionar dados em relação ao regime de chuvas e precipitações, escoamento natural das águas pluviais, áreas inundáveis, regime de ventos, insolação e temperaturas, umidade relativa do ar etc.

O clima do município de São Mateus é relativamente ameno ao longo do ano inteiro. A temperatura média anual fica em torno dos 24° C, variando entre 25 e 30° C, no verão, e 19 a 21° C, no inverno. Nesse sentido, o clima de São Mateus pode ser considerado como megatérmico, quer dizer, com temperaturas relativamente altas, que não são consideradas como muito quentes (sensação térmica) por causa do vento do nordeste, quase constante, que o torna ameno, tal como colocado.

Como a precipitação pluviométrica local está na média de 1.432,8 mm (ver tabela abaixo) e o índice de evapotranspiração na média de 1.395,0 mm por ano, o clima pode ser enquadrado como seco sub-úmido, se levarmos em consideração os dados dos últimos 25 anos. Chega-se a esta conclusão a partir do cálculo do Índice Efetivo de Umidade – IM (ver tabela abaixo, já mencionada), onde se pode notar que apenas os anos de 1971, 1978, 1979, 1991 e 1992 podem ser enquadrados como úmidos/sub-úmidos. O ano de 1972 pode ser considerado semi-árido e os outros dezenove anos se enquadram no tipo climático seco sub-úmido, caracterizando assim estatisticamente o clima da região como um todo.

Tabela 01: Precipitação x evapotranspiração (média histórica de 26 anos)

Ano	PPT (mm)	Etp (mm)	Balanço (mm)
1971	1.517,3	1.395,0	**122,3**
1972	782,3	1.395,0	612,7 (-)
1973	1.266,0	1.395,0	129,0 (-)
1974	1.165,3	1.395,0	229,7 (-)
1975	1.330,6	1.395,0	64,4 (-)
1976	1.106,0	1.395,0	289,0 (-)
1977	1.304,7	1.395,0	90,3 (-)
1978	1.588,7	1.395,0	**193,7**
1979	1.508,0	1.395,0	**113,0**
1980	1.341,4	1.395,0	53,6 (-)
1981	1.345,0	1.395,0	50,0 (-)
1982	890,8	1.395,0	504,2 (-)
1983	1.319,1	1.395,0	75,9 (-)
1984	1.219,5	1.395,0	175,5 (-)
1985	1.378,9	1.395,0	16,1 (-)
1986	926,4	1.395,0	468,6 (-)
1987	943,0	1.395,0	452,0 (-)
1988	1.157,0	1.395,0	238,0 (-)
1989	1.150,9	1.395,0	244,1 (-)
1990	910,2	1.395,0	484,8 (-)
1991	1.793,1	1.395,0	**398,1**
1992	2.518,6	1.395,0	**1.123,6**
1993	1.075,8	1.395,0	319,2 (-)
1994	1.442,8	1.395,0	**47,8**
1995	1.123,9	1.395,0	271,1 (-)
1996	1.348,2	1.395,0	46,8 (-)
Média	**1.432,8**	**1.395,0**	**37,8**

Em apenas 06/seis anos houve excedente hídrico, conforme indicam os números em negrito. Os números com sinal negativo indicam os anos com déficit no balanço hídrico.

(vide, concomitantemente, Nardoto, E. & Lima, H.: História de São Mateus, EDAL/Editora Atlântica Ltds, São Mateus, ES, 2001, pág. 151).

(vide Fig. 21)

1.1.4) Os aspectos fisiográficos da região

Os aspectos fisiográficos de uma situação, de um meio, são compostos pela geologia do lugar, que por sua vez se apresenta a partir de sua litologia e pedologia, pela geomorfologia do sítio, que por sua vez se apresenta a partir de sua hipsometria e de seu gradiente de declividades, e pela hidrologia, passível de ser analisada a partir de seus recursos hídricos de superfície e recursos hídricos subterrâneos.

1.1.4.1) Geologia (litologia e pedologia)

O conhecimento da geologia do lugar é fundamental para explicar os aspectos fisiográficos da área de estudo, pois sua caracterização permite compreender, interpretar e prever o resultado da ação dos fatores externos à mesma, tais como o intemperismo químico e físico atuante na modelação do terreno, assim como o potencial de percolação da água superficial e subterrânea na formação dos correspondentes aqüíferos. Assim dá condições, concomitantemente, de decidir sobre seu uso e ocupação antrópicos, e de planejar a construção civil e o saneamento básico. A apreciação geológica pressupõe a apreciação da litologia (estruturas tectônicas ou estratigráficas) e a apreciação da pedologia (tipos de solos decorrentes) nos mais diferentes níveis, desde o regional ao local.

- **Litologia**

A litologia, tal como colocado, refere-se ao estudo, análise e entendimento das estruturas tectônicas ou estratigráficas do local. Apesar de não influenciar de forma imediata e direta as especulações com formas de uso e ocupação do solo, diria-se, de forma mais corriqueira, que entendendo a configuração litológica do sítio entende-se a sua geomorfologia e a sua hidrologia.

Encontramos 03/três formações litológicas no município de São Mateus, a saber:

a) A Faixa Precambriana:

Constituída por formações rochosas mais antigas, fazem parte do Escudo Cristalino Brasileiro. De aspecto gnaíssico em quase sua totalidade, se apresentam fazendo as cadeias de montanhas próximas à Nova Venécia e as formações rochosas que se iniciam a partir do km 35 da rodovia São Mateus – Nova Venécia.

b) A Faixa Terciária:

Formada pelos tabuleiros sedimentares e com argilitos e arenitos, de origem um pouco mais recente (período terciário). São caracteristicamente definidos como dando origem aos latossolos vermelho / amarelo distróficos, com fertilidade variando de média a baixa e pH em torno de 5,0 (vide item pedologia). Em São Mateus essa Faixa Terciária

caracteriza a paisagem dos tabuleiros e chapadões que variam entre 30 e 100 metros de altitude, iniciando-se na cidade de São Mateus (precisamente na região da Pedra d´Água, indo até a faixa de rochas próxima a Nova Venécia, já citada anteriormente). O rio São Mateus faz o seu leito escavando estes solos da era terciária, até encontrar as rochas submersas da Faixa Precambriana, já citada. Os outros rios menores tendem para a mesma configuração e o mesmo resultado, sendo que alguns já correm diretamente sobre o leito de rochas da Faixa Precambriana, particularmente na região de Nestor Gomes. A existência de numerosas cachoeiras na região são explicáveis a partir destes fatos.

c) A Faixa do Sedimento Quaternário:

São formações mais recentes, que se encontram ao longo dos vales e vias fluviais e, nas planícies costeiras, formam dunas, praias de aluviões marinhos, recifes de arenito (Barra Nova e Uruçuquara) e restingas, associadas a depósitos de mangue, originando solos hidromórficos (vide item pedologia). Nessa faixa encontram-se os manguezais do Nativo, do Campo Grande, os terrenos pantanosos da Suruaca, a baixada das planícies dos rios e os terrenos arenosos encontrados a partir da Pedra d´Água até a praia do Guriri.

Esta faixa e a correspondente "barra de arenitos" é responsável por um dos fenômenos geomorfológicos mais interessantes da região, pois ela represa os córregos da mesma que tendem a desaguar no Oceano Atlântico, fazendo com que os mesmos percorram grandes distâncias paralelamente a orla, antes de encontrar o lugar adequado de deságüe. Em alguns casos, e de forma relativamente irresponsável, integrantes dos grupos sociais da região dinamitaram a "barra de arenitos", mudando substantivamente os percursos fluviais e as correspondentes condições ambientais e ecológicas dos mesmos.

(vide, concomitantemente, Nardoto, E. & Lima, H.: História de São Mateus, EDAL/Editora Atlântica Ltda, São Mateus, ES, 2001, pág. 152).

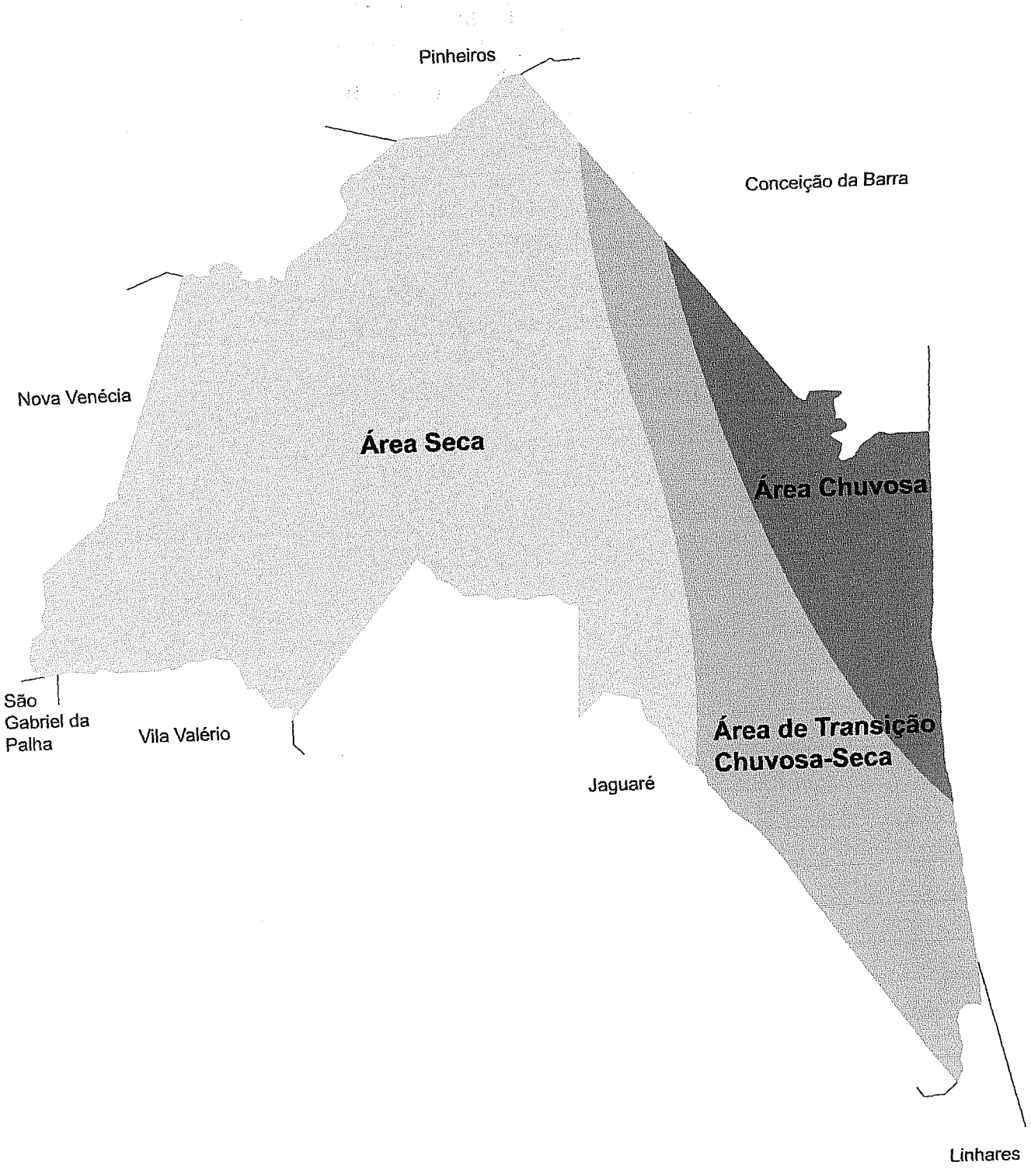


Fig 21: Precipitações Pluviais

- **Pedologia**

Cada um dos grupos tectônicos e unidades, descritos no item anterior, apresenta um perfil rochoso particular, com constelações rochosas diversas e diferentes percentagens de ocorrência na área de estudo, dando lugar a constelações diversificadas de solos. O intemperismo químico e físico atuante na modelação do terreno, citado parágrafos atrás, transforma este substrato rochoso nos mais diferentes tipos de solo. Sua identificação e caracterização são de interesse geral em função de suas particularidades geotécnicas: parâmetros de resistência, presença e profundidade do lençol freático, suscetibilidade à erosão etc., importantes nos estudos de aptidão para usos (agrícola etc.) e caracterização das soluções das obras de engenharia.

Do que foi colocado quando da análise litológica, deduz-se que existem no município os seguintes tipos de solo:

a) Latossolos:
   a.1) Latossolos vermelho-escuros, argilosos **(LEd1/2)**;
   a.2) Latossolos vermelho-amarelos, arenosos e cascalhentos **(LVd1/2/3)**;
b) Associação de cambissolos **(Cd1/2)**;
c) Solos texturais **(T)**; e
d) Solos hidromórficos **(Hi1/2)**.

Em função do colocado, são detalhadas a seguir, as características físicas e químicas, texturas, ocorrência e usos potenciais destes tipos existentes em maior ou menor grau no município:

a) Latossolos:

São solos forte a moderadamente drenados, com pequenas variações de argila, areias e cascalhos; ausência de minerais primários (cálcio e magnésio, principalmente); presença de óxidos de alumínio (Al) e ferro (Fe), garantindo uma textura granular relativamente porosa em relação à infiltração da água e, conseqüentemente, baixa capacidade de suporte nos níveis mais rasos. Assumem formas de relevo planas e suavemente onduladas, podendo chegar a profundidades superiores aos 10 m. Outra feição geotécnica desfavorável é o fenômeno denominado colapso estrutural do solo, isto é, o recalque instantâneo dos latossolos quando da sua saturação, o que pode ocorrer em fundações diretas de construções feitas no período seco.

Do ponto de vista da suscetibilidade à erosão, faz-se necessário discriminar duas situações:

a.1) Latossolos das chapadas: Apresentam níveis pouco suscetíveis, em função de que são solos extremamente bem drenados, bastante profundos (> 40 m), declividade baixa (> 2% e < 5%) e originalmente cobertos por vegetação nativa ou introduzidas, perenes e cíclicas, e

a.2) Latossolos coluvionares: Apresentam níveis de suscetibilidade maiores, em função da pouca profundidade (< 10 m) embora, em situação natural, sejam extremamente bem drenados; a declividade é baixa (> 2% e < 5%) e apresentam-se parcialmente cobertos

por vegetação introduzida dentro dos procedimentos usuais de proteção, excetuando-se zonas de cascalheiras, extremamente degradadas.

Concomitantemente, são discriminados os latossolos vermelho-escuros, argilosos, dos latossolos vermelho-amarelos, arenosos e cascalhentos, por apresentarem características bastante diferentes em relação à erosão, aptidão para a agricultura etc.

a.3) Latossolos vermelho-escuros (LEd1/2):

> *"... Em condições naturais, estes solos apresentam baixa soma de bases, baixo teor de fósforo, baixa saturação de bases, elevada saturação de alumínio e pH fortemente ácido. As condições de fertilidade na área são de deficiência para a maioria dos nutrientes essenciais para culturas anuais e perenes ..."* (HIDROGEO, 1990, pag.III/138)

Corrigida sobretudo sua acidez, a partir da incorporação de calcários e aplicação de fertilizantes para suprir as carências de nitrogênio, fósforo e potássio, os latossolos deste tipo apresentam-se, em termos, como os mais aptos para agricultura, pois a presença de texturas argilosas garante um mínimo de retenção de umidade (fundamental para tal destinação sobretudo nas épocas de estiagem), assim como diminui a suscetibilidade à erosão, pelo menos em relação a outros solos.

a.4) Latossolos vermelho-amarelos (LVd1/2/3):

> *"... Em condições naturais, estes solos igualmente apresentam baixa soma de bases, baixo teor de fósforo, baixa saturação de bases, elevada saturação com alumínio e pH fortemente ácido. As condições de fertilidade na área são de deficiência para a maioria dos nutrientes essenciais para culturas anuais e perenes ... "* (HIDROGEO, 1990, pag. III / 139).

A isto, acrescente-se o fato de que sua textura arenosa e cascalhenta não retém umidade, caracterizando-se, portanto, por uma deficiência aguda de água.

b) Associação de cambissolos (Cd1/2):

Esta classe é constituída por solos pouco desenvolvidos, com presença de minerais primários facilmente intemperizáveis e texturas bastante variáveis, tendendo a serem fortemente granulares. Estão situados geralmente em relevo ondulado, fortemente ondulado, escarpado e montanhoso. Apresentam um nível muito suscetível à erosão, em função de serem solos impermeáveis, pouquíssima espessura (< 10 cm o horizonte A e horizonte B câmbico entre solo e rocha decomposta), declividades mais acentuadas (> 10%) a fortemente acentuadas (< 45%), apresentando cobertura vegetal rala, constituída geralmente por gramíneas, cujo enraizamento não ultrapassa o horizonte A. Essa suscetibilidade aumenta assustadoramente quando descascados da camada natural e expostos à ação principalmente de chuvas. Desenvolvem-se principalmente a partir da decomposição de filitos, ardósias, metasiltitos e quartzitos, que geralmente configuram seu substrato.

São pouco profundos e pouco aptos para agricultura, em função de sua deficiência em fertilidade, dificuldade para se trabalhar mecanicamente, e suscetibilidade à erosão, uma vez mexida sua camada superior. Não é por acaso que a cobertura natural deste tipo de solos seja do tipo savanna, fitofisionomia que se adapta bem a tais condições.

c) Solos Texturais (T):

A ocorrência desta classe de solos esta relacionada à presença de rocha calcária com concreções lateríticas. Caracterizam-se por apresentarem maior teor de argila no horizonte B (mais profundo, menos sujeito à erosão e às modificações causadas pelo homem) do que no horizonte A (camada superficial onde há acúmulo de húmus e perda de materiais por eluviação). São solos geralmente estáveis e bem estruturados, estando situados nos trechos de território mais baixos e úmidos, apresentando maior fertilidade do que o restante dos solos.

d) Solos Hidromórficos (Hi1/2):

A ocorrência destes solos está sempre relacionada à saturação de água, permanente ou temporária. Sob essas condições ocorre um processo acentuado de redução dos óxidos de ferro presentes no solo, o que lhe confere cores acinzentadas e acúmulo de matéria orgânica nos horizontes superficiais. Os solos hidromórficos se apresentam de forma relativamente variada, dependendo das maiores ou menores ocorrências de umas ou outras substâncias.

No caso dos gleis húmicos (pouco ou muito húmicos), predomina o horizonte superficial orgânico mineral, constituído de matéria orgânica (superior a 4% no caso do glei muito húmico, inferior a 4% no caso do glei pouco húmico) decomposta, seguido por camadas acinzentadas que indicam intensa redução de ferro em consequência da falta de arejamento do solo. São solos pouco profundos, de textura predominantemente argilosa, pouco porosos e de baixa permeabilidade.

Os solos orgânicos são provenientes de depósitos de restos vegetais, em graus variados de decomposição, acumulados também nos horizontes superficiais, que apresentam coloração preta em função dos elevados teores de carbono. São desenvolvidos em condições permanentes de encharcamento em áreas abaciadas próximas a cursos de água, onde o lençol freático permanece próximo à superfície do solo durante grande parte do ano.

Os solos aluviais são formados a partir de depósitos dos mais variados, recentes, apresentando diferentes espessuras, cores, granulometrias etc. Sua fertilidade é variável, geralmente pobre, em função da deficiência em minerais essenciais.

As lateritas hidromórficas são mais raras e se apresentam com cores variadas, em função da redução e/ou oxidação do ferro devido à oscilação do lençol freático.

A Fig. 22, mostrada a seguir, registra as principais ocorrências pedológicas no município e a Fig. 23 apresenta a classificação de solos em relação a encharcamento, textura e influência das marés.

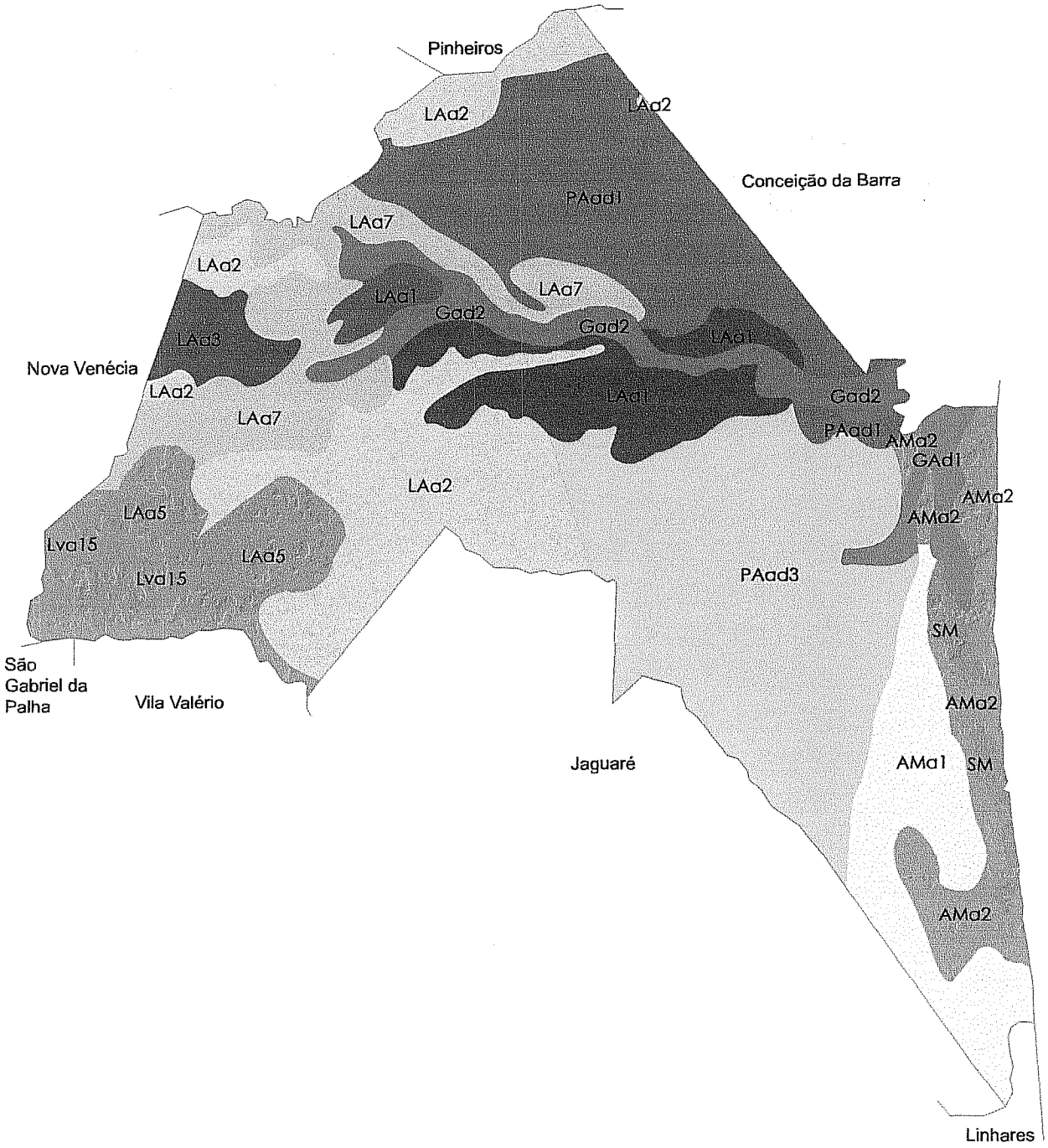


Fig 22: Formações Pedológicas no município de São Mateus

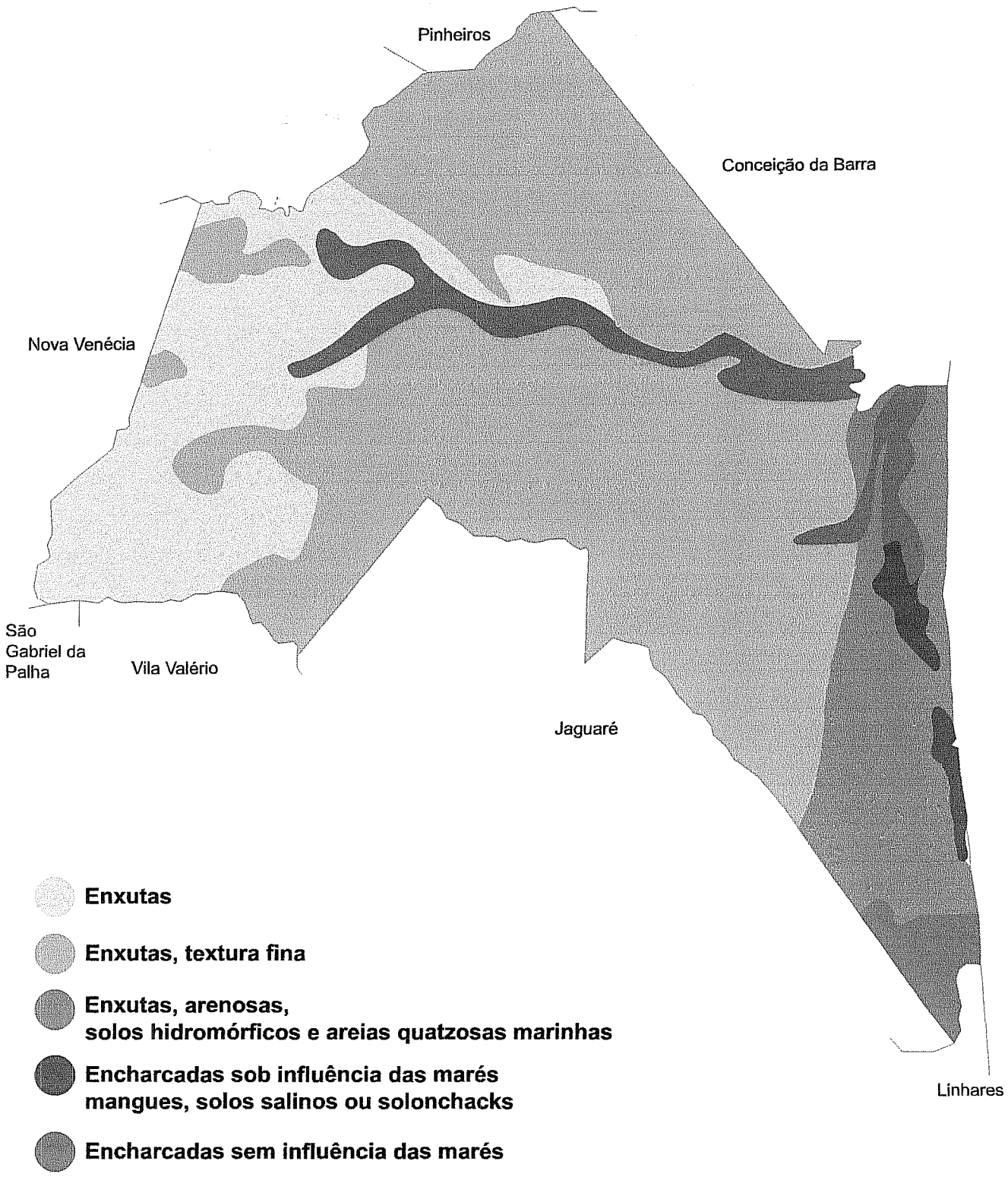


Fig 23: Classificação de solos do município de São Mateus em relação a encharcamento, textura e influência das marés.

Conclusão:

Deduz-se, portanto, que as áreas do município de São Mateus que não escapam dessa caracterização, não apresentam necessariamente uma vocação agrícola destacada. As áreas de latossolo vermelho-escuro, potencialmente mais aptas a tal destinação, demandam manejo relativamente avançado, exigindo corretivos do solo e seu gerenciamento de modo a evitar erosão. Os corretivos do solo, se mal equacionados, podem constituir-se em fator de risco poluidor para as qualidades do meio ambiente das bacias do sistema fluvial. Tudo isto é de elevado custo, só sendo economicamente viável esta destinação se o custo da terra for baixo e os produtos obtiverem uma alta remuneração no mercado.

Argumentação semelhante pode ser desenvolvida para os cambissolos e, neste caso, agravada pelo fato de uma relativa impossibilidade de utilização de motomecanização.

Em compensação, a textura média, tanto dos latossolos quanto dos cambissolos (proporções de argilas, areias e cascalhos), garante uma composição granulométrica com consistência friável, quando seco, e ligeiramente plástico e pegajoso, quando úmido, pouco expansivos e relativamente estáveis, relativamente permeáveis e, portanto, sem riscos de encharcamento, dando boas condições para a implantação de obras civis, fundações, ruas etc.

No caso dos cambissolos, pelo fato destes não serem muito profundos, é possível encontrar a poucos metros da superfície camadas pedregosas ou rochosas, ou concreções lateríticas. Elas podem constituir-se em impedimento, por um lado, para obras de maior vulto mas, por outro, são fontes potenciais para material de construção de aterros e pavimentação provisória de vias.

> *"... O relevo está associado a diferentes classes de solos. Os latossolos situam-se, em princípio, em terreno plano a suavemente ondulado (de 0 a 8% de declividade), e os cambissolos, litólicos, concrecionários e afloramentos de rochas estão situados, também em princípio, em áreas de relevo ondulado a fortemente ondulado (declividade superior a 8%) .*
>
> *Nestas áreas mais dobradas, cuidados especiais devem ser tomados para evitar deslizamento de materiais e assoreamento das drenagens naturais. Obras e construções devem ser evitadas nestes terrenos, pelo menos nos trechos mais escarpados, recomendando-se a manutanção destes trechos em condições naturais e, caso tenham sido desmatadas, seu reflorestamento, de preferência com espécies nativas.*
>
> *Nas áreas marginais aos cursos de água é recomendável a reconstituição de matas galeria nas áreas bem drenadas e a manutenção dos campos higrófilos nas áreas mal drenadas. Igualmente devem ser reflorestadas as cristas de morros mais acidentadas e bordas íngremes de chapadas, evitando-se a construção de qualquer tipo de edificação nestes pontos críticos... "*(HIDROGEO, 1990, pag. III / 144*).*

1.1.4.2) Geomorfologia (hipsometria e gradientes de declividade)

A geomorfologia do sítio é praticamente resultado dos movimentos tectônicos vinculados às várias fases geológicas (cavalgamentos, seguimentos, dobramentos e deslizamentos), com superposição de seus efeitos, e a ação física e química milenar da incidência climatológica (eventos morfoclimáticos do tipo etchiplanação, erosão, afloramento etc.) nas suas expressões de precipitações chuvosas, incidência de ventos etc.

A geomorfologia pode ser analisada a partir de sua expressão hipsométrica (hipsometria) ou a partir dos gradientes de sua declividade.

- **Hipsometria**

A hipsometria estuda, analisa e entende os diferentes patamares de alturas do terreno em relação ao nível do mar. A superposição das informações hipsométricas com informações em relação aos ventos dominantes, por exemplo, explicam os diferentes microclimas existentes nas diferentes microrregiões. As informações hipsométricas, por si, explicam o traçado que a hidrologia de superfície assume na região.

Assim, por exemplo, a cidade de São Mateus encontra-se assentada num mesmo nível hipsométrico (de 0 a 100 metros), independentemente dos desníveis bastante acentuados entre diferentes subunidades geomorfológicas (vide item seguinte). O mesmo pode se dizer do município como um todo.

- **Unidades geomorfológicas / Relevo / Declividade**

A estrutura litológica tal como descrita praticamente determina a estrutura de declividades e as 03/três unidades geomorfológicas que caracterizam o município (vide Fig. 24). O relevo de São Mateus é constituído de terrenos planos com baixadas alagadiças e dunas no litoral (vide Figs. 25 e 26). Nas partes mais altas (tabuleiros), onde se encontra a sede do município, são constituídas de chapadões terciários, com ligeira declividade para o litoral, com altitudes iniciais em torno dos 30 metros atingindo altitudes em torno dos 350 metros onde ocorrem as elevações rochosas precambrianas (vide Figs. 27 e 28). Na parte oeste, divisa com os municípios de Nova Venécia e Vila Valério, afloram as rochas do Escudo Cristalino Brasileiro pertencentes à Serra da Mantiqueira (vide Figs. 29 e 30).

Em nível local, a geomorfologia do sítio da cidade de São Mateus / unidade São Mateus / Guriri se caracteriza por ocorrer praticamente num mesmo pediplano, com variações de cota entre os 0 metros junto ao litoral, e os 30 metros na sede do município / cidade de São Mateus, na região em torno da BR 101. O trecho entre Guriri e a sede / cidade de São Mateus, caracteriza-se por ser extremamente plano, com variações entre os 0 e 3 a 4 metros, portanto bastante alagadiça e com presença substantiva de solos hidromórficos (vide Fig. 31). A partir da região da Pedra d´Água, no sentido Guriri/São Mateus, o terreno começa a subir, atingindo as cotas mencionadas dos 30 metros. A sede da cidade de São Mateus tem trechos junto ao rio São Mateus, com cotas em torno dos 2 metros, e apresenta ocupações irregulares dos fundos de vales da bacia dos córregos Abissínia / Ribeirão, com cotas em torno dos 3 a 4 metros (vide Figs. 32 e 33).

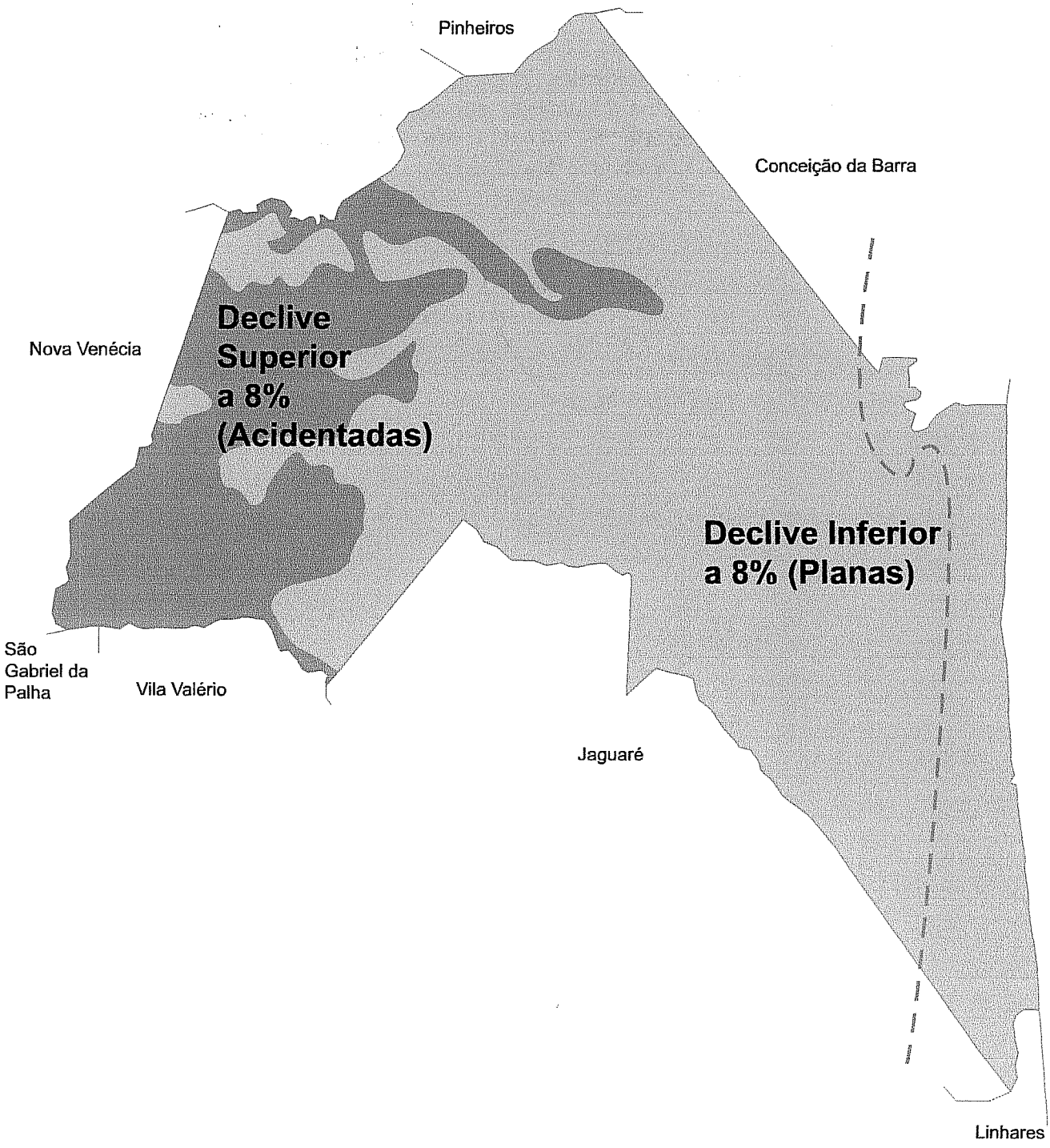


Fig 24: Relevo do município de São Mateus

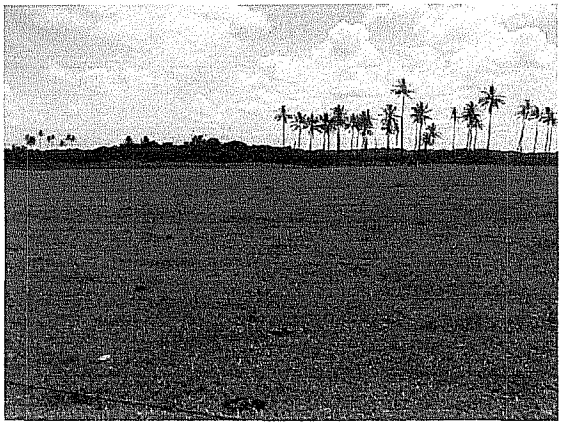


Fig 25



Fig 26

Planície com baixadas alagadiças



Fig 27

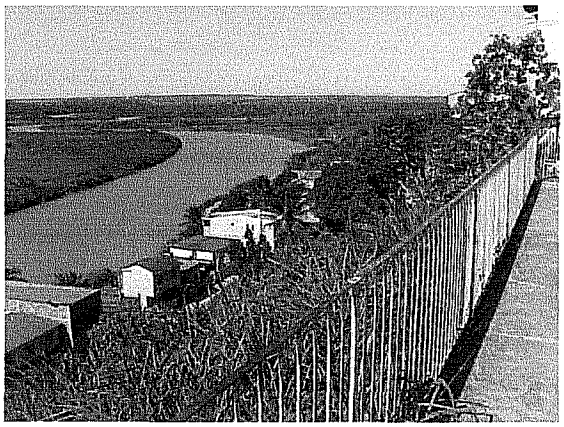


Fig 28

Chapadões terciários, com altitude em torno de 30m

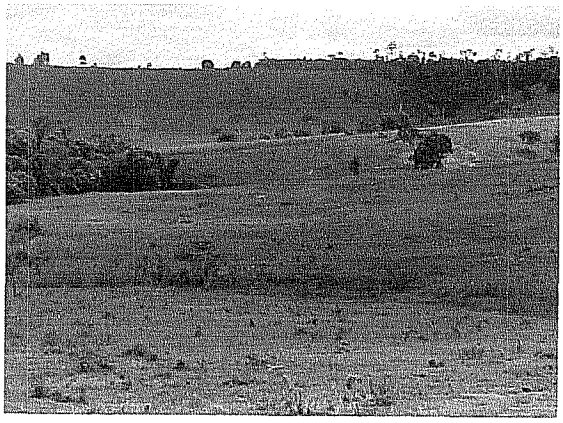


Fig 29



Fig 30

Áreas rochosas do escudo cristalino brasileiro



Fig 31: Solos Hidromórficos



Fig 32: Ocupações irregulares próximas ao rio São Mateus

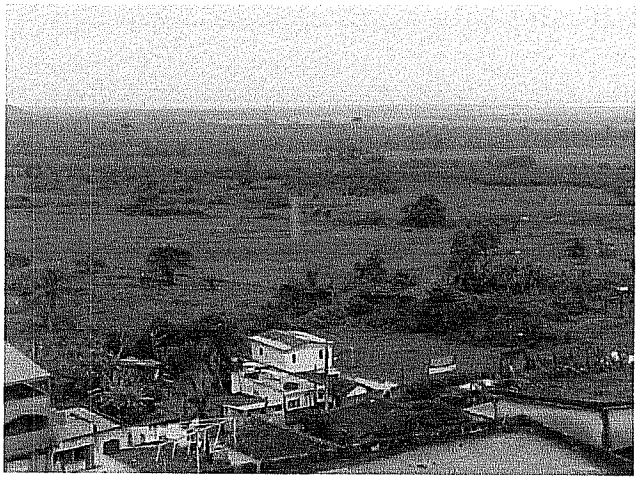


Fig 33: Ocupações irregulares na microbacia do córrego Ribeirão

1.1.4.3) Hidrologia (de superfície e subterrânea)

A hidrologia representa a terceira vertente de estudo / análise do meio fisiográfico, e trata dos recursos hídricos permanentes e/ou temporários, tanto superficiais quanto subterrâneos. A importância do estudo destes recursos é fundamental, por vários motivos. Em primeiro lugar, são recursos relativamente escassos e não necessariamente renováveis, ou pelo menos renováveis a partir de grandes insumos. É de conhecimento geral o avanço dos processos de desertificação do solo quando não se presta atenção à preservação dos recursos em pauta. Em segundo lugar, enorme quantidade de atividades das sociedades humanas encontram-se umbilicalmente relacionadas à existência de água em quantidades e qualidades razoáveis. O próprio conceito de desenvolvimento sustentável encontra-se intimamente relacionado à preservação e renovação destas fontes hídricas. Qualquer política de usos e ocupações do solo (objeto de um Plano Diretor Urbano como o que se encontra em elaboração) deve levar em consideração, de forma muito especial, a existência e características dos recursos hídricos como os que serão descritos a seguir.

- **Hidrologia de superfície**

As bacias que compõem a paisagem hidrográfica do município de São Mateus são as dos rios Itaúnas, São Mateus e Barra Seca. Existem ainda outras pequenas bacias, que também são de muita importância nessa composição. São formadas pelos córregos Bamburral, Rio Preto e Abissínia ou Ribeirão.

(vide Fig. 34)

a) A bacia do rio Barra Seca:

O rio Barra Seca nasce em Nova Venécia e depois de percorrer 120 km entra na região na região pantanosa da Suruaca, onde contribui para a formação desse pantanal, cuja área é estimada em 123.000 ha. Nessa região existia até poucos anos atrás uma grande lagoa – a Lagoa da Suruaca – de onde se formava o rio Mariricu, Esse rio, que na realidade era o próprio rio Barra Seca, acompanha o litoral separado das águas do mar apenas pelo cordão arenoso do litoral, indo desaguar no rio Cricaré ou São Mateus.

O comendador Reginaldo Gomes da Cunha, irmão do Barão dos Aymorés, sabendo que em determinado ponto esse rio se aproximava muito do litoral, teve a iniciativa de abrir um pequeno canal ligando o rio ao mar, criando assim uma nova barra. Daí surgiu o nome "Barra Nova", dado à pequena baía que ali se formou. Essa barra foi aberta em 1866 com a finalidade de se criar um novo porto devido à precariedade da foz do rio São Mateus, em Conceição da Barra, o que dificultava a navegação. Outra intenção era o esgotamento das águas para o aproveitamento das terras férteis para a expansão da pecuária.

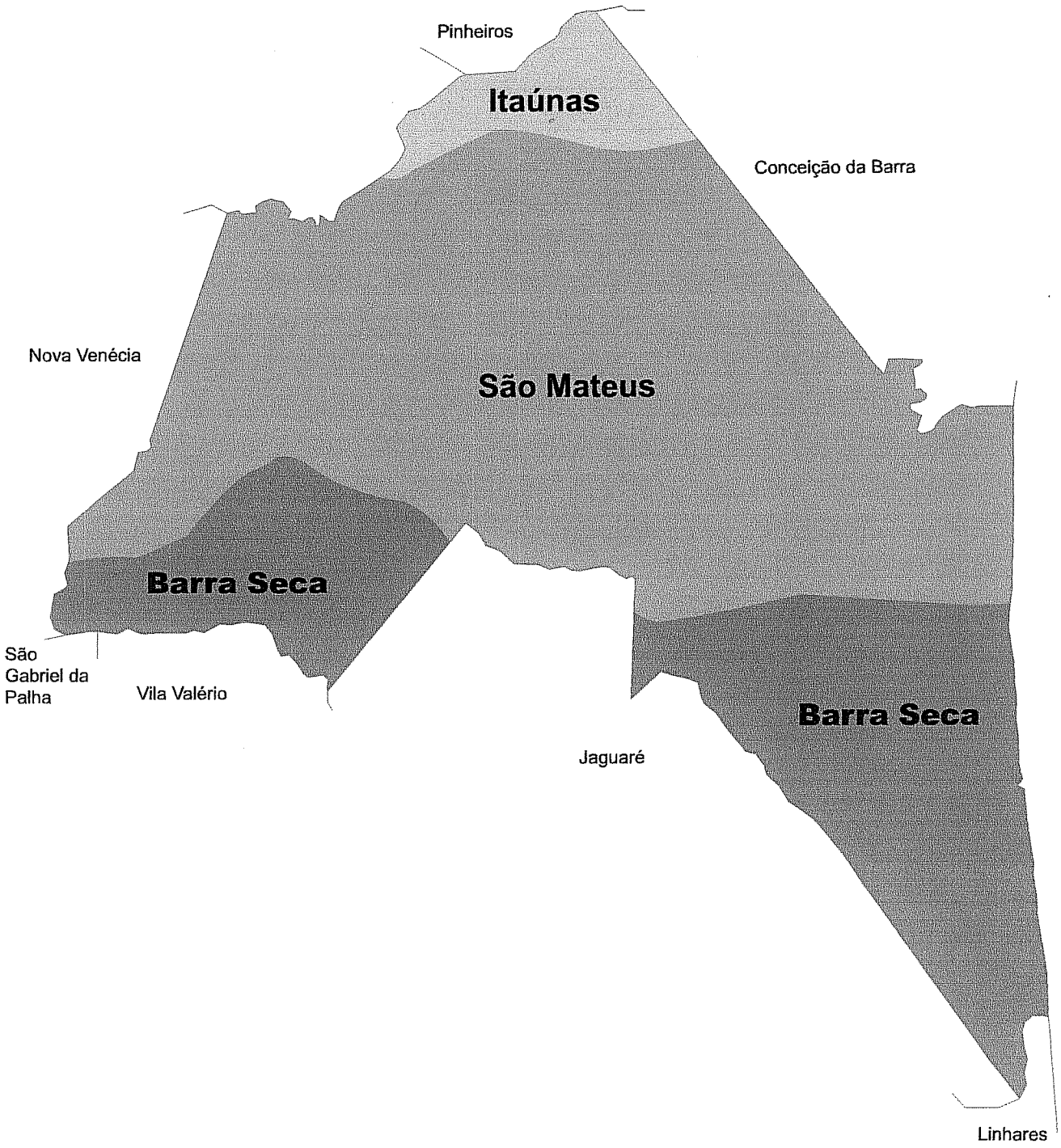


Fig 34: As Bacias Hidrográficas do município de São Mateus

A lagoa da Suruaca teve uma segunda tentativa de esvaziamento. Em certo ponto ela se aproximava menos de 300 metros do rio Ipiranga. O que separava a lagoa do rio era apenas um pequeno cordão arenoso. Isso levou os proprietários de terra daquela região a tomarem a iniciativa de abrir um outro canal ligando a lagoa ao rio, com a finalidade de esgotar o pantanal e aproveitar o terreno fértil das turfas ali existentes. A prefeitura de São Mateus iniciou no final da década dos anos 30 os serviços, e não chegou a concluí-los, pois foi encontrado abaixo do cordão arenoso a formação de recifes de arenito.

A idéia foi retomada e concluída em 1959 pelo agrimensor Eugênio Neves Cunha, que conseguiu baixar o canal até o nível de preamar, o que permitiu o esgotamento das águas daquele pantanal.

Essa intervenção trouxe um grande prejuízo ambiental pois as águas da lagoa Suruaca foram drenadas e as terras formadas por turfa, tão desejadas pelos fazendeiros devido a sua fertilidade, constantemente são queimadas pelos incêndios que lá ocorrem nas estiagens prolongadas. Além disso ocorre ainda o fenômeno da salinização das águas de toda a região, quando os períodos das grandes marés coincidem com as estiagens. No final do ano de 1998, a região formada pelo Nativo precisou ser socorrida pela prefeitura de São Mateus, que foi obrigada a mandar água em carro pipa para atender à população, pois todos os mananciais foram salinizados, inclusive os poços artesianos.

b) A bacia do rio Itaúnas:

Quase toda a bacia deste rio pertence ao Espírito Santo, exceção para vários afluentes da margem esquerda do braço norte, como Rio Dourado. O braço sul se junta ao braço norte próximo à cidade de Pedro Canário formando o rio Itaúnas que se dirige ao distrito de mesmo nome onde encontra forte barreira de dunas, mudando então seu curso para o sul até próximo à cidade de Conceição da Barra, onde fica a sua foz.

c) A bacia do rio São Mateus:

É formado por 02/dois braços: o rio Cotaxé ou Braço Norte, com 244 km de extensão, e mo rio Cricaré ou Braço Sul, com 188 kms de extensão. Ambos nascem em Minas Gerais.

O rio Cotaxé serve de divisa com o estado de Minas Gerais, numa extensão de 43 km e o rio Cricaré serve de divisa com aquele mesmo estado numa extensão de 10 km.

Os afluentes mais importantes do rio Cotaxé em território espírito-santense são: córrego Muritiba (divisa com Minas Gerais), ribeirão Jaboti e córrego do Desespero, pela margem esquerda, e ribeirão da Prata, ribeirão Santa Rita, rio Dois de Setembro, rio Quinze de Novembro e córrego Santa Joana, pela margem direita.

Os afluentes mais importantes do rio Cricaré são: córrego do Garfo, Rio Preto, córrego dos Paulistas, córrego Todos os Santos, córrego Rapadura, córrego Grande, pela margem esquerda, e ribeirão São Francisco, córrego Vargem Alegre, rio Muniz Freire, córrego Cristalino, córrego Boa Esperança, rio Preto e córrego do Tapuio, pela margem direita.

Esses dois grandes rios se juntam formando o rio São Mateus, cujos afluentes mais importantes são: o rio São Domingos e o córrego Grande, pela margem esquerda, e o córrego Bamburral, o córrego Pedra d´Água, o rio Preto e o rio Mariricu, pela margem direita.

O rio São Mateus tem 65 km de extensão, e sua bacia abarca 10.335 km^2. É a segunda maior bacia hidrográfica do estado do Espírito Santo (vide Figs. 35, 36 e 37).

Conforme colocado inicialmente que mais 02/duas microbacias são importantes do ponto de vista hidrográfico: a microbacia do Rio Preto e a do córrego Abissínia ou Ribeirão ou Pedra d´Água.

d) A microbacia do Rio Preto:

O Rio Preto nasce em São Mateus, próximo à sede do distrito de Nestor Gomes. É formado pela junção dos córregos Grande, Areia, Cerejeira e o braço sul do Rio Preto. Recebe outros pequenos afluentes e deságua no rio São Mateus, entre a sede da cidade e o rio Mariricu. Sua presença é marcante na vida dos mateenses, pois no seu encontro com a via que liga São Mateus a Guriri cria um balneário fluvial com grande afluência nos fins de semana (vide Fig. 38).

e) A microbacia do córrego Abissínia / Ribeirão / Pedra d´Água:

Este córrego nasce em São Mateus com o nome de córrego Abissínia. Próximo ao bairro Sernamby recebe as águas do córrego Malaquias (Vila Nova). A partir daí é conhecido como córrego Ribeirão. Depois do bairro Forno Velho recebe as águas do córrego da Bica e Forno Velho. Na Pedra d´Água recebe as águas dos córregos Seco e da Estiva. Daí em diante, até sua foz no rio São Mateus, é conhecido como córrego Pedra d´Água. Esta microbacia organiza de certa forma a delimitação ocidental da ocupação urbana da cidade de São Mateus (vide Fig. 39). Como essa ocupação, nessa área, ocorre sem fiscalização, esta microbacia encontra-se bastante degradada. A Defesa Civil mapeou uma série de áreas de risco, a partir destas constatações (vide Fig. 40).

A Fig. 41 a seguir apresenta a Hidrologia do Município de São Mateus.

(vide, concomitantemente, Nardoto, E. & Lima, H.: História de São Mateus, EDAL/Editora Atlântica Ltds, São Mateus, ES, 2001, pág. 160).

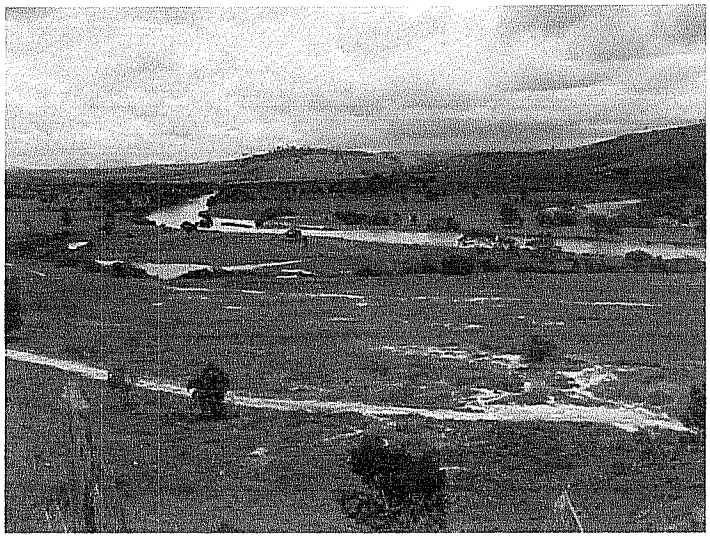


Fig 35: Bacia Hidrográfica do Rio São Mateus



Fig 36: Rio São Mateus



Fig 37: Rio São Mateus



Fig 38: Microbacia do Rio Preto



Fig 39: Córrego da Pedra d'Água

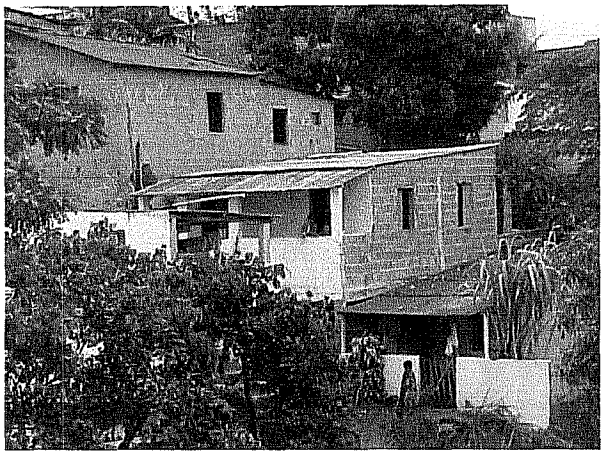


Fig 40: Ocupações irregulares na microbacia do córrego Abissínia

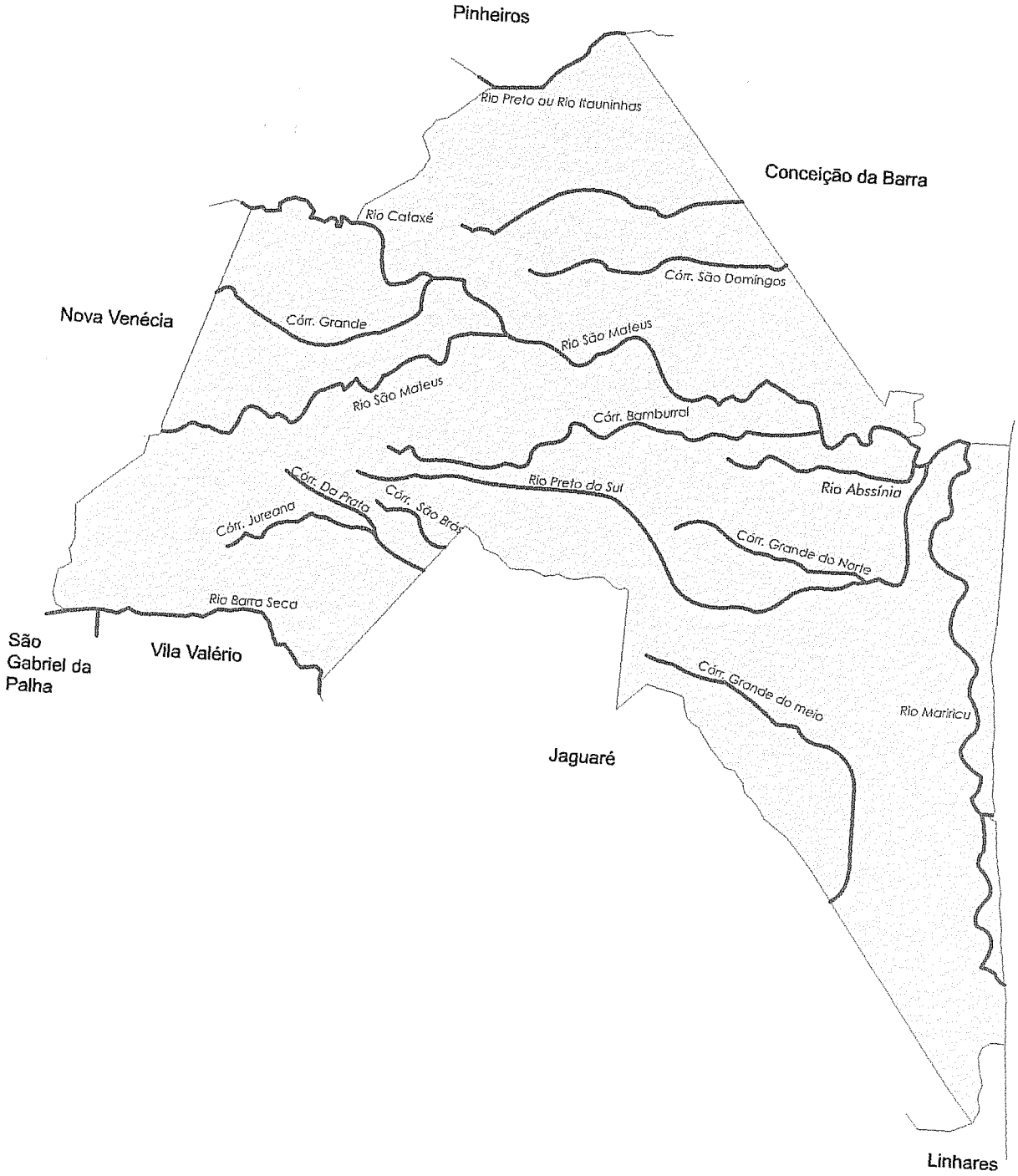


Fig 41: Hidrografia do município de São Mateus

1.1.5) Os aspectos bióticos da região

1.1.5.1) Flora

Historicamente, dos 45.597 km^2 do estado do Espírito Santo, quase 85% estavam cobertos de matas. Os restantes 15% eram ocupados por restinga. Em São Mateus, especificamente, na região costeira predominava a restinga. Nos tabuleiros e vales dos rios a cobertura vegetal era de Mata Atlântica de Planície e de Encosta, com abundância de madeiras nobres.

Apesar da colonização do território ter tido início em torno de 1540, esta situação da flora permanece inalterada até praticamente o final do século XIX, quando o Barão dos Aymorés e outros iniciaram a exploração das terras rio acima (em direção de Itaúnas) e em direção de Conceição da Barra. As matas existentes deram lugar ao cultivo da mandioca. Com a chegada dos italianos a partir de 1887, se assentando entre Santa Leocádia e Nova Venécia, as matas existentes deram lugar à plantações de café. A extração de madeiras para comercialização passou a ser uma atividade econômica muito importante, ao preço do correspondente desmatamento.

O século XX se caracteriza pelo aparecimento de uma série de serrarias em São Mateus e no seu entorno imediato, e uma correspondente grande devastação da exuberante Mata Atlântica a partir da implantação de grandes fazendas de gado.

Enquanto os madeireiros retiravam só as árvores consideradas nobres, os fazendeiros derrubavam o resto e queimavam.

Na década dos anos 70, com a implantação dos projetos de reflorestamento da Aracruz Celulose e Companhia Vale do Rio Doce, foi praticamente decretada a morte da vegetação natural do norte do estado. Apenas algumas reservas naturais isoladas conseguiram sobreviver.

Segundo dados da EMATER, as 259.919,3 ha do município de São Mateus se dividem do ponto de vista da vegetação e demais usos da seguinte forma:

Área total	259.919,3 ha
Reflorestamento	40.444,0 ha
Matas / restingas	30.000,0 ha
Inaproveitável	38.000,0 ha
Pastagens	87.230,0 ha
Culturas	18.000,0 ha
Não exploradas	43.245,3 ha

1.1.5.2) Fauna

Com a total modificação da vegetação original, a rica fauna inicialmente existente foi praticamente dizimada, restando apenas alguns exemplares de diferentes espécies, que tendem a desaparecer.

1.1.6) Os aspectos antrópicos da região

1.1.6.1) Dinâmica e caracterização socioeconômica da população

Quando do registro histórico da formação do município de São Mateus (vide item *1.1.1Histórico da formação e caracterização da área e seu entorno*) foi assinalada a dinâmica da formação da população do mesmo.

Nesse sentido, foi descrita a forma como índios, portugueses, negros escravos e italianos tinham ido amalgamando o perfil desta população.

Os primeiros dados demográficos são encontrados no ano de 1764, dando registro de 345 habitantes (basicamente portugueses, sendo estes: 98 acasalados, 98 filhos de casais, 12 viúvos, 17 filhos de viúvos, 07 viúvas e 15 filhos de viúvas). Nesta contagem não se encontravam incluídos índios ou escravos.

Existe um outro registro, no ano de 1827, que dá conta de 947 brancos. Neste registro já constam outras etnias, perfazendo um número em torno de 5.000 pessoas (783 índios, 1639 pardos e 2886 negros). O total de "almas" no município alcançava o número de 6.246.

No século XX, através dos censos realizados a partir da década dos anos 40 pelo IBGE, o crescimento populacional do município de São Mateus se comportou conforme demonstrada na tabela 02 a seguir:

Tabela 02: Evolução Demográfica

Ano	1940	1950	1960	1970	1980	1991	1993	1996/97	2000
Habitantes	24.250	39.850	39.706	41.147	55.083	73.830	76.409	82.514	90.460

Nas décadas dos anos 50 e 60 os censos acusaram uma pressuposta estagnação, que não existiu. O fato é explicável a partir dos desmembramentos do município de São Mateus visando a criação de outros municípios.

O município de São Mateus experimentou a partir do final da década dos anos 70 um grande crescimento populacional, com a chegada de 02/dois grandes projetos: o da exploração das jazidas de petróleo por parte da PETROBRAS, tanto em terra quanto em alto mar, quanto o de reflorestamento do norte do estado com eucaliptos, por parte da ARACRUZ Celulose SA e da Companhia VALE DO RIO DOCE (Florestas Rio Doce). No início da década de 80 a população era ainda eminentemente rural. Mas isso mudou substantivamente pouco tempo depois.Tabela 03: Distritos do Município de São Mateus

Município / distritos	Total	População urbana
São Mateus	41.147	12.884
Sede	19.596	10.680
Barra Nova	3.910	96
Barra Seca	2.763	479
Itauninhas	3.955	280
Jaguaré	4.664	967
Nestor Gomes	4.530	340
Nova Verona	1.756	42

Fonte: IBGE Censo 2000

Graças aos modelos desenvolvimentistas dos últimos anos, são raros no país os municípios cuja população rural supera a urbana. O município de São Mateus não é uma

exceção (vide item 1.1.5.1 *Caracterização sócio-econômica da População*). Ele caracteriza-se pelo grande fluxo migratório de pessoas provenientes de municípios e estados vizinhos (Bahia e Minas Gerais), atraídos pela convergência natural de sua localização, às margens da BR 101 (praticamente, São Mateus é lugar de passagem obrigatória entre o Sudeste e o Nordeste). São atraídos também pela expectativa de empregos nas grandes empresas instaladas no município (Aracruz Celulose, PETROBRAS e Florestas Rio Doce), que, na sua implantação, precisaram de muita mão de obra mas que, agora, depois de implantadas, estão diminuindo acentuadamente o número de trabalhadores.

Assim, por exemplo, a maioria das empresas agroflorestais, visando a redução de custos, prefere o transporte diário de seus trabalhadores, cuja maioria mora na sede do município, evitando gastos com a implantação e manutenção de infra-estruturas próprias, como residências, escolas, postos de saúde e outros serviços, no interior do município, perto dos locais de trabalho.

A evolução demográfica no Município de São Mateus na última década foi a seguinte: aumento absoluto de 16.630 pessoas (73.830 habitantes em 1991) a uma taxa de 1,96% ao ano. Com relação à intensidade do crescimento no período 1996 – 2000, São Mateus apresentou taxas anuais ainda mais elevadas (2,29%), extremamente superiores às dos demais municípios da região norte do Espírito Santo. Tal dinamismo denota a importância dessa localidade como pólo de atração, reunindo as funções de centro regional e microrregional dentro do Estado.

Conforme já descrito, a supremacia das populações urbanas também é um fenômeno presente no município. De todos os municípios do norte do Estado, São Mateus, juntamente com Colatina e Linhares, tem apresentado as mais altas e significativas taxas de crescimento urbano, comportamento verificado ao longo das últimas décadas.

Tabela 04: Caracterização da população do Município de São Mateus.

São Mateus - dados referentes à população		
Pessoas residentes	90 460	habitantes
Homens residentes	45 002	habitantes
Mulheres residentes	45 458	habitantes
Pessoas residentes - área urbana	69 004	habitantes
Pessoas residentes - área rural	21 456	habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade	71 490	habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - alfabetizada	62 054	habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais - taxa de alfabetização	86,80	habitantes
Pessoas residentes - 0 a 4 anos de idade	9 299	habitantes
Pessoas residentes - 5 a 9 anos de idade	9 671	habitantes
Pessoas residentes - 10 a 19 anos de idade	20 508	habitantes
Pessoas residentes - 20 a 29 anos de idade	16 390	habitantes
Pessoas residentes - 30 a 39 anos de idade	13 610	habitantes
Pessoas residentes - 40 a 49 anos de idade	9 986	habitantes
Pessoas residentes - 50 a 59 anos de idade	5 228	habitantes
Pessoas residentes - 60 anos ou mais de idade	5 768	habitantes

Fonte: IBGE Censo 2000

Do ponto de vista estritamente econômico, vale assinalar que a renda estadual, a preços de mercado, em 1997, foi de R$ 16,088 mil o que situou a renda per capita anual em torno de R$ 5,64 mil para o Espírito Santo. A renda média dos municípios do norte do Espírito Santo situou-se neste ano em torno de R$ 2,5 mil, estando o Município de São Mateus em 13º lugar, com uma renda per capita de R$ 2,96 mil.

Tabela 05: Espírito Santo. Renda *Per Capita* Municipal Classificada em Ordem Decrescente. 1997

Municípios	Preços de Mercado (R$ mil)	População (estimada 1997)	Renda *Per Capita* (R$ mil)
Conceição da Barra	116.745	26.267	4,44
Colatina	466.663	105.591	4,42
Linhares	430.196	104.337	4,12
Rio Bananal	57.177	16.110	3,55
Mucurici	21.033	6.247	3,37
Nova Venécia	136.691	42.050	3,25
Pinheiros	67.331	20.946	3,21
Sooretama	47.839	15.016	3,19
São Domingos do Norte	22.698	7.211	3,15
Ecoporanga	68.168	21.720	3,14
Baixo Guandu	81.400	26.514	3,07
Jaguaré	53.084	17.773	2,99
São Mateus	**251.648**	**84.971**	**2,96**
Montanha	48.299	17.859	2,7
São Gabriel da Palha	66.629	24.882	2,68
Marilândia	25.136	9.511	2,64
Bom Jesus do Norte	23.008	8.743	2,63
Barra de São Francisco	94.063	36.869	2,55
Pedro Canário	57.380	22.774	2,52
Boa Esperança	33.828	13.429	2,52
Vila Pavão	20.617	8.788	2,35
Alto Rio Novo	16.229	7.111	2,28
Águia Branca	22.062	9.720	2,27
Pancas	44.772	19.878	2,25
Ponto Belo	15.357	6.843	2,24
Mantenópolis	26.951	12.064	2,23
Água Doce do Norte	26.975	12.841	2,1
Vila Valério	28.655	13.849	2,07
TOTAL ESTADO	**16.088.240**	**2.853.098**	**5,64**

Fonte: IPES - Instituo de Planejamento do ES

A Tabela 06, mostrada a seguir, estabelece uma correlação entre a população e uma série de indicadores da correspondente qualidade de vida.

Tabela 06: Informações do Município de São Mateus

Informações do Município de São Mateus		
Pessoas residentes – 2000	90 460	habitantes
Homens residentes – 2000	45 002	habitantes
Mulheres residentes – 2000	45 458	habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais - alfabetizada – 2000	62 054	habitantes
Domicílios particulares permanentes - 2000	23 181	domicílios
Domicílios particulares permanentes - com banheiro ou sanitário - esgotamento sanitário - rede geral 2000	12 797	domicílios
Domicílios particulares permanentes - forma de abastecimento de água - rede geral - 2000	17 888	domicílios
Domicílios particulares permanentes - destino de lixo - coletado – 2000	17 850	domicílios
Hospitais – 2000	2	hospitais
Leitos hospitalares – 2000	143	leitos
Unidades ambulatoriais – 1999	25	unidades
Matrículas - ensino fundamental - 2000	20 985	matrículas
Matrículas - ensino médio - 2000	4 796	matrículas
Estabelecimentos de ensino fundamental – 2000	119	Estab. de ensino
Estabelecimentos de ensino médio - 2000	10	Estab. de ensino
Eleição municipal - eleitores - 2000	55 878	eleitores
Nascidos vivos - registros no ano - lugar do registro - 1998	2 334	pessoas
Casamentos - registros no ano - lugar do registro - 1998	371	pessoas
Óbitos - ocorridos e registrados no ano - lugar do registro - 1998	588	pessoas
Separações judiciais – reg.ano - lugar da ação do processo - 1998	39	pessoas
Empresas com CNPJ atuantes - unidade territorial - 1998	1 601	empresas
Pessoal ocupado - unidades locais - 1998	9 420	pessoas ocup.
Agências bancárias - 2000	4	agências
Valor do Fundo de Participação dos Municípios - FPM - 2000	5 434 718,97	reais
Valor do Imposto Territorial Rural - ITR - 2000	63 780,45	reais
População residentes - 1991	73 555	Habitantes
População residentes – 1996	82 514	Habitantes
Área total – 2000	2 283,63	Km^2

Fonte: IBGE Censo 2000

1.1.6.2) Dinâmica Econômica

O Estado do Espírito Santo forma, juntamente com os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, a Região Sudeste, o mais importante pólo de desenvolvimento econômico e social do País, cuja importância está calcada na concentração majoritária de contingentes populacionais urbanos e de atividades industriais e de serviços. A importância da localização estratégica do Estado fica evidenciada quando se constata que, num raio de 1.000 Km encontram-se os principais centros consumidores do País.

Do final do Século XIX, a meados dos anos 60, a monocultura do café formou a base econômica do norte do estado do Espírito Santo. Mas a partir dos anos 40, a Companhia Vale do Rio Doce iniciou a exportação de minério de ferro de Minas Gerais através do porto de Vitória, estabelecendo o marco inicial que levaria o Estado do Espírito Santo à sua vocação de um dos principais estados brasileiros com economias voltadas para exportação – em função de sua posição geográfica na costa brasileira.

Na década de 80, o Espírito Santo teve uma relativa independência quanto aos problemas experimentados pela economia brasileira, devido à sua forte ligação com o exterior. Assim, diferenciou-se da realidade do restante do País, em termos de crescimento econômico: enquanto a economia brasileira, considerando-se 1985 como ano base, apresentou um índice de crescimento de 137% até 1998, o Espírito Santo, no mesmo período, atingiu 141% (1998), ampliando a sua participação relativa no PIB nacional, que passou de 1,82% em 1994 para 1,90% em 1998. O PIB capixaba neste ano foi estimado pela Fundação IBGE em R$ 17.362 milhões (preço de mercado corrente).

Tabela 07: Espírito Santo - Produto Interno Bruto a Preços de Mercado - 1994 - 1998

Valores Correntes

Anos	PIB Espírito Santo	Brasil	Relação ES/BR	Taxa Anual Crescim. Real ES	Indústria Crescim. Real do ES (1985=100)	Taxa Anual Crescimen. Real BR	Indústria Crescimen. Real do BR (1985=100)
1994	6.369	349.205	1,82	6,70	126,63	5,19	123,67
1995	12.858	646.191	1,99	0,43	127,18	2,98	127,36
1996	14.909	778.886	1,91	6,03	134,84	3,26	131,51
1997	16.198	870.743	1,86	1,74	137,19	3,82	136,53
1998	17.362	913.735	1,90	2,85	141,10	0,22	136,83

Fonte: IPES/Gerência de Economia e Desenvolvimento.

Segundo estimativas da SEPLAN - Secretaria de Estado de Ações Estratégicas e Planejamento, esse crescimento teve como base os seguintes fatores:

- crescimento da utilização da capacidade produtiva instalada;
- expansão de vários negócios, em decorrência da atração e criação de novas empresas;
- aumento das exportações e importações, como reflexo positivo do Corredor de Transportes Centro-Leste.

O Norte do Estado tem passado nas duas últimas décadas por grande transformação econômica, a partir da implantação da ARACRUZ Celulose, com plantações de eucalipto

que se estendem por vários municípios, entre eles São Mateus e também com a presença da Petrobrás, também no município de São Mateus.

O comportamento econômico de São Mateus indica a predominância do setor terciário, resultante do processo de urbanização verificado no País nas últimas décadas. Sendo que este setor é responsável por mais de 60% do total das atividades exercidas no município, seguido do setor primário. O setor secundário é o menos expressivo.

Tabela 08: Norte do Espírito Santo. Composição Setorial do PIB Municipal - Preços Básicos. 1997

MUNICÍPIOS	SETORES						PIB Municipal Preços Básicos	Total
	Primário		Secundário		Terciário			
	(R$ MIL)	%	(R$ MIL)	%	(R$ MIL)	%	(R$ MIL)	%
Colatina	19.907	4,94	117.020	29,05	265.950	66,01	402.878	100
Linhares	48.013	12,93	95.044	25,59	228.339	61,48	371.395	100
São Mateus	**47.635**	**21,93**	**34.056**	**15,68**	**135.560**	**62,40**	**217.251**	**100**
Nova Venécia	15.019	12,73	26.473	22,43	76.516	64,84	118.008	100
Conc. Da Barra	45.420	45,07	15.495	15,37	39.872	39,56	100.788	100
Barra S. Francisco	12.621	15,54	9.443	11,63	59.142	72,83	81.206	100
Baixo Guandu	7.497	10,67	5.684	8,09	57.092	81,24	70.274	100
Ecoporanga	13.520	22,97	8.286	14,08	37.044	62,95	58.851	100
Pinheiros	23.771	40,89	2.378	4,09	31.979	55,01	58.128	100
São Gabriel Palha	6.238	10,84	3.822	6,64	47.462	82,51	57.522	100
Pedro Canário	14.541	29,35	2.054	4,15	32.942	66,5	49.537	100
Rio Bananal	21.275	43,10	215	0,44	27.873	56,47	49.362	100
Jaguaré	17.311	37,77	929	2,03	27.588	60,2	45.829	100
Montanha	10.537	25,27	617	1,48	30.543	73,25	41.697	100
Sooretama	18.698	45,27	1.063	2,57	21.539	52,15	41.301	100
Pancas	9.375	24,25	195	0,5	29.082	75,24	38.653	100
Boa Esperança	4.859	16,64	8.745	29,94	15.601	53,42	29.205	100
Vila Valério	9.337	37,74	20	0,08	15.381	62,18	24.738	100
Água Doce Norte	6.351	27,27	291	1,25	16.646	71,48	23.288	100
Mantenópolis	3.196	13,74	129	0,55	19.943	85,71	23.267	100
Marilândia	4.940	22,76	1.650	7,6	15.111	69,63	21.701	100
S. Domingos Norte	4.028	20,56	1.290	6,58	14.278	72,87	19.595	100
Águia Branca	4.953	26,01	2.235	11,73	11.858	62,26	19.046	100
Mucurici	5.368	29,56	191	1,05	12.599	69,39	18.158	100
Vila Pavão	5.930	33,32	3.200	17,98	8.669	48,7	17.799	100
Alto Rio Novo	3.289	23,47	7	0,05	10.715	76,48	14.011	100
Ponto Belo	3.053	23,03	2.194	16,55	8.011	60,42	13.258	100
Total do Estado	**11.060.573**	**7,64**	**5.255.928**	**37,84**	**7.572.739**	**54,52**	**13.889.240**	**100**

Fonte: IPES - Instituo de Planejamento do ES

Os dados referentes ao número de empresas formalizadas e atuantes em 1998 em São Mateus, segundo o Cadastro Central de Empresas, revelam um total de 1477 unidades locais no município.

No que se refere à capacidade das unidades locais absorverem mão-de-obra, os dados da tabela abaixo revelam uma predominância (74,2%), no total do município, de pequenas e micro empresas que empregam somente de 1 a 4 pessoas.

Tabela 09: Município de São Mateus. Unidades Locais por Número de Pessoas Ocupadas. 1998

Empresas com CNPJ atuantes - unidade territorial/pessoas ocupadas	Nº de Empresas
1 a 4 pessoas ocupadas	1 078
5 a 9 pessoas ocupadas	209
10 a 19 pessoas ocupadas	94
20 a 29 pessoas ocupadas	28
30 a 49 pessoas ocupadas	19
50 a 99 pessoas ocupadas	13
100 a 249 pessoas ocupadas	6
250 a 499 pessoas ocupadas	5
Total	**1 452**

Fonte: IBGE Censo 2000

Pode-se observar que à medida que aumenta o "porte" da empresa referente ao número de ocupados, diminui o número das mesmas.

O total de pessoas ocupadas em unidades locais no município de São Mateus, segundo o último censo, é de 9 420 pessoas, podendo-se supor que essa mão-de-obra encontra-se inserida no mercado formal de trabalho.

a) Setor Primário: Agropecuária, Extração Vegetal

O setor abrange culturas permanentes e temporárias (como café, noz macadâmia, pimenta-do-reino e seringueira), criação de animais, silvicultura, extração de produtos vegetais e pesca.

As propriedades com áreas acima de 100 ha (13%) ocupam cerca de 70% da área total dos estabelecimentos, enquanto que as propriedades de até 100 ha (87%) ocupam os restantes 30% da referida área. Apesar do predomínio da propriedade familiar, os dados do INCRA (1996) demonstram a forte concentração fundiária existente no município.

Tabela 10: Concentração Fundiária (Fonte: INCRA/DEE -1995/96)

Estratos de Área	Número de Estabelecimentos	Área Ocupada (%)
Acima de 100 ha	423	70
Até 100 ha	2.662	30

Tabela 11: Uso do Solo (Fonte: Emcaper, 1999)

Atividades	Área (Ha)	%
Reflorestamento	40.444,0	15,74
Matas e restingas	30.000,0	11,67
Inaproveitáveis	38.000,0	14,79
Pastagens	87.230,0	33,95
Culturas	26.463,0	10,30
Não explorada	34.768,0	13,55
Área Total	256.919,0	100,0

(vide, concomitantemente, item *1.1.5.6.3 A situação fundiária do Município*)

O processo de concentração se justifica devido à ação da ARACRUZ Celulose e das usinas produtoras de açúcar e álcool que adquiriram pequenas propriedades inviabilizadas pelas crises econômicas de décadas anteriores. A área de reflorestamento, com expressiva participação no uso do solo municipal, comprova esta afirmativa.

A agricultura municipal destaca-se pela diversidade. O elenco das culturas mais importantes do município inclui: café, pimenta-do–reino, mamão, coco-anão, macadâmia, seringueira, cana-de-açúcar, palmito e culturas alimentares (feijão, milho, arroz e mandioca).

O café é o principal produto agrícola do município, com 12.000 ha plantados e uma produção em cerca de 16.860 mil frutos, sendo cultivado em praticamente todas as pequenas e médias propriedades. A produtividade média é de 15 sacas piladas/ha, mas existem lavouras irrigadas com alta tecnologia (mudas clonais), produzindo acima de 50 sacas piladas/ha.

O beneficiamento do café é feito de diversas formas: através de associações de produtores que possuem máquinas e equipamentos ambulantes; alguns produtores têm máquinas próprias para sua utilização e aluguel a terceiros, cobrando em produto; outros produtores vendem café maduro para intermediários compradores que o beneficiam. A comercialização é feita principalmente com intermediários regionais com sede em Linhares e Vitória.

A pimenta-do-reino é uma cultura muito importante para o município, que detém 87% da produção estadual. Apesar do alto custo de implantação e dos problemas fitossanitários, a cultura se sobressai pela alta produção por área, sendo a responsável pelo grande desenvolvimento do município, sobretudo na rodovia que liga São Mateus a Nova Venécia, abrangendo em torno 600 pequenas propriedades. Devido à sua alta rentabilidade por área, constitui-se numa das melhores alternativas para pequenas propriedades. O município é o maior produtor estadual é o segundo maior produtor do País.

O mamão, cultura de grande expressão no município, é cultivado por grandes produtores e empresários, iniciando também agora em pequenas propriedades e assentamentos. O município é o terceiro maior produtor estadual. O Estado é o segundo produtor do País.

O coco é uma cultura em franca expansão, devido às excelentes características edafoclimáticas e topográficas do município. É plantado por todos os segmentos de produtores, sendo que o município de São Mateus possui a maior área cultivada do Estado e uma das maiores da região Sudeste.

A cultura da macadâmia apresenta um dos maiores plantios do Brasil. É uma atividade estritamente empresarial e, a produção é quase em sua totalidade voltada para exportação. A cana de açúcar é um produto destinado à produção de açúcar e álcool e também, cultivada somente por empresas.

O palmito é um cultivo alternativo para os pequenos produtores rurais, sendo que a produção de São Mateus é a maior do Estado.

As culturas alimentares (milho, feijão, arroz e mandioca) estão relacionadas à pequena propriedade familiar, presentes em grande volume no município. A produção é destinada à subsistência da unidade produtora ou ao abastecimento do mercado local.

Tabela 12: Lavouras Permanentes no Município de São Mateus

Lavouras permanentes	Valor	Unidade de medida
Borracha (látex líquido) - área destinada à colheita	876	hectare
Borracha (látex líquido) - área colhida	876	hectare
Borracha (látex líquido) - quantidade produzida	526	mil frutos
Borracha (látex líquido) - rendimento médio	600	frutos/hectare
Borracha (látex líquido) - valor	395	mil reais
Cacau (amêndoa) - área destinada à colheita	843	hectare
Cacau (amêndoa) - área plantada	843	hectare
Cacau (amêndoa) - quantidade produzida	170	mil frutos
Cacau (amêndoa) - rendimento médio	201	frutos/hectare
Cacau (amêndoa) - valor	282	mil reais
Café (coco) - área destinada à colheita	12 000	hectare
Café (coco) - área plantada	12 000	hectare
Café (coco) - quantidade produzida	16 860	mil frutos
Café (coco) - rendimento médio	1 405	frutos/hectare
Café (coco) - valor	13 333	mil reais
Palmito - área destinada à colheita	117	hectare
Palmito - área plantada	117	hectare
Palmito - quantidade produzida	104	mil frutos
Palmito - rendimento médio	888	frutos/hectare
Palmito - valor	140	mil reais
Pimenta-do-reino - área destinada à colheita	900	hectare
Pimenta-do-reino - área plantada	900	hectare
Pimenta-do-reino - quantidade produzida	1 800	mil frutos
Pimenta-do-reino - rendimento médio	2 000	frutos/hectare
Pimenta-do-reino - valor	10 567	mil reais
Banana - área destinada à colheita	4	hectare
Banana - área plantada	4	hectare
Banana - quantidade produzida	2	mil frutos
Banana - rendimento médio	500	frutos/hectare
Banana - valor	3	mil reais
Coco-da-baía - área destinada à colheita	950	hectare
Coco-da-baía - área plantada	950	hectare
Coco-da-baía - quantidade produzida	19 000	mil frutos
Coco-da-baía - rendimento médio	20 000	frutos/hectare
Coco-da-baía - valor	4 750	mil reais
Goiaba - área destinada à colheita	8	hectare
Goiaba - área plantada	8	hectare
Goiaba - quantidade produzida	600	mil frutos
Goiaba - rendimento médio	75 000	frutos/hectare
Goiaba - valor	156	mil reais
Laranja - área destinada à colheita	15	hectare
Laranja - área plantada	15	hectare
Laranja - quantidade produzida	368	mil frutos
Laranja - rendimento médio	24 533	frutos/hectare

Lavouras permanentes	Valor	Unidade de medida
Laranja - valor	13	mil reais
Mamão - área destinada à colheita	230	hectare
Mamão - área plantada	230	hectare
Mamão - quantidade produzida	46 000	mil frutos
Mamão - rendimento médio	200 000	frutos/hectare
Mamão - valor	3 712	mil reais
Maracujá - área destinada à colheita	35	hectare
Maracujá - área plantada	35	hectare
Maracujá - quantidade produzida	1 960	mil frutos
Maracujá - rendimento médio	56 000	frutos/hectare
Maracujá - valor	61	mil reais

Fonte: IBGE, Informações Municipais, 2002.

Tabela 13: Lavouras temporárias no Município de São Mateus

Lavouras Temporárias	Valor	Unidade de Medida
Cana-de-açúcar (ñ forragem) - área destinada à colheita	2 872	hectare
Cana-de-açúcar (ñ forragem) - área plantada	2 872	hectare
Cana-de-açúcar (ñ forragem) – quant. produzida	157 960	mil frutos
Cana-de-açúcar (ñ forragem) - rendimento médio	55 000	frutos/hectare
Cana-de-açúcar (ñ forragem) - valor	2 369	mil reais
Feijão (grão) - área destinada à colheita	450	hectare
Feijão (grão) - área plantada	450	hectare
Feijão (grão) - quantidade produzida	627	mil frutos
Feijão (grão) - rendimento médio	1 393	frutos/hectare
Feijão (grão) - valor	541	mil reais
Mandioca - área destinada à colheita	600	hectare
Mandioca - área plantada	600	hectare
Mandioca - quantidade produzida	9 000	mil frutos
Mandioca - rendimento médio	15 000	frutos/hectare
Mandioca - valor	437	mil reais
Milho (grão) - área destinada à colheita	250	hectare
Milho (grão) - área plantada	250	hectare
Milho (grão) - quantidade produzida	525	mil frutos
Milho (grão) - rendimento médio	2 100	frutos/hectare
Milho (grão) - valor	124	mil reais
Abacaxi - área destinada à colheita	3	hectare
Abacaxi - área plantada	3	hectare
Abacaxi - quantidade produzida	75	mil frutos
Abacaxi - rendimento médio	25 000	frutos/hectare
Abacaxi - valor	34	mil reais

Fonte: IBGE, Informações Municipais, 2002.

A pecuária no Município de São Mateus detém o sexto maior rebanho bovino do Estado (134.209 cabeças aproximadamente), predominando a bovinocultura de corte em criações extensivas. A pecuária leiteira é também bastante expressiva, principalmente nas médias propriedades. Os índices de produtividade são baixos, mas existem produtores com ganhos expressivos utilizando técnicas mais modernas de remanejo de rebanho e pastagens, tais como adubação de pastagens, inseminação artificial e transferência de embriões.

Dentre os maiores problemas enfrentados pela agropecuária local estão: as condições climáticas, com prolongados períodos de estiagem e escassez de créditos oficiais. Dados referentes a 2001 demonstram um número de 800 propriedades ainda sem eletrificação rural.

Tabela 14: Pecuária no Município de São Mateus

Pecuária	Valor	Unidade
Efetivo dos rebanhos - bovinos	70 541	cabeça
Efetivo dos rebanhos - porcas criadeiras	895	cabeça
Efetivo dos rebanhos - outros porcos e porcas	4 190	cabeça
Efetivo dos rebanhos - galinhas	10 620	cabeça
Efetivo dos rebanhos - galos, frangas, frangos e pintos	40 750	cabeça
Efetivo dos rebanhos - coelhos	50	cabeça
Efetivo dos rebanhos - eqüinos	4 190	cabeça
Efetivo dos rebanhos - bubalinos	18	cabeça
Efetivo dos rebanhos - asininos	145	cabeça
Efetivo dos rebanhos - muares	455	cabeça
Efetivo dos rebanhos - caprinos	300	cabeça
Efetivo dos rebanhos - ovinos	2 055	cabeça
Leite de vaca - produção - vacas ordenhadas	7 903	cabeça
Leite de vaca - produção - quantidade (mil litros)	7 945	mil litros
Leite de vaca - produção - valor (reais)	1 906 835	reais
Ovos de galinha - produção - quantidade (mil dúzias)	28	mil dúzias
Ovos de galinha - produção - valor (reais)	28 450	reais
Mel de Abelha - produção - quantidade (kg)	5 110	kg
Mel de Abelha - produção - valor (reais)	30 405	reais

Fonte: IBGE, Informações Municipais, 2002.

A tabela 15 abaixo apresenta as principais atividades agropecuárias do município de São Mateus

Tabela 15: Principais atividades agropecuárias do município de São Mateus

Atividade	Nº de Produtores	Área (ha)	Produção
Café	1475	13.500	200 mil sacas pil
Pimenta do reino	600	1.195	2.500
Mamão	4	409	18.358t
Coco anão	70	5.000	25.000.000 u
Macadâmia	20	600	400t
Mandioca	400	1.000	16.000t
Feijão	350	181	144t
Milho	350	260	624t
Seringueira	14	878	500tCV
Pupunha/ açaí	03	500	150t
Abóbora	30	300	1.800t
Frutas Tropicais[1]	50	100	1.000t
Cana de açúcar	02	2.200	140.000t
Bovinocultura	750	87.230	85.000cab

Fonte: Diagnóstico Agropecuário, Secretaria Municipal de São Mateus, 2001.

Existem no Município 39 empresas voltadas para atividades de agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca. As empresas de destaque na agroindústria em

[1] Goiaba, Pinha e Graviola.

São Mateus são a COOPMAC (macadâmia); ECOPALM (palmito); SAMIL (leite e derivados); Irmãos Fontana (leite e derivados); Inquinor (amidos especiais); Café Duarte (café torrado e moído) e a AGROCOCO (água de coco).

No que concerne o extrativismo vegetal em São Mateus, cabe observar a expressiva presença do eucalipto, ocupando cerca de 20% da área cultivável do município, apresentando-se como opção de diversificação e renda para pequenos e médios produtores.

Tabela 16: Extração vegetal no Município de São Mateus

Extração Vegetal	Valor	Unidade de Medida
Produtos alimentícios - palmito - quantidade	84	tonelada
Produtos alimentícios - palmito - valor	143	mil reais
Madeiras - extração vegetal - carvão veg. – quant.	358	tonelada
Madeiras - extração vegetal - carvão veg. – valor	107	mil reais
Madeiras - extração vegetal - lenha – quantidade	362	metros cúbicos
Madeiras - extração vegetal - lenha - valor	2	mil reais
Madeiras - extração vegetal - madeira em tora – quant.	569	metros cúbicos
Madeiras - extração vegetal - madeira em tora – valor	23	mil reais
Madeiras - produtos - carvão veg. – quantidade	1 124	tonelada
Madeiras - produtos - carvão vegetal - valor	315	mil reais
Madeiras - produtos - lenha - quantidade	83 954	metros cúbicos
Madeiras - produtos - lenha - valor	420	mil reais
Madeiras - em tora – prod. de papel e celulose – quant.	192 816	metros cúbicos
Madeiras - em tora – prod. de papel e celulose – valor	4 666	mil reais
Madeiras - produtos - em tora - outras finalidades – quant.	24.132	metros cúbicos
Madeiras - produtos - em tora - outras finalidades - valor	462	mil reais

Fonte: IBGE, Informações Municipais, 2002.

O município de São Mateus apresenta o maior número de assentamentos rurais do Espírito Santo. São oito assentamentos ocupando uma área de 3.793,5 hectares, abrigando 358 famílias.

Tabela 17: Assentamentos rurais no Município de São Mateus

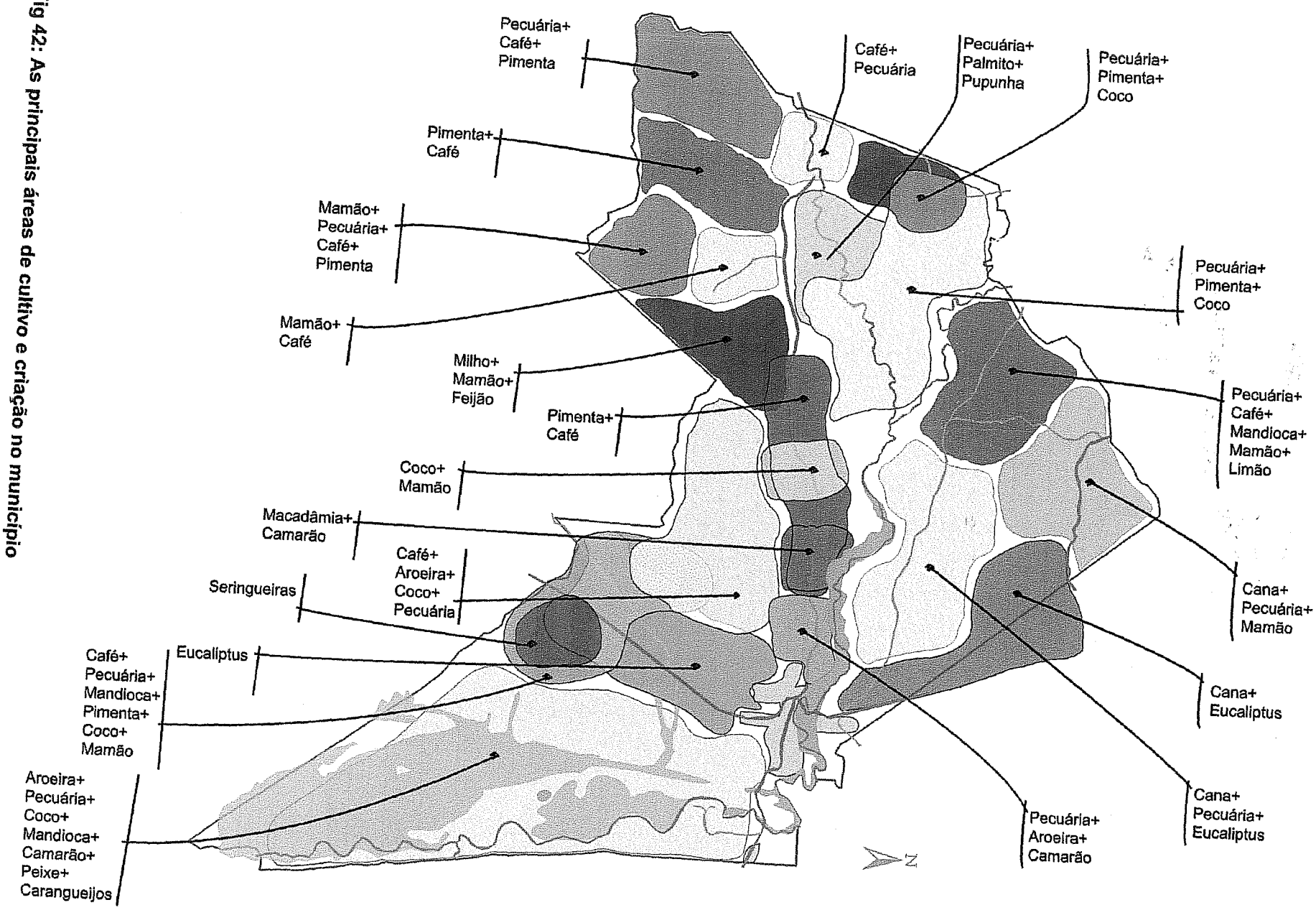
Assentamento	Localização	Area	Nº de famílias
Cor. Da Pratinha	Nestor Gomes	170,0	17
Cor. Grande	Sede	261,0	27
Cor. Joerana	Nestor Gomes	282,0	19
Cor. São Vicente	Nestor Gomes	27,5	05
Vale da Vitória	Nestor Gomes	496,0	39
Georgina	Nestor Gomes	1.057,0	100
Guanabara	Itauninhas	dado indisponível	dado indisponível
Zumbi dos Palmares	Nestor Gomes	1.500,00	151

Fonte: Diagnóstico Agropecuário, Secretaria Municipal de São Mateus, 2001.

As Figuras 42 e 43, que se seguem, mostram de forma impressionista a localização das principais áreas de cultivo e criação do município, e a fertilidades dos solos do município de São Mateus, respectivamente.

As figuras subseqüentes (vide Figs. 44, a 55) mostram retratos destas áreas.

Fig 42: As principais áreas de cultivo e criação no município



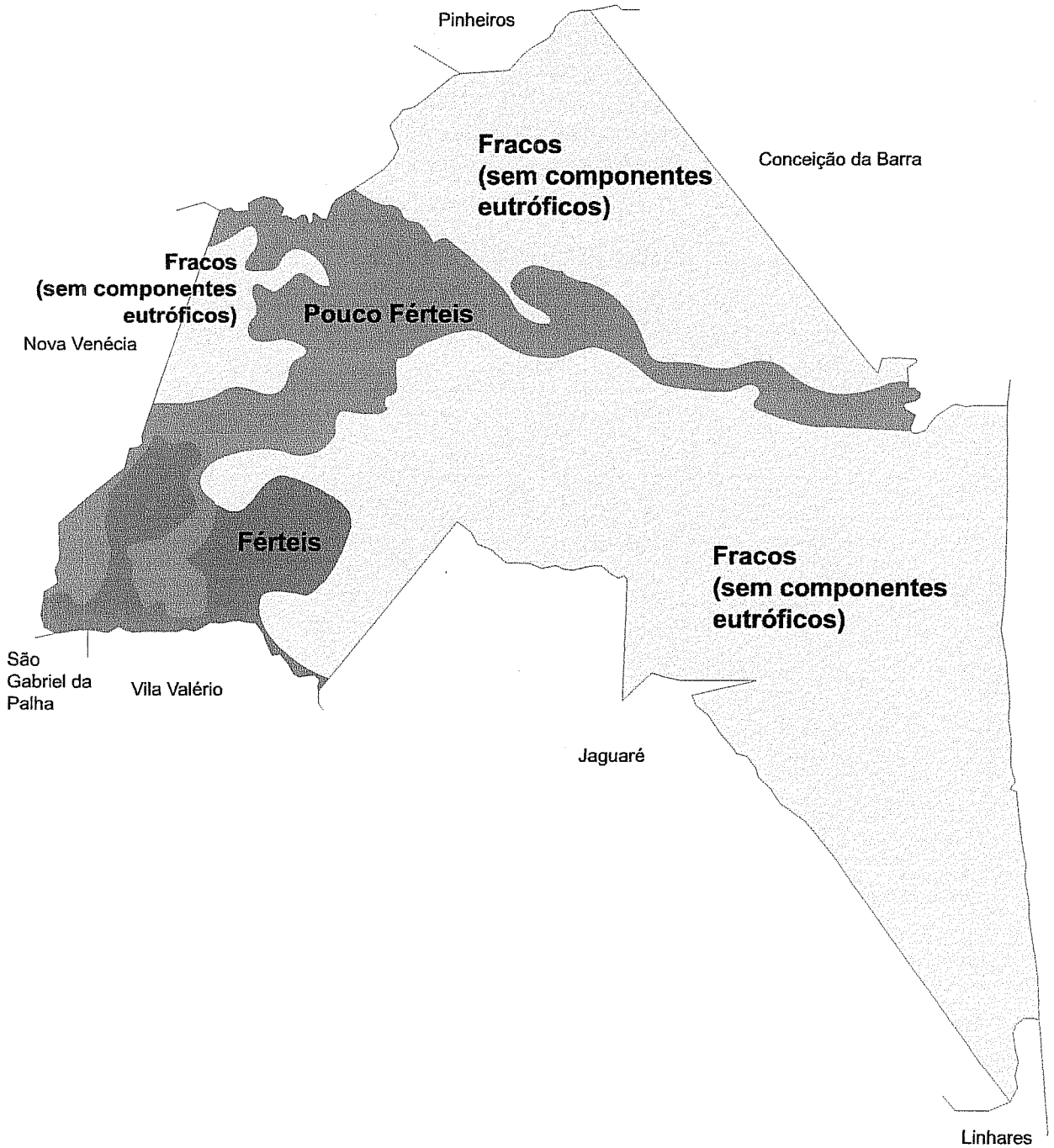


Fig 43: Fertilidade dos solos no município de São Mateus



Fig 44: Mata Nativa



Fig 45: Cultura de Mamão



Fig 46: Cultura de Pimenta do Reino



Fig 47: Cultura de Pimenta do Reino



Fig 48: Cultura de Coco da Bahia



Fig 49: Cultura de Macadâmia

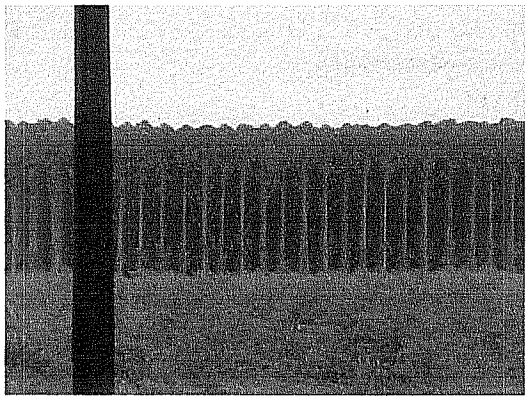


Fig 50: Área de reflorestamento (Eucalipto)

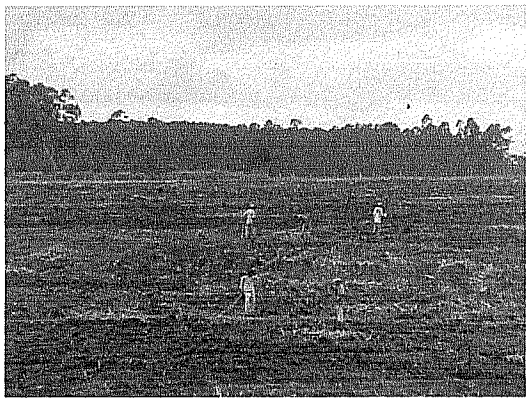


Fig 51: Área d eprodução agrícola



Fig 52: Cultura de Café



Fig 53: Agrovila



Fig 54:Cultura de Macadâmia

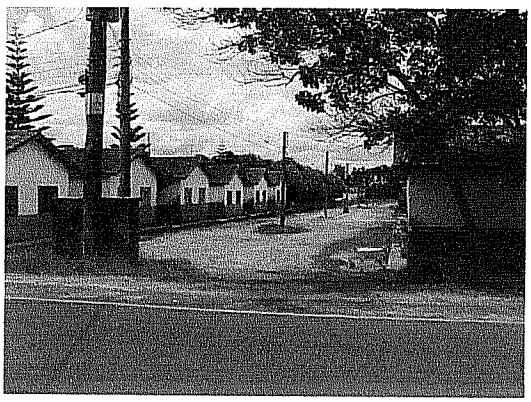


Fig 55:Agrovila

b) Setor Secundário: Extração e Transformação de Minerais e Indústria de Transformação

A atividade industrial no município de São Mateus está diretamente ligada, à agricultura empresarial e à presença da Petrobrás na exploração de petróleo e gás natural.

Das 175 unidades industriais instaladas no município 171 são indústrias de transformação, e empregam 70% (1233 pessoas) do total de pessoas ocupadas pelo setor. Em São Mateus existem apenas 4 unidades industriais de extração que empregam os restantes 30% (528 pessoas) da população ocupada. (Fonte: IBGE,Cadastro Central de Empresas 1998).

O município de São Mateus pode ser considerado rico em ocorrências minerais, sendo o petróleo e seu produto mineral mais importante. Outros minerais que se apresentam com certa assiduidade são a água mineral, a sal gema, o granito, a areia e a argila.

- **O petróleo**

As primeiras ações da PETROBRAS em terras capixabas remontam a 1957, quando a equipe gravimétrica EG10 iniciou o levantamento topográfico do norte do estado, a partir da cidade de São Mateus, e a partir da suspeita da existência de petróleo na área. Esta suspeita confirmou-se em 1961.

O primeiro poço a jorrar petróleo no estado do Espírito Santo foi perfurado na fazenda Ponta, no distrito de Nativo da Barra, em 15 de agosto de 1961. Em 1968 perfurado na plataforma continental, em alto mar, também foi nas costas do município de São Mateus.

A sua exploração comercial levou mais um tempo, passando a injetar na economia do município substantivos recursos financeiros. A produção diária em 1998 tinha chegado a 3.000 barris de óleo e 387.000 m3 de gás (vide Fig. 56 e 57).

Tanto o óleo quanto o gás são enviados através de oleodutos / gasodutos para as unidades de processamento e os terminais marítimos de Regência, no município de Linhares.

- **A água mineral**

O município possui 02/duas indústrias grandes de exploração de água mineral – a Água Mineral Açaí e a Água Mineral Cerena Show – e é rico em fontes que afloram naturalmente à superfície.

- **O sal gema**

No subsolo dos municípios de São Mateus e Conceição da Barra a PETROBRAS identificou uma das maiores reservas de sal gema do planeta. Ainda não existe exploração comercial dessas jazidas, porém estudos revelam que a reserva pode ter 20 bilhões de toneladas e é de excelente qualidade.

O sal gema é quimicamente cloreto de sódio (NaCl), ou sal. Geralmente provêm do ressecamento de antigos mares ou de lagos salgados no interior da terra. Essas jazidas normalmente são protegidas por camadas superiores de argila. Pode ser encontrado, também cristalizado, impregnando o solo de várias estepes.

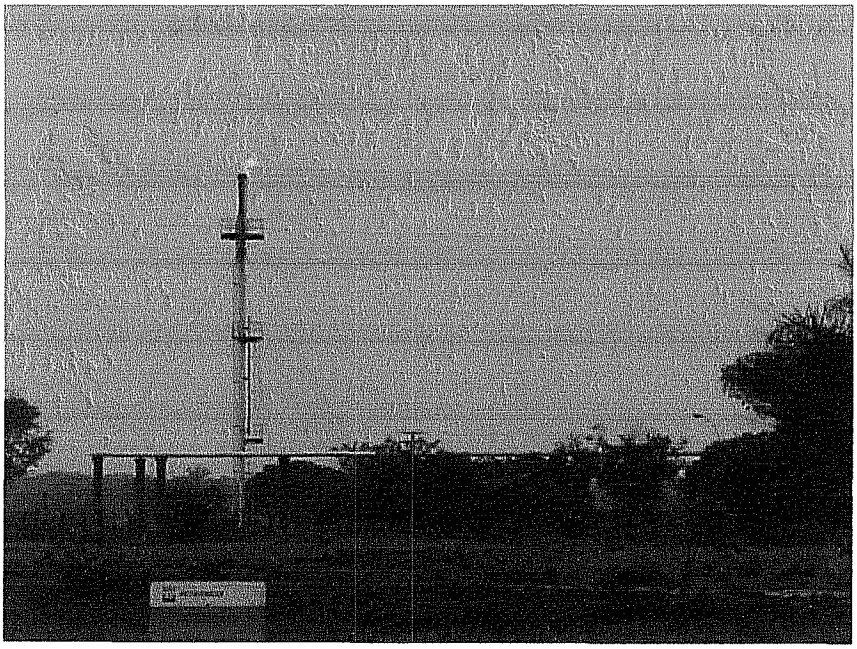


Fig 56: Área de exploração da Petrobrás

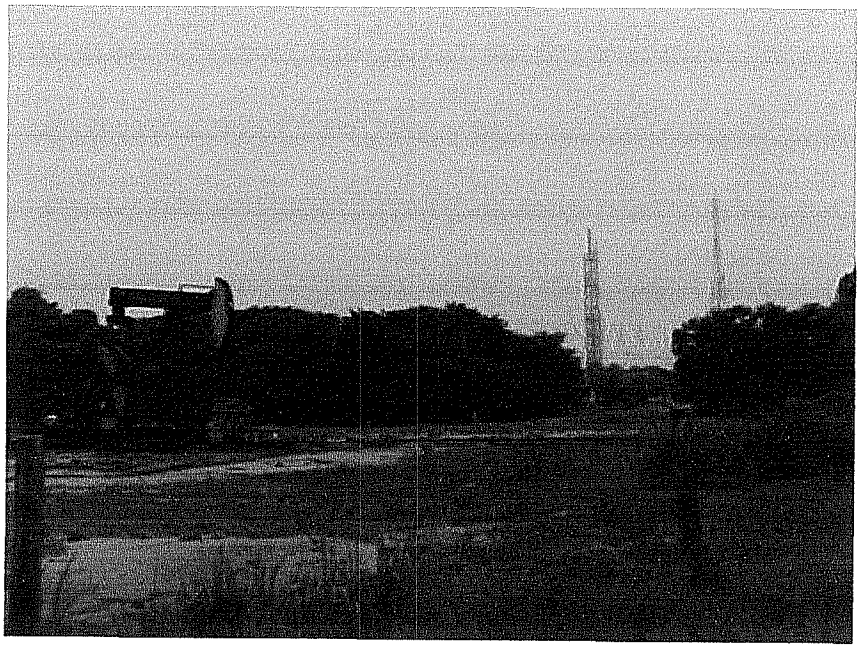


Fig 57: Área de exploração da Petrobrás

- **Granito**

A exploração do granito, no norte do estado, é uma atividade bastante recente. No município de São Mateus, a partir do km 35 da rodovia São Mateus – Nova Venécia, ocorre a presença de grandes maciços de pedra da Formação Precambriana.

Apesar de não haver ainda grande exploração dentro do município, sabe-se da ocorrência do granito azul, um dos mais nobres, na região oeste do município, nos distritos de Nestor Gomes e Nova Verona.

- **Areia e argila**

A exploração dos areais e dos barreiros de São Mateus, apesar do pouco controle exercido por parte da municipalidade, é bastante significativa, envolvendo muitos trabalhadores, veículos e equipamentos.

Essa atividade extrativa modificou a paisagem natural, principalmente em alguns trechos às margens da rodovia Othovarino Duarte Santos (rodovia do Guriri).

c) Setor Terciário: Comércio, Serviços e Outros

Setor cujo desenvolvimento está estreitamente ligado ao processo de urbanização, as atividades de comércio e serviços são as que predominam no Estado como um todo. Centro urbano de grande importância no Norte do Espírito Santo, São Mateus tem sua economia centrada nas atividades terciárias, comércio varejista e atacadista, apresentando ainda grande potencial turístico. A tabela 18 abaixo apresenta o número de pessoas empregadas nas atividades do setor terciário.

Tabela 18: Pessoal ocupado em unidades locais

Atividade	Pessoal ocupado
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	204
Construção	96
Comércio; reparação de veículos, objetos pessoais e domésticos.	3 207
Alojamento e alimentação	494
Transporte, armazenagem e comunicações	670
Intermediação financeira	101
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	231
Administração pública, defesa e seguridade social	443
Educação	277
Saúde e serviços sociais	170
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	684
Total	**6.577**

Fonte: IBGE, Informações Municipais, 2002.

- **O Turismo**

O Município de São Mateus é reconhecido, pela Secretaria de Turismo do Estado do Espírito Santo, como município turístico da região "Litoral Norte" do estado e classificado como município de interesse turístico dentro da definição de subsistemas turísticos do SEBRAE - Espírito Santo, apesar de não ser listado como município turístico ou de interesse turístico pelo Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR.

Dentre os atrativos de potencial turístico mais significativos do Município estão as praias ainda pouco exploradas, as áreas de mata e restinga ainda bastante preservadas e os atrativos histórico-culturais encontrados na sede do município, onde se ressaltam, na sede:

- O casario do Porto Histórico de São Mateus, composto de 32 sobrados construídos nos séculos XVIII e XIX (vide Figs 58, 59 e 60);
- A Igreja Velha, ruína de uma construção de estilo colonial português da metade do século XIX (vide Fig. 61);
- A Igreja Matriz, uma construção das mais antigas do Estado e a mais antiga de São Mateus (vide Fig. 62); e
- O Museu de São Mateus, situado em uma edificação do século XVI, possui acervo mobiliário e fotográfico que recupera a memória da região.

E no interior do Município as ruínas da casa do Barão de Aimorés, bem arquitetônico reconhecido e tombado pelo Governo do Estado.

Destacam-se ainda no município as manifestações culturais tradicionais dos grupos de Congo e Reis de Bois, além das tradicionais panelas de barro das famosas paneleiras capixabas, como Dona Antônia em Pedra D'Água (vide Fig. 63). Cabe ressaltar que as panelas de barro do Espírito Santo configuram o primeiro bem cultural de natureza imaterial registrado pelo IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A demanda turística observada no município é apresentada com base em dados de pesquisa direta realizada, em 1998, pela FIPE e, no diagnóstico do Norte do Estado do Espírito Santo elaborado pela Secretaria de Turismo do Estado, em 2002.

Do total de municípios mais visitados no Espírito Santo, São Mateus comparece com freqüência de 2,87% de turistas, estando colocado em sétimo lugar. Seguindo Vitória (23,92%); Guarapari (22,97%); Cachoeiro do Itapemirim (4,78%); Piúma (4,78%); Vila Velha (4,31%) e Colatina (3,35%).

De acordo com o "Estudo do Mercado Doméstico de Turismo Espírito Santo", para o Turismo Receptivo, a demanda turística do Município reflete a demanda do próprio Espírito Santo, ou seja, se origina basicamente de Minas Gerais e do próprio Estado, reafirmando a grande importância do turismo doméstico na região.

O perfil do turista, que visita o município, é: do sexo feminino (em torno de 60%), com idade entre 30 e 35 anos (aproximadamente 30%), com o ensino médio concluído (acima de 40%), predominantemente, da classe "C" (acima de 40%) e viaja de automóvel.

O turista, que visita o Município, gasta, em média, menos de 6 salários mínimos, o que representa gastos bastante modestos com a atividade turística, hospeda-se em casa própria, de amigos ou parentes (acima de 50% e em torno de 20% para imóveis alugados) e alimenta-se em casa. Situação típica de locais onde se pratica o veraneio.

A motivação da viagem é fortemente orientada para o lazer, representando quase 90% do total pesquisado. Sendo que a visitação se dá prioritariamente pela "fuga da rotina", "visita a parentes e amigos", "veranismo" e finalmente pelos "atrativos turísticos" da região.

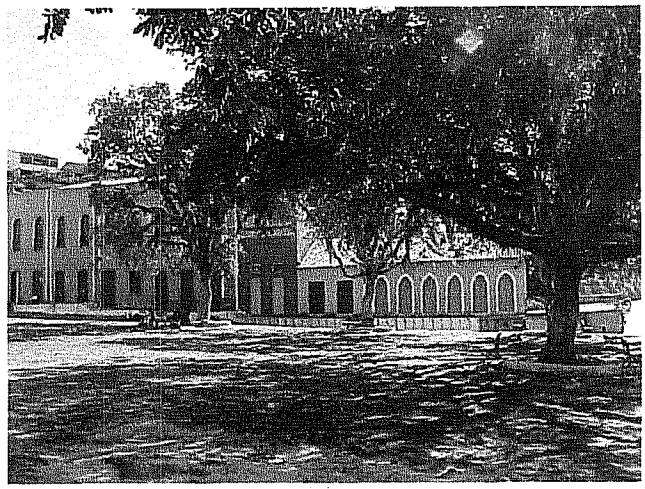


Fig 58

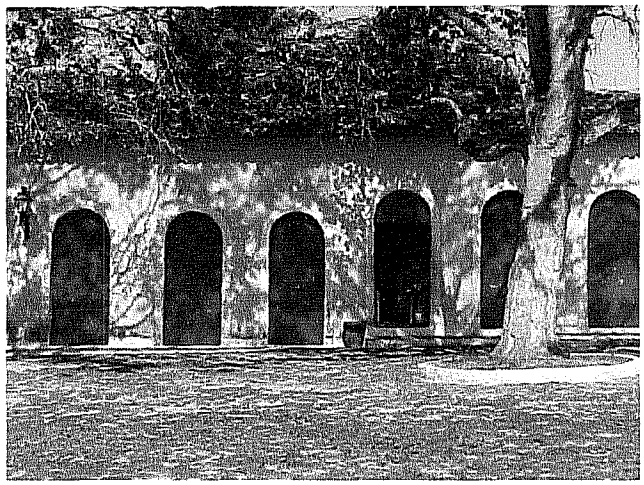


Fig 59



Fig 60

Fig 58 - 60 Casario histórico do Porto de São Mateus

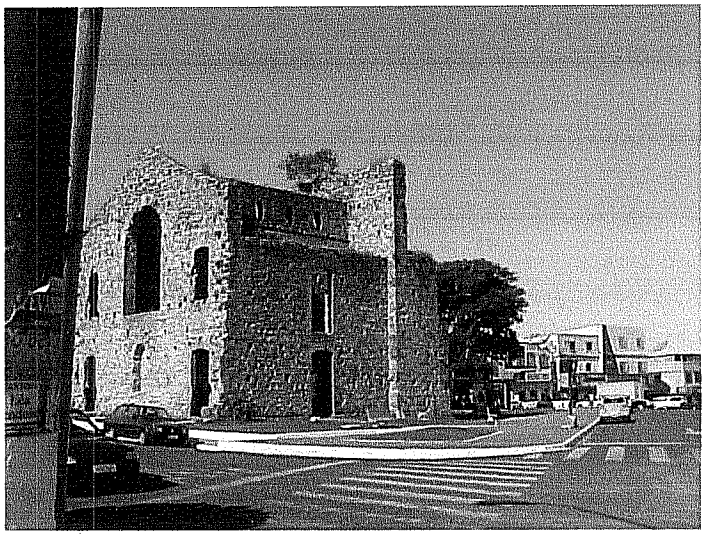


Fig 61: Igreja Velha

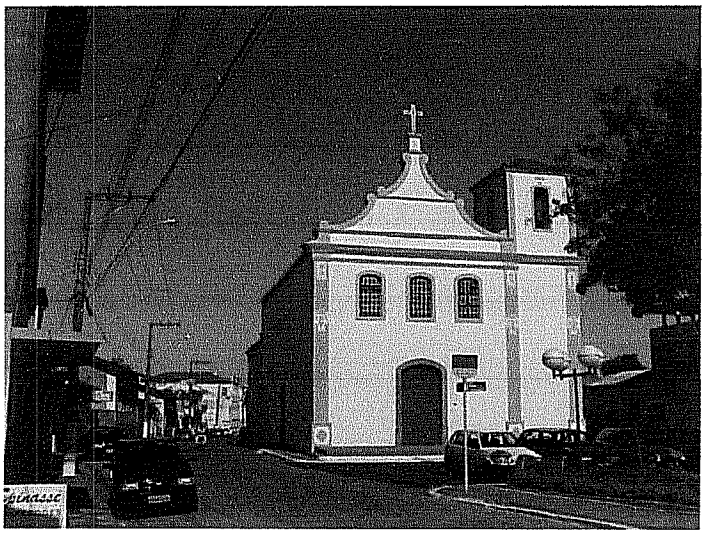


Fig 62: Igreja Matriz

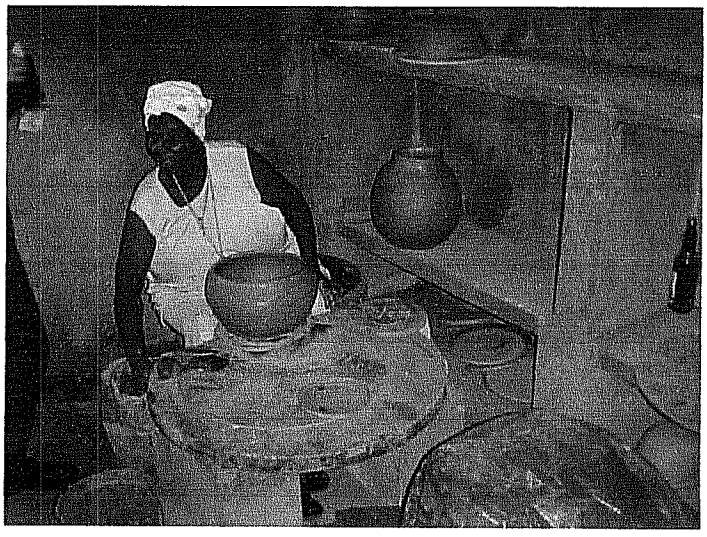


Fig 63: Dona Antônia, artesã

As viagens a São Mateus não são, em sua maioria, organizadas por agências especializadas. A mídia não é apontada como meio de influência às visitações, mas sim a propaganda "boca-a-boca". Percebe-se, como fator decisório para viagem ao Município, o convite ou a indicação de amigos ou parentes e experiências de passeios ou temporadas anteriores.

A estimativa de turistas em Guriri no verão de 2.003, apresentada pelo jornal "A Tribuna" (13/jan/2003) era de 250 mil turistas, 4º balneário mais visitado do estado, perdendo apenas para Guarapari (Meaípe – 500 mil turistas), Conceição da Barra (Itaúnas – 400 mil turistas) e Serra (Manguinhos, Jacareípe e Nova Almeida – 275 mil turistas).

O município de São Mateus foi incluído, na Estratégia de Desenvolvimento Turístico para o Norte do Espírito Santo, desenvolvida pela Secretaria de Turismo do Estado, na Região Litorânea. Juntamente com o município de Conceição da Barra, a Região Litorânea, segundo este documento, se diferencia pela grande diversidade de atrativos naturais e culturais e apresenta potencial para Turismo de Sol e Mar, Ecoturismo, Pesca Oceânica Esportiva, Pesca Submarina e Mergulho e Turismo Cultural.

No entanto, apesar de reconhecer a diversificação e o estado de preservação dos atrativos naturais o documento levanta uma série de problemas que devem ser considerados:

- demanda turística sazonal;
- deficiência de infra-estrutura básica;
- baixa qualidade da oferta turística quanto às construções, equipamentos e serviços;
- baixa qualificação profissional dos recursos humanos que atuam no setor turístico;
- falta de estruturação da oferta turística;
- pouca infra-estrutura para o turismo receptivo;
- falta de dados estatísticos sobre o turismo no município; e
- falta de uma política eficaz para a sustentabilidade do patrimônio natural.

O município é detentor de diversas áreas de paisagens naturais que se destacam não só pela vegetação nativa e pela fauna, como também pelas características geomorfológicas, pedológicas, geológicas, hidrológicas e paisagens que se caracterizam por expressividade, raridade e beleza excepcional. No entanto, percebe-se, que a maioria das áreas consideradas urbanas do município está sujeita à pressão crescente da atividade turística não planejada e não possui infra-estrutura de serviços básicos necessários ao atendimento das populações que ali vivem, nem aos possíveis turistas. Existe, desta forma, risco real da continuidade de dilapidação dos recursos ambientais do município.

Destaca-se ainda a necessidade de se levantar informações mais precisas sobre a prática do turismo em São Mateus e de como a população local entende o turismo, uma vez que, somente com uma base de dados fiel à realidade e estudos de mercado pode-se orientar a gestão do turismo para a evolução da atividade no município.

1.1.6.3) Caracterização do espaço urbano / das formas de uso e ocupação do solo

A cidade de São Mateus caracteriza-se por organizar às suas atividades, às suas formas de uso, as correspondentes formas de ocupação, a partir de certas tipologias de ocupação dos lotes com certas tipologias das edificações e as correspondentes infra-estruturas de certa forma singular, a ser descrita a seguir.

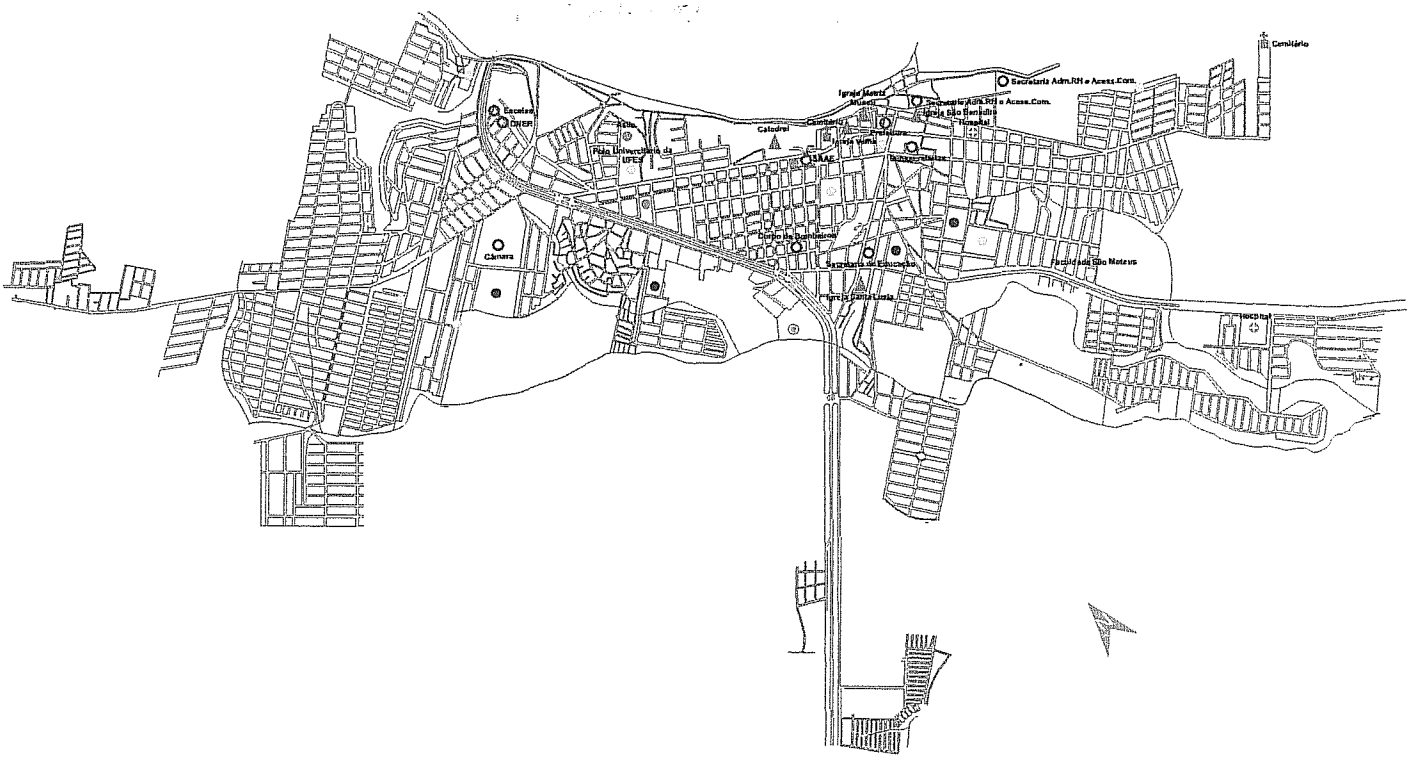
1.1.6.3.1) Das atividades / formas de uso

As diferentes formas de uso inseridas na trama urbana são decorrência de um ajuste, ao longo do tempo, das atividades urbanas às características de sua acessibilidade, através do sistema viário, e questões de economia e oferta do solo. Nesse sentido, as atividades residenciais / habitacionais, comerciais, industriais, de saúde, educação, lazer etc. foram se acomodando na trama da cidade a partir dos critérios esboçados. A Fig. 64, mostrada a seguir, localiza de forma impressionista estas atividades e principais equipamentos comunitários, visando dar um panorama da forma como os usos se estruturam na cidade.

1.1.6.3.2) Das tipologias de ocupação do solo

A história da ocupação da cidade de São Mateus marca, de certa forma, as tipologias de ocupação dos lotes e as tipologias das edificações. Nesse sentido, é possível identificar 04/quatro tipologias básicas, a saber:

- a tipologia das ocupações históricas / vernáculas, correspondentes ao assentamento inicial
- a tipologia das ocupações mais recentes, do crescimento posterior, não planejadas
- a tipologia das invasões
- a tipologia dos programas sociais, parcelamentos da Prefeitura Municipal e particulares



- Saúde
- Culto
- Ensino
- Esporte e Lazer
- TV de São Mateus
- Administrativos

Fig 64: Localização dos principais equipamentos comunitários

a) A tipologia das ocupações históricas / vernáculas, correspondentes ao assentamento inicial

Correspondentes ao assentamento inicial, são representadas por quadras grandes, com dimensões médias de 100 x 200 metros, e relativamente irregulares, com formas trapezoidais e/ ou retangulares deformadas, decorrentes da adaptação do sistema viário às particularidades do terreno. Em alguns casos excepcionais, as quadras se aproximam de formas mais quadradas.

Não há uma uniformidade na divisão ou sentido longitudinal, apesar de existir uma certa predominância do sentido SW/NE, acompanhando o sistema viário ao longo da borda do rio São Mateus e a trama do sistema viário das ruas adjacentes. Em trechos minoritários, no entanto, esse sentido muda, introduzindo fatores de surpresa e caracterizando o sistema viário com ruas descontínuas.

Os lotes, normalmente estreitos e profundos, apresentam dimensões relativamente grandes, com médias de 15 x 50 metros. Apesar da tendência retangular, apresentam as mais diversas variações, passando por trapezoidais convexos, até formatos em "L", com dentes, trapezoidais côncavos, com duas frentes, com três frentes e outras formas.

As construções nos lotes, em termos gerais, ocupam totalmente a testada voltada para a rua, quando há recuos frontais, esses são mínimos. Da mesma forma, lateralmente os afastamentos são pequenos, em uma das laterais, ou inexistentes, com construções ocupando toda a largura do terreno. Os fundos, no entanto, geralmente são livres de construções, sendo ocupados por generosos quintais. São edificadas uma ou mais construção por lote, pegando metade ou mais do terreno, gerando uma densidade de ocupação que, sensorialmente, se apresenta como relativamente alta. São edificações predominantes de um e dois pavimentos.

O espaço público da rua fica bastante emparedado e constituído, com unidades residenciais e comerciais abrindo diretamente suas portas na via pública. O interesse histórico é maior do ponto de vista cultural e do que arquitetônico, apesar da existência de alguns exemplares de certa substância. O que ressalta são as ambiências urbanas, por representarem formas características de ocupação e organização de uma época.

(vide Figs. 65, 66 e 67)

O uso é caracterizado como misto, com comércio e residência, tendo sido observado ao longo do tempo um deslocamento dos eixos e pontos comerciais dessa área.

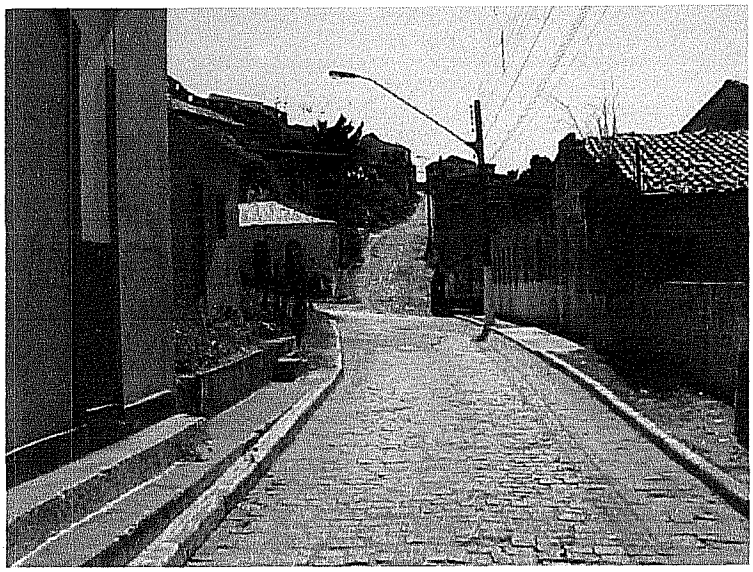


Fig 65

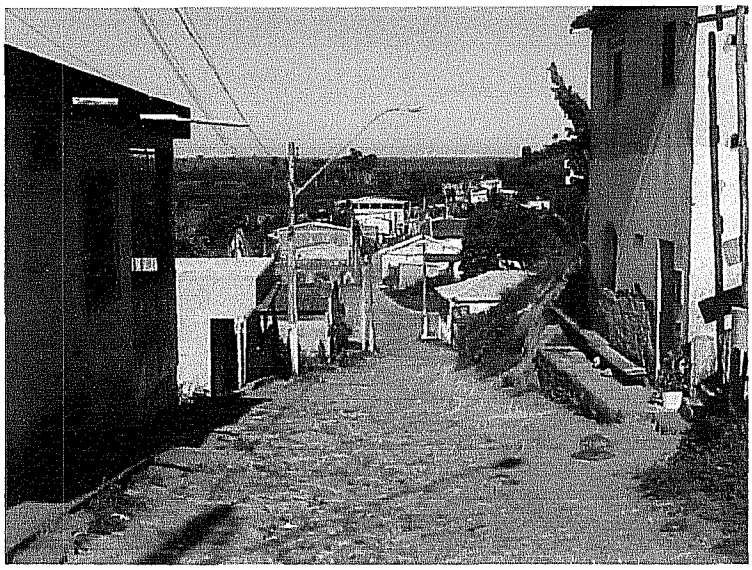


Fig 66

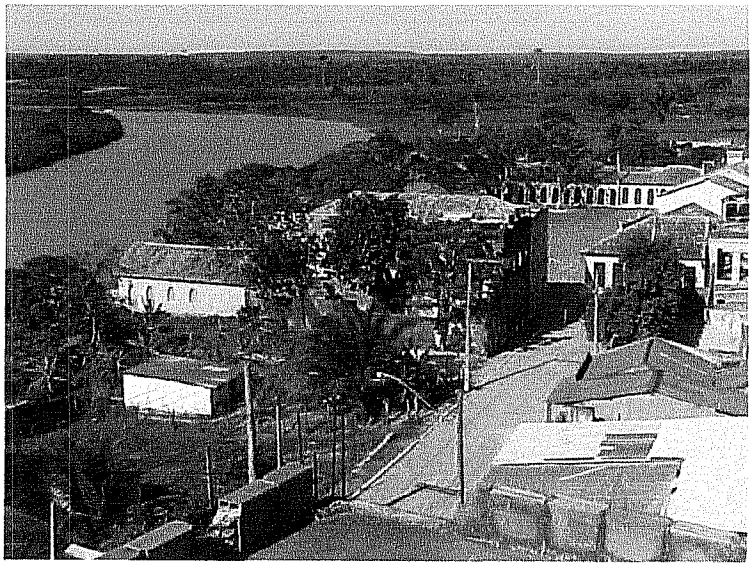


Fig 67

Fig 65 -67 Tipologia das ocupações históricas/ vernáculas

b) A tipologia das ocupações mais recentes, do crescimento posterior, não planejadas

Representada por parcelamentos cujos agentes são os mais diversos, desde o próprio poder público até particulares, são decorrentes de oferta em função de demanda gerada por fortes contingentes migratórios de funcionários públicos, agricultores, comerciantes e outros profissionais, atraídos para a cidade de São Mateus a partir de expectativas de um desenvolvimento econômico substantivo, em função da implantação de grandes empreendimentos (PETROBRAS, ARACRUZ Celulose, Vale do Rio Doce etc.).

Essas tipologias se deram a partir do desmembramento de fazendas da vizinhança imediata ao núcleo histórico inicial. Tendo em vista o fato de que essas ocupações ocorrerem por meio de agentes tão diversos, as características dos parcelamentos resultantes também são diversas, apesar de enquanto tipologia apresentarem parâmetros de certa forma uniformes.

As quadras geradas neste período são menores e mais regulares que na tipologia do assentamento histórico. Suas dimensões oscilam entre 60 x 200 metros, e 50 x 140 metros. As quadras são relativamente retangulares e sua dimensão longitudinal assume os mais diversos sentidos ou orientações: acompanhando a trama histórica, o traçado da BR 101, ou assumindo orientações ditadas pelos mais diversos parâmetros.

Os lotes também são menores, com tamanhos médios de 10 x 30 ou 25 metros, e formatos decididamente mais regulares.

As formas de ocupação da edificação em relação ao lote são relativamente variadas, ocupando geralmente mais da metade do lote. Na grande maioria com recuos frontais, sem ocupar a testada do lote, e deixando afastamentos laterais em um ou nos dois lados.

O espaço público da rua fica desconstituído, caracterizando-se pela descontinuidade das fachadas afastadas da testada.

(vide Figs 68, 69 e 70)



Fig 68

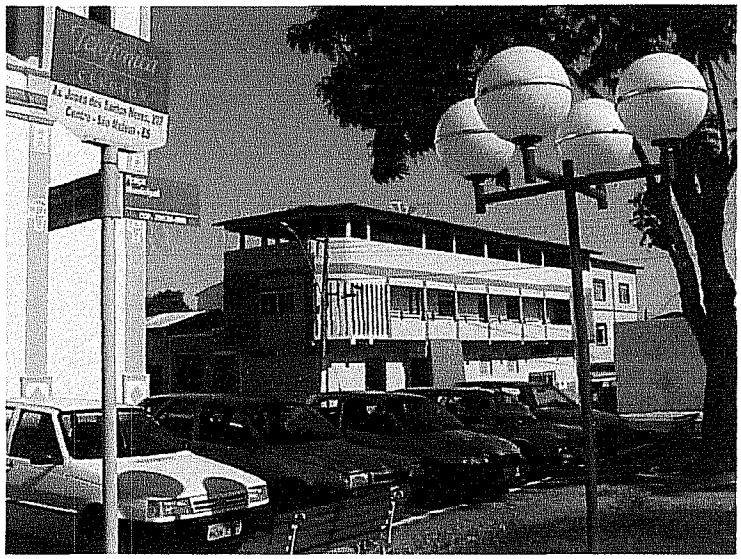


Fig 69



Fig 70

Fig 68 - 70 - Tipologia de ocupações mais recentes

c) A tipologia das invasões ou habitações subnormais

As tipologias de habitação sub-normal, denominadas por muitos como "invasão", são decorrência do descompasso de uma forte demanda por habitação e a correspondente oferta. Elas ocorrem geralmente em áreas com limitações naturais à sua ocupação (áreas alagadiças ou escarpas íngremes) e, portanto, a sua precariedade é ostensiva.

As ocupações se dão em sua maioria junto aos fundos de vale dos córregos urbanos, assumindo formatos lineares com o solo sendo ocupado em decorrência da negociação entre os interessados. Contrapondo-se às ocupações "planejadas", onde as unidades são submetidas a uma "idéia", a um projeto de parcelamento, nas tipologias de invasão, as unidades vão sendo adicionadas às existentes na medida da necessidade e negociações momentâneas. Não há a visualização da configuração "final" do assentamento.

Devido à natureza do processo, não há definição de "lotes" no sentido formal do termo. As parcelas do solo, quando necessário, são delimitadas informalmente por cercas. A tipologia edilícia surpreende aos não acostumados aos hábitos regionais por sua organização em "pavimentos", que são ocupados ou não dependendo da época de cheia ou vazante do córrego.

(vide Figs. 71, 72 e 73)

d) A tipologia dos programas sociais, parcelamentos da Prefeitura Municipal e particulares

(vide Figs 74, 75 e 76)



Fig 71



Fig 72



Fig 73

Fig 71-73 Tipologia das invasões ou habitações subnormais

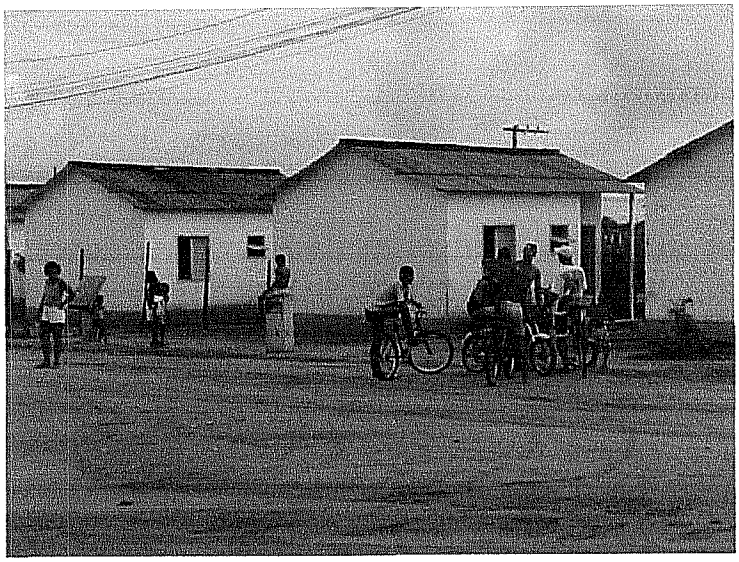


Fig 74

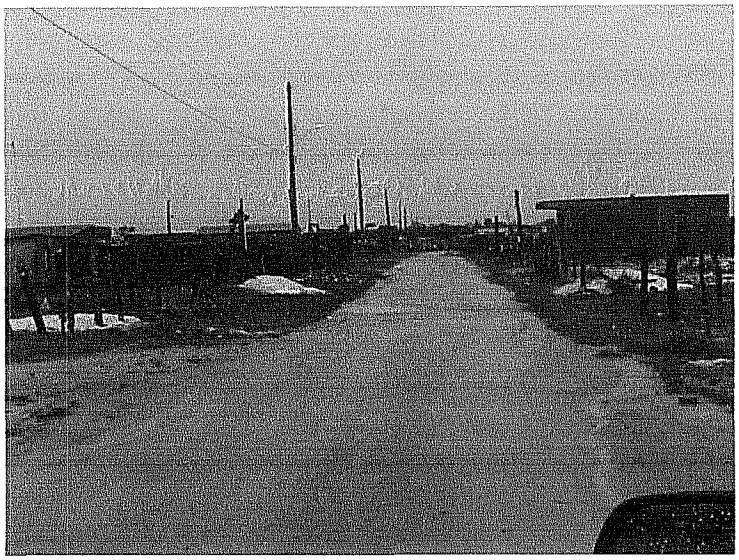


Fig 75

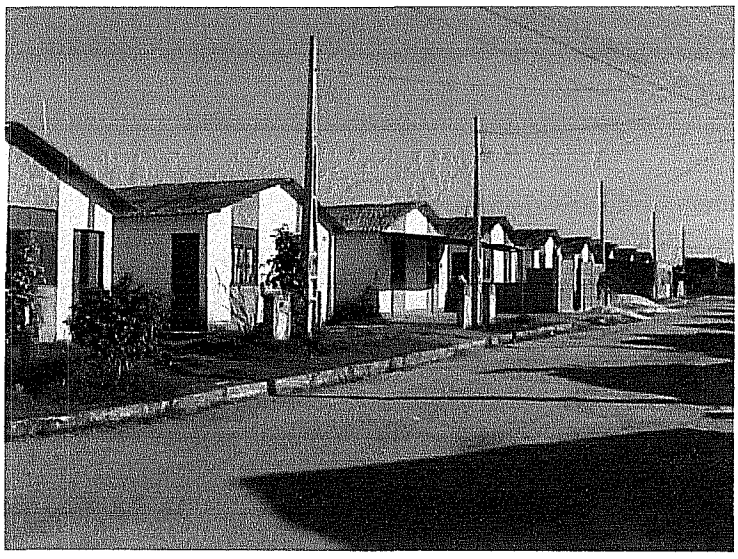


Fig 76

Fig 74 - 76 Tipologia dos programas sociais, parcelamentos da Prefeitura Municipal e particulares

1.1.6.3.3) Das infra-estruturas

As infra-estruturas da cidade de São Mateus são decorrência, por um lado, da ocupação urbana. Por outro, elas podem agir como indutores dessa ocupação. Elas se estruturam em torno do abastecimento de água, do esgotamento sanitário, da transmissão e distribuição de energia elétrica, da drenagem / esgotamento pluvial, da comunicação e do recolhimento e tratamento do lixo.

- **Do abastecimento de água**

O sistema de abastecimento de água de São Mateus atende, praticamente, a toda população urbana, atingindo um índice de atendimento da ordem de 100%. O órgão responsável pela operação do sistema é o SAAE – Serviço Autônomo de Águas e Esgotos.

A captação é feita no Rio São Mateus, também chamado de Rio Cricaré, próxima à área antiga da cidade. Da captação a água é bombeada para a Estação de Tratamento de Água - ETA, onde é submetida a um processo de tratamento convencional. Segundo informações locais, a ETA trabalha em regime contínuo e possui capacidade para atender à população atual. Em termos de distribuição, há dificuldades apenas no abastecimento de água de alguns bairros mais afastados.

Quanto à disponibilidade de água no manancial de abastecimento, embora o Rio São Mateus possua um volume de água considerável, no período de seca, ele sofre uma redução significativa, chegando a aumentar a salinização de suas águas, devido à influência da água do mar. O Rio São Mateus vem sendo intensivamente utilizado em seu curso à montante em pequenas barragens de acumulação e para irrigação. Adicionalmente, em termos qualitativos, o Rio São Mateus vem recebendo o lançamento de esgotos "in natura" oriundos das residências ribeirinhas, situadas à montante da captação, e que vem provocando a poluição de suas águas, principalmente, durante o período de estiagem.

Nos distritos, predomina o uso de afloramentos superficiais. As águas são apenas cloradas, e, em algumas localidades, há o aumento da turbidez no período de chuvas.

Na praia de Guriri, o manancial de abastecimento, o Rio Mariricu, ficou impossibilitado de ser utilizado devido à alta concentração de sais no período de seca.

Em São Mateus existiam 22.997 ligações de água tratada, em janeiro de 2001, segundo informações do SAAE. Entretanto o percentual de ligações cortadas por falta de pagamento atingia 20%, ou seja, mais de 4400 famílias deixaram de dispor de água potável, geralmente, por incapacidade de pagamento das cotas.

O índice médio de produtividade em relação ao número de trabalhadores dos órgãos de tratamento de água e esgotos, municipais, no Brasil, era de 6,8 pessoas para cada mil ligações em 2000. Em São Mateus este índice era de 5,72, e portanto melhor que a média brasileira.

O sistema de abastecimento de água apresenta perdas devido a ligações clandestinas, inadimplências, vazamentos e rompimentos de adutoras. O índice médio de perdas no

Brasil é de 37,7% e, em São Mateus é de 53%, segundo informações do SAAE, portanto demasiadamente elevado.

Hoje, em São Mateus, o consumo médio de água por habitante é de 180 litros/dia. Isto representa que, além de estender a água tratada às comunidades não atendidas atualmente pelo SAAE, o sistema de distribuição teria que investir em um aumento ao redor de 3% ao ano na rede de distribuição.

A tarifa de águas e esgotos no SAAE foi de R$ 1,26 por metro cúbico, em São Mateus, até dezembro de 2002. A média nacional é de R$2,04 por metro cúbico. Sendo que a tarifa de esgoto é de 50% da tarifa da água, em São Mateus.

- **Do esgotamento sanitário**

O sistema de esgotamento sanitário de São Mateus atende às principais áreas urbanas da cidade, com um percentual de atendimento com redes coletoras da ordem de 80% (Ano base - 2000). Os esgotos coletados são encaminhados aos interceptores que margeiam os principais corpos d'água, o Córrego Ribeirão e o Córrego da Bica, que cortam a área urbana da cidade. No entanto, praticamente, todos os esgotos coletados são lançados nesses córregos sem tratamento. Tal situação, associada à ocupação das encostas e margens dos córregos, além de colocar os moradores em risco de contaminação, tem deixado esses córregos totalmente poluídos.

Outros aspectos críticos em termos de condições sanitárias são: a ocupação indevida de áreas de fundo de vale, onde não há possibilidade de coleta dos esgotos com rede pública e o uso de fossa e sumidouro é inadequado devido ao elevado nível do lençol freático; e a ocorrência de extravasamentos das redes coletoras, no Bairro Ponte, sempre que há uma elevação no nível do Rio São Mateus.

Embora não haja um projeto de esgotamento sanitário para a localidade, provavelmente, próximo à confluência entre os Córregos Ribeirão e da Bica deverá ficar localizada uma Estação de Tratamento de Esgotos – ETE.

Apenas o Bairro SEAC possui uma ETE, que utiliza o processo de lagoas de estabilização. No Bairro Colinas, foi iniciada a construção de uma ETE pelo mesmo processo, porém elas não entraram em operação por motivo de embargo.

Dentre os distritos, apenas na Praia de Guriri o sistema de esgotos está em implantação, inclusive com a construção de uma ETE. Nas demais localidades o sistema de esgotos se resume à utilização de fossas sépticas e sumidouros, quando os dejetos não são lançados diretamente nos corpos d'água.

- **Da transmissão e distribuição de energia elétrica**

A ESCELSA, concessionária de energia do estado informou ao Planejamento da PMSM que o crescimento da demanda de energia, em São Mateus, entre 1999 e 2000, foi de 32.927.005 kWh para 33.541.078 kWh, (1,86%). O crescimento das ligações de energia elétrica de São Mateus foi da ordem de (5,04%) 21.169 para 22.236 ligações residenciais. O comércio cresceu de 1.839 ligações para I.864 (apenas 0,98%) e a indústria variou de 235 para 244 ligações (3,83%). O total de desligamentos de energia

aumentou negativamente de 4% para 5,5%. Há mais de 20 anos, como se previa, o colapso do suprimento de energia elétrica, de origem hidráulica, era esperado. Em abril de 2001, a estiagem fez cair o nível dos reservatórios para menos de 30% de suas capacidades.

O crescimento médio do número de consumidores de energia elétrica no Espírito Santo foi de 5,56% ao ano. Em 2000 o consumo global de energia elétrica em São Mateus, segundo a ESCELSA, foi de 63.019.556 kWh. O setor de maior consumo de eletricidade foi o residencial com 53,22%, seguido do comercial com 26,44% e em menor proporção da indústria com 20,34%.

O sistema de iluminação pública atende satisfatoriamente 90% da área urbana do município.

- **Da drenagem/esgotamento pluvial**

Em termos de sistema de drenagem, a sede de São Mateus apresenta um quadro bastante favorável, principalmente, em função da predominância de declividades intermediárias e a presença de corpos d'água de pequeno porte na área urbana, que não chegam a provocar enchentes e que são capazes de absorver as vazões de pico do período chuvoso.

Os pontos críticos observados referem-se à ocorrência de alagamentos em alguns pontos específicos da cidade, por falta de rede de drenagem, e a ocupação de áreas de encostas e fundos de vales, onde não há possibilidade de implantação de infraestrutura adequada.

Em Guriri, o sistema de drenagem é bastante crítico, devido ao nível de lençol freático ser de apenas 1,0 m e tornar-se aflorante, no período de chuvas. Atualmente, como solução de emergência, têm-se optado pelo bombeamento das águas pluviais durante esses períodos.

- **Da comunicação**

Em termos de telefonia fixa, o Espírito Santo é atendido pela TELEMAR, desde 1998, quando ocorreu a privatização da TELEST - Telecomunicações do Espírito Santo S.A. O sistema telefônico executado em fibra óptica interliga as 77 sedes municipais do Estado, assegurando uma comunicação confiável e de qualidade. Essa malha telefônica se interliga ao restante do País usando a mesma tecnologia.

Como meta estabelecida para os anos de 2001 e 2002, a TELEMAR previa as seguintes atividades:

- Ampliação das linhas telefônicas instaladas de 550 mil para 600 mil;
- Implantação de pelo menos uma Central Telefônica em localidades com até 600 habitantes; e
- Instalação de pelo menos um telefone público, em localidades com até 300 habitantes.

Em 2000 São Mateus possuía 8500 telefones instalados.

As localidades de Nova Lima, São Geraldo, Santa Maria, Nestor Gomes, Nativo de Barra Nova,Comunidade do Espírito Santo, Comunidade da Paulista, contam atualmente com o serviço de telefonia pública (TP).

Já as localidades de Itauninhas, Ferrugem, Gameleira, Barra Nova, Nova Verona, Meleira, Córrego Seco, São Benedito, São Bento e Córrego do Aterro, além dos assentamentos do Córrego da Areia, Joerama, Georgina, Zumbi dos Palmares e Guanabara, até 2001 não dispunham do serviço de telefonia pública (TP), mas apresentavam locais para a instalação de telefone de uso público (TUP).

Quanto à telefonia móvel, o Município de São Mateus possui cobertura da empresa Algar Telecom Leste – ATL.

- **Do recolhimento e tratamento do lixo**

Toda a área urbana da sede de São Mateus tem seus resíduos sólidos coletados diariamente. A coleta é de responsabilidade de uma empresa contratada, e as atividades de limpeza que incluem varrição, retirada de entulhos, poda de árvores, dentre outros, são de responsabilidade da Prefeitura.

Os resíduos coletados são encaminhados a um lixão, localizado em uma área considerada ambientalmente inadequada, por ser uma baixa e predominantemente arenosa. Nessa área, verifica-se a presença de inúmeros catadores que possuem alguma articulação entre si, entretanto sem nenhuma estrutura de apoio para melhor seleção e aproveitamento dos materiais recicláveis. Entretanto, a localidade já dispõe de um projeto para tratamento dos resíduos sólidos e a área definida e aprovada pela SEAMA para implantação de um aterro sanitário.

De um modo geral, a cidade é mantida razoavelmente limpa. No período de verão, quando há um maior fluxo de turistas, são feitas campanhas educativas visando manter a limpeza das praias, especialmente da Praia de Guriri.

A taxa de coleta de lixo residencial é de R$5,00 por residência e é cobrada junto com a conta de água e esgotos, em São Mateus. A média nacional para a taxa de lixo era de R$2,75 por residência, em 2000. A Limpeza Urbana é terceirizada, com a SAMON – Saneamento e Montagens Ltda, desde 2002, empresa que possui o certificado ISSO-9002. Entre os serviços prestados pela Samon, podemos citar:

- Varrição manual;
- Manutenção de rotas;
- Limpeza de praias;
- Limpeza de feiras e mercado;
- Coleta de resíduos domiciliares e comerciais;
- Coleta de resíduos de serviços de saúde;
- Disk-Lixo – 3763-572

A tabela a seguir apresenta a caracterização dos domicílios do município de São Mateus em questões gerais de infra-estrutura, ou seja, abastecimento de água, esgotamento sanitário e deposição de resíduos sólidos.

Tabela 19: Caracterização dos domicílios do município em infra-estrutura

Domicílios:	Valor	Unidade
Particulares permanentes	23 181	Domicílios
Particulares permanentes - abastecimento de água - rede geral	17 888	Domicílios
Particulares permanentes – abastecimento de água - poço ou nascente	4 525	Domicílios
particulares permanentes - abastecimento de água - outras formas	768	Domicílios
Domicílios particulares permanentes - com banheiro ou sanitário	21 847	Domicílios
Domicílios particulares permanentes - com banheiro ou sanitário - esgotamento sanitário - rede geral	12 797	Domicílios
Domicílios particulares permanentes - sem banheiro ou sanitário	1 334	Domicílios
Domicílios particulares permanentes - destino de lixo - coletado	17 850	Domicílios
Domicílios particulares permanentes - destino de lixo - outro destino	5 331	Domicílios

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

1.1.6.4) Dos equipamentos e serviços comunitários

- **Educação**

Na área da educação, em 1997, havia um total de 24.348 alunos matriculados em estabelecimentos de ensino no município de São Mateus, dos quais 1% (226 alunos) em creches e pré-escolas, 82,5% (20.101 alunos) no ensino fundamental e 16,5% (4.021) no ensino médio. Sendo que a grande maioria dos estabelecimentos era de responsabilidade da rede estadual de educação.

Ainda no ano de 1997, 2.506 alunos estavam matriculados em cursos de ensino de jovens e adultos (EJA) e 147 alunos portadores de necessidades especiais eram atendidos em estabelecimentos de educação especial.

Os dados disponíveis referentes ao ano de 2001 mostram que o universo de alunos atendidos nos estabelecimentos de ensino regular passou para 30.589, onde quase 17% (5.157 alunos) estavam em creches e pré-escolas; 67% (20.544) estavam no ensino fundamental e menos de 16% (4.888) no ensino médio. Ainda em 2001, 2.850 alunos estavam matriculados em cursos de ensino de jovens e adultos (EJA) e em 2002 era de 240 o número de alunos atendidos pela rede de ensino especial.

Os números demonstram que, em termos absolutos, não houve incremento significativo no atendimento escolar nos últimos anos pelas redes de ensino médio e ensino fundamental nem pelas redes de educação especial e ensino de jovens e adultos. Percebe-se, no entanto, a evolução do atendimento educacional na faixa pré-escolar (de 1% para 17% dos alunos atendidos).

Nos últimos anos, no município de São Mateus, vêm se fortalecendo as instituições de ensino profissionalizante e ensino superior. Criada em 1999, a rede de ensino profissionalizante contava, em 2002 com 399 alunos, matriculados nos cursos de: Patologia Clínica, Segurança do Trabalho, Enfermagem, Turismo e Técnico de Informática. A Faculdade São Mateus e o Pólo Universitário, em 2001, contavam com 647 e 479 alunos, respectivamente.

No entanto constata-se que a educação em São Mateus vem passando por sérios problemas devido à crise estadual, o que compromete a qualidade do ensino uma vez

que o Município atende cerca de 50% da comunidade escolar. Além disso percebe-se que a oferta de equipamentos escolares não é suficiente para atender a demanda.

Tabela 20: Dados sobre Educação no Município de São Mateus - 2002

Dados sobre Educação no Município de São Mateus	Valor	Medida
Matrículas - ensino fundamental	20 985	Matrículas
Matrículas - ensino fundamental - escola pública estadual	9 908	Matrículas
Matrículas - ensino fundamental - escola pública municipal	9 657	Matrículas
Matrículas - ensino fundamental - escola particular	1 420	Matrículas
Matrículas - ensino médio	4 796	Matrículas
Matrículas - ensino médio - escola pública estadual	4 320	Matrículas
Matrículas - ensino médio - escola particular	476	Matrículas
Matrículas - ensino pré-escolar	3 805	Matrículas
Matrículas - ensino pré-escolar - escola pública estadual	340	Matrículas
Matrículas - ensino pré-escolar - escola pública municipal	3 014	Matrículas
Matrículas - ensino pré-escolar - escola particular	451	Matrículas
Docentes - ensino fundamental	862	Docentes
Docentes - ensino fundamental - escola pública estadual	379	Matrículas
Docentes - ensino fundamental - escola pública municipal	365	Matrículas
Docentes - ensino fundamental - escola particular	118	Matrículas
Docentes - ensino médio	209	Matrículas
Docentes - ensino médio - escola pública estadual	162	Matrículas
Docentes - ensino médio - escola particular	47	Matrículas
Docentes - ensino pré-escolar	194	Matrículas
Docentes - ensino pré-escolar - escola pública estadual	15	Matrículas
Docentes - ensino pré-escolar - escola pública municipal	141	Matrículas
Docentes - ensino pré-escolar - escola particular	38	Matrículas
Estabelecimentos de ensino fundamental	119	Estabelecimentos
Estab. de ensino fundamental - escola pública estadual	57	Estabelecimentos
Estab. de ensino fundamental - escola pública municipal	54	Estabelecimentos
Estabelecimentos de ensino fundamental - escola particular	8	Estabelecimentos
Estabelecimentos de ensino médio	10	Estabelecimentos
Estabelecimentos de ensino médio - escola pública estadual	7	Estabelecimentos
Estabelecimentos de ensino médio - escola particular	3	Estabelecimentos
Estabelecimentos de ensino - ensino pré-escolar	66	Estabelecimentos
Estab. de ensino - ensino pré-escolar - escola pública estadual	2	Estabelecimentos
Estab. de ensino - ensino pré-escolar - escola pub. municipal	52	Estabelecimentos
Estab. de ensino - ensino pré-escolar - escola particular	12	Estabelecimentos

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP -, Censo Educacional 2000.

No que tange aos níveis de escolaridade, o último censo registrou no Município 62.054 pessoas, com 10 anos ou mais, alfabetizadas, e uma taxa de alfabetização de 86,80 habitantes.

- **Saúde**

Constata-se uma crescente expansão dos indicadores físicos de saúde (números de hospitais e de leitos e atendimento ambulatorial) nos municípios em comparação com os estados e a União.

Entre 1995 e 1999, no Brasil, o número de hospitais municipais cresceu 34,5%. Nos estados e na União a queda no mesmo período foi de 13,2% e de 40,8%, respectivamente. Boa parte deve representar a transferência para os municípios da gestão de hospitais que antes pertenciam aos estados e à União. O número de leitos sob a responsabilidade dos municípios elevou-se, conseqüentemente, em 45,3%, enquanto o atendimento em ambulatórios cresceu 36,3% no período.

O município de São Mateus, em 1997, contava com 46 estabelecimentos de saúde, sendo 2 hospitais (1 público e 1 filantrópico), 26 unidades de atendimento ambulatorial, 13 postos de saúde e 5 centros de saúde, representando 167 leitos disponíveis.

O hospital público do Município de São Mateus tem alcance regional, atendendo aproximadamente 9 municípios do norte do estado, o resultado é o congestionamento dos serviços hospitalares e o comprometimento da qualidade do atendimento. Por esse motivo a Secretaria de Saúde Municipal tem procurado descentralizar os serviços através da criação de pequenos postos de atendimento nos bairros.

Dados do último censo (2000) revelam os seguintes dados referentes à saúde apresentados na tabela a seguir.

Tabela 21: Dados sobre Saúde no Município de São Mateus – 2002

Dados sobre Saúde no Município de São Mateus	Valor	Unidade de Medida
Hospitais – 2000	2	Hospitais
Leitos hospitalares – 2000	143	Leitos
Unidades ambulatoriais – 1999	25	Unidades
Postos de saúde – 1999	15	Postos
Centros de saúde – 1999	3	Centros
Ambulatórios de unidade hospitalar geral – 1999	2	Ambulatórios
Postos de assistência médica - 1999	1	Postos
Internações hospitalares - 2000	5.070	Internações

Fonte: Ministério da Saúde, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS 1998-2000.

- **Da segurança pública**

No contexto capixaba, o Município de São Mateus é pioneiro na concepção e elaboração do Programa de Planejamento de Ações de Segurança Pública – PRO-PAS. O PRO-PAS constitui-se na primeira política pública de segurança implantada no Estado do Espírito Santo, de forma holística e com uma visão de curto, médio e longo prazos. O PRO-PAS está constituído por oito projetos, subdivididos em 23 subprojetos que foram inseridos no PPA estadual, abrangendo o período de 1999 a 2003.

Percebe-se ainda no município, a necessidade de desenvolverem-se parcerias com órgãos de segurança estadual, incluindo inovações tecnológicas nos sistemas de comunicação e unidades móveis para a polícia, a fim de proporcionar melhor eficácia do

efetivo de policiais no município, e de promover-se a assistência jurídica e gratuita à comunidade carente na busca da equidade social;

Especialistas em segurança pública e lideranças comunitárias recomendam a construção de um presídio, em São Mateus, a fim de desafogar a cadeia da delegacia localizada no centro da cidade.

- **Da circulação e transporte**

Em 2000 haviam 12.900 veículos licenciados em São Mateus. As questões de transito já começam a tumultuar a vida da cidade, com acidentes e congestionamentos. Em 2002, por iniciativa do poder executivo municipal, foi criado o Conselho Municipal de Trânsito e Transporte – COMUTRAN.

A lei municipal 168/2002, de iniciativa do vereador Nilis Castberg, criou o Conselho Municipal de Transportes e Trânsito – COMUTRAN. O COMUTRAN é um órgão consultivo, normativo e deliberativo subordinado à Secretaria de Serviços Urbanos e se compõe de 17 membros titulares (e 17 suplentes). Entre as instituições que integram o COMUTRAN estão as concessionárias e prestadoras de serviços de transporte, Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Espírito Santo, DETRAN, Associações de Bairros, Polícia Militar, Associação Municipal das Pessoas Deficientes (AMD) e dos poderes executivo e legislativo municipais. São Mateus, em 2002, conta com uma frota ao redor de 14000 veículos.

O aeroporto de São Mateus (Tancredo Neves) está operando desde o início do ano, com uma linha São Mateus / Vitória / Rio de Janeiro, usando o avião Let 410, da TEAM, com capacidade para 19 pessoas, desde 23 de abril de 2002, o preço inicial para viagem São Mateus/Vitória e de R$150,00. Esta importante realização da Secretaria de Desenvolvimento deverá contar com a criatividade e o empenho de toda a máquina administrativa do governo, para não retroagir.

São Mateus não possui um terminal rodoviário. A rodoviária existente na região central da sede do município é de propriedade da empresa São Gabriel, a mesma empresa que realiza o sistema de transportes urbanos coletivos no município.

Tabela 22: Linhas urbanas de transporte coletivo em São Mateus – 2002

Linhas urbanas	Percurso total	Chão	Pavimentado	Nº paradas
Santo Antônio - Aviação	13,43 km	0,93 km	12,50 km	78
Litorâneo - Ideal	16,15 km	2,41 km	13,74 km	53
Ponte - COHAB	11,14 km	0 km	11,14 km	69
Porto – Rio Preto (via Pedra d'Água)	15,19 km	0 km	15,19 km	89
Guriri – São Mateus	20,34 km	0 km	20,34 km	121
Aroeira – Morada do Ribeirão	15,65 km	6,92 km	8,73 km	109
CEAC – Vila Nova	11,10 km	0,96 km	10,14 km	56

Fonte: Empresa São Gabriel

O Decreto n.º 700/2002, de 12 de janeiro de 2002, aumentou os valores das passagens de ônibus para R$0,90 ônibus convencional e R$1,40 ônibus expresso com ar condicionado das linhas urbanas do município de São Mateus.

A figura 77 a seguir apresenta os principais eixos de circulação do transporte coletivo na cidade de São Mateus.

— Linha Urbana:Santo Antônio x Aviação
— Linha Urbana:Guriri x São Mateus
— Linha Urbana:Litorâneo x Ideal
— Linha Urbana:Arueira x Morada do Ribeirão
— Linha Urbana:Porto x Rio Preto
— Linha Urbana:CEAC x Vila Nova
— Linha Urbana:Ponte x COHAB
O Ponto Final

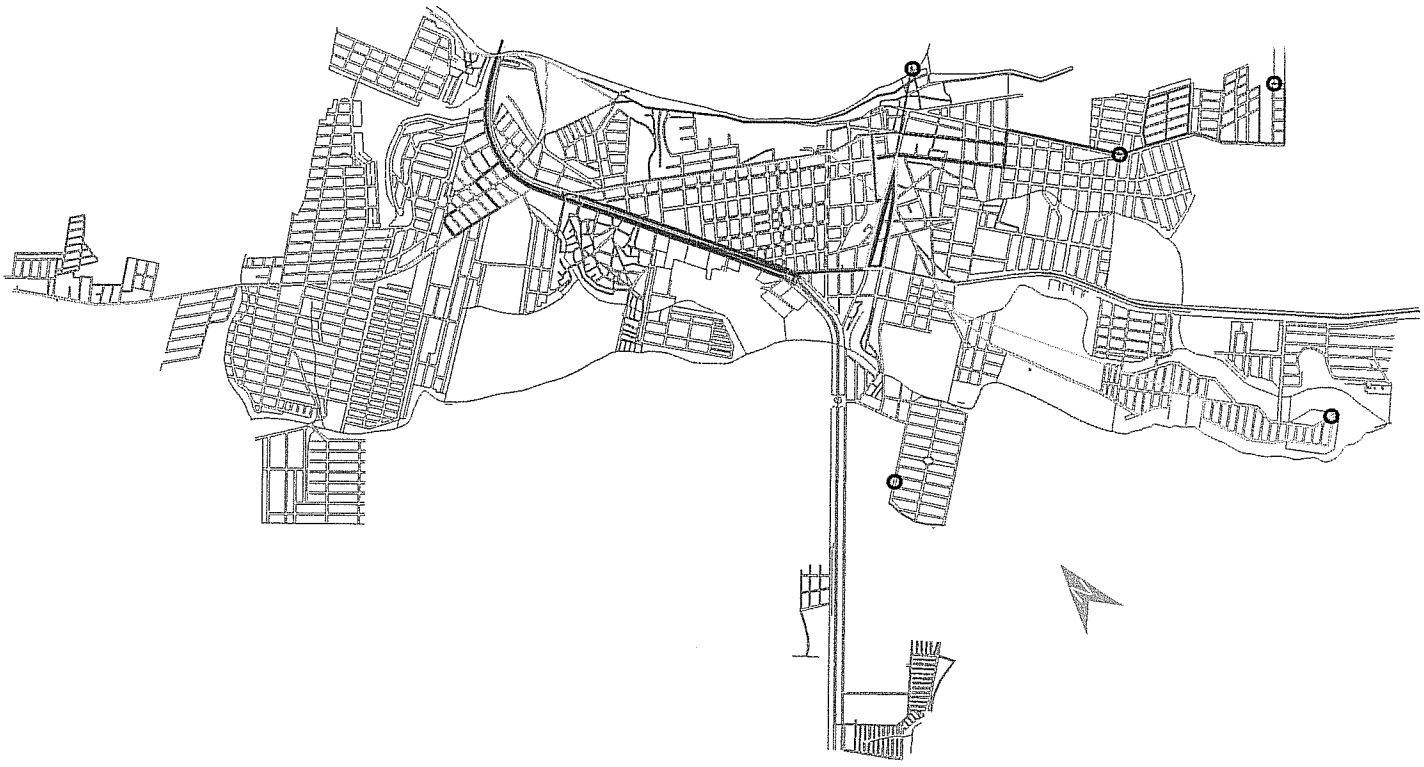


Fig 77: Principais corredores de transporte coletivo

1.1.6.5) Das unidades de conservação

Existem uma série de áreas de interesse ambiental, que devem ser conservadas / preservadas em interesse aos sistemas ecológicos da região.

São Mateus é o um dos 16 municípios integrantes da Costa do Descobrimento - juntamente com Jaguaré, Linhares e Sooterama, no Espírito Santo, e outros 12 municípios na Bahia - uma região reconhecida pela UNESCO como Sítio do Patrimônio Mundial Natural.

As áreas que recebem este título são áreas onde as formações físicas, biológicas e geológicas são consideradas excepcionais, são habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, e dispõem de excepcional valor para conservação, científico e de grande beleza cênica. Qualidades essas todas encontradas em São Mateus.

1.1.6.5.1) Particularmente, da ocorrência de sítios arqueológicos ou espeleológicos, e de sítios paisagisticamente relevantes.

O município de São Mateus apresenta uma série de atrativos turísticos e paisagísticos, dentre os quais é interessante destacar o seu litoral, as áreas dos manguezais, as cachoeiras geradas pelos afloramentos rochosos ao longo de seus cursos de água e uma série de ilhas, criadas de certa forma artificialmente.

- **O litoral do município de São Mateus / suas praias** (vide Figs. 78 a 81)

As praias do município se constituem num dos maiores potenciais turísticos do mesmo. Nesse sentido, o litoral de São Mateus tem uma extensão de cerva de 43 km, e é constituído basicamente pelas praias de Guriri, Barra Nova e Uruçuquara, e outras menores.

A praia de Guriri, a mais conhecida do município, está tentando ser transformada em importante pólo turístico da região. Na temporada de verão, o balneário vem recebendo um enorme contingente de veranistas o que o classifica como um dos mais procurados do estado. Uma de suas vantagens é a proximidade com a sede do município, de modo a receber também um grande contingente de população local, o que garante uma sustentação econômica mínima. Um dos pontos fracos é a proximidade do lençol freático em toda a área do assentamento residencial, o que, além de dificultar seu saneamento, representa um risco de enchente com alguma chuva mais forte.

A praia de Barra Nova constitui-se numa das mais bonitas de São Mateus. Sua beleza está nos manguezais e na baía que se formou por ocasião da abertura dessa barra artificial. Ressente-se da falta de uma infra-estrutura mais consistente.

Entre a praia de Guriri e a praia de Barra Nova existem uma série de praias menores, como já foi colocado, como as praias do Caramujo, Oitizeiro, Brejo Velho, Aldeia do Coco, Ranchinho e Gameleira. Quase todas são agrestes, de difícil acesso, com área de restinga bastante devastada. Mesmo assim, ainda se encontram muitas árvores frutíferas próprias da região, como a mangabeira, o cajueiro, a pitangueira, o cambucazeiro e o coquinho de Guriri.

A praia de Uruçuquara é uma das mais belas praias do litoral capixaba. Fica na divisa do município de São Mateus com Linhares.

- **Os manguezais** (vide Fig. 82)

Com a abertura do canal da Barra Nova, em 1866, as águas do mar foram penetrando no rio Mariricu e, mais tarde, na segunda metade do século XX, nos valões abertos para drenagem. Isso vem provocando a ampliação geográfica da área dos manguezais.

Da mesma forma, depois da drenagem da lagoa de Suruaca e abertura dos canais pelo DNOS para expansão das fazendas de gado, o manguezal tem avançado para o interior das fazendas por causa da salinização das águas.

Contrastando com a expansão geográfica do mangue, e correspondente vegetação, a cata do caranguejo poderá levar esse crustáceo à extinção. Verdadeiros exércitos de catadores invadiram o mangue para capturar o caranguejo pelo alto valor de sua carne e de suas puas / patas na culinária dos restaurantes.

- **As cachoeiras** (vide Fig. 83)

As cachoeiras mais importantes encontram-se no leito do rio Cricaré, próximo à sede do Distrito de Nestor Gomes. A cachoeira do Inferno é a maior e a mais importante. Logo abaixo localiza-se a cachoeira da Jararaca e, por último, a do Cravo, local onde o Barão dos Aymorés represou as águas do rio Cricaré para tocar as máquinas de moagem da cana de açúcar, no século XIX.

As ilhas

Com a abertura de uma barra artificial no rio Mariricu (Barra Nova) e outra no rio Ipiranga (divisa de São Mateus com Linhares), formaram-se 02/duas grandes ilhas: a ilha de Guriri e a ilha de Campo Grande.

- **A ilha de Guriri**

Esta ilha é delimitada a leste pelo Oceano Atlântico, a oeste pelos rios Mariricu e São Mateus, ao norte pelo rio São Mateus na sua foz / barra, e ao sul pela baía de Barra Nova. A maior parte da ilha pertence ao município de São Mateus. Uma pequena parte pertence ao município de Conceição da Barra. A ilha de Guriri é a maior do estado, com uma área de 102 km^2.

- **A ilha de Campo Grande**

Esta ilha é delimitada a leste pelo Oceano Atlântico e pelo rio Ipiranga, a oeste pela vala da Suruaca e rio Barra Seca, ao norte pela baía da Barra Nova e ao sul pela lagoa Suruaca e a vala que liga esta lagoa ao rio Ipiranga. A ilha de Campo Grande mede 11 km2.



Fig 78



Fig 79

Fig 78 - 79 - Praia de Guiriri



Fig 80

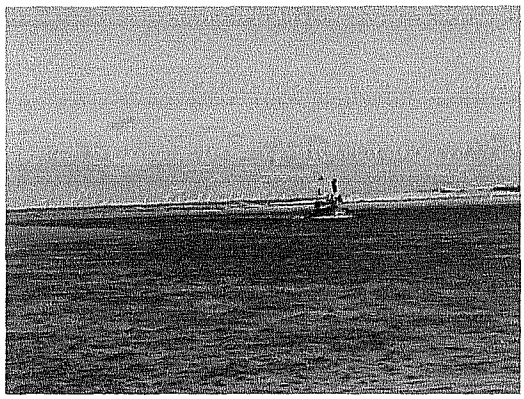


Fig 81

Fig 80 - 81 - Barra Seca



Fig 82 - Manguezal

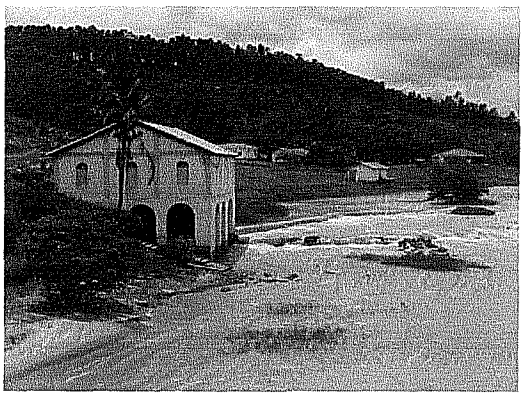


Fig 83 - Cachoeira do Cravo

1.1.7) Caracterização da moldura política / institucional e legal

1.1.7.1) Da moldura institucional / administrativa / financeira

Aspectos administrativos

As tarefas específicas de planejamento do Município são de responsabilidade da Coordenação de Planejamento da Prefeitura Municipal de São Mateus, atualmente em processo de reestruturação de forma a melhor atingir seus objetivos.

Dentro dessa linha de trabalho foi definida a sua missão: "consolidação dos planejamentos específicos, executados pelas demais secretarias, (que constituem programas, projetos, atividades, ações e eventos) e apoio às tomadas de decisões do Prefeito, visando ao cumprimento das leis e a promoção da melhoria de qualidade de vida do povo mateense.".

Na Fig. 15 é possível visualizar a forma de articulação pretendida entre os órgãos fim e meio de forma a melhor viabilizar suas ações de planejamento, bem como as diversas Secretarias que dispõe a Prefeitura Municipal para o seu processo de gestão administrativa.

A Prefeitura Municipal conta com um efetivo de 1820 pessoas, sendo 1688 ativos e 132 pensionistas. A idade media do pessoal ativo é de 41 anos, sendo 73% do sexo feminino, 40% professores, dos quais 90% é do sexo feminino.

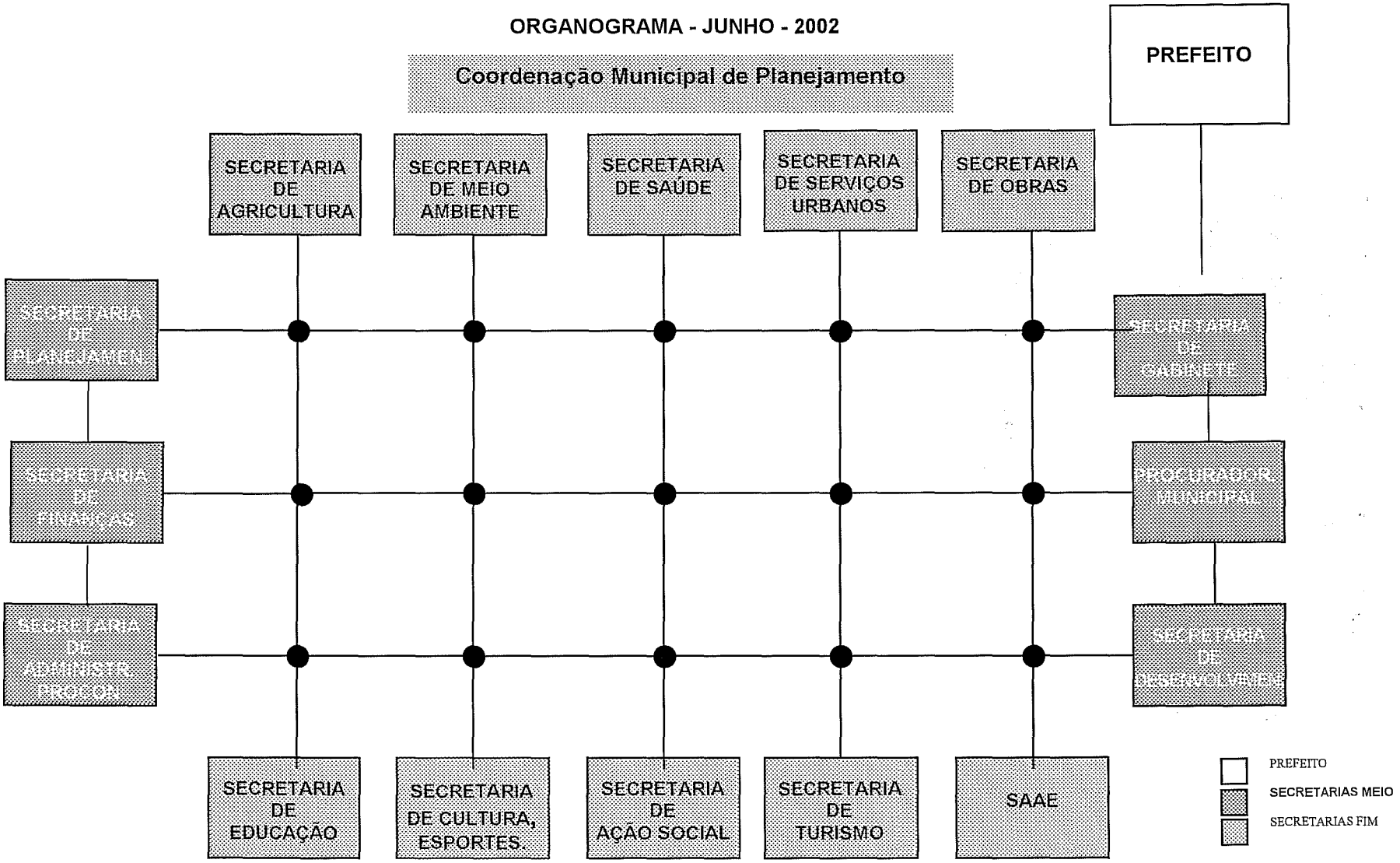
O salário médio é de R$ 540,00, 60% do pessoal recebe salários entre o mínimo e R$ 468,47; 39 % entre R$ 470,00 e R$ 1.561,56 e, apenas 1 % acima de R$ 1600,00. sendo que 60% recebe salário mínimo.

O custo total com secretariado representa menos de 3% da despesa com pessoal. A folha mensal média de gastos com pessoal é de, aproximadamente R$ 1.363.439,00, considerando não só os ativos e inativos mais os estatutários, comissionados ou de designação temporária.

Segundo análise da Administração local a relação entre a quantidade de funcionários públicos municipais e o número de habitantes de São Mateus, em relação a outros municípios, parece ter atingido um coeficiente superior à média dos municípios do Estado, havendo necessidade de melhorar a produtividade dos atuais servidores, através da capacitação e outras medidas, incluindo o fortalecimento da auto estima.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS
Estado do Espírito Santo

ORGANOGRAMA - JUNHO - 2002



Aspectos financeiros

A Lei do Orçamento Anual de São Mateus (LOA), segundo dados da Coordenação de Planejamento da Prefeitura Municipal de São Mateus, previa, por exemplo, para o exercício de 2003 uma despesa de R$ 74.912.130,00, distribuídas conforma a Tabela 23.

Tabela 23: Distribuição de despesas da Prefeitura Municipal de São Mateus para 2003

ITEM	ÓRGÃOS MUNICIPAIS	R$	%
1	Câmara Municipal	2.327.000,00	3,11
2	Gabinete Do Prefeito	832.520,00	1,11
3	Coordenação de Planejamento	306.205,00	0,41
4	Procuradoria	377.058,00	0,50
5	Administração	7.215.837,00	9,63
6	Finanças	2.234.810,00	2,98
7	Obras	9.096.540,00	12,14
8	Desenvolvimento	197.820,00	0,26
9	Ação Social e Cidadania	2.745.930,00	3,67
10	Saúde	9.033.800,00	12,06
11	Educação	20.740.230,00	27,69
12	Cultura	1.298.980,00	1,73
13	Serviços Urbanos	6.912.800,00	9,23
14	Meio Ambiente	629.200,00	0,84
15	Agricultura	3.357.200,00	4,48
16	Turismo	3.106.200,00	4,15
17	SAAE	4.300.000,00	5,74
18	Reserva de Contingência	200.000,00	0,27
19	Global	74.912.130,00	100

Segundo dados também da Coordenação de Planejamento da Prefeitura Municipal de São Mateus os principais itens das receitas e indicadores da receita do município de São Mateus apresentavam os seguintes resultados:

- ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias R$ 8.451.080,49.
- IPTU - Imposto Territorial Urbano - R$ 647.079,78
- ISS - Imposto Sobre Serviços - R$ I.I50.253,22
- ITBI - Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - R$ 243.000,61
- Receita de Royalties de São Mateus em 2000 - R$ 233.076,10
- Receita Tributária de São Mateus "per capita" em 1999 - R$ 50,00
- Receita Tributária de Média "per capita" em 1999, no ES -R$ 83,00
- Receita Total de São Mateus "per capita" em 1999 - R$ 341,00
- Receita Total média "per capita" em 1999 no ES - R$ 447,50
- Despesa Pessoal/Receita Corrente de São Mateus em 2000 - 35,9%
- Despesa Pessoal/Receita Corrente de São Mateus em 2001 - 50,9%
- Investimentos de São Mateus da Receita global em 1999 - 8,7%
- Investimentos de São Mateus da Receita global em 2001 - 8,7%

Segundo dados também da Coordenação de Planejamento da Prefeitura Municipal de São Mateus o valor total conveniado entre a Prefeitura Municipal e a União, até junho de 2002 era de R$ 8.494,231,55

A evolução da receita nos últimos três anos foi de R$ 30.240.735,61 em 1999, R$ 42.000.000,00 em 2001 , R$ 55.000.000,00 em 2002 e R$ 74.000.000,00, em 2003, situando-se entre os 20 municípios de pior receita "per capita" (R$ 341,00/hab/ano) do Estado, apresentando índices de qualidade de vida inferiores à média capixaba.

As metas para envolvimento popular no processo de elaboração do Orçamento Anual são apresentados na Tabela 24.

Tabela 24: Metas para o envolvimento popular no orçamento participativo

ITEM	PARÂMETROS	UN	2000	2001	2002	2003	2004	2005
1	População Mateense	hab	90342	92402	94509	96672	99536	102522
2	Crescimento anual da população	%	2,28	2,28	2,50	2,75	3,00	3,00
3	Total de Representantes	hab	0	70	210	525	1050	2700
4	Percentual da População	%	0	0,08	0,22	0,54	1,05	2,63

Fonte - Coordenação de Planejamento da Prefeitura Municipal de São Mateus
IBGE para população de 2000 e projeções da Secretaria de Planejamento de 2002 a 2005.

1.1.7.2) Da moldura legal

a) A Constituição e o Estatuto da Cidade

A Constituição de 1988 estabeleceu em seu art. 182: "A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes"

O Estatuto da Cidade, Lei n° 10.257/2001, é a referida nessa disposição constitucional e dela depende a atuação legislativa e administrativa do Município.

b) A Constituição Estadual

Por sua vez a Constituição Estadual repetindo o mesmo dispositivo constitucional, complementa que "na formulação da política de desenvolvimento urbano serão assegurados:

I - plano de uso e ocupação do solo que garanta o controle da expansão urbana, dos vazios urbanos e da especulação imobiliária, a preservação das áreas de exploração agrícola e pecuária, além da preservação, proteção e recuperação do ambiente cultural e natural;

II - plano e programa específico de saneamento básico;

III - organização territorial das vilas e povoados;

IV - participação ativa das entidades comunitárias no estudo e no encaminhamento dos planos, programas e projetos, e na solução dos problemas que lhes sejam concernentes."

Determina ainda a Constituição estadual que "A política de desenvolvimento urbano deverá ser compatibilizada com as diretrizes e objetivos estabelecidos nos planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento econômico-social e da ordenação do território, e será consubstanciada através do plano diretor, do programa municipal de investimento e dos programas e projetos setoriais, de duração anual e plurianual, relacionados com cronogramas físico-financeiros de implantação."

Ainda estabelece que o plano diretor deverá dispor, no mínimo, sobre os seguintes aspectos:

I - regime urbanístico através de normas relativas ao uso, ocupação e parcelamento do solo, e também ao controle das edificações;

II - proteção de mananciais, áreas de preservação ecológica, patrimônio paisagístico, histórico e cultural, na totalidade do território municipal;

III - definição de áreas para implantação de programas habitacionais de interesse social e para equipamentos públicos de uso coletivo.

Considerando que o Plano Diretor é um plano de desenvolvimento, que abrange todo o Município, vale destacar o dispositivo da Constituição Estadual que trata da política agrícola e pesqueira: "É obrigação do Estado e dos Municípios implementarem a política agrícola assim definida em lei objetivando, principalmente, o incentivo à produção nas pequenas propriedades, através do desenvolvimento de tecnologia compatível com as condições sócio-econômico-culturais dos produtores e adaptadas às características dos ecossistemas regionais, de forma a garantir a exploração auto-sustentada dos recursos disponíveis", competindo ao Estado e, no que couber ao Município:

"I - a geração, a difusão e o apoio à implementação de tecnologias adaptadas aos ecossistemas regionais;

II - os mecanismos para a proteção e a recuperação dos recursos naturais;

III - o controle e a fiscalização da produção, do consumo, do comércio, do transporte interno, do armazenamento, do uso dos agrotóxicos, seus componentes e afins, visando à preservação do meio ambiente e da saúde do trabalhador rural e do consumidor;

IV - a manutenção de sistema de pesquisa, crédito, assistência técnica e extensão rural e de fomento agrossilvopastorial;

V - as infra-estruturas física, viária, social e de serviços da zona rural, nelas incluída a eletrificação, telefonia, armazenagem da produção, habitação, irrigação e drenagem, barragem e represa, estrada e transporte, educação, saúde, lazer, segurança, desporto, assistência social, cultura, mecanização agrícola e linha de crédito agrícola."

Nas suas Disposições Constitucionais e Transitórias, a Constituição Estadual estabelece que deverá ser implantando como unidade de conservação o manguezal de Barra Nova.

c) A Legislação Estadual

Existem outros dispositivos legais no âmbito estadual que devem ser considerados no processo de implementação do Plano Diretor, a seguir descritas.

1) Lei Estadual n.º 3.384, de 17 de novembro de 1980 que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, regulamentada pelo Decreto n.º 1.519 - N, de 16 de março de 1981, instrumentos legais com os quais o Município de São Mateus procede para aprovação dos parcelamentos urbanos.

2) Lei n.º 3.582, de 03 de novembro de 1983 que dispõe sobre as medidas de proteção, conservação e melhoria do Meio Ambiente no Estado do Espírito Santo, regulamentado pelo Decreto n.º 2.299-N, de 09 de junho de 1986, modificado pelo Decreto n.º 3.045-N, de 21/09/90, e posteriormente pelas Leis n.º 4.126/88 e 4.210/88.

3) Lei n.º 3.624, de 26 de dezembro de 1983 que dispõe sobre as Áreas Especiais e Locais de Interesse Turístico.

4) Lei n° 4.030 de 23 de dezembro de 1987 que declara de preservação permanente os remanescentes da Floresta Atlântica dentro dos limites geográficos do Estado do Espírito Santo.

5) Lei n.º 4.701, de 01 de dezembro de 1992, regulamentada pelo Decreto n.º 3.513-N, de 23 de abril de 1993, que dispõe sobre a obrigatoriedade que todas as pessoas, físicas e jurídicas, devem garantir a qualidade do meio ambiente, da vida e da diversidade biológica no desenvolvimento de sua atividade, assim como corrigir ou fazer corrigir as suas expensas os efeitos da atividade degradadora ou poluidora por ela desenvolvida.

6) Lei Complementar n.° 152 de 16 de junho de 1995, que Cria o Fundo de Defesa e Desenvolvimento do Meio Ambiente - FUNDEMA, os Conselhos Regionais do Meio Ambiente CONSEMAS e dá outras providências. Fica extinto o atual Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA instituído pela Lei n.º 4126, de 22 de junho de 1988, e alterado pela Lei Complementar n.º 74, de 10 de janeiro de 1996

7) Lei n.° 5.056, de 20 de junho de 1995 que Institui o "Programa de Hortas Comunitárias".

8) Lei n.° 5.076, de 13 de julho de 1995 que dispõe sobre a obrigatoriedade de sinalização de locais de interesse ecológico.

9) Lei n.º 5.080, de 19 de julho de 1995 que dispõe sobre a obrigatoriedade de licenciamento para os acampamentos em praias, margens dos rios e balneários.

10) Lei n° 5.361, de 30 de dezembro de 1996 que trata da Política Florestal do Estado do Espírito Santo, regulamentada pelo Decreto n.º 4.124-N, de 12 de junho de 1997.

11) Lei n.° 5.377 de 20 de janeiro de 1997 que regulamenta o artigo 187, § 3º, da Constituição Estadual, dispondo sobre a apreciação de licenciamentos que envolvam a

análise se de relatórios de impacto ambiental pela comissão permanente específica da Assembléia Legislativa.

12) LEI N.° 5.816, de 22 de dezembro de 1998 que institui o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro do Espírito Santo – PEGC/ES.

No PEGC/ES cabe destacar o Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro – ZEEC, que tem como objetivo identificar as unidades territoriais que, por suas características físicas, biológicas e sócio-econômicas, bem como por sua dinâmica e contrastes internos, devam ser objeto de disciplina especial, com vistas ao desenvolvimento de ações capazes de conduzir ao aproveitamento, à manutenção ou à recuperação de sua qualidade ambiental e do seu potencial produtivo.

O ZEEC definirá normas e metas ambientais e sócio-econômicas, relativas aos meios rurais, urbanos e aquáticos, a serem alcançadas por meio de Programas de Gestão Ambiental.

As unidades territoriais citadas serão enquadradas nas seguintes zonas características:

I. Zona de Proteção Ambiental (ZPA) - Zona dedicada à proteção dos ecossistemas e dos recursos naturais, representando o mais alto grau de preservação das áreas abrangidas pelo PEGC/ES, caracterizada pela predominância de ecossistemas pouco alterados, encerrando, localmente, aspectos originais da Mata Atlântica e de seus ecossistemas associados, constituindo remanescentes florestais de importância ecológica regional e/ou municipal;

II. Zona de Recuperação Ambiental (ZRA) - Constituída por áreas degradadas, desmatadas e fragmentos florestais reduzidos e dispersos, cujos componentes originais sofreram fortes alterações, principalmente pelas atividades agrícolas e extrativas, representando áreas de importância para a recuperação ambiental em virtude das funções ecológicas que desempenham na proteção dos mananciais, estabilização das encostas, no controle da erosão do solo, na manutenção e dispersão da biota e das teias alimentares;

III. Zona de Uso Rural (ZUR) - Compreende as áreas onde os ecossistemas originais foram praticamente alterados em sua diversidade e organização funcional, sendo denominadas por atividades agrícolas e extrativas, havendo, ainda, presença de assentamentos rurais dispersos;

IV. Zona de Desenvolvimento Urbano (ZDU) - São áreas efetivamente utilizadas para fins urbanos e de expansão, em que os componentes ambientais, em função da urbanização, foram modificados ou suprimidos;

V. Zona Marinha (ZM) - Compreende o ambiente marinho, em sua profundidade e extensão, definido pela totalidade do Mar Territorial e a Plataforma Continental imersa, distando 12 (doze) milhas marítimas das Linhas de Base estabelecidas de acordo com a Convenção das Nações Unidas;

VI. Zona Litorânea (ZL) - Compreende a área terrestre adjacente à Zona Marinha, até a distância de 100 metros do limite da praia.

d) A Legislação Municipal

No que se refere Legislação municipal merece destaque as leis e decretos a seguir descritos.

1) Lei n ° 346/53 que define a divisão distrital do Município de São Mateus e do futuro município de Nova Venecia e delimita os Distritos

2) Lei n° 100 de 05 de junho de 1981, que institui normas sobre polícia administrativa no Município de São Mateus, tradicionalmente denominado Código de Posturas, que foi regulamentado pelo Decreto n° 468/81.

3) Lei n° 079/89 que institui o Código Tributário do Município de São Mateus.

4) LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS promulgada em 05/04/1990.

No que se refere às possibilidades de interferência direta ou indireta no processo de implementação da Política de Desenvolvimento e Expansão Urbana alguns dispositivos da Lei Orgânica merecem destaque:

a) No Capítulo da Lei Orçamentária o art.85 estabelece que para o planejamento é garantida a participação popular nas diversas esferas de discussão e tramitação;

b) no Capítulo da Fiscalização Financeira e Outras, o art.96 estabelece: "Toda entidade da sociedade civil de âmbito Municipal, tendo mais de vinte filiados, poderá requerer ao Prefeito ou outra autoridade do Município a realização de audiência pública para que esclareça determinado ato ou projeto da administração";

c) O art. 133 estabelece: "As obras que constituem atividade pública específica do Município, compreendendo equipamentos urbanos e melhoramentos locais, destinados a assegurar à comunidade municipal a realização das funções básicas da habitação, trabalho, recreação e circulação, se regem pelas normas gerais de urbanismo estabelecidas na legislação federal e pela legislação pertinente à matéria"; complementando este dispositivo o seu parágrafo único explicita: "Integram-se no planejamento urbanístico municipal as obras referidas neste artigo, que abrangem as seguintes realizações da competência do Município: (1) obras de viação urbana e rural; (2) obras locais e engenharia sanitária; (3) obras locais paisagísticas, estéticas e de arte; (4) obras locais de base de serviços de utilidade pública;

d) Complementando o que estabelece a Constituição Estadual, em dispositivo anteriormente citado, o Capítulo da Política Agrícola do Município de São Mateus, em seu art. 145 estabelece: "O Município estabelecerá a sua própria política de desenvolvimento rural respeitada as competências do Estado e da União, que seja capaz de permitir:

I – o equilibrado desenvolvimento das atividades agropecuárias;

II – a promoção do bem-estar dos que subsistem das atividades agropecuárias;

III – a garantia de contínuo e apropriado abastecimento alimentar à cidade e ao campo;

IV – a racional utilização dos recursos naturais;

V – a promoção restauração e a melhoria do meio rural.";

Complementando este artigo a Lei Orgânica estabelece também: "No planejamento da política de desenvolvimento rural do Município, incluem-se as atividades agropecuárias, agroindustriais, florestal, pesqueira, de aproveitamento dos recursos hídricos e preservação do meio ambiente e bem estar social.";

e) No Capítulo da Política Urbana, além do que estabelecem as Constituições Federal e Estadual, cabem destacar alguns pontos bastante significativos:

- "O direito de propriedade territorial urbana não pressupõe o direito de construir, cujo exercício deverá ser autorizado pelo Poder Público, segundo critérios que forem estabelecidos em lei municipal."
- "O estabelecimento de diretrizes e normas relativas ao desenvolvimento urbano, deverá assegurar:

  I – a urbanização, a regularização fundiária e aa titulação das áreas onde estejam situadas a população favelada e de baixa renda, sem remoção dos moradores, salvo em áreas de risco, mediante consulta obrigatória à população envolvida;

  II – a preservação das áreas de exploração agrícola e pecuária e o estímulo a essas atividades;

  III – a preservação, a proteção e a recuperação do meio ambiente natural e cultural;

  IV – a criação de áreas de especial interesse urbanístico, social, cultiral, ambiental e de utilização pública;

  V – a participação das entidades comunitárias no estudo, encaminhamento e na solução dos problemas, planos, programas e projetos;

  VI – às pessoas portadoras de deficiências físicas, fica assegurado o livre acesso aos edifícios comerciais, repartições públicas, estabelecimentos escolares, logradouros e transportes públicos.".
- "Incumbe ao Poder Executivo Municipal promover e executar programas de loteamento e construção de moradias populares, para famílias que ganhem até 1 (um) salário mínimo e não possuam moradia própria, e que sejam compatíveis com a necessidade humana, observando as condições habitacionais dignas como: saneamento básico com água tratada, luz, esgoto, calçamento e acesso ao meio de transporte coletivo.".
- O art. 161 estabelece: "O Poder Executivo Municipal instalará obrigatoriamente o Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, que será um órgão autônomo normativo da Política Urbanística e do Planejamento Municipal."; neste

mesmo art. é definido que o Conselho terá, "ainda, como atribuição principal, a função de elaborar, promover mudanças e adaptações e discutir com a comunidade o Plano Diretor Urbano – PDU do Município, juntamente com os organismos e as secretarias municipais, antes do mesmo ser remetido à Câmara para apreciação e votação."

- "O Município elaborará quinquenalmente o Plano Diretor, através de iniciativa do Prefeito, nos limites da competência municipal, das funções de vida coletiva, abrangendo habitação, trabalho, circulação e recreação, e considerando em conjunto os aspectos físicos, econômicos, sociais e administrativos, nos seguintes termos:

  I – no tocante aos aspectos físico-territorial, o plano deverá conter disposições sobre o sistema viário urbano e rural, o Zoneamento e loteamento urbano ou para esse fim, a edificação e os serviços públicos locais;

  II – no que respeita aos aspectos administrativos, deverá o plano consignar normas de organização institucional, que possibilitem a permanente planificação das atividades publicas municipais e sua integração nos planos estadual e nacional.";

- "A elaboração do Plano Diretor deverá conter as seguintes fases, respeitadas as peculiaridades do Município:

I – estudo preliminar abrangendo:

a) avaliação das condições de desenvolvimento;

b) avaliação das condições de administração.

II – diagnóstico:

a) do desenvolvimento econômico e social;

b) da organização territorial;

c) das atividades fim da Prefeitura;

d) da organização administrativa e das atividades meio da Prefeitura.

III – definição de diretrizes, compreendendo:

a) política de desenvolvimento;

b) diretrizes de desenvolvimento econômico e social;

c) diretrizes de organização territorial.

IV – instrumentação concluindo:

a) instrumento legal do plano

b) programas relativo às atividades fim;

c) programas relativos às atividade meio;

d) programas dependentes da cooperação de outras entidades públicas. ";

f) No que se refere à Cooperação Interadministrativa e Técnica cabe o destaque: "O Município poderá celebrar convênios com outros Município, com a União e os Estados, para execução de suas leis, serviços ou decisões, por intermédio de funcionários federais, estaduais e municipais."; dispõe ainda este artigo: "É facultado, para a solução

global de problemas de uma região, o agrupamento de Municípios interessados, que, reunidos em consórcio, criarão entidades intermunicipais, incumbida de prestação de serviço público, em nome e por conta das Municipalidades participantes de acordo administrativo.";

g) No que se refere aos Distritos e Vilas o Parágrafo único do Art. 175 estabelece: "Os Distritos e Administrações Regionais serão administrados por um Conselho Popular composto de 5 (cinco) membros, escolhidos através de eleição direta, pelos moradores da região, com poderes administrativos delegados pelo Chefe do Executivo Municipal, com a aprovação da Câmara Municipal.";

h) A criação de Distritos é iniciado através de abaixo assinado dos moradores dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, devendo ter uma população superior s 1.000 habitantes na região ou não inferior a 10% da existente no Município e o centro urbano deverá ser constituído com mais de 50 habitações, onde se erigirá a Vila.

i) O Capítulo do Desporto e do Lazer define que o Município proporcionará meios de recreação sadia e construtiva à comunidade mediante: (i) reserva de espaços verdes e livres, em forma de parques, bosques, jardins, praias e assemelhadas como base física de recreação urbana, (ii) construção e equipamento de parques infantis e centros de juventude, (iii) aproveitamento e adaptação de rios, colinas, montanhas, lagos, matas e outros recursos naturais, como locais de passeio e distração;

j) No Capítulo do Meio Ambiente, além do que estabelece a legislação federal e estadual, merecem destaque três dispositivos:

- Ser competência do Poder Publico Municipal "definir o uso e ocupação do solo, subsolo e águas através de planejamento que englobe diagnósticos, análises técnicas e definição de diretrizes de gestão dos espaços com participação popular e socialmente negociadas, respeitando a conservação de qualidade ambiental";
- Duas unidades de conservação foram criadas pela Lei Orgânica: a Reserva Ecológica do Córrego do Jacarandá na região do alto São Mateus e a Estação Ecológica de Barra Nova, formada por uma ilha, compreendida entre a foz do rio Barra Seca (Barra Nova) à foz do rio Ypiranga, no Distrito de Nativo de Barra Nova;
- Fica expressamente proibido ao Poder Público Municipal autorizar a construção a construção de cabanas, bares ou barras de qualquer espécie na orla marítima do balneário de Guriri;

l) No Ato das Disposições Transitórias, fica estabelecido que o Poder Executivo Municipal regulamentará as normas de urbanismo e definirá, através de mapa de Zoneamento, o perímetro de tombamento do Sítio Histórico do Porto de São Mateus.

5) Lei n° 226/92 que regulamenta o Fundo Municipal de Saúde de São Mateus.

6) Lei n° 552/97, que cria o Conselho Municipal de Cultura do Município de São Mateus, alterada pela Lei n° 048/2001.

7) Lei n° 555/97, que regulamenta o Conselho Municipal de Saúde.

8) Lei n° 618/98, cria o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável, modificada pela Lei n° 041/2001 e o Decreto n° 522/2001, nomeia membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS.9) Lei n° 099/2002, que cria o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA e o Decreto n° 935/2002, nomeia membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

9) Lei n° 168/2002 cria e Estrutura o Conselho Municipal de Transporte e Trânsito do Município de São Mateus.

10) Lei n° 188/2002 dispõe sobre o Conselho Municipal de Educação.

Por fim cabe lembrar que se acha em tramitação na Câmara Municipal o Projeto de Lei n.º 026/2002 que Institui o Código de Obras e Edificações do Município de São Mateus, Estado do Espírito Santo, e dá outras providências.

1.1.7.3) Da situação fundiária do Município

A distribuição fundiária no município pode ser avaliada a partir de um trabalho elaborado em 1996, portanto bastante recente, pela Emater de São Mateus, a saber:

Propriedades com área de 0 a 100 ha

Propriedades familiares: 2662

Percentagem sobre o total: 86,28 %

Área ocupada: 78.350,5 ha

Percentagem sobre a área total: 30,49 %

Propriedades com áreas acima de 100 ha

Número de propriedades: 423

Percentagem sobre o total: 13,72 %

Área ocupada: 178.560,4 ha

Percentagem sobre a área total: 69,51 %

Os dados acima permitem constatar a concentração fundiária marcante, já que quase 86 % do número total de proprietários com áreas até 100 ha ocupam 30,49 da área total, enquanto que as propriedades com áreas acima de 100 ha, com 13,7 % do número total de proprietários ocupam 69,51 % da área total.

O processo de concentração deu-se principalmente por parte de empresas reflorestadoras e de plantio da cana de açúcar, que foram aos poucos adquirindo pequenas propriedades inviabilizadas pelas crises que afetavam e afetam a agricultura tradicional.

Apesar desta concentração fundiária, ainda predomina a agricultura familiar. As pequenas propriedades representam ainda a maioria (86,28 %).Além disso, o município abriga o maior número de assentamentos do estado (06/seis), numa área de 2.451 ha, onde se encontram assentadas 207 famílias.

1.2) Análise interna e externa da situação a partir dos dados e informações registrados

Foram registrados uma série de dados e informações em relação à situação e localização do objeto de estudo, ao seu clima, ao meio fisiográfico, ao meio biótico e ao meio antrópico. De certa forma, são dados e informações que caracterizam tanto a população (dados socioeconômicos) quanto o meio ambiente físico-espacial, tanto natural quanto construído (vide tese inicial no item *Introdução*, pag. 07).

Objetivo desta etapa é o de fazer a análise externa e interna destes dados e informações, visando entender porque a situação, a realidade, é como é, para onde tenderia, quais as demandas dos diferentes atores sociais, quais as ofertas que o poder público tem condições de oferecer, quais os assuntos que poderiam / deveriam ser enfrentados a partir de "alianças" com atores externos, na forma de consórcios municipais e/ou outras formas, os aspectos positivos e/ou negativos que possam afetar o desenvolvimento social e econômico, ou os chamados "pontos fortes e fracos", uma avaliação da oferta de equipamentos urbanos etc.

A análise externa possibilita conhecer as oportunidades e ameaças no âmbito urbano e municipal, derivada de acontecimentos externos que afetem o sistema funcional urbano, porém fora do seu controle. Para executar esta etapa três análises podem ser feitas. A primeira tem por objeto prever e descrever as tendências mais significativas, exógena ao aglomerado urbano, que podem afetar seu desenvolvimento socioeconômico. Esta análise é feita para entender e prever os desafios que o aglomerado urbano enfrentará no futuro e subsidiando as ações estratégicas. A segunda corresponde em detectar as demandas das empresas, investidores, instituições, moradores, turistas, (agentes econômicos e da sociedade civil). A terceira detectar quais municípios/cidades/região com os quais o aglomerado urbano mantém "rivalidade" ou complementaridades em áreas específicas de atividade econômica ou de satisfação de seus habitantes. Corresponde detectar que vantagens são oferecidas em relação ao seu entorno ou área de influência.

O cruzamento dos resultados destas análises esboçará um cenário geral configurado pelas tendências de futuro, as exigências da demanda e a atuação dos competidores.

A análise interna tem como objetivo identificar os pontos fortes e fracos através do diagnostico da situação atual dos elementos de oferta urbana: recursos humanos, setores produtivos, infra-estrutura e serviços públicos, tendo como referência à caracterização do modelo de desenvolvimento.

A análise interna pode ser constituída, também, a imagem e semelhança da análise externa, por 03/três etapas ou passos. A elaboração da análise interna passa primeiro pelo aprofundamento dos aspectos positivos ou negativos que mais podem afetar o desenvolvimento econômico. O objetivo básico desta análise é relacionar os seus pontos fortes com os pontos fracos dos seus competidores/"rivais". Em resumo, os pontos fortes e fracos devem ser relacionado-os com as tendências do entorno, as exigências da

demanda e o posicionamento dos competidores/"rivais", ou seja aproveitar os resultados obtidos na análise externa para obter o máximo possível de proveito da análise interna. O segundo passo corresponde à descrição dos componentes básicos da oferta urbana (aqueles que se tem capacidade de atuação direta em contraposição aos da análise externa de manipulação limitada ou até inexistente). Este passo será avaliado e discutido por especialistas, gerando informes setoriais sobre:

- equipamentos comunitários (educação, saúde, lazer etc..),
- equipamentos urbanos (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, telecomunicações etc..),
- qualificação da mão-de-obra,
- base econômica: agricultura, indústria, comércio e serviços,
- sistema viário e transportes,
- uso e ocupação do solo do solo,
- habitação.

Um terceiro passo será a análise do posicionamento do aglomerado urbano, obtido pela consolidação das conclusões do diagnóstico, até então elaborado, cruzando pontos fortes e fracos com as ameaças e oportunidades para determinar o seu posicionamento em matéria de competitividade econômica e de satisfação de seus habitantes frente aos desafios do futuro.

Os pontos colocados a seguir são resultado de trabalhos conjuntos da equipe técnica com atores da sociedade mateense, e refletem um compromisso ponderado daqueles pontos considerados estruturantes da discussão em relação à cidade / município desejados. Eles foram apreciados nos correspondentes workshops e audiências públicas, e avaliados (como positivos e/ou negativos, fortes e/ou fracos) nos termos que se seguem. A ponderação dos diferentes pontos, registrando a maior ou menor importância que a população confere aos mesmos, foi formalizada a partir da outorga de asteriscos, na escala de 0 a 15. No caso específico do meio ambiente natural, foi assumida a apreciação feita por instituições públicas e privadas em 1999, tal como colocado a seguir:

1.2.1) Aspectos físico-espaciais do meio ambiente natural

De certa forma, no ano de 1999,

- o Governo de Estado do Espírito Santo,
- a Secretaria de Estado da Agricultura,
- a Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária,
- a Universidade Federal de Viçosa,
- a University of East Anglia,
- o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e
- o Instituto Pró-Natura

fizeram uma espécie de análise interna do meio fisiográfico (o que é importante, sem dúvida, para o planejamento agropecuário do estado), formalizando um mapa das **unidades naturais** do estado do Espírito Santo. Estas unidades naturais foram formalizadas e delimitadas a partir de uma série de critérios montados com informações

relativas ao clima (temperaturas, por um lado, frias / amenas e quentes, e por outro, o regime de chuvas, com áreas mais chuvosas, de transição e mais secas), ao relevo (plano e acidentado) e aos tipos de solo (tipos de nutrientes, por um lado, com solos fracos / de transição e férteis e, por outro, a partir de suas condições de encharcamento, textura e influência das marés), organizadas e apresentadas nos itens correspondentes (vide itens *1.1.2 Os aspectos climáticos da região* e *1.1.3 Os aspectos fisiográficos da região*).

Este mapa das unidades naturais foi confeccionado para todo o estado. A Fig. 84, mostrada a seguir, faz um recorte deste mapa destacando o território correspondente ao município de São Mateus.

A partir dos critérios mencionados, foram definidas 09/nove zonas, que caracterizam as unidades naturais das mais diversas maneiras. A tese que existe por trás é a de que, de alguma maneira, temperatura, regime de chuvas, relevo e tipos de solos são fenômenos que se interrelacionam, caracterizando unidades naturais.

A zona 1 se caracteriza por estar constituída por terras frias, acidentadas, chuvosas e com diferentes graus de fertilidade. Ela ocorre basicamente ao sul do estado, ao longo da serra da Mantiqueira.

As zonas 2 e 3 se caracterizam por estarem constituídas por terras com temperaturas amenas, acidentadas, mais ou menos chuvosas e com diferentes graus de fertilidade. Elas ocorrem praticamente ao sul do estado, na transição da zona 1 para as zonas 4, 5 e 6, e no noroeste, de forma pontual, na divisa com o estado de Minas Gerais.

As zonas 4, 5 e 6 se caracterizam por estarem constituídas por terras com temperaturas quentes, mais ou menos acidentadas, mais ou menos chuvosas e com diferentes graus de fertilidade. Elas ocorrem praticamente em todo o litoral do sudeste do estado, e no trecho central da metade setentrional do estado.

O município de São Mateus caracteriza-se por se estruturar em torno de unidades naturais que tem nas zonas 7, 8 e 9 o seu substrato.

O trecho do litoral que inclui a sede do município, São Mateus, Guriri, até a Barra Nova, e um pequeno trecho na ponta mais meridional do município, assume as características da zona 7: terras quentes, planas, chuvosas, fracas e com influência das marés, nas áreas dos manguezais.

Uma faixa à oeste, lindeira com a anterior, assume as características da zona 8: terras quentes, planas, mais ou menos chuvosas, fracas e enxutas.

Um terceiro trecho, à oeste da faixa anteriormente descrita, e que se estende até o limite ocidental do município, assume de forma diferenciada (em 02/duas subzonas) as características da zona 9. Em ambas as subzonas as terras são quentes. Na subzona mais oriental, as terras continuam sendo mais planas, pouco chuvosas, fracas e enxutas. Na subzona mais ocidental, àquela que vai até o limite do município, as terras são um pouco mais acidentadas, até íngremes, são pouco chuvosas, bastante férteis e enxutas, propícias, portanto, para a agricultura.

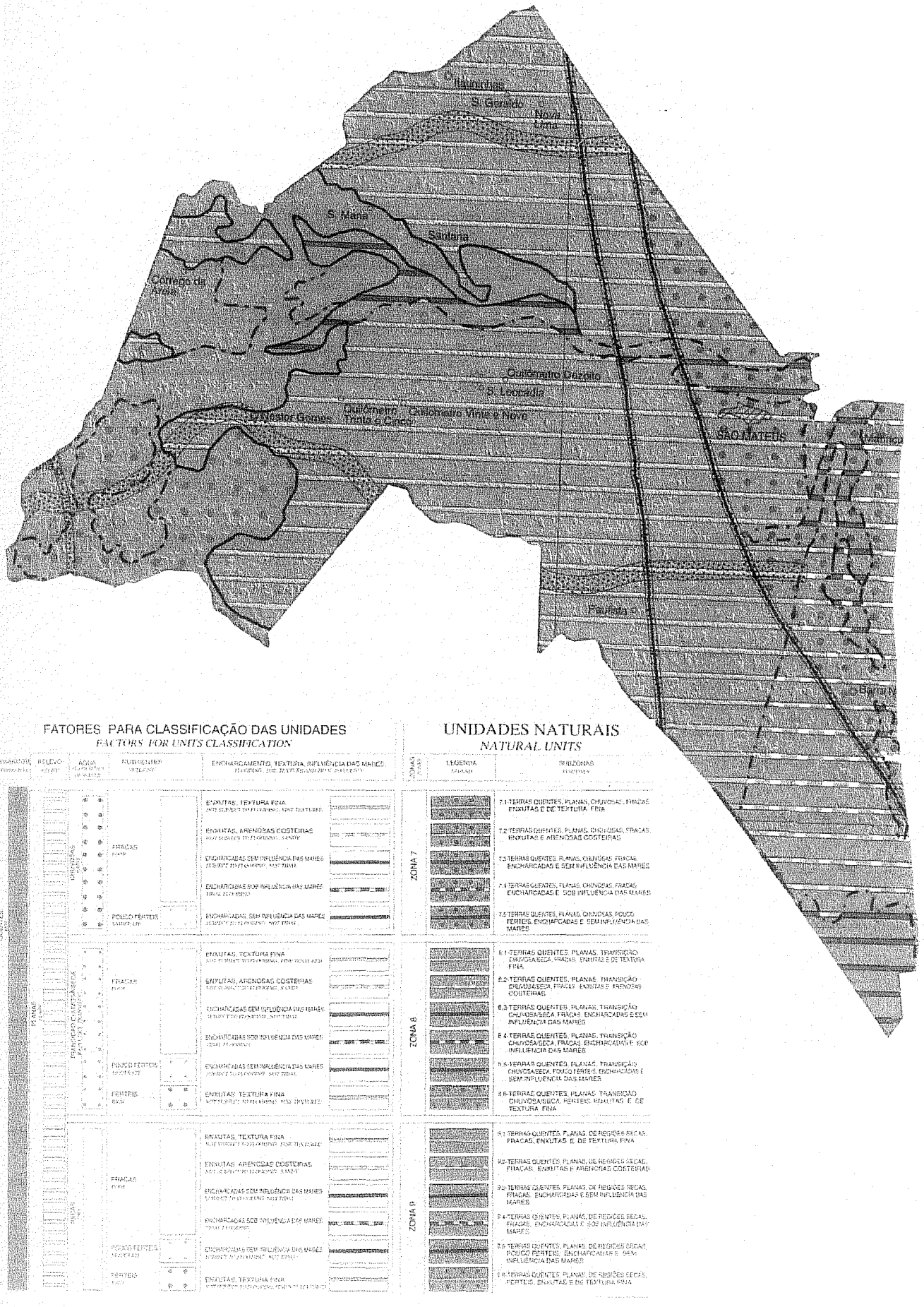


Fig 84: As unidades naturais do município de São Mateus

1.2.2) Apreciação das características e do estado de preservação dos componentes do meio fisiográfico

PONTOS FORTES

1) Do ponto de vista climático, o clima é ameno, seco sub-úmido, megatérmico mas resfriado por ventos constantes do nordeste.

2) Do ponto de vista litológico / geomorfológico, 03/três unidades muito marcantes, dando "personalidade" às mesmas:

   - formações rochosas / cadeias montanhosas / áreas com declividades mais íngremes no trecho ocidental do município;
   - tabuleiros / chapadões e pediplanos que caracterizam um trecho intermediário do município (onde se localiza a cidade de São Mateus), e
   - planícies costeiras, configuradas por dunas, praias de aluviões marinhos, recifes e arenitos.

   Somando a estas paisagens marcantes, com suas respectivas vegetações bastante diferenciadas, as regiões dos lagos do município de Linhares, e as regiões serranas de Nova Venécia e Pancas, passam a existir oportunidades de explorar turisticamente e de forma consorciada esta diversidade de situações de devaneio: mar, lagos, serra etc.

3) Do ponto de vista hidrológico, um dos pontos fortes do município e da sede é a existência do rio São Mateus. Nos seus últimos 60 km, a sua bacia se encontra integralmente em território do município de São Mateus, " estruturando "o mesmo (os imigrantes italianos adentraram no território seguindo suas margens). Junto da sede, constitui-se num dos pontos de referência mais importantes da cidade (ela nasce junto ao rio, nasce e cresce em função do rio). (**6**)

4) Do ponto de vista da vegetação, existem áreas de mata/restinga nas planícies costeiras (1/8 do município), relativamente intocadas, passíveis de constituir uma unidade de conservação relevante para o município e a região (referência a um consórcio de municípios) (referência à possibilidade de plantar e explorar a aroeira, nestas áreas). (**6**)

PONTOS FRACOS

Do ponto de vista da preservação dos componentes do meio fisiográfico, verifica-se, em termos gerais, que não existem grandes ameaças ao mesmo, a não ser com relação a 05/cinco itens, colocados a seguir:

O controle do sistema hidrológico do município. (4)

1.1) O controle dos recursos hídricos superficiais da bacia do rio São Mateus. O rio São Mateus nasce no estado de Minas Gerais, a partir dos rios Cotaxé ou rio do Norte e do rio Cricaré ou rio do Sul. Portanto, um grande trecho da bacia do rio São Mateus encontra-se

fora do município e do estado, e, decorrentemente, fora de possíveis controles estaduais e municipais (ameaça / ponto fraco). A proposta de criação de um Comitê da bacia do rio São Mateus vem ao encontro da necessidade de exercer este controle, visando garantir uma qualidade mínima da água deste manancial, do qual a cidade de São Mateus extrai os recursos hídricos para o abastecimento de água de sua sede. Este controle faz-se necessário, concomitantemente, para garantir as correspondentes quantidades (não só a qualidade), já que inúmeras barragens estão sendo construídas nos afluentes ao mesmo, sem o mínimo acompanhamento nem autorização (ponto fraco).

1.2) O controle dos recursos hídricos subterrâneos. Existe uma profusão não controlada de perfurações na forma de poços artesianos, de forma a colocar em risco futuros projetos locais de abastecimento de água e/ou irrigação de lavouras (ponto fraco).

A ocupação de áreas de reflorestamento com eucaliptos (4)

Do ponto de vista da vegetação, as áreas de reflorestamento com eucaliptos do município representam uma **ameaça / ponto fraco**. Elas ocupam atualmente 1/6 da área do município, e a tendência é a de crescer. Além de substituir a cobertura vegetal original, a espécie dos eucaliptos é conhecida por exaurir as nutrientes do solo e o seu lençol freático.

A ocupação de áreas delicadas do ponto de vista ambiental com usos urbanos densos (litoral) (8)

1) Do ponto de vista pedológico, a predominância de latossolos não é um fator necessariamente positivo. São solos, em termos gerais, com deficiências na maioria dos nutrientes essenciais para as culturas anuais e perenes, portanto, com baixas fertilidades. A versão dos latossolos vermelho-escuros (existentes no trecho ocidental do município, na transição para a região serrana mais rochosa) são mais aptos para a agricultura, pelo fato de sua acidez ser menor e seu potencial de retenção de água maior.
2) As áreas relativamente férteis representam meramente 32% da área do município (**2**).
3) Apesar do clima, em termos gerais, ser ameno, para a agricultura, os prolongados períodos de estiagem podem ser considerados como **ameaças / pontos fracos** para este contexto (**7**)

1.2.3) Apreciação das condições geotécnicas do meio fisiográfico

Do ponto de vista pedológico, a mesma predominância de latossolos considerada um ponto fraco em termos de agricultura, sa transforma em **ponto forte** do ponto de vista da sua estabilidade geotécnica. A sua textura média, a sua composição granulométrica com consistência friável, pouco expansiva e relativamente estável, dão boas condições para a implantação de obras civis, fundações, ruas etc.

1.2.4) Aspectos físico-espaciais do meio ambiente construído

PONTOS FORTES

1) A existência de prédios e ambiências historicamente relevantes (sobre tudo na área do porto e adjacências) como para constituir, desde que preservadas e acompanhadas por legislações de "adaptação", referências culturais importantes para a população local e nacional (turistas potenciais) (**11**).

2) Do ponto de vista geomorfológico, o sítio da sede se caracteriza por possuir 03/três subunidades muito marcantes:

   a. a orla do rio e correspondente falésia;

   b. o pediplano onde ocorre a ocupação urbana mais substantiva; e

   c. as encostas e fundos de vale da sub-bacia do córrego Abissínia / Ribeirão (**5**).

3) Percentagens relativamente satisfatórias no atendimento à população nos esquemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, esgotamento pluvial, distribuição de energia elétrica (na área urbana), telefonia e recolhimento do lixo (**9**). Este ponto foi questionado tal como colocado.

4) Do abastecimento de água (**7**)

- O sistema de água possui capacidade de tratamento e de abastecimento da população atual;
- O manancial de abastecimento de água possui um grande volume de água.
- Referência à possibilidade de construir uma barragem no córrego do Bamburral

5) Do esgotamento sanitário (**3**)

- A área urbana já possui uma grande extensão de rede coletora de esgotos implantada, sendo necessário apenas a ampliação de alguns trechos de redes e interceptores, bem como a implantação da ETE;
- A Praia de Guriri encontra-se com o seu sistema de esgotos em fase final de implantação, o que é muito importante devido à dificuldade de se adotar fossa e sumidouro naquela localidade.
- Referência à futura implantação de uma ETE, em fase de construção

6) Do esgotamento pluvial

- O principal ponto favorável é a topografia local, que facilita a drenagem de grande parte da área urbana.

7) Do recolhimento e tratamento do lixo (**7**)

- Há um sistema de coleta e transporte de resíduos sólidos adequado, bem como os demais serviços de limpeza urbana.

PONTOS FRACOS

1) Do abastecimento de água (**11**)

- Existência de lançamentos de esgotos brutos, a montante da captação;
- Falta de planejamento no uso dos recursos hídricos do município, podendo prejudicar o manancial de abastecimento de São Mateus;
- Não há um estudo técnico que identifique as necessidades atuais e futuras do sistema de abastecimento de água;
- Falta de tratamento complementar nos sistemas de abastecimento de água nos distritos.
- Em São Mateus, a falha no fornecimento de água potável, é uma ameaça constante, pois a principal captação é o Rio São Mateus, que vez por outra sofre grande redução de vazão, permite entrada em seu leito de água do mar, e tornando a água tratada pelo SAAE imprópria para uso doméstico, devido ao alto grau de salinização.Neste caso, Guriri é a maior vítima.

2) Do esgotamento sanitário (**5**)

- As residências às margens do Rio São Mateus não possuem rede coletora de esgoto e lançam seus efluentes diretamente nesse corpo d'água, à montante da captação;
- O lançamento de esgotos nos córregos que cortam a área urbana tem provocado a poluição desses corpos d'água e colocado em risco às populações à jusante;
- Não há uma concepção geral do sistema de esgotos da localidade que defina as unidades do sistema de esgoto a serem implantados, incluindo interceptores, elevatórias e ETE;

3) Do esgotamento pluvial (**7**)

- Existência de áreas muito planas, com baixa capacidade de drenagem, onde não dotadas de rede de microdrenagem;
- Ocupação urbana indevida em áreas de encostas e fundos de vales;
- Na área litorânea, a Praia de Guriri tem sido submetida a situações críticas de afloramento do lençol freático.

4) Do recolhimento e tratamento do lixo (**15**)

- Inexistência de um sistema adequado de disposição final dos resíduos sólidos.
- Neste setor o ponto crítico é o destino final do lixo hospitalar, exigindo medidas de emergência (transporte adequado para incineradores de Colatina) para cerca de 18 a 24 toneladas por mês. A médio e longo prazo a solução poderia ser a implantação de forno, em parceria com os municípios vizinhos, no futuro aterro sanitário de São Mateus.

5) Inexistência de eletrificação rural eficiente (50% das propriedades não atendidas) (**2**) Este item, tal como colocado, foi questionado.

6) A estrutura fundiária com tendência ao desequilíbrio / predominância do latifúndio (ARACRUZ / usinas de açúcar e álcool) (**12**).

7) Inexistência de unidades de conservação (**5**)

8) A BR-101 divide física, social e economicamente o município. O Plano Diretor deverá repensar o desenvolvimento do município visando uma melhor integração entre os dois lados desta estrada (**6**).

9) Inexiste uma hierarquização no sistema viário, o que traz problemas funcionais (inadequação da quantidade de veículos à engenharia das vias) e problemas de orientação (**13**).

10) Indefinição em relação à "entrada" da cidade e da relação da BR 101 com a área central da cidade. Existiriam 03/três "chegadas" à cidade (do sul do estado, da Bahia e de Minas Gerais, via Nova Venécia, e nenhuma delas ocorre com clareza. (**5**)

11) Indefinição da relação da BR 101 com o acesso ao litoral (**1**)

12) Indefinição da relação da BR 101 com o interior do município

13) Indefinição em relação à conexão entre as diferentes partes da cidade

14) Conflito potencial entre necessidades de hierarquização x preservação das características históricas da trama viária

15) Indefinição em relação à política de crescimento x características das diferentes partes da cidade: verticalização? expansão horizontal? adensamento? (**8**)

16) Ocupação de áreas íngremes e fundos de vale

17) Perda morfológica da relação do rio com a cidade (**3**)

18) Conflito potencial entre urbanização (turismo) x preservação ambiental da orla

19) Configurações urbanas / caracterização do espaço urbano indefinidas, tanto em nível de tipologias quanto de abairramentos. A isto se agrega a indefinição em relação ao que seja área urbana, ao seu perímetro urbano. (**5**)

20) Sistema de circulação / transporte inadequado (rodoviária precária, existência de monopólios das empresas de transporte coletivo etc.) (**1**)

21) Inexistência / precariedade de equipamentos comunitários básicos (cemitérios, IML, centro de zoonose, miniCEASA etc.) (**1**)

1.2.5) Aspectos sociais

PONTOS FORTES

1) Do ponto de vista social, a diversidade de raças (índios, negros, brancos colonizadores e imigrantes etc.), credos, idades e sexos (50% de homens e 50% de mulheres), suficientemente miscigenados como para constituir uma comunidade homogênea e amalgamada, que não desperdice energias em conflitos com esta origem (**3**).

2) Esta caracterização como sociedade amalgamada ofereceu oportunidades da mesma se organizar em grupos articulados de interesses, atuantes e com grande grau de mobilização (**5**)

PONTOS FRACOS

1) A forma abrupta como os grandes projetos (exploração de jazidas de petróleo / reflorestamento) são implantados no período 1970/80 leva a

   a. um salto populacional (duplicação da população) em curto período de tempo, a partir da existência de fortes contingentes migracionais de outros estados

      Taxa de crescimento anterior a 1980 – 0, 4% ao ano

      Taxa de crescimento 1991-96 – 1,96% ao ano

      Taxa de crescimento 1996-2000 – 2,29% ao ano (das mais altas do estado conjuntamente com Linhares e Colatina)

   b. a mudança de uma população eminentemente rural (antes de 1980) para uma população eminentemente urbana

Ano	População rural	População urbana	População total
1970	28.263	12.884	41.147
2000	21.456	69.004	90.342

   c. a incapacidade das velocidades de oferta de solo, equipamentos e infra-estrutura acompanharem a velocidade da demanda das populações crescentes (**2**)

1.2.6) Aspectos econômicos

PONTOS FORTES

1) São Mateus se configura (junto com Linhares) num dos pontos estruturantes / de referência, do ponto de vista econômico e da oferta de serviços , do norte do Estado de Espírito Santo (**8**).

2) Apesar das áreas inférteis representarem 1/8 da área do município (zona das planícies costeiras), elas se constituem em áreas extremamente propícias para

   a. criação de crustáceos nos manguezais;

   b. criação de camarão nas águas salobras; e

   c. plantação de coqueiros.

   Outrossim, em função dessa infertilidade, são áreas não cobiçadas pelas empresas de reflorestamento.

3) Renda *per capita* (2.960 reais anuais) é razoável / boa. Potencialmente poderia ser muito maior, caso sejam criados empregos / reduzido o número de desempregados (**6**). Este item, tal como colocado, foi questionado.

4) Existência, ainda, de uma forte organização de produção agrícola unifamiliar (**5**).

5) Existência de culturas suficientemente diversificadas, como para se ter uma certa autonomia em relação à flutuações e instabilidades do mercado interno e externo (**13**).

6) Equilíbrio entre uma produção voltada para o mercado interno e uma para o mercado externo, criando relativa estabilidade e possibilidades de compensações (**2**).

7) Equilíbrio entre produções nos setores primário, secundário e terciário, com predominância deste último, criando relativa estabilidade e possibilidades de compensações (**1**).

8) Proximidade geográfica aos grandes centros de consumo interno (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília) (**7**).

9) Em função de sua localização litorânea, potencial de se constituir em "porto" de entrada e saída para os estados vizinhos "interioranos". (corredor de transporte Centro-Leste).

10) Em função de localização, corredor obrigatório de passagem / permanência entre as regiões Sudeste e Nordeste.

11) Distribuição relativamente equilibrada do trinômio tamanho de empresas / número de empresas / pessoas ocupadas. Num extremo, 2.000 pessoas ocupadas em 1078 pequenas e microempresas (75% do total). No outro extremo, 2.000 pessoas ocupadas em 05 empresas de grande porte (0,5% do total) (**2**).

12) Existência e exploração, por parte da PETROBRAS, de petróleo e gás natural (**2**) Este fato constitui-se numa das grandes oportunidades para o município e, concomitantemente, num de seus pontos fortes. Constitui-se em oportunidade, a partir da injunção internacional que coloca este recurso natural como escasso e decorrentemente disputado nas relações comerciais internacionais. Constitui-se em ponto forte, porque a partir sobre tudo da existência do gás natural em grandes quantidades existe um potencial muito grande na sua transformação em energia elétrica, a partir da construção da correspondente usina termoelétrica, dando autonomia ao município (hoje inexistente) com relação ao fornecimento da mesma.

13) Existência e exploração, por parte da ARACRUZ e Vale do Rio Doce, de áreas de reflorestamento para a produção de celulose.

14) Projetos de porte a serem implementados:

    a. Porto de Campo Grande

    b. Pólo Industrial

    c. Projetos Sociais (Saúde da Família, Bolsa Escola etc.) (**7**)

15) Relativa riqueza em outras ocorrências minerais (água mineral, sal gema, granito, areia e argila).

PONTOS FRACOS

1) A injunção internacional, a partir de suas incertezas com relação às políticas de comércio e de investimentos em médio prazo, reflete um cenário que se apresenta com grandes signos de interrogação, impossibilitando, em função de fenômenos inerentes à globalização, tomadas de decisão mais consistentes e seguras.

2) A tendência de substituir a agricultura unifamiliar (geradora de muitos empregos pouco qualificados) por atividades extensivas no reflorestamento (geradora de poucos empregos e atividades extrativas na área petrolífera - geradora de empregos qualificados) traz consigo o desemprego de grandes contingentes populacionais (**6**).

3) Apesar do clima, em termos gerais, ter sido qualificado como ameno, para a agricultura, os prolongados períodos de estiagem podem ser considerados como pontos fracos ou ameaças para este contexto.

1.2.7) Aspectos de gestão urbana

PONTOS FORTES

1) Estrutura administrativa eficiente (**8**)
2) Existência de documentos importantes, como o da *Missão Planejamento*
3) Implantação de uma dinâmica baseada nos princípios do planejamento estratégico (**11**)
4) Existência de modalidades do orçamento participativo

PONTOS FRACOS

1) A organização administrativa dos distritos não corresponde à sua organização funcional (exemplo São Mateus / Guriri etc.) (**5**)
2) A sede dos distritos e outros "aglomerados urbanos" não são caracterizados como área urbana, apesar de suas características e das tentativas em se cobrar, nelas, IPTU (*).
3) Inexistência de linhas de crédito oficiais suficientes como para financiar a produção rural unifamiliar (**5**).
4) Inexistência de legislação ambiental (**10**).
5) Ausência de uma cultura de planejamento (**3**)
6) Falta de pessoal, equipamentos e instalações, em termos gerais e, em termos particulares, para implantar uma estrutura de planejamento. Referência à necessidade em se instalar o Conselho Municipal de Planejamento Urbano (**4**).
7) Cargos e salários sem condições de competir com o mercado (**2**).
8) Desagregação espacial das diferentes secretarias (espalhadas pela cidade inteira) (**2**)
9) Carência de uma política de preservação / revitalização da área do porto, assim como de uma política de educação patrimonial (e de pessoas habilitadas / guias turísticos).

1.2.8) Resumo analítico

O resumo analítico visa, meramente, montar um quadro impressionista das principais reivindicações e avaliações dos atores envolvidos no processo.

Nesse sentido, cabe assinalar:

a) Existem preocupações muito significativas com a área de infra-estrutura urbana, provavelmente por se tratar de uma questão que incide no cotidiano das pessoas. Assim, o abastecimento de água, o esgotamento sanitário e o tratamento do lixo foram assuntos insistentemente colocados, tanto do ponto de vista positivo quanto negativo. Muito provavelmente isto se refletirá no elenco de ações prioritárias, a ser desenvolvido mais adiante.

b) Uma segunda questão que foi surpreendentemente colocada como importante foi o da falta de clareza / hierarquização do sistema viário. Assim, o fato da BR 101 dividir a cidade, e a falta de clareza das "chegadas" a cidade (do sul do estado, da Bahia e de Minas Gerais, a partir de Nova Venécia), assim como a chegada ao litoral, particularmente a falta de eficiência da via que liga a cidade de São Mateus ao balneário do Guriri, foram colocados como problemas a serem resolvidos com uma certa urgência.

c) A questão do turismo, como sendo um potencial não aproveitado, perpassa uma série de preocupações. Elas vão desde a falta de políticas de preservação / revitalização da área do porto, sua integração com o cotidiano da cidade, a ocupação desordenada do litoral, a preservação da bacia do rio São Mateus como fonte de lazer (cachoeiras etc.), até as possibilidades que o agroturismo ofereceria na região, o aproveitamento do potencial dos municípios vizinhos (lagoas de Linhares etc.).

d) As questões de âmbito municipal não se fazem tão presentes, indicando uma falta de percepção da relação umbilical que existe entre as questões da sede / litoral e o município e microrregião como um todo.

e) Uma questão candente é o da regularização da situação "urbana" das sedes distritais e outros "aglomerados urbanos".

f) As questões fisiográficas (clima, solo, vegetação etc.) também não geram maiores preocupações.

g) A exceção, relativamente polêmica, gira em torno do verdadeiro papel (positivo ou negativo) das áreas de reflorestamento.

h) Surpreendentemente, a questão fundiária também recebeu destaque, indicando uma relativa consciência de que quiçá ali se encontrem algumas das causas de certos desequilíbrios e deseconomias no contexto municipal.

i) Existe uma preocupação explícita com a indefinição em relação a uma política de crescimento urbano da cidade de São Mateus, ou, mais abrangentemente, com a unidade funcional São Mateus / Guriri / litoral.

j) Existe também uma preocupação explícita com o setor econômico, o que da margem à especulações sobre a existência de uma consciência coletiva que uma base econômica consistente e saudável do município é requisito indispensável para o seu desenvolvimento.

k) A parte da gestão não ficou muito conclusiva (apreciações positivas e negativas se misturando), dando margem à especulação de que argumentos político-partidários ofuscaram a apreciação objetiva dos diferentes itens.

2 ELABORAÇÃO / DESENVOLVIMENTO DO PLANO DIRETOR COM AS CORRESPONDENTES DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO E EXPANSÃO URBANA

O desenho de cenários futuros representam as possíveis evoluções do município e correspondentes aglomerados urbanos com base nas ameaças e oportunidades, nos pontos fortes e fracos. Significa, portanto, desenhar cenários possíveis pela combinação das diversas variáveis levantadas, dentre os quais será escolhido o cenário final.

Com base no cenário escolhido, as etapas seguintes correspondem à formulação:

- do *objetivo central* contemplando os aspectos sociais, econômicos e físicos;
- das *linhas estratégicas*.

O objetivo central e as linhas estratégicas para o município e para os núcleos urbanos, correspondem ao modelo da "cidade / município desejados". Este modelo, além de explicitar o objetivo, formaliza o papel que o município / núcleo urbano assumirá na rede nacional e mundial de cidades, de acordo com sua especialização e as formas de participação.

O objetivo central e as linhas estratégicas devem ser formulados de forma a ter as intenções do plano conhecidas e debatidas, permitindo ganhar adesão e orientar o processo de planejamento. São elas definidas a partir de transformações físicas de caráter urbano como também de posturas e ação política, desenhadas para que o núcleo urbano aumente competitividade e qualidade de vida.

A identificação dos temas críticos, é a indicação das áreas onde devem concentrar-se as ações para alcançar o objetivo central do núcleo urbano. Um tema é crítico para o futuro de um núcleo urbano quando: melhora a qualidade de vida, aumenta a competitividade para atrair e manter atividades econômicas, antecipa problemas, dá respostas às oportunidades e soluciona problemas.

Nesta etapa é redigido o *Plano*, documento síntese das etapas anteriores.

2.1) Construção de cenários alternativos e/ou construção / seleção do Cenário / Quadro de Referência / o cenário da "cidade desejada".

A construção de cenários alternativos para o município / cidade de São Mateus e/ou construção do Cenário / Quadro de Referência / o cenário da "cidade desejada" ocorre a partir da combinação das diversas tendências das variáveis levantadas (dados e informações do cenário atual, pontos fortes e fracos etc.), tal como colocado. Eles serão mais ou menos alternativos, dependendo da maior ou menor alternância das variáveis envolvidas na especulação. Se não existirem alternativas verdadeiras com relação a estas variáveis, inexistirão cenários alternativos, e o Cenário de Referência se reduzirá a um **Quadro de Referência**. É um pouco o que ocorre com o município de São Mateus, onde as variáveis envolvidas, a não ser aquela vinculada à exploração petrolífera, não apresentam grandes possibilidades de alternância.

Essa construção do Cenário de Referência / Quadro de Referência ocorre dentro de uma moldura, constituída por especulações em torno de cenários a nível mundial, nacional, estadual e do próprio município.

Para tal, são sistematizadas uma série de especulações implícitas no item correspondente ao diagnóstico (vide Análise Interna e Externa da Situação, particularmente as referências aos Pontos Fortes e Fracos, Ameaças e Oportunidades) e assumidas parcialmente as especulações registradas no documento Prefeitura Municipal de São Mateus / Secretaria de Planejamento: A MISSÃO PLANEJAMENTO, mimeo, São Mateus, novembro de 2002, assim como incluídas uma série de considerações retiradas do noticiário cotidiano, a nível internacional, nacional e local.

Com relação ao CENÁRIO INTERNACIONAL, cabe colocar como tese inicial que, na era da globalização, tanto o cenário nacional quanto o municipal não escapam das interferências dos acontecimentos neste. Portanto, os efeitos tanto negativos quanto os positivos, e basicamente uma sensação de incerteza generalizada, refletem-se de forma quase que especular em qualquer especulação com relação aos futuros locais.

Uma população mundial superior a 6 bilhões de pessoas, inicia o ano de 2003 com 180 milhões de desempregados, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Não é um panorama necessariamente animador. Esta luta pela sobrevivência reflete-se em políticas externas de extrema agressividade, visando garantir as fontes básicas de recursos naturais, tais como água, petróleo etc.

O petróleo encontra-se na pauta cotidiana dos jornais e torna-se um dos objetos mais usuais por trás dos conflitos bélicos ou não. A água é menos presente. Não obstante isso, ela vai se tornando cada vez mais escassa e cada vez mais cobiçada. Tentando preservar sua qualidade, nos lugares onde ainda existe, diferentes países taxam o uso da água bruta, assim como multam a sua poluição. Países como Alemanha, França, Reino Unido e Holanda (que em 2000 somavam uma população ao redor de 186 milhões de pessoas) cobravam pelo uso da água bruta dos mananciais uma tarifa mensal de água, média, por habitante, de 1,11 dólar. Nos países citados, a cobrança pela captação

variava entre 0,008 a 0,14 dólar por metro cúbico. Na Europa, a cobrança pela poluição, entendida aqui como a quantidade, em quilos (metais ou materiais orgânicas), lançadas pelos efluentes dos consumidores, nos mananciais, variam entre 0,1 a 0,5 dólar/kg.

As regras das relações internacionais se debatem entre discursos com relação à abertura dos mercados internacionais e ações vinculadas à imposição pela força militar das mais diversas vontades econômicas.

O discurso da abertura dos mercados é um dos discursos mais cínicos dos últimos tempos. Esta abertura é uma abertura de mão única, manipulada pelas grandes potências, basicamente os Estados Unidos e a Europa, colocando países como o Brasil e praticamente todo o Terceiro Mundo na mesma situação de dependência econômica dos períodos de colonização. É impossível comercializar em condições de igualdade quando as condições de partida são tão pouco eqüitativas."... *A criação da ALCA (Associação de Livre Comércio das Américas) que reunirá 34 países, exceto Cuba, proposta pelos EUA, no Chile em 1994, ao contrário do MERCOSUL, combalido com a crise econômica da Argentina, eliminando as tarifas alfandegárias para os EUA, irá expor todas as indústrias e os setores de serviços brasileiros à concorrência com os produtos altamente subsidiados americanos, destruindo o empresário nacional, inferiorizado tecnologicamente e desprovido dos mesmos subsídios..."* (vide Prefeitura Municipal de São Mateus / Secretaria de Planejamento: A MISSÃO PLANEJAMENTO, mimeo, São Mateus, novembro de 2002).

As ações vinculadas à imposição pela força militar das mais diversas vontades econômicas acaba de ter na invasão unilateral do Iraque por parte da coalizão Estados Unidos / Inglaterra uma prova explícita. A política do "golpe militar preventivo", assumida pelos Estados Unidos, coloca o resto do mundo (e a instituição das Nações Unidas) diante de uma grande incógnita. A partir desta política, países incluídos no "eixo do mal": Palestina, Síria, Iran, Coréia do Norte etc. – e o etc. vale para todos os países que futuramente possam atravessar os interesses econômicos dos Estados Unidos e possam "ameaçar a segurança do país" (sic) – podem ser objeto, a qualquer momento, de "ações militares preventivas". E ai, cabem Cuba, Venezuela, o próprio Brasil, porque não?...

Se as Nações Unidas representavam, ainda que timidamente, um certo foro de previsibilidade nas suas decisões, dando condições de elaborar políticas relativamente consistentes a médio prazo, o fato dos Estados Unidos se autoproclamarem, a partir de seu imenso poderio militar, como *sheriffe* das questões internacionais, coloca um tremendo signo de interrogação nas especulações com relação a estas políticas de médio prazo. Isso se reflete, especificamente, nas políticas de investimentos a médio prazo. "... *A China, a Índia e o Brasil são os países que mais atraem investimentos internacionais (afirmam 1000 tomadores de decisão entre as maiores empresas de investimentos diretos). Na Europa 12 dos 15 países da União Européia, a partir de 1 de janeiro de 2002, substituem suas respectivas moedas pelo euro. Em dezembro de 2001, 1 euro valia US$ 0,88 ou R$ 2,15. Em fevereiro de 2003, 1 euro equivale praticamente a US$ 1,00 ou R$ 2,50. O presidente do Banco Central Europeu, Wim Duisenberg, acreditava que o crescimento econômico da União Européia em 2002 seria de 2%..."*

(vide Prefeitura Municipal de São Mateus / Secretaria de Planejamento: A MISSÃO PLANEJAMENTO, mimeo, São Mateus, novembro de 2002). A diferença entre o euro e o dólar continua crescendo, a favor do euro, e ela estaria por trás, também, do conflito potencial entre os Estados Unidos e os países produtores de petróleo, que teriam anunciado, através da OPEP, a substituição do dólar pelo euro como moeda de cotação internacional do petróleo. E ninguém se atreve a prever o montante e dinâmica destes investimentos a médio prazo, em pauta.

Se, por um lado, estas incertezas constituem claramente uma ameaça às políticas estratégicas de desenvolvimento local, por outro lado, o fato do petróleo estar entre os recursos naturais que vão ficando escassos e objeto de procura crescente se transforma numa oportunidade para esse mesmo desenvolvimento local.

Outros fatores da globalização podem ser explorados no sentido de verificar se constituem ameaças e/ou oportunidades para os cenários locais.

Assim, consolida-se, por exemplo, uma nova ordem jurídica internacional, a partir de 1º de julho de 2002, com a criação do Tribunal Penal Internacional - TPI que em 02/07/02 já contava com a sua ratificação por 76 países, incluindo o Brasil.O TPI iniciará o seu funcionamento em 2003, e constituirá o "direito penal da era da globalização".

Os capitais especulativos não têm mais nacionalidade nem endereço certo. Eles se constituem em atores virtuais de uma dinâmica econômica que pode injetar vastos recursos numa economia nacional, se isso for de interesse, assim como se retirar maciçamente da mesma, afundando-a de um momento para outro.

Situação semelhante ocorre com a corrupção internacional, que movimenta grandes capitais, provavelmente muitos deles idênticos aos especulativos, no sentido de sua lavagem, e que navegam pelas bolsas mundiais sem grandes controles nem transparências nem endereços.

As escassas tentativas de acompanhamento e emolduramento jurídico (vide correspondentes referências nos parágrafos acima) tropeçam com o fato que a institucionalização de mecanismos de controle ocorre de forma extremamente gradual e lenta, enquanto que os capitais envolvidos são extremamente voláteis e mutantes.

Conclusivamente, verifica-se que, em curto e médio prazos, delineia-se um cenário / quadro de referência pressupostamente globalizado, cheio de incertezas, onde uma série de parâmetros econômicos negativos leva a políticas externas de extrema agressividade. A mesma passa a caracterizar a negociação comercial (referências à abertura do comércio) em condições de partida pouco eqüitativas e, quando ela não funciona, impõe-se a vontade econômica pela força militar. Os grandes capitais especulativos transnacionais são extremamente voláteis, capazes de desestabilizar economias nacionais. Os correspondentes cenários nacionais e locais refletem especularmente este panorama.

Com relação ao **CENÁRIO NACIONAL**, ele reveste-se dos mesmos graus de incerteza e turbidez assinalados para o cenário internacional.

O novo governo tem um ano e alguns meses. O que seria uma sinalização de uma mudança com um pressuposto roteiro relativamente claro, dados os compromissos assumidos na campanha, virou na realidade uma situação gelatinosa, sem contornos definidos. Surpreendentemente, uma série de indicadores econômicos passaram a mostrar uma situação relativamente calma e equilibrada. Os superávits na balança comercial continuam existindo, o dólar americano oscila abaixo dos R$ 3,00 e os indicadores do "risco Brasil", formalizados por instituições internacionais, caíram abaixo dos 500 pontos (contra 2.500 pontos em 2002). Fazia muito tempo que estes indicadores econômicos não se apresentavam tão favoravelmente. No entanto, especialistas na área assinalam que esta acomodação positiva é muito menos mérito da aplicação do roteiro mencionado linhas acima pelo novo governo, e muito mais um retorno a patamares normais após um período de incertezas eleitorais. Os mais sarcásticos destes especialistas ligam o fato do retorno a patamares normais dos indicadores em pauta com o fato de, justamente, não terem ocorrido mudanças significativas entre um governo e outro. De qualquer forma, todos os estudiosos do assunto coincidem na asseveração que qualquer mudança, se ocorrer, deverá ocorrer em médio prazo e com certa cautela, pois toda uma série de fatores estruturantes da economia continuam presentes e pautam de forma indelével o quadro econômico do país.

Assim, o Brasil, em fevereiro de 2002, alcançou uma dívida externa de longo prazo igual a 180,93 bilhões de dólares, ou 542,80 bilhões de Reais, para uma população ao redor de 172,38 milhões de pessoas. Com isso, a dívida per capita se eleva a 1.050 dólares ou 3.150 Reais. Em 2001 o PIB brasileiro atingiu o montante de 393,30 bilhões de dólares, ou R$1,18 trilhão. Com isso, o PIB per capita brasileiro foi de 2.924 dólares ou 8.772 Reais. Esse PIB, apesar de, a primeira vista, ser significativo, não gera, entanto, capital para investimentos, mas gera montantes para o pagamento dos juros dessa dívida (algo em torno dos R$ 700 bilhões). A taxa de juros interna, mantida pelo Governo Federal (26% nos dias de hoje) é das mais elevadas do mundo, superada apenas eventualmente pela Rússia. Essa taxa tão elevada não é gratuita. Por trás existe a versão oficial de que seria uma forma de segurar a inflação. Na realidade, é uma armadilha gerada pelo capital especulativo que, diante da mais tênue manifestação com relação a uma possível redução, sinaliza com sua saída maciça do mercado de capitais. Com isso cria-se um círculo diabólico, pois as altas taxas de juros existentes inibem qualquer previsão e/ou intenção de investimentos a curto e médio prazo por parte do empresariado nacional, o que seria fundamental para o desenvolvimento e para uma futura autonomia / soberania do país.

Especula-se com que a balança comercial possa gerar capital de investimento. O superávit da balança comercial é gerado a partir de um Real relativamente desvalorizado e do aviltamento do custo da mão de obra no país. Basta o dólar retornar a patamares mais normais, assim como colocado (em torno dos 3,00 Reais), para essa expectativa

reverter. Com o dólar nesses patamares, registra-se um aumento significativo de demanda por linhas de crédito para importação, e não mais para exportação. Isto até que poderia representar um alento, se as importações se concentrassem em torno da renovação dos parques produtivos, ao invés de importar bens de consumo geralmente supérfluos. Com relação ao aviltamento da mão de obra, cabe registrar que o custo da mão-de-obra, no Brasil, por hora, integrado todos os encargos sociais que antecederam FHC, era igual a US$ 2,79, enquanto que este mesmo custo no Japão é de US$ 12,84, nos EUA US$ 14,83 e na Alemanha US$ 21,50 (segundo Arnaldo Sussekind, ex-Ministro do Trabalho). Uma tese usualmente defendida é que a flexibilização dos direitos trabalhistas poderia aumentar ainda mais esta "competitividade" internacional e, concomitantemente, aumentar o superávit comercial. Só que o preço social seria muito alto, pois ele, internamente, se desdobra em exclusão social, como está ocorrendo no Brasil, que neste ano de 2002 apresenta a segunda maior taxa de desemprego mundial, só superada pelo desemprego na Índia. Em 2002 a taxa de desemprego aberto, no Brasil foi de 11,6% segundo o IBGE. Segundo o DIEESE, o desemprego total na Grande São Paulo atingiu 20,4%, em abril de 2002.

Às altas taxas de juros mencionadas soma-se o risco de calote, a elevada inadimplência, a má qualidade das garantias contratuais e a morosidade da Justiça. Com isso, os empréstimos bancários trabalham com um *spread* (diferença entre a taxa que o banco paga para captar recursos e a que cobra na hora de emprestar) altíssimo, que encarece enormemente o dinheiro, chegando-se a pagar taxas anuais perto dos 200%! Desde 1999 o Brasil adotou o câmbio flutuante, tese do presidente do Banco Central, Dr. Armínio Fraga, cujos resultados provocaram a desvalorização do Real. O salário mínimo é atualmente de R$240,00 (US$80,00) por mês. A taxa de crescimento do PIB entre os anos de 2000 e 2001 foi de 0,19%. O crescimento do consumo das famílias brasileiras em 2001, em relação a 2000, foi zero. Portanto, conclusivamente, verifica-se que, apesar dos vultuosos montantes em jogo e de um indiscutível potencial de crescimento, o Brasil encontra-se emaranhado numa perversa teia financeira da qual dificilmente terá condições de emergir com dignidade. Caberá a triste sina de administrar, quase que pela eternidade, a sua dívida.

Entre as principais causas do fraco desempenho da economia está a crise energética. Em termos de energia o Brasil, em 1988, consumia 1400 kWh por habitante e na Europa o consumo per capita era de 3400 kWh. A potência elétrica instalada no Brasil, em 1999 era de 61,30 GW, dos quais 96,8% eram gerados a partir de hidroelétricas, 1,3% a partir de termoelétricas com derivados de petróleo, 1,2% a partir de termoelétricas a carvão e 0,7% a partir de usinas termonucleares. O Programa Prioritário de Termoeletricidade, criado em 2002, anunciou a construção de 49 usinas termoelétricas. Delas, 04/quatro estão em operação, 04/quatro em teste e as restantes estão em planejamento; talvez nem sejam construídas. É ininteligível a opção por termoelétricas com gás da Bolívia que, além de muito poluentes, têm o custo do quilowatt fixado em dólar. Hoje, os custos das termoelétricas com gás boliviano são quase 10 vezes superiores aos das hidroelétricas. O Jornal do Brasil do dia 21 de abril, na sua Seção de Economia & Finanças, registra que o Fundo Monetário Internacional / FMI é um poderoso obstáculo no caminho das

intenções do Ministério de Minas e Energia, de encarregar o grupo Eletrobrás pela responsabilidade da retomada dos investimentos no setor. Assim, o acordo entre o Brasil e o FMI considera os investimentos da Eletrobrás como despesas do governo para o cálculo do superávit primário, que se encontra limitado. A crise de energia elétrica brasileira de 2001 desmistificou a privatização como estratégia de atração de investimentos privados, nacionais e internacionais, para o setor energético. A privatização não conseguiu, também, a redução do déficit público. O BNDES ofereceu empréstimos de até 80% do investimento global, com correção pela TJLP + juros em torno de 5% ao ano, mas mesmo assim não conseguiu estimular os capitais internacionais. No mercado internacional a rentabilidade do setor de energia elétrica situa-se ao redor de 13 a 15% ao ano. Na área do petróleo a queda do monopólio estatal também não atraiu os capitais internacionais nos volumes esperados. Por outro lado a Petrobrás resolveu transformar-se em uma empresa de energia, participando da geração de energia elétrica, porém, até o final de 2002, de forma muito tímida.

A este panorama sombrio somam-se uma série de questões pontuais, não resolvidas, como o déficit previdenciário, uma corrupção estrutural latente ou, nos casos mais epidérmicos, um tráfico de influências dos mais diversos calibres, as gritantes desigualdades sociais, uma concentração perversa dos meios de produção, ai incluída a terra, entre outros. Em todos estes casos, o Brasil padece as mesmas dificuldades assinaladas para o cenário internacional: as estruturas institucionais que se criam procurando agilizar as soluções são lentas e chegam tarde.

O déficit previdenciário não é um problema exclusivamente brasileiro. França e Alemanha se debatem cotidianamente com propostas muito parecidas às que se encontram em pauta no Brasil: aumento da idade de aposentadoria, taxação dos aposentados, aumento das contribuições previdenciárias etc. visando equilibrar receitas com despesas, ou o universo contribuinte com o universo que usufrui da previdência. No caso do Brasil, este fenômeno se vê agravado pela conjunção de processos de corrupção e latrocínio (vide item a seguir). *"...O Governo Federal conseguiu aprovar a lei 1.527/99, que introduziu o fator idade e a expectativa de vida para o cálculo da aposentadoria, para os trabalhadores da iniciativa privada. A expectativa da vida média, do brasileiro, ao nascer, era de 64,3 anos, segundo IBGE-1998. Na prática, a aposentadoria ficou muito difícil para os aposentados do INSS. Os especialistas explicam a necessidade da reforma da previdência social no Brasil, pelo fato de que, o número de aposentados está superando o número de contribuintes. E, acreditamos, que uma destas causas é a flexibilização defendida pelos neoliberais..."*. (vide Prefeitura Municipal de São Mateus / Secretaria de Planejamento: A MISSÃO PLANEJAMENTO, mimeo, São Mateus, novembro de 2002).

Com relação à corrupção estrutural latente e/ou tráfico de influências, é só abrir cotidianamente os jornais para verificar de que forma as próprias estruturas fiscalizadoras (seja do INSS, da Receita Federal etc.) se envolvem em casos de corrupção, lesando os cofres públicos em quantias milionárias. No caso da ocupação de cargos políticos, o estado está pretendendo reduzir significativamente o tráfico de influências, a partir de legislações estruturadas em torno da obrigatoriedade do afastamento do cargo, seis meses antes das eleições, do Prefeito, Governador ou Presidente, quando candidato à

reeleição. Nesta filosofia se encaixa, também, a legislação que coloca em quarentena as pessoas que assumiram cargos de relativa hierarquia na estrutura decisória do estado e que, por tais motivos, tiveram acesso e possuem informações política e economicamente brisantes (*inside information*). A *Lei de Responsabilidade Fiscal* também se enquadraria nestes termos, em princípio.

O Governo Federal tenta equacionar a concentração das terras rurais em poucas mãos através da criação do Banco da Terra, como um dos instrumentos para reduzir a força do MST.

As disparidades sociais são outro fator de instabilidade e incerteza para os investidores, apesar do mercado brasileiro se apresentar como paradisíaco. "... *Durante os primeiros seis meses de 2001 o Brasil recebeu 12 bilhões de dólares de investimentos internacionais. Para os investidores internacionais o maior risco para os investimentos no Brasil é a pobreza e as disparidades sociais existentes. A mão-de-obra desqualificada cresce em uma razão de 3,2% ao ano. O Brasil conta com 5.561 municípios, a taxa de urbanização do país era de 78,5% e o déficit habitacional era de 6 milhões de moradias em 2000...". O Brasil é grande para o mundo. Nas principais empresas globais, o país está entre os primeiros mercados. Para a Volks e a Fiat é o segundo mercado, perdendo apenas para a Alemanha, para o Carrefour é o terceiro. No censo do capital estrangeiro do Banco Central, calcula-se que 27 mil empresas têm participação de capital estrangeiro" (Míriam Leitão - A Tribuna de Vitória-ES - 12/08/2001)* (vide Prefeitura Municipal de São Mateus / Secretaria de Planejamento: A MISSÃO PLANEJAMENTO, mimeo, São Mateus, novembro de 2002).

Segundo o parâmetro IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), da ONU, que mede o nível de qualidade de vida dos países, o Brasil se colocava como uma das nações de pior distribuição de riqueza, com o IDH igual a 0,742, em 1991. O relatório da ONU, de 2001, coloca o Brasil em 69° lugar segundo o IDH de 1999. O mesmo relatório indica que os 10% mais ricos do país detêm 46,7% da riqueza nacional, contra apenas 1% dessa riqueza para os 10% mais pobres. O percentual de alfabetização do Brasil era de 76%, em 2000.

Apesar de possuir um território intensamente irrigado por vultuosos recursos hídricos, o Brasil caracteriza-se pelo mau uso destes recursos. Nesse sentido, cresce a tendência de cobrança de taxa para a utilização de águas dos mananciais, quer para uso doméstico, quer para uso na agricultura ou indústria. A idéia é provocar a racionalização do uso da água e usar os recursos obtidos com a cobrança pelo uso da água na preservação dos mananciais. No Brasil, as experiências em São Paulo, na Bacia do Paraíba do Sul e do Estado do Ceará apontam para cobranças de água bruta variando entre R$ 0,008 a 0,015 na captação.

Do ponto de vista espacial, o Brasil continua sendo um país litorâneo, apesar de todos os esforços estratégicos por ocupar o seu interior. Na tentativa de correlacionar eixos de crescimento econômico com eixos territoriais / espaciais de integração e desenvolvimento, o Brasil vê-se confrontado com as mesmas incertezas detectadas nos âmbitos político e institucional.

Na moldura da elaboração do Plano Plurianual 2000-2003 do Governo Federal, os Ministérios de Desenvolvimento, Indústria e Comércio e de Orçamento e Gestão encomendaram (através do BNDES) estudos em relação a possíveis eixos nacionais de integração e desenvolvimento.

O Consórcio Brasiliana, responsável pelos estudos, formalizou uma proposta de eixos a partir de uma abordagem holística (integrada e sustentável) levando em consideração uma série de aspectos, dentre os quais é interessante destacar:

- aspectos econômicos (infra-estrutura, malha multimodal de transportes, focos dinâmicos da economia, hierarquização funcional das cidades etc.
- aspectos sociais
- aspectos ambientais (ecossistemas etc.)
- aspectos políticos e institucionais (existência de estados e municípios etc.)

A proposta, formalizada a partir desta abordagem, prevê a constituição de 09/nove eixos nacionais de integração e desenvolvimento, listados e mapeados a seguir. São eles:

eixo Arco-Norte;

- eixo Madeira-Amazonas;
- eixo Araguaia-Tocantins;
- eixo Transnordestino;
- eixo São Francisco;
- eixo Oeste;
- eixo Sudoeste;
- rede Sudeste;
- eixo Sul.

Ver Fig. 85, a seguir.

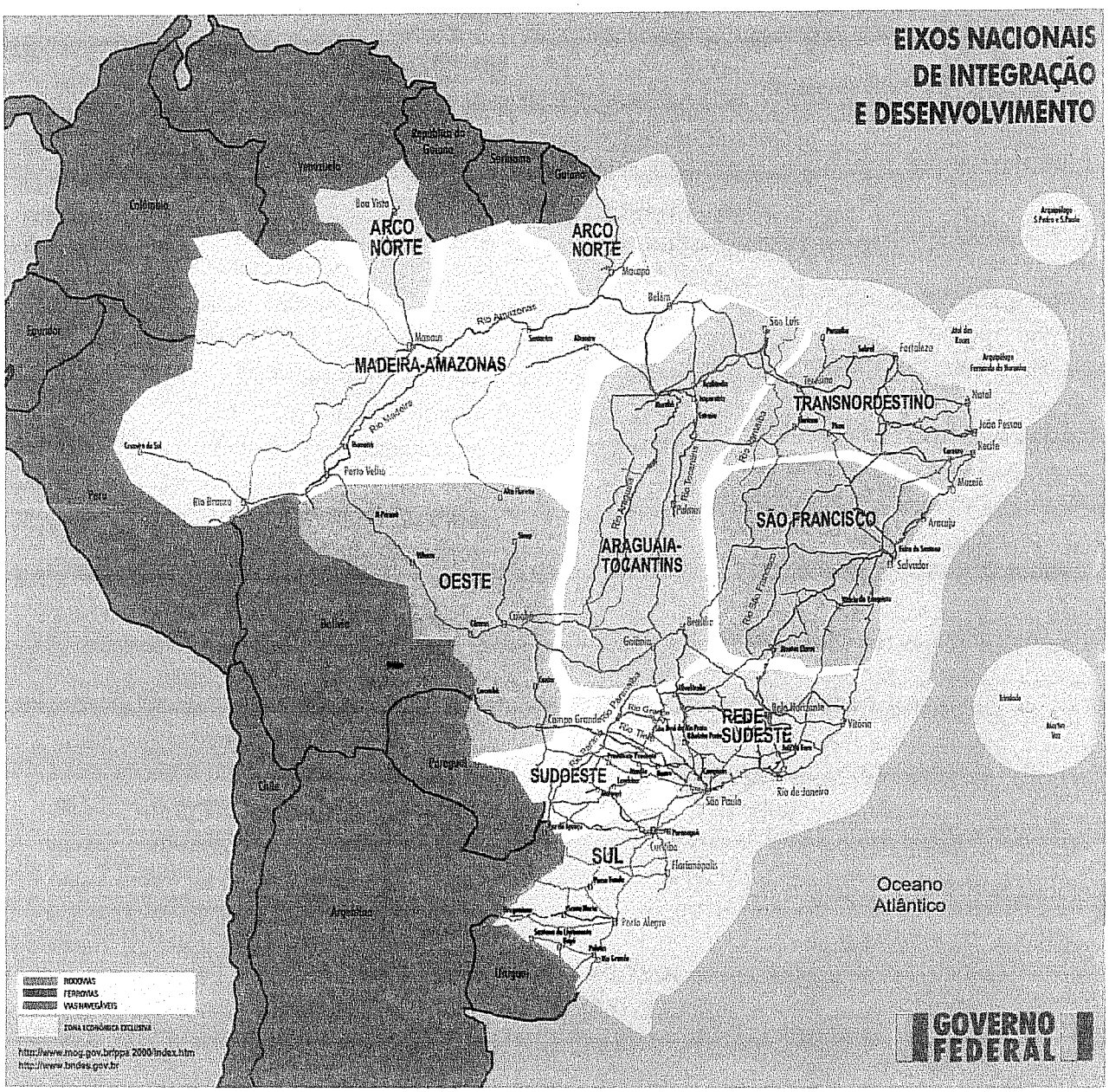


Fig 85: Uma proposta de estrutura de eixos de integração e desenvolvimento ao nível nacional

Nessa proposta, por exemplo, Brasília estaria fazendo parte do eixo Araguaia-Tocantins, que teria sua estrutura de vertebração sustentada pelos rios Araguaia e Tocantins, a estrada de ferro Carajás / ferrovia Norte-Sul e as aglomerações urbanas estruturadas em torno de Brasília / Goiânia, Palmas, Imperatriz e São Luis. Sem colocar em dúvida a coerência e consistência das conclusões desta primeira aproximação à questão dos eixos nacionais (o próprio estudo alerta que se trata de uma versão preliminar, a ser aperfeiçoada), é sabido que Brasília tem uma participação expressiva em outros eixos, particularmente pela rede Sudeste, estruturada em torno das cidades de Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Vitória e São Paulo. Também é sabido que a existência do Mercosul vincularia Brasília, concomitantemente, ao eixo Sul, estruturado em torno das cidades de Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre (e Montevidéu e Buenos Aires).

Um outro estudo, registrado no documento *Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Região Centro-Oeste – PLANOEST*, elaborado pela Câmara de Políticas Regionais do Conselho de Governo / Secretaria Especial de Políticas Regionais – SEPRE / Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, trabalha com hipóteses outras, estruturando uma rede econômica denominada de Mercoeste e que não leva em consideração as especulações anteriores. O Estado do Espírito Santo ressente-se, seguramente, por um lado, desta falta de definições políticas. Por outro lado, estaria inserido na Rede Sudeste, junto aos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, adquirindo um status privilegiado em relação ao seu potencial, dado o potencial de desenvolvimento de seus vizinhos.

Com tudo o que foi colocado a título de exemplo queremos meramente confirmar a tese acima colocada, no sentido de que existem incertezas profundas também em relação às políticas territoriais no cenário nacional, o que certamente debilita substantivamente a competitividade do país e dos estados envolvidos, do ponto de vista estratégico, em relação a outros países com políticas territoriais mais definidas e consistentes.

Conclusivamente, verifica-se que, em curto e médio prazos, delinea-se um cenário / quadro de referência que deixa transparecer um certo ceticismo, independentemente da existência de uma série de indicadores econômicos relativamente positivos (e considerados artificiais). Esse ceticismo encontra-se estruturado em torno de

- uma dívida externa impagável;
- uma produção vinculada muito mais ao pagamento dos juros dessa dívida e muito menos à geração de uma poupança e de investimentos;
- um alto grau de desemprego aliado ao aviltamento da mão de obra local;
- uma crise energética profunda;
- uma corrupção estrutural;
- uma concentração fundiária e de renda; e
- uma organização espacial desequilibrada do território nacional, com políticas de integração contraditórias.

Com relação a um possível **CENÁRIO ESTADUAL**, verifica-se que o Estado do Espírito Santo apresenta fatores críticos para seu desenvolvimento, dentre eles:

a) Um desequilíbrio relativamente grande da localização territorial dos diversos contingentes populacionais (e respectivas atividades econômicas), com concentrações significativas ao redor da Grande Vitória, gerando fortes desigualdades microrregionais;

b) A dependência de energia elétrica do Estado do Espírito Santo de outros estados, importando destes mais de 80% de sua demanda. O Estado do Espírito Santo caracteriza-se por possuir uma geomorfologia e correspondente hidrologia com escasso potencial de geração econômica da hidroeletricidade. Segundo o IBGE-2000, 25.778 residências fixas capixabas não possuíam energia elétrica. O Programa Nacional de Eletrificação Rural, Luz no Campo, tentou sanar esta deficiência, beneficiando 21 municípios do estado até o final de 2002, dentre eles o de São Mateus. Mas a dependência energética continua. E o crescimento da demanda por energia elétrica continua crescendo.

c) O crescimento da demanda por energia elétrica é superior à média nacional. A crise brasileira de energia elétrica por falta de investimentos, vem agravando a situação capixaba, estrangulando o seu potencial de desenvolvimento. No Espírito Santo a Petrobrás colocou em operação seis sondas no mar terra (*off shore*) e 4 sondas em terra (*on shore*). Entretanto outras empresas (Shell, Unocal e Repsol) deverão iniciar suas operações. A Petrobrás programou investimentos de US$ 410 bilhões no Espírito Santo até 2003, atingindo US$1 bilhão até 2005.

d) Entre 1991 e 2000, o Espírito Santo criou 10 novos municípios: Irupi, Marechal Floriano, São Domingos do Norte, Vila Pavão, Brejetuba, Marataízes, Porto Belo, São Roque de Canaã, Sooretama e Vila Valério, visando terceirizar e delegar atribuições e serviços, aumentando a sua eficiência. Isto não necessariamente aconteceu. Aproximadamente 20% das residências capixabas continuam sem coleta de esgotos. Segundo dados do IBGE, apenas 3,7 % dos domicílios rurais capixabas possuía esgotamento sanitário em 2000.

Existem, apesar disso, condições virtuais de crescimento e desenvolvimento a nível estadual, estranguladas em parte em função de condicionantes nacionais, e em função de um quadro administrativo que se caracterizou, nos últimos anos, por um gerenciamento incompetente dos recursos, aliado aos processos de corrupção noticiados pela imprensa. No que concerne à avaliação econômico-financeira do Estado do Espírito Santo, o cenário / quadro é de dificuldades, pelo menos em curto e médio prazos.

" ... Orlando Caliman, professor do Departamento de Economia da UFES, preconizou que o crescimento da economia capixaba para 2002 seria de 3,5% (a economia do Brasil está prevista crescer 2% em 2002). O orçamento do governo estadual capixaba para 2002 foi

de R$ 4,13 bilhões. O governo estadual que se expirou em dezembro de 2002, deixou o Estado com uma dívida com o governo federal de 1,2 bilhões de reais, e uma folha de pagamento, de três meses de atraso. A Estrada de Ferro Vitória Minas Gerais – EFVM transportou de janeiro a junho de 2002, 54.684.030 ton de mercadorias, 41.740.134 ton de minério de ferro para as usinas siderúrgicas. A população do Espírito Santo tem uma expectativa de vida, dos seres humanos, ao nascer de 70,2 anos, segundo o IBGE-2000, superando a média nacional de 68,5 anos...". (vide Prefeitura Municipal de São Mateus / Secretaria de Planejamento: A MISSÃO PLANEJAMENTO, mimeo, São Mateus, novembro de 2002).

Apesar de todas estas dificuldades, o Governo Estadual do Espírito Santo, em exercício, através da Secretaria de Estado do Planejamento, estabeleceu como prioridade, a tentativa de redução das desigualdades entre as diversas microrregiões, comentadas linhas acima. Os planos do Estado ficaram conhecidos como:

- **MASTERPLAN** - que reuniria um consórcio das empresas capixabas visando os mercados nacionais e internacionais;
- **DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL** - que estimularia o desenvolvimento dos pequenos e médios negócios em todos os municípios, buscando incrementos significativos na geração de empregos.

Entretanto os programas acima citados não apresentaram, pelo menos até agora, indícios de sucesso, provavelmente pela falta de participação e envolvimento da sociedade.

Um outro programa estadual, de caráter setorial, e vinculado à segurança pública, teve relativo sucesso. O Programa de Planejamento de Ações de Segurança Pública – PRO-PAS, constituiu-se na primeira política pública de segurança implantada no Estado do Espírito Santo, de forma holística e com uma visão de curto, médio e longo prazos. O PRO-PAS está constituído por oito projetos, subdivididos em 23 subprojetos que foram inseridos no PPA estadual, que abrange o período de 1999 a 2003. Além de especialistas em segurança pública, participaram da elaboração do PRO-PAS outras instituições, tais como o IPES e a UFES. Segundo os dados do SUS, as taxas de homicídios no Espírito Santo reduziram-se em média 20 % ao ano, entre 1998 e 2000.

Outros indicadores refletem a extrema heterogeneidade da qualidade de vida capixaba.

"... O Espírito Santo foi incluído na área da SUDENE. O IPI do mármore e granito passou de 9% para 10%. O Ministério do Trabalho informou que a remuneração média dos trabalhadores capixabas, que possuem carteira de trabalho assinada, cresceu 3,81% entre 1999 e 2000, passando de R$ 596,00 para R$ 618,70 por mês, conforme a mais recente Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Na área de saúde o Espírito Santo é o único estado do sudeste que apresenta o indicador número de leitos por mil habitantes (igual a 2,39 – IBGE-2002) menor do que o mínimo recomendado pelo Ministério da Saúde (2,5). O transporte escolar rural, em 2002, no Espírito Santo representou uma despesa de 32 milhões de reais, ao estado, contrastando com outros estados. Por exemplo, São Paulo, no mesmo período gastou 12 milhões de reais, Minas

Gerais e Piauí 12 milhões de reais. O Secretário de Estado da Educação acredita que possa racionalizar estes gastos, a partir de 2003..." . (vide Prefeitura Municipal de São Mateus / Secretaria de Planejamento: A MISSÃO PLANEJAMENTO, mimeo, São Mateus, novembro de 2002).

O percentual de alfabetizados no estado do Espírito Santo era de 78,45%, em 2000. Segundo o IBGE-2000, o crescimento populacional médio do estado era de 1,96% ao ano.

Conclusivamente, verifica-se que, a curto e médio prazos, delineia-se um cenário / quadro de referência bastante heterogêneo, com potenciais significativos, por um lado, e, por outro, uma série de estrangulamentos ocasionados pela moldura nacional e por uma série de questões locais (desigualdades microrregionais, dependências energéticas etc.) É um cenário / quadro que mistura dificuldades com oportunidades. Existem planos. Falta participação e envolvimento da sociedade capixaba.

Com relação a um possível **CENÁRIO MUNICIPAL**, verifica-se que o Município de São Mateus apresenta índices dos mais diversos, nos mais diferentes setores, dificultando bastante uma apreciação global com relação à qualidade de vida das diferentes camadas populacionais do município.

O diagnóstico alinhavado neste mesmo texto (vide item *1) MONTAGEM E DIAGNÓSTICO DO CENÁRIO ATUAL* listava as seguintes características e potencialidades para o município de São Mateus, dando condições de formalizar um quadro de referência para as especulações com o seu futuro:

a) A cidade de São Mateus completará 459 anos de sua fundação, em setembro de 2003. Está inserida no "Polígono do Descobrimento", e isto poderá / deverá ser aproveitado para "contar a sua história" e atrair contingentes turísticos.

b) O município de São Mateus possuía uma população de 90.342 habitantes, segundo o censo do ano de 2000, realizado pelo IBGE. Do ponto de vista populacional, figura no terço superior (30%) dos maiores municípios do Brasil. O crescimento populacional médio do município de São Mateus é de 2,28% ao ano (contra 1,96% do Estado do Espírito Santo), apesar de uma diminuição populacional na área rural de 0,27% ao ano. A população urbana de São Mateus representa 76,31% dos habitantes do município. Ocupa uma área de 2.345,80 km2. Têm uma das 10/dez maiores receitas do estado do Espírito Santo (R$ 30.240.735,61 em 1999, R$ 42.000.000,00 em 2001 , R$ 55.000.000,00 em 2002 e previsão de R$ 74.000.000,00 em 2003). Não obstante isso, situa-se entre os 20 municípios de pior receita "per capita" (R$ 341,00/hab/ano) do Estado. Do ponto da vista de sua população e de seu território, tem tudo para crescer. Continua sendo destino de contingentes populacionais, em função de seu potencial de crescimento econômico. Territorialmente, sua posição estratégica é favorável, a

partir de sua vizinhança com os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais (vide item correspondente nos parágrafos anteriores).

c) O percentual de alfabetização do município de São Mateus era de 72,56%, em 2000 (contra 78,45% do estado do Espírito Santo, e 76% do Brasil como um todo, portanto favorável a especulações com a futura qualificação de sua mão de obra.

d) A dívida da Prefeitura de São Mateus, em 01 de janeiro de 2001, era de 22,8 milhões de reais. Este dado é extremamente inibidor. Não obstante isso, pareceria que ela é mais resultado de administrações problemáticas anteriores de que resultado de problemas estruturais do município.

e) O município de São Mateus apresenta um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,639, em 1991 (contra 0,704 do Estado do Espírito Santo e 0,742 para o Brasil como um todo).

f) O município de São Mateus apresenta 3.655 propriedades rurais ocupando uma área de 234.580 hectares, dos quais 66,8% é ocupada por 423 proprietários (14% do total), sendo que 2.666 propriedades com menos de 100 hectares ocupam o restante de 32,2%. Os números evidenciam o distanciamento entre pequenas e grandes propriedades rurais de São Mateus. Fica evidente que, em se querendo reduzir o êxodo rural, melhorar o nível de empregabilidade e promover a produção unifamiliar agrícola deverá se buscar o incremento / desenvolvimento das pequenas propriedades rurais, assim como insistir naquele tipo de produção gerador de emprego. O período de 1999 a 2000 o produto rural que produziu maiores receitas foi a pimenta do reino (R$ 18.000.000.00 - 36,10%). O segundo produto de maior receita foi o coco (24,07% - maior da região sudeste). O café ficou em terceiro lugar (16,05%). Os demais produtos (mamão, mandioca, seringueira, macadame, palmito, maracujá, goiaba, graviola, pinha etc.), representam os 23,78% restantes.

   Do ponto de vista da produção agropecuária, o PPA para o período de 2002 à 2005 pode ser resumido em 18 programas subdivididos em 56 ações. A meta destes programas é elevar a participação dos investimentos em agricultura, de 0,9% em 2000 para 5% em 2005. Eles se articulam em torno dos seguintes itens:

   - O Conselho Nacional do Café, em 2002, contava com 4 representantes capixabas, entre eles um deputado. No Espírito Santo a inadimplência dos cafeicultores alcançou a casa dos 90 milhões de Reais. O café passou por uma gravíssima crise, gerada pelo excesso do produto no mercado mundial. A estimativa é que, apesar dos preços baixos, a produção de café no Espírito Santo cresça 20% em 2002, em relação à 2001, alcançando uma produção de 8,16 milhões de sacas. O Brasil produziu 28 milhões de sacas em 2001, o Vietnã que produziu 13 milhões em 2000 e 16 milhões de sacas de café conilon em 2001.

Segundo os especialistas a crise do café deveria manter os baixos preços do produto por mais dois ou quatro anos. Porém no final de 2002 iniciou uma sensível melhoria de preços no mercado internacional.

O Maracujá apresenta melhor rentabilidade do que o café. Os especialistas acreditam que as soluções a serem adotadas para a melhoria da rentabilidade do café são:

a) Redução da produção;

b) Melhoria da produtividade;

c) Minimização do custo de produção;

d) Alongamento da dívida do café para amortização em 20 anos;

e) Limitação do pagamento do serviço da dívida (juros+amortização) à 4% do faturamento do produtor.

- O preço de venda da pimenta tende a se estabilizar ao redor de 2 dólares por quilo.
- O maior importador de pimenta é a Rússia e a Índia o maior concorrente do Brasil.
- O mamão, no Espírito Santo, adquiriu produção em escala para exportação, qualidade e competitividade, a partir de tecnologia adquirida dos Estados Unidos, pela Federação dos Agricultores do Espírito Santo. Em 2002, São Mateus é o terceiro maior produtor de mamão do Estado.
- Em 2001, entrou em vigor uma lei estadual que proíbe novas plantações de eucalipto em território capixaba. Alguns juristas consideram que a lei estadual fere a Constituição. Por outro lado a lei elimina uma das alternativas para a geração de empregos. Segundo especialistas o plantio de eucalipto apresenta uma rentabilidade superior a de uma plantação de café cuja produtividade seja igual ou inferior a 60 sacas por hectare. Aproximadamente 20% das áreas cultiváveis de São Mateus estão ocupadas com plantação de eucalipto. Não obstante isto, o reflorestamento com eucaliptus continua sendo uma questão polêmica. Reportagem recente publicada no Correio Brasiliense do dia 13 de maio dão conta que ambientalistas acusam o Grupo Aracruz no Espírito Santo de acabar com trechos substantivos da Mata Atlântica, envenenar terras com agrotóxicos, desviar cursos de rios e córregos, se apropriar de terras indígenas e de expulsar comunidades quilombolas.
- Diversificar a fruticultura, incluindo caju, mangaba, maracujá, cambucá, pinha e graviola, viabilizando a indústria de polpa de frutas. A cana-de-açúcar tende a ampliar a sua cultura,com a ampliação da produção de açúcar pelas usinas da DISA e da Alcon (sem considerar as possibilidades de retomada do pró-álcool).

- Em São Mateus foi criado em 2001 o Conselho de Desenvolvimento Rural. O Congresso Nacional aprovou, em 28 de dezembro de 2001, uma emenda no PPA-Federal, do Senador Ricardo Santos, que prevê a liberação de 150 milhões para financiamento da melhoria da qualidade na cafeicultura.
- Articular com os bancos de fomento o acesso dos pequenos produtores ao crédito rural, dando atenção especial às comunidades negras, por constituírem as camadas historicamente mais carentes e excluídas, pelas classes dominantes brasileiras.
- Sugerir às Secretarias de Agricultura e Desenvolvimento estudar a colheita e a comercialização da Aroeira, na comunidade do Nativo, com o objetivo de consolidar e ampliar esta atividade econômica, em benefício dos moradores locais.
- A principal demanda dos pequenos proprietários rurais é a manutenção de estradas, segundo as reuniões do Orçamento Participativo e do Conselho de Desenvolvimento Rural. A segunda é por disponibilidade de tratores. Mesmo assim, em 2002, São Mateus foi o maior produtor de coco, do Brasil. A Secretaria alcançou avanços consideráveis na extensão rural e sucesso no programa de eletrificação rural.
- Na pecuária a situação é relativamente favorável. A crise da "vaca louca", na Europa, e o conflito comercial entre o Brasil e Canadá, que resultou na emissão de certificado de inexistência da doença no Brasil, provocaram um marketing favorável às exportações da carne bovina brasileira. O Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa declarou, em 26 de maio de 2001, que o estado do Espírito Santo esta livre desta doença. OI rebanho com 85.000 cabeças se encontra vacinado em 97%. O preço do leite não é dos mais atrativos, em função de políticas de dumping exercidas por exportadores de leite para o Brasil. Com isso seu preço oscilava em torno de R$ 0,15 por litro, para uma produção nacional de 20 bilhões de litros. Processos vitoriosos junto à OMC criaram a expectativa que, em breve, o preço de mercado do leite passe a se estabilizar em torno de R$ 0,36 por litro.

  Na piscicultura a situação também é favorável, em função do aumento nacional do consumo de peixes, assim como a criação da Secretaria da Pesca, a nível nacional.

  O espectro produtivo rural do município de São Mateus é, portanto, relativamente amplo, e deverá ser incentivado, constituindo-se num dos pilares fundamentais do desenvolvimento sustentável pretendido.

g) O município de São Mateus possuía em 1998, segundo pesquisas da FINDES/IDES, apenas 72 indústrias, gerando somente 1371 empregos diretos. Qualquer especulação com desenvolvimento futuro do município passa por uma

política maciça e consistente de desenvolvimento industria, sobre tudo nos níveis das pequenas e médias empresas. Para isso deverão ser criadas as correspondentes linhas de crédito e de incentivos fiscais, e uma infra-estrutura que promova este crescimento.

Cogita-se a criação de um Pólo Industrial em São Mateus. A criação de um pólo com estas características é polêmico, já que vêm acompanhado, geralmente, de impactos ambientais e sócio-econômicos discutíveis. A relação custo-benefício não é das melhores, pois a relação entre volume de capitais aplicados e número de empregos gerados é muitas vezes frustrante. Informações divulgadas dos investimentos no setor industrial na região contam de R$ 47 milhões aplicados criando apenas 600 novos postos de trabalho: cada emprego industrial custou em torno de R$ 80 mil. Na indústria da construção, cada novo posto de trabalho custa ¼, ou seja algo em torno de R$ 20 mil.

Deveria-se priorizar, portanto, o apóio às pequenas e médias empresas que, sem necessidade de grandes capitais, geram proporcionalmente empregos em melhores condições. A Lei das Microempresas, de nº 8.864, de 28 de março de 1994, fixa as condições para sua criação. Aglutinadas num Pólo Industrial, gerariam economia de escala, viabilizando-se melhor do ponto de vista econômico.

h) No setor secundário, aposta-se numa expansão substantiva da indústria do turismo. Para tanto, imagina-se que devam ser levados em consideração os seguintes programas e ações:

- Desenvolver, com a sociedade mateense, o potencial turístico no Sítio Histórico Porto de São Mateus, incentivando a comunidade local à produção de artesanatos, comidas típicas, músicas regionais e dança, até 2004; Acrescentar ao PDU, cuja elaboração iniciou-se no final de 2002, as diretrizes da política de turismos com interações com os municípios de Conceição da Barra e Linhares
- Promover junto com a classe empresarial de São Mateus, uma estrutura de lazer e serviços para a terceira-idade, em Guriri, viabilizando a freqüência de turistas fora das épocas de férias e carnaval, até 2004;
- Estabelecer um programa de turismo ecológico nas seguintes regiões: Uruçuquara, Barra Nova, Campo Grande, Cachoeira do Cravo, Cachoeira do Inferno, Meleira e Barreira, até 2004.
- Estabelecer um plano de capacitação da população local para as atividades turísticas.
- Manter os "out doors" na BR 101, estendendo-os também para o trecho norte da BR, após a entrada de São Mateus.
- Iniciar uma forte campanha, entre os tem trazido dinheiro para a Prefeitura, deixando um saldo negativo financeiramente, a cada verão.

- Criar o Conselho Municipal de Turismo.
- No mês de Abril, contando com o apoio gratuito de professores e estudantes de turismo, iniciamos um processo de levantamentos estatísticos a serem disponibilizados para a Secretaria de Desenvolvimento e Turismo, visando subsidiar a elaboração de projetos. A pesquisa, realizada em Barra Nova, encontrou turista com gastos de apenas R$ 3,00 por dia.
- Utilizar, em todo o verão, as instalações do portal de Guriri, como ponto de referência turística.

Em 2001, contando com o apoio gratuito de professores e estudantes de turismo, iniciamos um processo de levantamentos estatísticos visando disponibilizados para a Secretaria de Turismo, visando subsidiar a elaboração de projetos. A pesquisa, realizada em Barra Nova, encontrou turista com gastos de apenas R$ 3,00 por dia.

i) Todas estas atividades nos setores produtivos (primário, secundário e terciário) deveriam receber incentivos ao desenvolvimento industrial, comercial e de serviços. A lei nº 525/97, de 27/06/97, criou isenções e reduções de impostos e outras formas de apoio ao desenvolvimento de São Mateus. No Espírito Santo, o Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo – FUNRES, é um dos principais instrumentos de incentivo fiscal, a partir do princípio da renúncia fiscal. A Reforma Tributária, cujo projeto acaba de ser entregue ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo, para correspondente tramitação, poderá alterar substantivamente este quadro. A política de incentivos fiscais para atrair investimentos é uma política de dois gumes, em função da possibilidade do desvio de recursos escassos, a partir de processos de corrupção ligados à apresentação de projetos estruturados a partir de premissas falsas visando unicamente a obtenção fácil de benefícios. Portanto a aplicação destes incentivos deve estar umbilicalmente ligada à existência de aparatos fiscalizadores eficientes, sem os quais a aplicação em pauta pode ser financeiramente desastrosa.

"... Não é possível admitir mais um incentivo fiscal que promova a instalação de empresas em uma determinada região, ao simples fundamento de que se estaria incentivando a criação de empregos naquela região. Isto é muito pouco para justificar o incentivo, pode não ser absolutamente nada. O fato de alguém instalar barracão industrial, máquinas e equipamentos em um certo lugar pode não representar rigorosamente nada para as pessoas que vivem na região...". (Roberto Vaz – Revista de Estudos Tributários – dez. /2002)

j) O déficit com relação à disponibilidade de energias, particularmente de energia elétrica, é um dos estrangulamentos que deve ser enfrentado com determinação e a curtíssimo prazo.

"... É necessária a articulação, com os demais municípios do Norte Capixaba, de ação junto ao ministério de Minas e Energia, Petrobrás, Vale do Rio Doce e Escelsa, incluindo todos os grandes empresários da iniciativa privada nacionais e

internacionais, visando a instalação de uma termoelétrica de 250MW, que necessitaria da disponibilidade de 960.000 Nm3/dia de gás natural, e um investimento inicial ao redor de 180 milhões de dólares, em São Mateus, até 2004 (como citamos acima, é técnica e economicamente viável). O Ministério de Minas e Energia estabeleceu, no final de 1999, o valor de US$ 2,26 por milhão de Btu (0,169 US$/Nm³) para o preço de comercialização do gás natural, nas regiões Sul, Sudeste e Central e de US$ 1,94 por milhão de Btu para a região Nordeste. Em 1995 o consumo de energia de São Mateus representava 1,34% do consumo total do Estado.

O projeto Lei n.º 585/2001, de autoria do deputado estadual Robson Neves (PFL), trata da localização no município de São Mateus da Termoelétrica do Norte, além da concessão de incentivos para empresas que desenvolverem projetos de termogeração, foi aprovado pela Assembléia Legislativa, realizada no dia 20 de novembro de 2001. Esta lei estabelece deferimento do ICMS para empresas que desenvolverem a termogeração no estado.

Uma termoelétrica criará poucos empregos diretos (50 a 100 posições de trabalho para uma capacidade de geração de 250MW), e pode ser projetada e colocada em operação em menos que dois anos, com no máximo 1000 empregos durante as obras. Porém cria as condições de confiabilidade e disponibilidade de energia para eletrificação rural e o desenvolvimento de pólos industriais na região norte capixaba. Por outro lado é crescente a descoberta de petróleo e gás natural (poços de Peroá, Canguá e Fragata, permitindo uma previsão de reservas equivalentes a 16 bilhões de metros cúbicos de gás, poderão vir a produzir 2,4 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural, já a partir de 2003, traz a certeza do potencial da região para superar a insuficiência energética atual). O consumo de gás natural, por dia, em 2001, do Brasil, foi de 18 milhões de metros cúbicos.

A Prefeitura Municipal de São Mateus executou, a partir de maio de 2001, um plano de redução dos custos do consumo de energia elétrica, sem prejuízo dos serviços prestados, com sucesso. Ela está sugerindo, também, à Secretaria de Educação, um projeto de Educação para Economia de Energia nas Escolas Municipais. Podemos estimar que o consumo de energia, per capita, de São Mateus, em 2002 deverá ser de 700 kWh por habitante e em 2003 deverá se situar ao redor de 740 kWh por habitante/ano.

A tendência é de aumento de tarifas de energia elétrica entre 18 e 25% em 2003. O racionamento foi suspenso a partir de Fevereiro de 2002.

Em São Mateus o decreto n.º 429/2001 vedou o funcionamento dos supermercados, mercearias e congêneres aos domingos, provocando uma redução no consumo de energia elétrica, porém o motivo foi reivindicação sindical.

Desde janeiro de 2002, o município de Vitória, Serra e Aracruz deixaram de receber royalties por não serem produtores de petróleo. O preço do barril de petróleo no mercado internacional deverá situar-se ao redor de US$20,00 a

US$28. A expectativa é de que, em 2003, as importações de derivados de petróleo façam cair o preço de óleo diesel e da gasolina para os consumidores finais. Por outro lado melhora a viabilidade econômica da geração de energia através do álcool. Em 2002, até dezembro, São Mateus recebeu R$ 1.213.636,64 acumulando um total no ano de R$ 9.461857,56, de royalties, informou a ANP. Linhares foi, em 2002, o município capixaba que recebeu mais recursos de royalties, superando São Mateus, em 20,20%. O total de R$ 31,1 milhões de royalties foram distribuídos em 2002, por 72 municípios capixabas.

Em São Mateus a falta de energia elétrica atingiu, em 2002, mais de 700 famílias da zona rural, incentivando o êxodo do interior para a cidade, segundo o IBGE-2000. O Governo Lauriano, através da secretaria de agricultura, iniciou o Programa Luz no Campo, mesmo sem a parceria prevista do Governo Estadual, beneficiou 239 pequenos produtores rurais em 2002.

A crise nacional de energia elétrica encontrou São Mateus em uma fase de crescimento da produção de petróleo e gás, criando a oportunidade para projetos de produção de energia termoelétrica, refinaria, petroquímica e diversas indústrias, viabilizando em médio prazo o aumento do mercado de trabalho no setor industrial, principalmente na cadeia produtiva de gás e petróleo. A viabilidade técnica e econômica da cogeração de energia elétrica, associada ao aquecimento do óleo altamente viscoso de Fazenda Alegre (FAL), e a injeção de vapor nos poços de óleo, permitem a PETROBRÁS aumentar seus lucros, no Ativo Norte Capixaba e ao mesmo tempo compensar o município de São Mateus, pelo uso de seu solo, com maiores volumes de royalties, ICMS e de empregos.

Como conseqüência da crise latente no setor de energia elétrica surgem novas oportunidades de negócio e, conseqüentemente, mudanças na economia brasileira, tais como:

- Elevação do custo de energia para o consumidor;

- Atração de investimentos para o setor de energia;

- Viabilização de projetos de geração independente, cogeração e conservação de energia nos setores de indústria, serviços, comércio e agricultura;

- Viabilidade à fontes alternativas de energia (solar, eólica e outras);

- Fabricação e comercialização de equipamentos de alta eficiência energética;

- Melhoria da rentabilidade para as empresas de energia elétrica, a longo prazo;

- Crescimento da demanda por serviços de estudos de viabilidade técnica e econômica para a geração, distribuição e geração de energia elétrica;

- Execução de obras civis e eletromecânicas em usinas termoelétricas, e pequenas centras hidroelétricas e fontes alternativas, gerando empregos para a mão-de-obra semiqualificada, qualificada e altamente qualificada;

k) Com relação ao abastecimento de água / esgotamento sanitário, pode-se verificar que, do ponto de vista hídrico, a situação do município de São Mateus é relativamente alentadora. Trata-se de um município bem irrigado, a partir das bacias dos rios Barra Seca, São Mateus e Preto ou Itauninhas. Os problemas em relação ao abastecimento de água / esgotamento sanitário têm origem na forma como estes recursos hídricos são tratados pela população, seja pelo fato de esgotamentos sanitários serem jogados diretamente nos cursos de água, seja pelo fato dos recursos hídricos superficiais menores serem represados e/ou subterrâneos serem explorados sem nenhum controle.

A bacia hidrográfica do rio São Mateus possui 10.335 km^2, e é a segunda maior do estado do Espírito Santo. Encontra-se em estágio avançado a criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Mateus, (com amparo da Lei n.º 9433 de 18 de Janeiro de l997 - Lei de Recursos Hídricos), em consórcio com os 25 municípios servidos pela bacia, despoluindo e racionalizando o uso da água, de forma a garantir a irrigação, o abastecimento de água potável, e a exploração turística, cuja meta de término de implantação é até 2004. Foram realizados três encontros, um em São Mateus e o segundo no município de Mantena, em Minas Gerais e o terceiro encontro em nova Venécia, em 2002. No Brasil 90% dos esgotos coletados são lançados, sem qualquer tratamento, nos mananciais e praias. No município de São Mateus a situação deve ser semelhante.

Visando garantir condições de abastecimento de água e o correspondente esgotamento sanitário, imagina-se que possam ser implementadas uma série de medidas (campanhas para economizar água potável, tarifas de consumo diferenciadas, cobrança pelo uso da água, multa pela sua poluição etc.), de modo a estabelecer um modelo mais justo e adequado de manejo dos recursos hídricos. De qualquer forma, é uma situação facilmente contornável a partir da formalização e implantação de um plano básico.

" ... A expectativa é que se possa estabelecer tarifas progressivas para o fornecimento de água tratada. A fim de garantir o fornecimento de água às comunidades carentes poderiam ser estabelecidas cotas mínimas gratuitas. Nesta linha de pensamento poderíamos criar lei que proíba o corte de água domiciliar, antes do inadimplemento de 3 contas consecutivas. Acredita-se que, nas concessões para prestação de serviços de tratamento e distribuição de água, uma taxa de lucros , para retorno dos investimentos, seja razoável, para municípios com população superior a 70.000 habitantes. A tendência seria reduzir o valor das tarifas e aumentar o valor de outorga. A cobrança do uso da água se daria somente para os grandes usuários industriais e de serviços (isto é acima de 1 litro por segundo) e a irrigação para as grandes propriedades rurais.

Um sistema de coleta e tratamento de esgotos sanitários foi iniciado em 06 de agosto de 2001, no Balneário de Guriri, com a aprovação no dia 19 pela Câmara de Vereadores, o projeto 024/2001, para desapropriação, por R$51,3 mil, de uma área de 158 mil metros quadrados, para construção da estação de tratamento de

esgotos. A fonte dos recursos financeiros é a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA. O investimento total será de R$16 milhões, dos quais a prefeitura recebeu até novembro de 2002 cerca de R$3 milhões..." . (vide Prefeitura Municipal de São Mateus / Secretaria de Planejamento: A MISSÃO PLANEJAMENTO, mimeo, São Mateus, novembro de 2002).

l) Com relação ao item transportes (rodovia, ferrovia, portos, aeroporto etc.) faz-se necessário assinalar que o município de São Mateus não se encontra muito bem servido, constituindo-se num dos estrangulamentos de um possível desenvolvimento econômico.

Existem grandes dificuldades para o escoamento da produção agropecuária da zona rural do município, assim como da produção extrativista do reflorestamento. Praticamente todo este escoamento se centraliza no sistema viário estruturado em torno da BR 101, e da estrada que liga São Mateus a Nova Venécia e a Minas Gerais. Nesse sentido, faz-se necessário reestudar o sistema viário municipal, conservando e pavimentando aqueles trechos estruturantes da circulação de pessoas e bens, e construindo uma série de outras estradas (sobre tudo no sentido anelar) visando aumentar consideravelmente a eficiência do sistema. Além de consolidar o sistema rodoviário (tradicional na circulação de pessoas e bens), faz-se necessário e seria considerado promissor, estudar seriamente sistemas alternativos e complementares desta circulação, seja no esquema ferroviário, hidroviário e/ou aeroviário. Esta iniciativa deveria ser ampliada, no sentido de envolver através dos correspondentes consórcios municipais os demais municípios da região norte capixaba. Só nestas condições é que passa a ser fatível a especulação com a criação de um eixo ferroviário, ligando a zona rural dos municípios com um possível Porto do Norte do Estado. A exploração turística da região também só e fatível se vinculada à construção de um Aeroporto Internacional do Norte do Estado. O traçado e a localização destes equipamentos de grande porte seriam resultado de estudos de planejamento envolvendo todos os municípios interessados nesta iniciativa. Os recursos necessários para a construção dos mesmos poderiam ser disponibilizados a partir do crescimento da produção de petróleo e o conseqüente aumento dos *royalties* a serem recebidos pelas prefeituras envolvidas, assim como do envolvimento de empresas de porte tais como a Aracruz Celulose, Petrobrás, Bahia Sul Celulose e Papel, empresas de extração de granito de Nova Venécia etc. seguramente interessadas em aumentar a eficiência da circulação de bens e mercadorias na Região Norte do Estado.

m) Do ponto de vista da comunicação, um possível desenvolvimento econômico do município passa inexoravelmente pela melhoria substantiva dos sistemas de comunicação da região, tanto a nível de telefonia, tecnologia da transmissão de dados e informações, rádio e televisão.

n) Do ponto de vista da educação, cultura, saúde e habitação, cabe salientar que se fazem necessários investimentos maciços em programas e ações. O PPA da

Educação, para o período de 2002 a 2005, pode ser resumido em 20 programas, subdivididos em 97 ações. Eles se articulam em torno dos seguintes itens:

- educação fundamental para 100% das crianças em idade escolar;
- ensino profissionalizante através dos cursos do SENAI. É impensável uma política agressiva e competitiva para o turismo sem a formação de mão de obra especializada nos ramos da hotelaria, gastronomia etc. Nesse sentido, devem ser ampliados e multiplicados convênios como os existentes entre a PMSM e o SENAI-ES, no sentido de fornecer cursos com estes perfis;
- cursos técnicos de nível médio, semelhantes aos oferecidos pelo CEFETES (Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo), visando qualificar sobre tudo pessoas das camadas populacionais de renda inferior para o mercado de trabalho. Estes cursos técnicos visariam fornecer mão de obra técnica para a manutenção, por exemplo, dos equipamentos vinculados à produção do petróleo, extração de madeira nas áreas de reflorestamento etc.;
- fornecimento de bolsas de estudo para as populações mais carentes, visando facilitar o seu acesso aos cursos profissionalizantes e técnicos de nível médio mencionados;
- criação de centros universitários, através de consórcios municipais. Estes centros universitários, além das práticas nas vertentes do ensino e da pesquisa, deveriam atuar intensamente na vertente da extensão, a partir de convênios assinados com entidades interessadas (PMSM, Universidade Federal do Espírito Santo etc.);
- qualificação dos professores da rede municipal, que não possuem o 3º na área de pedagogia;
- incentivo aos programas esportivos, visando, por um lado, a retirada das crianças das ruas, e, por outro, a criação de equipes profissionais na área do futebol e outros esportes, com a correspondente construção de quadras e estádios.

Para a cultura, devem ser prevista uma política agressiva e consistente de consolidação da substância histórica do município, assim como de suas festas e folclore. Mais uma vez, o turismo em grande escala só é viável a partir de investimentos nestas áreas. Nesse sentido, as 33 ações culturais por ano que hoje fazem a pauta do calendário cultural (Encontro de Bandas; Semana de Artes; Música para Todos; Proarte; Museu; Sítio Histórico; Construção do Teatro Municipal; Festival de Música; Festa de São Benedito; Auto Natalino; CEMUCA; Dia Nacional da Consciência Negra; Associação de Capoeira; Seminário Evangélico; Reveillon; Verão Guriri; Carnaval Guriri; Verão São Mateus; Carnaval São Mateus; Festa de Santos Reis; Festa de São Brás; Festa do Caranguejo; Paixão de Cristo; Festas Juninas e Julinas; Atendimento ao Turista; Festa Popular KM 35; Festa Distrito de Santa Maria; Forróriri; Festival Estudantil de Teatro; FENATE; Festival Nacional de Cinema; Guriri Folia; Festa da Cidade de São

Mateus; Encontro de Coros e Festival da Música) devem ser sofisticadas e divulgadas. Concomitantemente, devem ser consolidados, sofisticados e divulgados os itens referentes à gastronomia local.

No item da saúde, o PPA para o período de 2002 à 2005 pode ser resumido em 40 programas subdivididos em 185 ações. Eles se articulam em torno dos seguintes itens:

- consolidação do Hemonúcleo;
- criação do Instituto Médico Legal (IML) para a Região Norte do Espírito Santo (consórcio municipal);
- criação de núcleos para tratamentos de traumas neurológicos e psico-sociais;
- *" ... Fortalecer o consórcio de municípios visando o incentivar dos programas de saúde da microrregião de São Mateus, e inclusão das especialidades não disponível na região, até 2003, considerando-se que um percentual elevado de pacientes é de municípios vizinhos, e até de Minas Gerais e Bahia. O Hospital Roberto Silvares atende pacientes de São Mateus, Conceição da Barra, Jaguaré, Pedro Canário, Boa Esperança, Nova Venécia, Montanha, Mucuricí, Vila Pavão, Ponto Belo, Mucuri, Teixeira de Freitas. O quadro do atendimento, no hospital é de calamidade. É comum observar-se pessoas esperando atendimento sentadas nos bancos e até no chão dos corredores;*
- *Estabelecer um programa de educação para a saúde preventiva, envolvendo escolas e comunidades, até 2004;*
- *Desenvolver um programa eficaz para a distribuição de medicamentos à comunidade carente, até 2004 (uma das sugestões é a farmácia cooperativista);*
- *No que diz respeito a AIDS, sabemos que no Brasil, a política de distribuição gratuita do coquetel tem prolongado a vida dos acometidos pela doença. Por outro lado o percentual de mulheres entre os aidéticos tem aumentado, e segundo o censo de 2000, o número de adolescentes do sexo feminino, infectadas, ultrapassou o de adolescentes do sexo masculino. Até novembro de 2002, as estatísticas oficiais colocavam São Mateus em 9º lugar, entre os municípios com maior número de pessoas infectadas com o HIV. Os municípios com maior número de infectados são: Vitória (788); Vila Velha (552); Cariacica (466); Serra (348); Cachoeiro de Itapemirim (137); Guarapari (1203);. Colatina (96); Linhares(74); São Mateus (66). O mundo científico informa que a vacina para a cura da AIDS estará disponível a partir de 2007. Todas as gestantes que forem às unidades de saúde pública capixabas fazer exames pré-natais serão obrigadas a realizar testes de HIV.*
- *DENGUE - A campanha de prevenção vem sendo realizada pela Secretaria de Saúde, com sucesso. Segundo o IBGE a incidência de casos caiu de 39216*

em 1998 para 19034 em 2000. Porém o Aedes aegypti preocupa ainda mais para o próximo verão (dezembro 2002 a fevereiro de 2003).

- *Hospital ROBERTO ARNIZAUT SILVARES - Desenvolver ações junto ao governo estadual para ampliação e modernização;*
- *Instalar uma unidade de tratamento intensivo neonatal, em São Mateus, visando a redução da mortalidade infantil;*
- *A Hanseníase se apresenta com o maior índice em São Mateus, em relação a todos os demais municípios do Estado.O aspecto crítico é que esta doença tem se mantido em níveis elevados, nos últimos anos, e segundo o IBGE , surgiram novos 1275 casos em 2000. Em São Mateus a hanseníase apresenta maior incidência nos bairros mais pobres. Segundo pesquisas realizadas pelo assessor da secretaria de planejamento, sr. Marcos Eli, junto a secretaria de saúde, entre janeiro de 2002 a agosto de 2002, 120 novos casos de Hanseníase foram registrados, somente em 20 bairros. O bairro com maior incidência foi Vila Nova. Em segundo lugar situaram-se os bairros de Sernamby, Bonsucesso - II, SEAC e Cacique. O PPA- 2002 /225 contempla as ações para a cura da hanseníase.* (vide Prefeitura Municipal de São Mateus, Secretaria de Planejamento: A MISSÃO PLANEJAMENTO, mimeo, São Mateus, novembro de 2002).

o) Do ponto de vista do meio ambiente, é importante destacar que qualquer critério de sustentabilidade do desenvolvimento passa pelos critérios de conservação e preservação do meio ambiente. Nesse sentido, faz-se necessário consolidar programas e ações nas áreas de

- criação de unidades de conservação. O projeto mais recente é a criação de uma Unidade de Conservação, incluindo a orla marítima de Linhares, São Mateus e Conceição da Barra;
- a educação ambiental impõe-se como uma necessidade imediata;
- criação de um plano de emergência para a drenagem do balneário de Gururi, até que se tenha uma solução definitiva a médio prazo;
- consolidação das atividades da Associação de Defesa Ambiental da bacia hidrográfica do Rio São Mateus – ADERSAMA;
- monitoramento das ocupações em áreas de risco, particularmente as existentes a encosta do vale do rio São Mateus, nas imediações do antigo parque de exposições;
- monitoramento das ocupações na Barra Nova;
- definição das áreas para depósito de lixo em Itauninhas, Santa Maria, Nestor Gomes e Nova Lima.

p) Do ponto de vista das políticas sociais, da administração e finanças, cabe destacar os seguintes pontos que podem/devem ser levados em consideração quando da especulação com cenários de referência.

- Um dos princípios básicos que deve ser mantido e potencializado é o da participação em defesa de seus direitos e como mecanismo de emancipação.
- Sendo assim, deverão ser mantidas e potencializadas instituições como a do Orçamento Participativo, a divisão do município em sub-regiões, a promoção da criação de associações de bairros, sindicatos, associações de igrejas etc., o Conselho Político Partidário de São Mateus etc.
- Sendo assim, órgãos como o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor e o PROCON devem ser fortalecidos.
- No item da Segurança, devem ser promovidas parcerias com o Governo do Estado e com o Governo Federal, visando a interação entre polícia e comunidade. Devem ser reestruturados os aparelhos preventivos e repressivos, incluindo todas as inovações tecnológicas possíveis. Deve ser formalizado um mutirão de emergência, visando agilizar os processos penais e reduzir a superpopulação das cadeias locais.
- Construção de um presídio na região (referência ao consórcio municipal), afim de desafogar as cadeias locais.
- Formalização de uma política conjunta, entre todos os órgãos e instituições voltados para o combate aos efeitos das drogas, governamentais e não-governamentais, em nível nacional, internacional, estadual e municipal, atuando em todos os fatores preventivos e/ou repressivos a nível sócio-econômico, educacional, cultural etc.
- Deve ser fortalecido o Projeto Sentinela, e criados outros semelhantes, enfrentando uma das conseqüências da pobreza extrema de grande parcela da população, que é a prostituição infantil.
- Formalização de programas sociais visando eliminar a discriminação racial da sociedade mateense. Os pobres somam 34% da população brasileira, os negros 45%. Dessa percentagem, 68% são pobres. O analfabetismo acima de 15 anos é de 8,3 % entre os brancos, e 19,8% entre os negros. A renda média mensal é de US$ 164 entre os brancos para US$ 30 entre os negros. Nesse sentido, devem ser elaboradas políticas compensatórias para a inserção dos afro-brasileiros no desenvolvimento socio-econômico do município (reservas de mercado, reserva de verbas dos diferentes fundos, particularmente do Fundo de Amparo ao Trabalhador / FAT etc.)
- Consolidação de uma estrutura administrativa expedita e eficiente, liderada por pessoas técnica e politicamente representativas, potencializando a formação matricial entre as secretarias-fim e as secretarias-meio.

- Os orçamentos anuais deverão reduzir as despesas de capital de secretarias como às vinculadas ao Gabinete, Administração, Cultura e Turismo (que deverão procurar parcerias com a iniciativa privada), e o aumento de recursos para secretarias como as de Planejamento e Desenvolvimento. As demais secretarias deverão demandar seus recursos a partir das demandas das comunidades, formalizadas a partir dos orçamentos participativos, garantidos mínimos para Educação e Saúde.

Conclui-se que delineam-se para o município de São Mateus, a curto e médio prazos, possíveis cenários estruturados em torno das seguintes especulações:

A) O CENÁRIO TENDENCIAL

Neste cenário, o município continua sob influência das atuais condicionantes dos fatores externos regionais, nacionais e até internacionais. A situação é de incerteza. A população continua dependente da Administração Pública para a solução de quase todos os seus problemas. O Poder Público Municipal permanece com a mesma capacidade de planejamento e gestão e persistem as reduzidas possibilidades de intervenção da sociedade organizada. As deseconomias são grandes, porque poder público e iniciativa privada não acertam uma política comum. O Plano Diretor de reduz a organizar as ações do Poder Público Municipal.

B) O CENÁRIO DE ESTAGNAÇÃO E/OU O CENÁRIO REGRESSIVO

Neste cenário, o município sofre a injunção de toda uma série de fatores externos regionais, nacionais e internacionais negativos. Instala-se uma crise econômica, que as variáveis manipuláveis a nível do município não conseguem reequacionar. Os pontos fortes assinalados não conseguem ser alavancados, e a atratividade e competitividade do município ficam bastante reduzidas. A expectativa de crescimento da exploração petrolífera e de desenvolvimento do turismo não se concretiza. O Plano Diretor não consegue equacionar minimamente um conjunto de ações, nem engajar a sociedade.

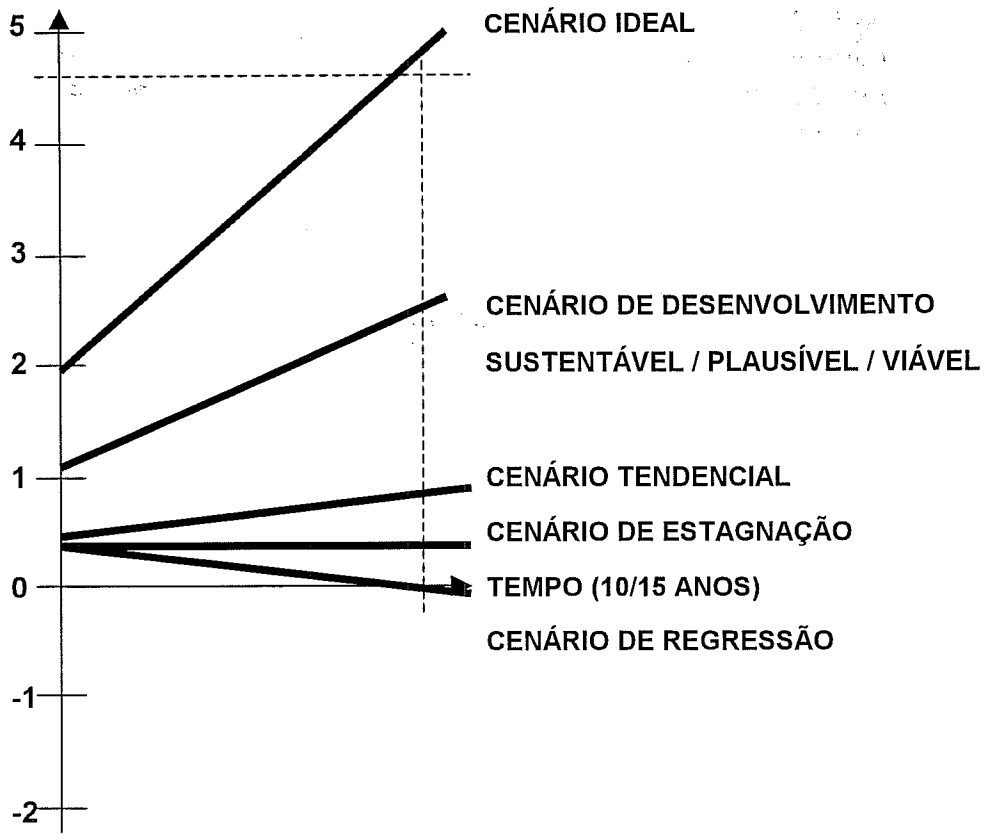
C) O CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Neste cenário, o Poder Público, a sociedade e a iniciativa privada fazem um pacto para planejar o seu futuro e organizar de forma acertada o conjunto de ações que nortearão as condutas dos diferentes atores. É um cenário de parcerias. A moldura dentro da qual esta parceria ocorre parte do pressuposto que uma série de fatores ocorrem a partir de uma injunção favorável. Nesse sentido, este cenário delineia um futuro a curto e médio prazos

- *Desejável* pelos diferentes atores envolvidos, e
- *Plausível* ou *viável*, em função das potencialidades e restrições verificadas, bem como dos recursos disponíveis para valorizar as primeiras e neutralizar as segundas.

É um cenário que é balizado e negociado / pactuado e que ocorre numa situação intermediária entre o cenário tendencial e o cenário ideal.

Em esquema:



GRAU DE DESENVOLVIMENTO

Parte-se do pressuposto que as sociedades humanas são racionais e, portanto, desejarão e se engajarão num cenário de desenvolvimento. Portanto a seleção do cenário/quadro de referência é menos uma escolha e muito mais a confirmação de uma atitude de construção coletiva do futuro. A não ser que a comunidade mateense opte explicitamente pela não participação e pela indiferença em relação ao seu futuro. De qualquer forma, é importante explicitar as implicações de cada um destes cenários, para que esta "escolha" se faça de forma consciente e consistente. Nesse sentido, os 03/três cenários apontados serão desdobrados em seus atributos, a seguir:

CENÁRIO TENDENCIAL

DIMENSÃO	ATRIBUTO
1. ECONÔMICA	1.1 Pouco dinamismo econômico
	1.2 Investimentos financeiros reduzidos
	1.3 Pouca assistência técnica e financeira aos pequenos agricultores e microempresas
	1.4 Baixa produtividade na agricultura e pecuária
	1.5 Comércio pouco dinâmico
	1.6 Oportunidades de trabalho insuficientes
	1.7 Capacitação profissional insatisfatória
	1.8 Produção petrolífera com leve aumento
	1.9 Turismo desorganizado / Atendimento inadequado ao turista
2. FÍSICO-AMBIENTAL	2.1 Áreas de preservação permanente degradadas
	2.2 Atrativos turísticos degradados
	2.3 Vias urbanas sem hierarquia
	2.4 Arborização insuficiente
	2.5 Pouca melhoria no abastecimento de água
	2.6 Pouca melhoria no esgotamento sanitário
	2.7 Poucos equipamentos de esporte e lazer
	2.8 Precariedade do transporte urbano e intermunicipal
3. SOCIAL	3.1 Manutenção das atuais taxas de crescimento demográfico
	3.2 Atendimento de saúde insatisfatório
	3.3 Qualidade do ensino insuficiente
	3.4 Inexistência de ensino superior especializado ou ensino profissionalizante adequado
	3.5 Poucas alternativas de esporte e lazer
	3.6 Desinteresse pela preservação das tradições culturais locais
	3.7 Dependência da população em relação à Administração Municipal para a solução de seus problemas
	3.8 IDH em níveis semelhantes aos atuais
	3.9 Chances reduzidas de melhoria da qualidade de vida
4. INSTITUCIONAL	4.1 Capacidade de planejamento e gestão regulares
	4.2 Integração fraca entre as diversas áreas da administração
	4.3 Parcerias com o setor privado não se estabelecem
	4.4 Pouca participação popular no processo de desenvolvimento

CENÁRIO DE ESTAGNAÇÃO E/OU REGRESSÃO

DIMENSÃO	ATRIBUTO
1. ECONÔMICA	1.1 Redução dos investimentos públicos
	1.2 Afastamento dos investidores privados
	1.3 Fluxos turísticos reduzidos
	1.4 Queda da atratividades e competitividade do município
	1.5 Redução das oportunidades de trabalho
	1.6 Baixos índices de produtividade agrícola
	1.7 Estagnação da extração petrolífera
	1.8 Pecuária pouco desenvolvida
	1.9 Redução das possibilidades de desenvolvimento do artesanato e culinária
	1.10 Queda da renda per capita
2. FÍSICO-AMBIENTAL	2.1 Espaço urbano pouco valorizado
	2.2
3. SOCIAL	3.1 Queda no ritmo de crescimento demográfico
	3.2 Agravamento da migração campo/cidade com correspondente inchamento da periferia
	3.3 Maiores dificuldades no atendimento médico
	3.4 Qualidade da educação tendente a piorar
	3.5 Nenhuma ou quase nenhuma alternativa de lazer
	3.6 Condições de saneamento ambiental em declínio
	3.7 Queda nos IDH
4. INSTITUCIONAL	4.1 Dependência crescente das transferências constitucionais de recursos financeiros
	4.2 Administração Municipal desaparelhada para o planejamento e gestão do processo de "desenvolvimento".
	4.3 Desarticulação com as outras esferas de governo
	4.4 Administração com características assistencialistas
	4.5 Aumento da dependência da população em relação à Administração Pública
	4.6 Pouca participação popular no processo de "desenvolvimento".

CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DIMENSÃO	ATRIBUTO
1. ECONÔMICA	1.1 Base econômica se diversifica / Produção se verticaliza
	1.2 Acesso de linhas de crédito aos agricultores e microempresas
	1.3 Modernização das práticas agrícolas
	1.4 Melhoria da produtividade da pecuária
	1.5 Organização e gestão compartilhada do turismo na região
	1.6 Ampliação e diversificação do comércio
	1.7 Serviços de atendimento ao turista com boa qualidade
	1.8 Aumento das oportunidades de trabalho
	1.9 Melhoria dos níveis de renda *per capita*
	1.10 Investimentos maciços em equipamentos estruturantes (estação termoelétrica, aeroporto, porto etc.)
	1.11 Parcerias para a execução de projetos estruturantes (parque esportivo, novo centro urbano, área do cais, centro histórico etc.)
2. FÍSICO-AMBIENTAL	2.1 Efetiva implantação das Unidades de Conservação na região
	2.2 Uso racional e sustentável dos atrativos turísticos
	2.3 Implantação completa das redes de abastecimento de água e esgotamento sanitário
	2.4 Realocação das populações que ocupam áreas de risco
	2.5 Vias urbanas hierarquizadas
	2.6 Arborização das vias
	2.7 Criação de praças, jardins, parques etc.
	2.8 Criação de novos espaços de esporte e lazer
	2.9 Melhoria do transporte urbano e intermunicipal
	2.10 Criação de escolas profissionalizantes
	2.11 Ampliação dos estabelecimentos de serviços turísticos (hotéis, pousadas, restaurantes, centros de atendimento etc.)
3. SOCIAL	3.1 Elevação dos níveis de alfabetização e escolaridade
	3.2 Ampliação e melhoria do atendimento de saúde
	3.3 Melhoria da infra-estrutura de segurança
	3.4 Recuperação e valorização das tradições culturais locais, do artesanato etc.
	3.5 Criação de novas oportunidades de práticas esportivas
	3.6 IDH em níveis adequados

4. INSTITUCIONAL	4.1 Implementação do sistema de planejamento e gestão
	4.2 Implementação do sistema de informações municipais
	4.3 Qualificação das equipes para o exercício das diferentes funções requeridas pela Administração Municipal e pelo monitoramento da implementação do Plano Diretor
	4.4 Melhoria dos mecanismos de arrecadação municipal
	4.5 Implantação de práticas de articulação intermunicipal para a gestão compartilhada do turismo
	4.6 Criação de parcerias intermunicipais para implementação de ações na saúde, educação, gestão ambiental, geração de energia elétrica etc.
	4.7 Participação efetiva da sociedade no processo de planejamento e gestão.

O município apresenta uma série de pontos em torno dos quais é possível estruturar uma política de desenvolvimento sustentável. Dependendo da vontade política em equacioná-los, melhorá-los e potencializá-los, o município apresentará, ou não, uma moldura econômica, social, espacial e institucional capaz de alavancar o município a padrões de desenvolvimento muito bons, em relação ao quadro geral dos municípios brasileiros.

Uma grande chance de alavancamento, que não deve ser desperdiçada, encontra-se no fato da formalização do consórcio dos municípios do Norte do Estado. Este consórcio terá todas as condições de resolver uma série de problemas de forma coletiva, constituindo uma unidade administrativa com um potencial nada desprezível. Questões como a do déficit energético, terminais de circulação e transporte (porto, aeroporto etc.), equipamentos especializados de educação e saúde (hospitais, universidades etc.) etc. podem ser resolvidos de forma eficiente e definitiva a partir da materialização e concretização deste princípio.

A base econômica do município apresenta todos os ingredientes para um futuro promissor. No setor primário, a diversidade de cultivos é um aspecto a ser potencializado. Devem ser formalizadas urgentemente políticas reguladoras no setor fundiário. A exploração do petróleo há de se constituir, sem dúvida, numa poderosa alavanca do desenvolvimento. O fato de ser um município costeiro oferece grandes oportunidades para o desenvolvimento da piscicultura, assim como do turismo. Todos estes elementos somam no sentido de dinamizar a indústria da construção, grande provedor de empregos. Uma dúvida a ser dirimida existe em relação ao reflorestamento com eucalipto.

A base social é equilibrada, com potencial de integração das populações rurais e urbanas, assim como das minorias étnicas. As políticas educacionais, sanitárias, culturais e esportivas encontram-se equacionadas, devendo oferecer seus frutos em curto prazo.

Do ponto de vista espacial, o município não sofre de grandes barreiras nem acidentes geográficos intransponíveis. Uma política adequada gerará seguramente uma moldura

espacial para as cidades mais eficiente e culturalmente representativa, resolvendo uma série de problemas funcionais, bioclimáticos, copresenciais, topoceptivos e simbólicos existentes hoje em dia, e que atrapalham substantivamente o desenvolvimento cotidiano das atividades produtivas e de lazer.

Administrativa e institucionalmente, encontram-se lançados uma série de princípios filosóficos e organizacionais vinculados ao planejamento estratégico que, sem dúvida, formalizam uma moldura com grandes potencialidades, capaz de alavancar propostas de planejamento como estas vinculadas ao Plano Diretor Urbano do município / cidade de São Mateus.

2.1.1) A versão coloquial do "município / cidade desejados"

Seminários e *workshops* realizados no município e na cidade de São Mateus com participação expressiva de sua população encaminharam certas representações de expectativas dessas pessoas em relação à cidade e ao município que a sedia. São imagens de uma utopia para município e cidade, que deve ser considerada um horizonte direcionando as ações da Prefeitura e da população, ainda que tal utopia jamais se concretize. Ela é, portanto, uma referência para organizar atuações e mostrar um caminho unindo esforços de todos os grupos de São Mateus, para se aproximarem desse sonho o quanto for possível. As estratégias e ações para concretização desse horizonte, assim como sua seqüência e programação de recursos financeiros, são objetos do capítulo subsequente. Nele se poderá relativizar este horizonte, verificando até onde, realmente, é possível chegar.

Numa versão coloquial, os atores envolvidos no processo de elaboração do Plano Diretor Urbano – PDU do município / cidade de São Mateus descreveram o "município e cidade desejados" nos termos que se seguem:

O "município e cidade desejados" tentarão encontrar um equilíbrio entre anseios de preservar aqueles valores vinculados ao meio ambiente natural, considerados fundamentais para garantir uma qualidade de vida boa (boa qualidade do ar, água abundante e despoluída, clima ameno a sem surpresas catastróficas, como secas e enchentes, conservação da biodiversidade etc.) e valores vinculados ao meio ambiente construído, considerados fundamentais para promover a identidade dos povos, a continuidade de sua tradição cultural etc. e necessidades de crescimento e desenvolvimento material visando a satisfação das necessidades mínimas na área das práticas sociais do cotidiano. Estas necessidades de crescimento e desenvolvimento encontrariam sustentação numa economia forte estruturada em torno da agricultura (unifamiliar, policultural, minifundiária etc.), da indústria (confecções, calçados, alimentos, mobília etc.) e dos serviços. Uma ênfase particular é dada à indústria do turismo, nas suas mais variadas formas (ecoturismo, agroturismo etc.). Uma relação da cidade de São Mateus integrada ao município, e aos municípios vizinhos, na forma de consórcios municipais, é desejada.

Um município onde exista uma substantiva oferta de emprego, nos mais diversos setores. Onde exista uma substantiva oferta de créditos, para os mais diferentes tipos de empreendimentos. Onde exista uma particular preocupação com a preservação do meio

ambiente, reflorestando trechos de seu território e monitorando a ocupação da faixa litorânea.

Neste "município / cidade desejados", assim estruturados, existiriam condições de se imaginar São Mateus como uma cidade solidária, com espaços urbanos ordenados, atrativos e limpos, com ruas largas e arborizadas, com parques, competitiva e eficiente, cidade de oportunidades, com novos padrões de referência em serviços de educação e saúde, cultura, equilíbrio social, respeitosa da coisa pública e do meio ambiente, consolidando o seu papel integrador do entorno a partir de sua constituição como pólo econômico e logístico da região. Uma cidade com um sistema educacional exemplar, com creches, escolas públicas, escolas profissionalizantes e universidades, que garanta a formação de seus cidadãos, mas garanta também uma educação ambiental, patrimonial e cultural, valorizando as manifestações culturais autôctonas e desenvolvendo a correspondente consciência cultural. Uma cidade com um sistema de transporte público funcionando, com uma rodoviária representativa e eficiente. Uma cidade com infra-estrutura plena e aqueles equipamentos (hospital, postos de saúde, cemitérios, miniCEASAS etc.) necessários a um cotidiano aprazível. Uma cidade voltada para a organização da produção no setor primário, uma cidade apta a investir trabalho e maisvalia no beneficiamento desta produção, uma cidade em condições de exportar matéria prima mas também exportar produtos agregados. Uma cidade sofisticada, que oferece aos seus moradores mas também a um contingente significativo de visitantes uma série de serviços vinculados ao usufruto de sua paisagem exuberante, das águas do rio São Mateus, límpidas e ricas em peixes, de sua fauna e flora de uma beleza peculiar, incentivando as atividades turísticas e de lazer.

A cidade de São Mateus deverá estruturar-se, portanto, a partir de um espaço urbano atrativo, bem organizado, com um sistema viário eficiente e suficientemente hierarquizado como para oferecer condições adequadas de circulação e transporte, com usos e formas de ocupação que se complementem e enriqueçam mutuamente ao invés de degradarem encostas e áreas de risco, ao invés de gerar conflitos, qualificando e fortalecendo a vida dos diferentes bairros, integrando os espaços públicos de modo que existam continuidades de tramas e passeios, qualificando estes espaços públicos do ponto de vista bioclimático, configurando espaços agradáveis, protegidos do sol e dos ventos, configurando estes mesmos espaços de modo de possibilitar a identificabilidade e orientabilidade da população que os usufrui, estruturando estes espaços de modo de promover a encontrabilidade espontânea das pessoas quando isso é considerado positivo, e/ou garantindo a intimidade das práticas sociais quando isso contribui para a qualidade de vida, organizando os espaços com expressividade quando pertinente, com cargas simbólicas quando de interesse coletivo etc.

Nesse sentido, a cidade de São Mateus deverá envidar esforços para preservar as características essenciais de sua área histórica. Deverão ser desenvolvidos, particularmente, esforços no sentido de formalizar uma legislação que mantenha, nessa área, as características essenciais, como volumetria, forma dos telhados, ritmos das fachadas, cores, vegetação, relação direta da área privada com as áreas públicas,

formato das ruas etc. Esta área histórica se estenderia desde a área do porto, hoje tombada, até o entorno da Igreja Velha e o cemitério, no início da Avenida João XXIII.

A cidade deve recuperar a sua relação lúdica com o rio São Mateus. Isso não só ocorrerá em função da revitalização da área histórica, mas também, e principalmente, a partir de uma intervenção na área ribeirinha que, além de sanear esta área, hoje ocupada por habitação sub-normal, a transforme num reduto de cais, bares e restaurantes sustentadores não só de uma vida boêmia diurna e noturna de relativa intensidade, mas também em um atrativo para atividades turísticas das mais diversas. Nesse sentido, esta intervenção urbanística daria continuidade à trama da área histórica, em direção ao norte e à BR 101, reforçando sua vitalidade e recuperando a "frente" da cidade para o rio. Poderia constituir-se em um dos projetos estruturantes da cidade, a ser resolvido em parceria entre a iniciativa privada e o poder público.

O centro do cotidiano da cidade seria estruturado como área mista, comercial e de serviços no triângulo (e adjacências) configurado pelas Avenidas João XIII, Jones dos Santos Neves e a BR 101. Ele existe hoje aproximadamente com estas características, e seria consagrado nestes termos, visando consolidar os objetivos em torno de uma forte identidade e uma clara orientabilidade dos usuários da cidade para com a mesma.

No trecho da cidade que corresponde à "prolongação" da Avenida Jones dos Santos Neves e seu encontro virtual com a BR 101, propõe-se uma segunda intervenção urbana de vulto que, a imagem e semelhança do novo cais do rio São Mateus, poderá se constituir em outro projeto estruturante da cidade, a ser projetado, administrado e financiado por parcerias entre a iniciativa privada e o poder público. Esta intervenção urbana sanearia um outro trecho da cidade que se encontra em situação de degradação. Imagina-se que poderia ser configurado um centro empresarial / hoteleiro / cultural, com prédios em altura, verticalizados, inseridos numa espécie de parque urbano. Esta intervenção ofereceria a grande chance de equacionar, de uma vez por todas, a "entrada" à cidade, hoje de difícil leitura e funcionalmente inadequada. Também marcaria de longe, para quem vem da capital do estado pela BR 101, que ali ocorre "alguma coisa" de importante, como a entrada a uma cidade importante. Esta especulação (a de que ali poderia ocorrer um centro empresarial) encontraria embasamento no potencial de crescimento econômico do município de São Mateus, tal como alinhavado nos itens correspondentes do diagnóstico e da especulação com os cenários de desenvolvimento sustentável.

Uma outra proposta alinhava o fato de se ter uma continuidade funcional entre as Avenidas João XXIII e José Tozzi (esta última é uma das poucas vias que atravessa praticamente toda a cidade no sentido norte/sul) e a Avenida Ayrton Senna, de modo a estabelecer uma acessibilidade mais direta entre os bairros setentrionais da cidade e seu centro, particularmente o porto, os cais projetados e a área histórica. Esta continuidade viária propiciará, concomitantemente, a consolidação do potencial de centralidade ao longo da Avenida Ayrton Senna.

Um terceiro projeto estruturante ocorreria na área atual do aeroporto, sendo que todas as cogitações ouvidas repropõem a sua localização, o que seria, em princípio, acertado,

pelos mais diversos motivos. Ele hoje, já, se configura como um obstáculo ao crescimento da cidade no sentido sul, no sentido à Pedra d´Água e Gururi. E, sem dúvida, essa é a tendência natural de crescimento. Sua remoção e reprojetação / implantação em local mais adequado, provavelmente como resultado de uma ampla negociação com os municípios vizinhos, em nível de consórcio, liberará uma área com potencial de centralidade para a alocação de equipamentos de interesse comunitário (um novo estádio, áreas esportivas, equipamentos de saúde e educacionais etc.) e para habitação coletiva e/ou unifamiliar e habitação de interesse social. Provavelmente os programas sociais que prevêem a remoção de populações hoje residentes em áreas de risco (fundos de vale, áreas com grandes declividades, áreas inundáveis etc.) encontrem neste trecho da cidade a área necessária para o reassentamento das mesmas.

A hierarquização viária proposta acompanha esta concepção da cidade, no sentido de garantir a acessibilidade aos pontos mais atrativos. Assim sendo, uma trama de vias principais atravessa a cidade no sentido norte/sul, organizando a área mista que oferece potencialidades de centralidade. Aqueles pontos de adensamento, onde a concentração de equipamentos pontua sub-centralidades possíveis, são os pontos onde vias principais transversais acentuam a acessibilidade prometida. A forma de articulação deste sistema de vias principais com a BR 101 deverá ser objeto de um projeto específico de engenharia, visando a eficiência funcional assim como uma fácil orientabilidade. Uma rede de vias secundárias e locais complementam a proposta, articulando os locais mais íntimos, amenos a bucólicos com a trama principal.

Em resumo, imagina-se uma cidade que ofereça um sustentáculo espacial saudável para organizar uma sociedade solidária e não egoísta, onde floresçam políticas para os idosos, para a juventude, para os deficientes, para as crianças. Onde os meios de comunicação sejam verdadeiros canais de educação. Onde exista um acesso ilimitado ás informações. Onde seja promovida a organização popular, como forma de superação das rixas políticas de grupos menores.

Uma cidade acolhedora.

Uma cidade com alegria de viver.

Uma cidade participativa e compenetrada com os seus destinos.

Uma cidade moderna sem deixar de ser humana...

O balneário de Guriri deveria estruturar-se em torno das 02/duas vias que hoje em dia organizam a cidade. Nesse sentido, a área mista proposta para o balneário, onde se localizariam prioritariamente o comércio, equipamentos, serviços etc. (com habitação coletiva nos andares superiores) ocorreria ao longo das Avenidas Guriri e Oceano Atlântico, e no seu entorno imediato.

As Figs. 86, 87 e 88, mostradas a seguir, registram de forma impressionista as especulações pontualmente assinaladas, formalizando graficamente este sonho, esta utopia, este horizonte, dando uma chance de imaginar o futuro da cidade e concretizar a sua discussão e desdobrar o objetivo central, as estratégias, programas e ações nele implícitos.



Fig 86: Representação Gráfica da "cidade desejada" / A unidade funcional São Mateus / Guriri

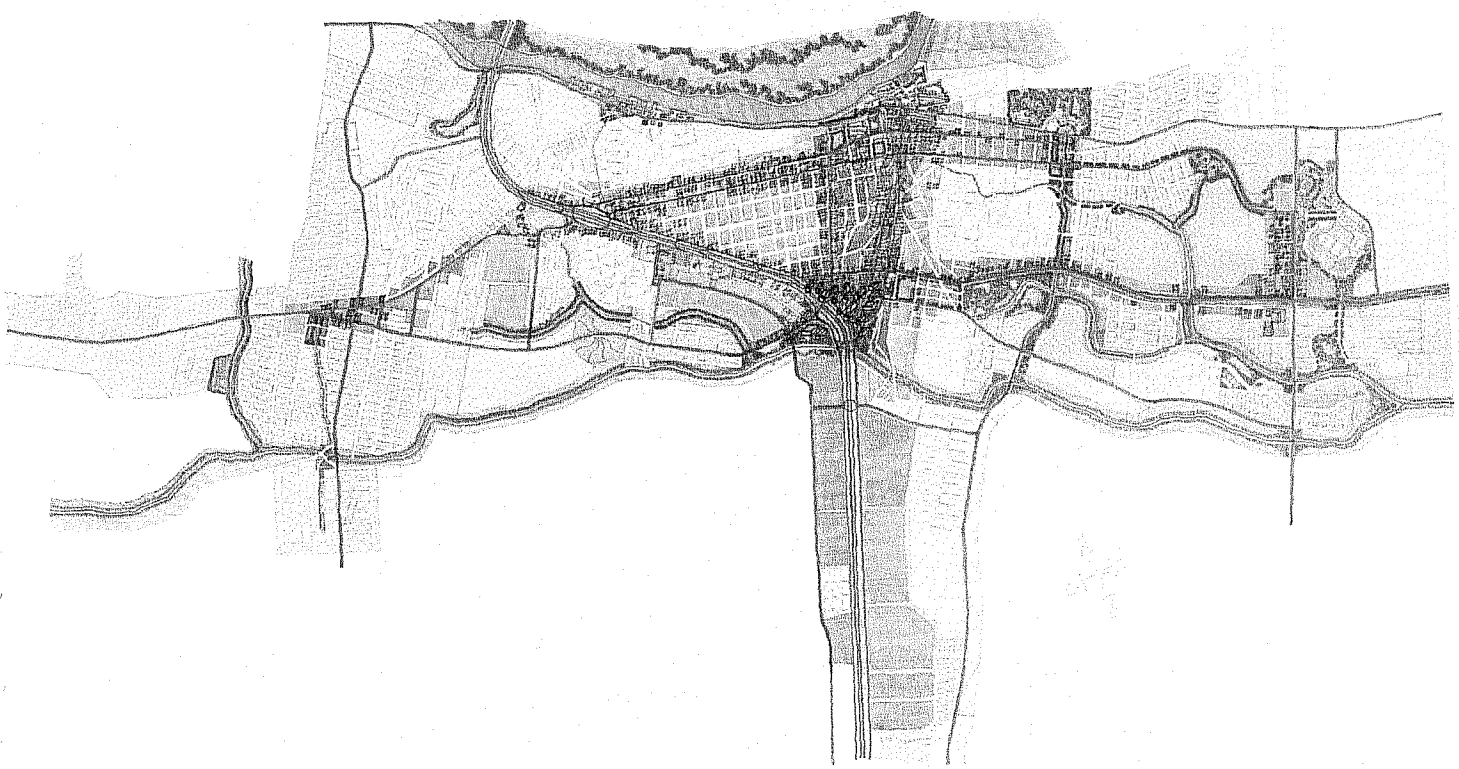


Fig 87: Representação Gráfica da "cidade desejada" / cidade de São Mateus



Fig 88: Representação Gráfica da "cidade desejada" / balneáriode Guriri

2.2) O objetivo central / a missão

Numa versão mais técnica, constitui-se em OBJETIVO CENTRAL / MISSÃO da cidade / município de São Mateus **PROMOVER CONSTANTE E PERMANENTEMENTE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA CIDADE E SEU ENTORNO MUNICIPAL**, entendendo por isto, por um lado

A PRESERVAÇÃO DO

- MEIO AMBIENTE NATURAL e do
- MEIO AMBIENTE PATRIMONIAL TANTO AO NÍVEL DE BENS CULTURAIS QUANTO DE IDENTIDADES SOCIAIS e

por outro lado,

A MELHORIA DE DESEMPENHO

- DA DIMENSÃO ECONÔMICA,
- DA DIMENSÃO GEOAMBIENTAL/FÍSICA,
- DA DIMENSÃO SOCIAL,
- DA DIMENSÃO INSTITUCIONAL

expressos na forma de UM DESENVOLVIMENTO

- ECONÔMICO,
- ESPACIAL
- SOCIAL
- INSTITUCIONAL
- NOS PADRÕES DE PRODUÇÃO E CONSUMO DA CIDADE E DO MUNICÍPIO, EM RELAÇÃO AOS CUSTOS E DESPERDÍCIOS E AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS URBANAS E RURAIS SUSTENTÁVEIS, E
- NO ESTÍMULO E APLICAÇÃO DE INSTRUMENTOS ECONÔMICOS NO GERENCIAMENTO DOS RECURSOS NATURAIS VISANDO A SUSTENTABILIDADE URBANA.

A missão / o objetivo central, estrutura-se em torno do conceito de desenvolvimento que engloba tanto os conceitos de preservação / conservação daqueles valores importantes para a consistência e seqüência cultural dos povos como os de mudança daqueles valores passíveis de melhoria da qualidade de vida. Desta consideração desdobra os princípios implícitos nos preceitos constitucionais, nos preceitos da Lei Orgânica Municipal e nos princípios explícitos na Agenda 21 e no Estatuto da Cidade.

A estruturação das diretrizes setoriais, das linhas estratégicas, dos programas e das ações a partir destes 04/quatro grandes grupos de valores: **o social, o econômico, o geoambiental / físico e o institucional / da gestão** não é nem gratuito nem aleatório, mas têm uma razão de ser muito consistente e explícita, resultante das argumentações colocadas.

2.3) A Política de Desenvolvimento e correspondentes Diretrizes.

2.3.1) A Política de Desenvolvimento

A política de desenvolvimento do município de São Mateus, tendo por base o que foi colocado pela população local nas oficinas e audiências públicas realizadas durante a elaboração deste Plano Diretor, está centrada em três pontos principais:

- **Equilíbrio** entre:
  - A preservação do Meio Ambiente natural, e dos valores vinculados ao meio ambiente construído, visando o fortalecimento da identidade local, e a preservação dos valores culturais; e
  - A necessidade de crescimento, e o desenvolvimento, não só econômico, como aquele intrínseco a qualquer localidade, baseado na satisfação das necessidades mínimas das relações sociais da população.
- **Estruturação** de uma economia forte, com bases sólidas em diferentes setores, a partir de atividades que induzam a oferta de empregos, a geração, e a distribuição de renda, e que tenham maior capacidade de controle, a partir de ações internas ao município.

  Objetivando atingir esses princípios, deverão ser incentivados:
  - O setor agrícola – com ênfase na agricultura unifamiliar, policultural e de estrutura minifundiária;
  - O setor industrial – com ênfase às indústrias de confecção, calçados, de mobiliário e aquelas relacionadas ao beneficiamento da produção local, visando agregação de valor à mesma.
  - O setor de serviços - com ênfase para o turismo, em modalidades que se adequem ao perfil da região, tais como o ecoturismo e o turismo recreativo.
- **Integração** da cidade de São Mateus ao restante do município e aos municípios vizinhos, nas dimensões físicas, econômicas, sociais e de gestão, sendo esta última notadamente por meio de consórcios municipais, para tratamento de questões regionais, ou que possam ter soluções otimizadas, quando do tratamento conjunto dos problemas.

A implantação dessa Política tem no Plano Diretor seu instrumento central e estratégico

2.3.2) As Diretrizes

As diretrizes para o desenvolvimento econômico e social, para a organização territorial e para a gestão municipal, são apresentadas a seguir.

Diretrizes de Desenvolvimento Econômico e Social

- desenvolver atividades rurais e urbanas de forma equilibrada, para garantir o bem-estar da população em geral;
- utilizar os recursos naturais de forma racional;
- preservar e recuperar o ambiente natural e construído;
- utilizar padrões de produção e consumo compatíveis com os limites de sustentabilidade ambiental, social e econômica;
- preservar áreas para exploração agrícola e pecuária, e estimular o desenvolvimento dessas atividades;
- estruturar, e desenvolver o setor do turismo, em acordo com as vocações locais e ao mercado potencial;
- distribuir de forma justa, entre toda a população rural e urbana, os ônus e benefícios decorrentes do desenvolvimento social e econômico.

Diretrizes de organização Territorial

- buscar o equilíbrio da distribuição populacional no território municipal;
- corrigir, e prevenir distorções de crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio natural;
- promover a regularização fundiária, e a urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda, desde que essas áreas sejam ambientalmente adequadas à ocupação;
- tratar de forma especial áreas de interesse urbanístico, social, cultural, ambiental e de utilização pública;
- compatibilizar infra-estruturas física, viária, social e de serviços, nas zonas urbana e rural;
- promover a ocupação da área rural com atividades diversas, tais como agropecuárias, agroindustriais, florestal e pesqueira, de modo a obter aproveitamento dos recursos hídricos, preservação do meio ambiente e bem estar social.

Diretrizes de Gestão Municipal

- efetivar a participação popular na gestão municipal;
- estruturar, e capacitar o setor público para o exercício de suas funções;
- buscar a formação de consórcios intermunicipais para tratamento de questões regionais, ou que sejam beneficiadas pela adoção de ações integradas;

- sistematizar as informações municipais, e disponibilizar acesso popular às mesmas;
- buscar a recuperação dos investimentos do Poder Público, notadamente nos casos de valorização de imóveis de propriedade privada;
- buscar a disponibilização de linhas de crédito para atividades econômicas estratégicas ao desenvolvimento econômico e social do Município;
- incentivar pesquisas e serviços de assistência técnica para fomento das atividades estratégicas, visando o desenvolvimento econômico e social do município, com destaque para as agro-silvo-pastoris.

O objetivo central e a correspondente política / diretrizes apontam para uma série de **linhas estratégicas**, em torno das quais serão promovidos os programas e as ações de preservação e de transformação e mudança.

2.3.3) As linhas estratégicas

As Linhas Estratégicas de Ação são aquelas que remetem ao objetivo central e que demandarão um conjunto de programas.

As Linhas estratégicas são 06/seis, a saber:

LEA 1 – Preservação do meio ambiente natural através da IMPLEMENTAÇÃO DE UMA GESTÃO AMBIENTAL EFICIENTE

LEA 2 – Preservação do meio patrimonial / antrópico / tanto em nível dos bens culturais quanto das identidades sociais, através da IMPLEMENTAÇÃO DE UMA GESTÃO PATRIMONIAL EFICIENTE.

LEA 3 – Melhoria do desempenho econômico através da CONSTRUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA DIMENSÃO ECONOMICA, PARTICULARMENTE DA COMPETITIVIDADE MUNICIPAL.

LEA 4 – Melhoria do desenvolvimento social, a partir da PRODUÇÃO DE UM DESENVOLVIMENTO NA DIMENSÃO SOCIAL, PARTICULARMENTE NAS ÁREAS DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DA SAÚDE E DA SEGURANÇA, DE QUALIDADE, PARA TODOS.

LEA 5 – Melhoria do desempenho geoambiental / físico, a partir da IMPLEMENTAÇÃO DE UMA GESTÃO URBANA EFICIENTE.

LEA 6 – Melhoria do desempenho político – institucional, a partir do FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS .

Cada uma destas Linhas Estratégicas de Ação é passível de ser desdobrada em **Programas Estratégicos de Ação**, visando a atingir o objetivo central. O conjunto dos programas estratégicos de ação constitui o Plano de Ação, tal como registrado a seguir.

Os programas estratégicos de ação

Cada uma das Linhas Estratégicas de Ação é constituída por Programas Estratégicos de Ação, nos termos que se seguem.

Eles são 51/cinqüenta e um, a saber:

LEA 1 – IMPLEMENTAÇÃO DE UMA GESTÃO AMBIENTAL EFICIENTE

PA1 – Criação de unidades de conservação no Município

Visa construir um sistema de gestão ambiental eficaz que contribua para o aproveitamento sustentável dos recursos naturais e a promoção do reflorestamento e a recuperação de áreas degradadas no município.

PA2 – Implementação de programas de educação ambiental

Visa implementar programas de educação ambiental para a construção de uma sociedade melhor informada e ativa, que saiba viver em harmonia com a natureza, garantindo um compromisso com o futuro.

PA3 – Promoção da recuperação e reflorestamento de áreas degradadas

Visa estabelecer um programa, com base em parcerias, para a recuperação e reflorestamento das áreas degradadas do município.

PA4 – Promoção de gestões para a elaboração do zoneamento ecológico econômico da região

Visa fazer gestões, junto aos organismos governamentais competentes, no sentido que seja elaborado o zoneamento ecológico econômico da região (quer dizer, do município de São Mateus e dos municípios vizinhos), a despeito da existência de um zoneamento ecológico econômico do litoral.

PA5 – Combate ao desmatamento

Visa promover um processo de articulação com os governos estadual e federal de forma a criar um mecanismo para fiscalizar e combater o desmatamento.

PA6 – Proteção dos recursos hídricos em especial das áreas urbanas

Visa elaborar um plano de proteção dos recursos hídricos, articulando-se com os organismos governamentais federais e estaduais responsáveis, bem como promover a construção de sistemas de esgotamento sanitário, de drenagem pluvial e de disposição final de resíduos sólidos, bem como a recuperação de áreas de preservação permanente.Nesse sentido, a constituição do Comitê da Bacia do Rio São Mateus, assim como a construção das ETE's e aterros sanitários são contribuições fundamentais neste sentido.

PA7 – Combate aos incêndios florestais

Visa promover um processo de articulação com organismos governamentais, com a participação de organizações não governamentais e proprietários, de forma a criar uma estrutura de combate aos incêndios florestais.

LEA 2 – IMPLEMENTAÇÃO DE UMA GESTÃO PATRIMONIAL EFICIENTE

PA8 – Preservação das substâncias e ambiências cultural e historicamente relevantes

Visa elaborar planos e projetos destinados a incentivar a proteção ao patrimônio cultural, existente na área do porto e adjacências, de forma a preservar o núcleo original da fundação da cidade e sua própria história.

PA9 - Implementação de um programa de educação patrimonial

Visa implementar um programa de educação patrimonial para a construção de uma sociedade melhor informada e ativa, que saiba dar valor à sua história, garantindo um compromisso com o futuro.

PA10 – Implementação de programa de conhecimento e valorização cultural

Visa implementar um programa de conhecimento e valorização cultural para a construção de uma sociedade melhor informada e ativa, que saiba dar valor à sua cultura, garantindo um compromisso com o futuro.

LEA 3 – CONSTRUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA DIMENSÃO ECONÔMICA, PARTICULARMENTE DA COMPETITIVIDADE ECONÔMICA MUNICIPAL

PA11 – Reestruturação e consolidação da base produtiva local

Visa criar as condições favoráveis para que a base produtiva municipal possa se reestruturar, diversificar e verticalizar, agregando valor à produção local e ampliando a sua competitividade.

PA12 – Diversificação e verticalização da produção no setor primário

Visa ampliar as possibilidades de exploração da pesca, pecuária de corte e leite, fruticultura, madeira, grãos etc. com ênfase para as pequenas e médias propriedades, com o melhor aproveitamento das suas potencialidades, incremento da produtividade e competitividade e aumento das oportunidades de trabalho e geração de renda. Visa aproveitar os recursos hídricos do município e o litoral, substituindo a atividade pesqueira, que é predatória, com a requalificação dos profissionais envolvidos, pela piscicultura, atividade geradora de emprego, que pode ser desenvolvida durante todo o ano. Objetivo semelhante deve ser perseguido em relação às culturas do camarão e do caranguejo.

PA13 – Desenvolvimento rural integrado e fortalecimento do setor agro-industrial

Visa possibilitar aos agricultores um desenvolvimento integrado por meio do ordenamento rural e estímulo à agroindústria, agregação de valor à produção agrícola e diversificação da base produtiva rural, eliminando a exploração insustentável dos recursos naturais.

PA14 – Ampliar e fiscalizar a extração de matérias primas vegetais e minerais

Visa promover ações de articulação entre os setores públicos e privados no sentido de elaborar políticas consistentes para a exploração das jazidas regionais (mármores, granitos, sal gema, água mineral etc.), em fase inicial de exploração.

PA15 – Fortalecimento da agricultura familiar e do pequeno produtor

Visa aproveitar o potencial agrícola do município, viabilizando a utilização das pequenas propriedades e a agricultura familiar com geração de emprego e renda.

PA16 – Ampliação da assistência técnica e a extensão rural

Visa fazer gestões junto aos organismos de assistência técnica e extensão rural para a obtenção de assessoramento e orientação adequados à região, de forma a viabilizar sua capacidade de produção.

PA17 – Regularização da estrutura fundiária

Visa promover a criação de estrutura intergovernamental destinada a orientar o processo de regularização fundiária das terras públicas federais, estaduais e municipais, das áreas de propriedade privada, incluídas as áreas de preservação permanente. Neste item devem ser incluídas as preocupações com a regularização das sedes distritais e outros "aglomerados urbanos" que, apesar de tais características, ocorrem em solo rural, do ponto de vista fundiário.

PA18 – Incentivo à indústria da construção

Visa incentivar a indústria da construção civil, grande absorvedora de mão-de-obra e geradora de empregos, atendendo às áreas habitacionais, seja na recuperação das habitações sub-normais, seja na construção de conjuntos habitacionais para populações de baixa renda, seja incentivando processos de verticalização em áreas da cidade.

PA19 – Incentivo e promoção das atividades no setor turístico

Visa reconhecer e localizar de forma sistemática as áreas apropriadas para o turismo no município, para possibilitar a promoção de ações necessárias ao desenvolvimento do turismo. Promover condições adequadas para atrair investidores e turistas, por meio da melhoria da acessibilidade aos pontos turísticos, do saneamento ambiental, da limpeza urbana, da sinalização turística, da implantação de pontos de informações turísticas e do estímulo à instalação de equipamentos turísticos por parte da iniciativa privada e ainda, com destaque para o turismo de praia, náutico e de pesca esportiva. Merece destaque o turismo em torno do patrimônio histórico e cultural. Merece destaque a necessidade em formar mão-de-obra especializada. Referência aos consórcios municipais.

PA20 – Incentivo ao setor de serviços

Visa promover ações no sentido de incentivar o setor de serviços, com destaque para a informática, pesquisa, "marketing" e assistência técnica.

PA21 – Ampliação das linhas de acesso ao crédito e microcrédito

Visa fazer gestão junto aos diversos organismos de crédito de forma a facilitar e ampliar as linhas de acesso ao crédito e ao microcrédito. Isso vale para os setores primário

(agricultura), secundário (indústria da construção) e terciário, micro e pequenas empresas).

PA22 – Fortalecimento da infra-estrutura de transporte e armazenagem do município

Visa expandir e consolidar a malha intermodal de transporte do município, assim como a sua capacidade de armazenagem, contribuindo para o aumento da competitividade sistêmica da região, sua integração na economia regional, estadual e nacional e a melhoria da acessibilidade da população. Referência aos consórcios municipais.

PA23 - Ampliação da estrutura de abastecimento de energia elétrica e dos meios de comunicação

Visa aumentar a rede de fornecimento de energia elétrica e o sistema de telecomunicações para a região de modo a melhorar a qualidade de vida da população e elevar a competitividade da economia regional. Nesse sentido, o projeto de construção de uma usina termoelétrica, utilizando o gás natural e em consórcio municipal, é uma iniciativa nesta direção.

PA24 – Desenvolvimento de C & T

Visa promover o desenvolvimento tecnológico e a difusão de tecnologias adequadas às condições e prioridades regionais, de modo a viabilizar a competitividade e o aproveitamento racional e sustentável dos recursos naturais do município.

LEA 4 – PRODUÇÃO DE UM DESENVOLVIMENTO NA DIMENSÃO SOCIAL, PARTICULARMENTE NAS ÁREAS DA HABITAÇÃO, EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, SAÚDE E SEGURANÇA PÚBLICA, DE QUALIDADE, PARA TODOS

HABITAÇÃO

PA25 - Elaboração de política habitacional para remoção de habitação sub-normal em áreas de risco

A inexistência de oferta adequada de solo para as demandas da população de baixa renda levou-as a se instalarem em áreas vazias, não ocupadas. Estas áreas encontravam-se vazias devido aos mais diversos motivos. Um destes é o fato das mesmas se constituírem em áreas de risco, devido à existência de declividades acentuadas, por serem áreas pantanosas, de brejo, inundáveis, de preservação etc. A habitação sub-normal assim configurada deverá ser identificada e removida para áreas onde este risco inexiste. Esta identificação e remoção deverá ser formalizada a partir de uma política habitacional, de modo que as mesmas ocorram sem maiores traumas sociais, representando uma melhoria na qualidade de vida das populações envolvidas.

PA26 – Elaboração de uma política para melhoria da urbanização de habitação sub-normal em condições de serem regularizadas

A inexistência de oferta adequada de solo para as demandas da população de baixa renda levou-as a se instalarem em áreas vazias, não ocupadas. Estas áreas encontravam-se vazias devido aos mais diversos motivos. Quando estes motivos não são de risco e são contornáveis (questões fundiárias etc.), é possível e de interesse social

formalizar uma política habitacional e uma política de urbanização que fixe as populações envolvidas ao *locus* nas quais se encontram e em relação ao qual desenvolveram relações econômicas e emocionais.

EDUCAÇÃO

PA27 – Universalização do acesso à educação

Visa propiciar a todas as crianças e adolescentes o acesso à escolaridade do ensino fundamental, iniciando pelo pré-escolar, permitindo aos adolescentes e jovens uma escolaridade mínima, que lhes permita a inserção favorável no mercado de trabalho, e possibilitando aos adultos as condições de melhorar a qualificação, implicando a escolarização necessária para uma qualificação mínima para o trabalho.

PA28 – Qualificação profissional para o desenvolvimento de empreendedores

Visa ofertar oportunidade de qualificação profissional para desempregados, produtores, empresários, jovens em vias de inserção no mercado ou trabalhadores necessitados de requalificação visando o desenvolvimento do município.(com destaque na preparação de mão-de-obra para o desenvolvimento do turismo).

PA29 – Combate e erradicação do analfabetismo

Visa promover programas de combate ao analfabetismo de crianças, jovens e adultos, podendo ser feitos em parceria, através de convênios com instituições de ensino e da mobilização de voluntários. Devem ser cursos flexíveis, e a seriação pode ser modular: o aluno é promovido de acordo com o nível de conhecimento acumulado, independente da época do ano. Cursos profissionalizantes podem ser oferecidos em conjunto com estes programas.

CULTURA E ESPORTE

PA30 – Desenvolvimento e promoção da cultura local / regional

Visa desenvolver e promover as manifestações culturais locais e regionais, em particular os "sabores populares", as tradições culinárias e o artesanato, qualificando não só os setores culturais, mas também os setores comerciais e turísticos.

PA31 – Desenvolvimento da cultura e dos desportos

Visa propiciar a todos, mas particularmente aos jovens, a possibilidade de se desenvolver física e culturalmente, e fomentar o desenvolvimento da cultura, dos costumes e das tradições locais.

SAÚDE

PA32 – Ampliação e consolidação a estrutura física para a saúde (rede integrada e hierarquizada)

Visa implementar um sistema de saúde pública integrado e moderno, com fortalecimento das ações preventivas, elevando a sua eficiência e efetividade, de modo a melhorar a qualidade de vida da população.

PA33 – Implantação de um sistema de vigilância sanitária e epidemiológica

Visa ampliar o serviço de vigilância sanitária local e implantar o serviço de epidemiologia, a fim de controlar a possibilidade de surtos epidemiológicos e estresses advindos da falta de boas condições sanitárias no município.

PA34 – Criação de serviços especializados de saúde

Visa ampliar o atendimento especializado por meio da assistência ao idoso e ao público materno-infantil, por meio da implantação de programas e dotação orçamentária para construir ou aproveitar espaços físicos apropriados.

PA35 – Ampliação e modernização dos serviços de urgência e emergência

Visa melhorar o atendimento e a eficiência nos serviços de emergência, dotando o hospital público local de uma unidade de emergência compatível com a demanda local e regional.

PA36 – Criação de serviços especializados de saúde do trabalhador

Visa garantir a saúde do trabalhador e compreende um conjunto de ações de vigilância e assistência que promova, proteja, recupere e reabilite a saúde dos trabalhadores submetidos a riscos e agravos advindos dos processos de trabalho.

SEGURANÇA PÚBLICA

PA37 – Melhoria da infra-estrutura e capacitação do sistema policial

Visa, concomitantemente, ampliar a segurança pública na região, com a melhoria do sistema de segurança e a transformação das instituições policiais em instrumento de formação da cidadania.

LEA 5 – IMPLEMENTAÇÃO DE UMA GESTÃO URBANA EFICIENTE

PA38 – Organização do território do município a partir de um macrozoneamento de usos e ocupações

Visa organizar os usos e ocupações do município a partir de um macrozoneamento, de modo a qualificar e caracterizar diversos trechos do mesmo como aptos à ocupação com atividades rurais, aptos à ocupação com atividades urbanas e de interesse do ponto de vista de sua preservação ambiental. Particularmente, cabe a definição das áreas urbanas das sedes dos distritos e outros "aglomerados urbanos", visando a sua regularização fundiária.

PA39 – Instalação de infra-estrutura básica

Visa promover a ampliação e melhoria da infra-estrutura básica, correspondente aos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, rede de esgoto sanitário e abastecimento de água potável, e de energia elétrica pública e domiciliar e as vias de circulação

PA40 – Implantação de equipamentos comunitários e infra-estrutura dos serviços sociais

Visa promover a ampliação e melhoria da infra-estrutura e dos serviços sociais urbanos e rurais de modo a construir um município com qualidade de vida e proteção social aos

segmentos sociais em situação de vulnerabilidade. Particularmente, garantir um transporte público eficiente e de qualidade.

PA41 – Organização da configuração urbana a partir da dimensão funcional

Visa correlacionar expectativas de adequação e eficiência dos espaços urbanos (entendidos como estruturas físico-espaciais) e respectivas infra-estruturas (físicas) às atividades pragmáticas que as sociedades humanas desenvolvem ou pretendem desenvolver neles, tradicionalmente relacionadas aos processos econômicos de produção, distribuição e consumo e que nos fornecem os clássicos conceitos de trabalhar, morar, circular, descansar, abastecer-se, divertir-se etc. Esta adequabilidade e eficiência se expressa na forma de um zoneamento de usos e ocupações, verificando onde é de interesse preservar certos usos, onde é de interesse dinamizar certos usos, priorizar o uso residencial / habitacional, priorizar o uso comercial, o uso industrial etc.

PA42 – Organização da configuração urbana a partir da dimensão bioclimática

Visa correlacionar expectativas de conforto físico das sociedades humanas com as características climáticas do meio no qual estas se encontram, e onde a forma dos lugares tem condições de acentuar, potencializar, consolidar, amenizar, minorar etc. as correspondentes sensações fisiológicas / mentais. Assim, os atributos dos espaços dos aglomerados selecionados pela leitura dessa dimensão são incidentes, direta ou indiretamente, nos sentidos do tato (via epiderme e pleura), em função do conforto higrotérmico e da boa qualidade que o ar possa proporcionar; da visão, em função do conforto luminoso que o meio ambiente possa proporcionar; da audição, em função do conforto acústico possibilitado pelo meio ambiente; e, com menor relevância, pelos sentidos do olfato e do gosto.

PA43 – Organização da configuração urbana a partir da dimensão copresencial

Tem como objetivo o estudo das relações entre configurações espaciais e sistemas de interação entre pessoas. O principal axioma dessa dimensão é que a organização do espaço é função da forma de solidariedade social, esta última sob conotação muito específica: não se trata de apoio ou empatia mútuos, mas de um conceito referente a maneiras de organização de grupos em sociedade, em termos de seu tamanho, a intensidade de como se realizam no tempo, os tipos de atividades que levam a sua manifestação como grupo, os tipos de lugares nos quais se materializam, as formas de encontro, as maneiras em que se trocam informações etc. Nessa dimensão procura-se relacionar a forma do espaço arquitetônico a essas maneiras de organização grupal, e para isto necessitamos realizar uma leitura específica, tanto dos espaços quanto da sociedade, onde a arquitetura é vista como *sistema de barreiras e permeabilidades* ao movimento das pessoas e, a sociedade, como *sistemas de encontros* interpessoais.

PA44 – Organização da configuração urbana a partir da dimensão topoceptiva

Visa correlacionar a forma física dos espaços a expectativas sociais por orientação nos lugares, e identificação dos mesmos. A leitura do espaço realizada por esta dimensão seleciona certos atributos captados pela percepção dos indivíduos (onde sobressai a componente visual) que são diretamente responsáveis pelas noções topoceptivas

básicas: a topológica (de situação do corpo no espaço, a partir de suas vizinhanças e distanciamentos aos limites do mesmo) e a perspectiva (de composição da cena contida nos campos visuais do observador ou usuário).

PA45 – Organização da configuração urbana a partir da dimensão expressivo – simbólica

Tem por objetivo o estudo das relações entre formas espaciais e expectativas sociais em torno do prazer ou bem estar emocional, em termos de afirmação, nesta área, do indivíduo enquanto ser humano. A dimensão expressivo-simbólica lida com dois sentidos das possibilidades que os lugares têm de afetarem emocionalmente as pessoas : estabelecendo um vínculo afetivo (teoria dos afetos) e construindo um significado (teoria dos signos). De certa maneira, formaliza as implicações "artísticas" das diferentes configurações urbanas, como contribuição essencial à construção de uma cultura.

PA46 – Organização da configuração urbana a partir da dimensão econômico – financeira

Tem por objetivo o estudo do consumo de recursos (materiais e energéticos) quantificados em moeda e, portanto, representativos de custos, necessários à materialização (produção e manutenção) de bens e serviços, em nosso caso do espaço urbano, relativizados quanto ao número de pessoas envolvidas e ao tempo despendido para tal. Preocupa-se com atributos dos lugares incidentes em custos de sua construção (apreciados preferencialmente mais no estágio de sua produção e menos no estágio da avaliação de desempenho do objeto construído) tanto quanto, e principalmente, em custos de sua manutenção e reforma / substituição, os quais, via de regra, seguem rumos diferenciados e até antagônicos.

LEA 6 – FORTALECIMENTO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL

PA 47 – Modernização do serviço público

Visa implementar um processo de reestruturação, modernização e melhoria da qualidade do serviço público do Município, como forma de elevar a eficiência e eficácia da gestão e execução de programas, projetos e atividades, contribuindo para a melhoria da prestação dos serviços a população e para o desenvolvimento municipal.

PA 48 – Promoção da organização social

Visa fortalecer a organização da sociedade de forma a melhorar os mecanismos de participação social na formulação e execução das políticas públicas e seus respectivos programas , contribuindo para a democratização e para a efetividade das ações .

PA 49 – Conscientização do cidadão

Visa criar condições para a elevação da consciência e responsabilidade do cidadão e a ampliação dos espaços de participação e acompanhamento da gestão pública no Município.

PA 50 – Criação e implantação de um Sistema de Planejamento Municipal

Visa organizar e implementar um sistema de planejamento que coordene e articule as as ações de todas as instâncias envolvidas com a implementação Linhas Estratégicas e

seus respectivos programas (Programas Estratégicos de Ação) . Particularmente a importância deste sistema é o fato dele oferecer oportunidades de monitoramento das ações referentes aos projetos ou atividades e o correspondente *feed-back*, ratificando e/ou retificando a direção na qual se está dando à política de desenvolvimento e expansão urbana do Município / cidade.

PA 51 – Implantação de um Sistema de Informações Municipal

Visa produzir, sistematizar, organizar e disponibilizar informações de interesse do cidadão e dos técnicos da Prefeitura Municipal, para atender o processo de planejamento e gestão municipal, para o monitoramento e acompanhamento dos programas e respectivos projetos e atividades de implementação da política de desenvolvimento e expansão urbana.

4 OS INSTRUMENTOS/PROJETOS ESTRATÉGICOS PARA A IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

Os Projetos Estratégicos de Ação

Cada um dos Programas Estratégicos de Ação desdobra-se em uma série de Ações com seus respectivos Projetos Estratégicos.

Eles são 166, a saber:

PA1 – Criação de unidades de conservação no Município

PEA 1.1 – Fazer levantamento de todos os trechos do município, particularmente os da zona litorânea, que apresentem atributos de interesse ambiental. Fazer uma avaliação ecológica – econômica.

PEA 1.2 – Fortalecer os mecanismos de fiscalização ambiental e sua estrutura física.

PEA 1.3 – Criar e instalar a unidade de conservação de Barra Nova do ponto de vista substantivo e legal.

PEA 1.4 – Criar e instalar o Parque Ecológico Municipal Kiri-Kerê às margens da rodovia BR 101, do ponto de vista substantivo e legal.

PEA 1.5 – Instalar a Reserva Ecológica Córrego do Jacarandá (ato de criação: 5.427 de 28/07/97).

PEA 1.6 – Instalar a Estação Ecológica de Barra Nova (ato de criação: 001 de 05/04/90).

PEA 1.7 – Ampliar os limites da APA – Área de Preservação Ambiental de Conceição da Barra dentro do Município de São Mateus, até os limites da Estação Ecológica de Barra Nova.

PA2 – Implementação de programas de educação ambiental

PEA 2.1 – Desenvolver trabalho de conscientização, educação ambiental e fiscalização junto à população extrativista ribeirinha.

PEA 2.2 – Desenvolver trabalho de conscientização, educação ambiental junto à população do município para a implementação da coleta seletiva de resíduos sólidos, incentivando a coleta e comercialização de materiais recicláveis.

PEA 2.3 – Implementar projeto de apoio aos catadores de caranguejo de forma a promover a preservação dos manguezais.

PA3 – Promoção da recuperação e reflorestamento de áreas degradadas

PEA 3.1 – Fazer levantamento de todos os trechos do município, que apresentem características de degradação ambiental.

PEA 3.2 – Elaborar planos de recuperação, reflorestamento e manejo para estas áreas.

PEA 3.3 – Recuperar áreas de restinga por meio de plantio de espécies nativas, notadamente, por aroeira - pimenta rosa.

PEA 3.4 – Desativar o Lixão e recuperar a área do bairro Liberdade.

PEA 3.5 – Desapropriar as margens do rio Mariricu em Barra Nova que sofrem com processo erosivo avançado e promover a contenção da erosão.

PA4 – Promoção de gestões para a elaboração do zoneamento ecológico econômico da região

PA5 – Combate ao desmatamento

PA6 – Proteção dos recursos hídricos em especial das áreas urbanas

PEA 6.1 – Desenvolver trabalho de conscientização, educação ambiental junto às comunidades do interior visando ao uso sustentável dos recursos hídricos e a despoluição/revitalização das nascentes.

PEA 6.2 – Implementar o projeto "Adote uma Área Verde", visando a recuperação e preservação das margens dos diversos cursos d'água presentes na sede do município.

PA7 – Combate aos incêndios florestais

PA8 – Preservação das substâncias e ambiências cultural e historicamente relevantes

PEA 8.1 – Criar um sistema de normas que adeqüe as novas construções ao formato das construções históricas existentes.

PEA 8.2 – Fortalecer os mecanismos de fiscalização patrimonial e sua estrutura física.

PEA 8.3 – Criar mecanismos de compensação financeira para quem preservar o patrimônio de sua propriedade.

PEA 8.4 – Promover a valorização e revitalização da área do Porto Histórico de São Mateus de forma a fazê-la parte integrante do cotidiano da cidade.

PA9 - Implementação de programa de educação patrimonial

PEA 9.1 – Definição de processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural do município, junto a toda a população, de forma a promover o conhecimento, a apropriação e a valorização de sua herança cultural.

PA10 - Implementação de programa de conhecimento e valorização da cultura local

PEA 10.1 – Desenvolver projeto de valorização das pequenas comunidades ribeirinhas através de exploração turística que respeite os recursos humanos, culturais e naturais locais.

PEA 10.2 – Desenvolver projeto de valorização da cultura negra.

PEA 10.3 – Pesquisa das condições existenciais dos remanescentes de quilombos.

PA11 – Reestruturação e consolidação da base produtiva local

PEA 11.1 – Promover estudos sobre as condições de produção local.

PEA 11.2 – Promover estudo de viabilidade econômica das novas propostas.

PA12 – Diversificação e verticalização da produção no setor primário.

PEA 12.1 – Criar um selo de qualidade da produção agrícola local.

PEA 12.2 – Disseminar o conhecimento necessário na verticalização das produções locais.

PA13 – Desenvolvimento rural integrado e fortalecimento do setor agro-industrial.

PEA 13.1 – Aumentar o orçamento agrícola municipal.

PEA 13.2 – Implementar o PMDR – Plano Municipal de Desenvolvimento Rural.

PEA 13.3 – Formar o CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

PEA 13.4 – Priorizar a manutenção e recuperação dos recursos hídricos notadamente por meio da conservação de solos, recuperação de estradas de forma a aproveitar as águas pluviais e reflorestamento econômico.

PEA 13.5 – Promover e adensar a cadeia produtiva da pesca e aqüicultura.

PEA 13.6 – Promover e adensar a cadeia produtiva da pecuária de corte e de leite.

PEA 13.7 – Direcionar crédito para a bovinocultura por meio de aquisição de matrizes, construção de cercas e currais, implantação e recuperação de pastagens e capineira.

PEA 13.8 – Incentivar a criação de núcleos comunitários de inseminação artificial.

PEA 13.9 – Promover e adensar a cadeia produtiva da fruticultura

PEA 13.10 – Adensar a cadeia produtiva da madeira

PEA 13.11 – Adensar a cadeia produtiva de outros produtos comercializáveis do município (café, pimenta do reino, pimenta da aroeira, macadâmia etc.)

PEA 13.12 – Adensar a cadeia produtiva de grãos.

PEA 13.13 – Garantir investimentos em infra-estrutura, notadamente em terreiros e secadores, galpões, armazéns, máquinas, equipamentos e veículos.

PEA 13.14 – Reivindicar e fortalecer os mecanismos municipais da reforma agrária.

PEA 13.15 – Produção e disponibilização de sementes.

PEA 13.16 – Promover a agropecuária orgânica.

PEA 13.17 – Implementar o projeto de desenvolvimento da maricultura.

PEA 13.18 – Implantar o CEASA Norte Regional como base para os municípios do Norte do Espírito Santo, do Sul da Bahia e do leste de Minas Gerais.

PEA 13.19 – Desenvolver projetos de saúde para as comunidades rurais.

PEA 13.20 – Desenvolver projetos de educação para as comunidades rurais.

PEA 13.21 – Desenvolver projetos de lazer para as comunidades rurais.

PA14 – Ampliar e fiscalizar a extração de matérias primas vegetais e minerais.

PA15 – Fortalecimento da agricultura familiar e do pequeno produtor.

PEA 15.1 – Instalar o Fundo de Aval de forma a oferecer garantias ao pequeno produtor que busca a ajuda de agentes oficiais de crédito.

PEA 15.2 – Criar centros de treinamento para a família rural.

PEA 15.3 – Promover a integração de pequenos produtores com a sede do município.

PEA 15.4 – Estimular o consumo de produtos locais.

PA16 – Ampliação da assistência técnica e a extensão rural.

PA17 – Regularização da estrutura fundiária.

PA18 – Incentivo à indústria da construção.

PA19 – Incentivo e promoção das atividades no setor turístico

PEA 19.1 – Sensibilizar toda a população sobre o potencial turístico de São Mateus e conscientizá-la da importância do turismo como atividade econômica geradora de emprego e renda.

PEA 19.2 – Criar centrais de informações ao turista em São Mateus, Guriri e Barra Nova.

PEA 19.3 – Capacitação e qualificação de mão de obra especializada para o turismo.

PEA 19.4 – Reurbanização da Praia de Guriri, para fins de preservação ambiental, embelezamento, lazer, práticas desportivas, melhoria de qualidade de vida da população e como forte ponto de atração turística.

PEA 19.5 – Implementação do agroturismo no distrito de Nativo da Barra Nova.

PEA 19.6 – Instalação de Núcleo Receptivo de Turismo em São Mateus.

PEA 19.7 – Criação de infra-estrutura turística em Barra Nova através da instalação de Núcleo de Apoio Turístico - que deverá abrigar os equipamentos de estruturação dos atrativos turísticos da região. O Núcleo de Apoio Turístico será

responsável pelo ordenamento e monitoramento das visitas às áreas protegidas. Poderá também abrigar organismos gestores dos bens naturais existentes.

PEA 19.8 – Instalação de Terminais Turísticos - pequenas estruturas de apoio que comparecem como um local de descanso e refeições; que podem estar associados a pontos de saída de embarcações de passeio - em locais a serem definidos.

PEA 19.9 – Implementação de consórcio turístico da Região Norte do Espírito Santo.

PEA 19.10 – Definição e instituição de Circuitos Turísticos que sejam complementados pelos diversos atrativos turísticos do Norte do Estado. Os circuitos deverão ser instituídos em localidades que apresentem atrativos similares e com capacidade de atração próprias, e que por suas características incentivem o deslocamento do turista através de determinados percursos.

PEA 19.11 – Definição de selos de qualidade para os serviços turísticos.

PEA 19.12 – Implementação do Programa "Cama e Café" no município.

PEA 19.13 – Implantação de transporte especial para realizar circuitos turísticos no município.

PEA 19.14 – Implantação de um sistema de informações turísticas.

PEA 19.15 – Divulgação turística de São Mateus.

PEA 19.16 – Implementação do projeto de criação de recifes artificiais marinhos.

PEA 19.17 – Desenvolver projeto para a criação de passarela ecológica e mirante conforme proposto pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

PA20 – Incentivo ao setor de serviços

PA21 – Ampliação das linhas de acesso ao crédito e microcrédito

PA22 – Fortalecimento da infra-estrutura de transporte e armazenagem do município

PEA 22.1 – Implementar um sistema multimodal de transportes (aeroviário, rodoviário e hidroviário), incluindo a manutenção da malha de estradas vicinais.

PEA 22.2 – Pavimentar as estradas que ligam a cidade ao esquema viário federal.

PEA 22.3 – Ampliar a capacidade de armazenamento e comercialização de produtos locais.

PA23 - Ampliação da estrutura de abastecimento de energia elétrica e dos meios de comunicação

PEA 23.1 – Expandir e melhorar o sistema urbano de fornecimento de energia elétrica

PEA 23.2 – Ampliar o Programa "Luz no Campo" de forma a aumentar o número de propriedades rurais com eletrificação rural.

PEA 23.3 – Ampliar a rede de telecomunicações do município

PA24 – Desenvolvimento de C & T

PEA 24.1 – Criar um sistema municipal articulado de produção e disseminação de C&T

PEA 24.2 – Difundir tecnologias apropriadas para a agricultura familiar e orgânica. Verificar as implicações da aplicação de técnicas de permacultura.

PEA 24.3 – Disseminar tecnologias apropriadas para o reflorestamento e manejo florestal

PEA 24.4 – Disseminar tecnologia apropriada para a pesca, aqüicultura e silvicultura

PEA 24.5 – Disseminar tecnologias apropriadas para a extração mineral

PEA 24.6 – Desenvolver e disseminar tecnologias apropriadas para o turismo e ecoturismo

PEA 24.7 – Desenvolver o inventario da biodiversidade local.

PEA 24.8 – Inventariar os "saberes populares" assim como as tradições e culinária do município e do artesanato

PEA 24.9 – Implantar laboratório avançado de estudos marinhos na Plataforma de Cação (PCA2), após a sua desativação.

PA25 - Elaboração de política habitacional para remoção de habitação sub-normal em áreas de risco

PEA 25.1 – Desenvolver programas habitacionais para a sede dos municípios.

PEA 25.2 – Desenvolver plano de remoção das populações instaladas nas encostas e na beira dos córregos em área urbana.

PA26 – Elaboração de uma política para melhoria da urbanização de habitação sub-normal em condições de serem regularizadas

PA27 – Universalização do acesso à educação

PEA 27.1 – Ampliar o número de equipamentos educacionais.

PEA 27.2 – Universalizar a matrícula de crianças entre 7 e 14 anos em escolas públicas municipais em área urbana e rural.

PEA 27.3 – Valorização e qualificação da carreira do magistério.

PEA 27.4 – Formação e capacitação continuada de professores do ensino básico.

PA28 – Qualificação profissional para o desenvolvimento de empreendedores

PA29 – Combate e erradicação do analfabetismo

PEA 29.1 – Incentivo às iniciativas de alfabetização pelos movimentos populares locais.

PEA 29.2 – Qualificação de estudantes universitários para alfabetização de jovens e adultos.

PEA 29.3 – Apoiar empresários na implementação de projetos de erradicação do analfabetismo no local de trabalho.

PA30 – Desenvolvimento e promoção da cultura local/regional.

PEA 30.1 – Valorizar e divulgar o Festival de Teatro Amador, Festival de Cinema e da Semana da Arte com vistas a conferir-lhes escala de atratividade regional.

PEA 30.2 – Inventariar as práticas produtivas tradicionais ligadas ao mercado informal.

PEA 30.3 – Procurar inserir a produção cultural local em mercados específicos.

PA31 – Desenvolvimento da cultura e dos desportos

PEA 31.3 – Recuperar as áreas comunitárias de esporte e lazer.

PEA 31.2 – Atender a demanda por novas áreas comunitárias de esporte e lazer.

PA32 – Ampliação e consolidação da estrutura física para a saúde (rede integrada e hierarquizada)

PEA 32.1 –Criação de pequenos postos de atendimento de modo a descentralizar e descongestionar os serviços nos hospitais locais.

PA33 – Implantação de um sistema de vigilância sanitária e epidemiológica

PA34 – Criação de serviços especializados de saúde

PA35 – Ampliação e modernização dos serviços de urgência e emergência

PA36 – Criação de serviços especializados de saúde do trabalhador

PA37 – Melhoria da infra-estrutura e capacitação do sistema policial

PEA 37.1 – Melhoria da infra-estrutura da segurança pública

PEA 37.2 – Montar estrutura logística integrada de segurança

PEA 37.3 – Capacitar o sistema policial na perspectiva da cidadania

PEA 37.4 – Criar conselhos municipais de segurança e justiça

PEA 37.5 – Implementar polícias especializadas.

PA38 – Organização do território do município a partir de um macrozoneamento de usos e ocupações

PEA 38.1 – Levantamento e cruzamento de todas as informações pertinentes ao município (geologia, geomorfologia, hidrologia, flora etc.), com definição das vocações e tendências, além dos correspondentes interesses econômicos.

PEA 38.2 – Proposta de macrozoneamento (vide Fig. 87, mostrada a seguir)

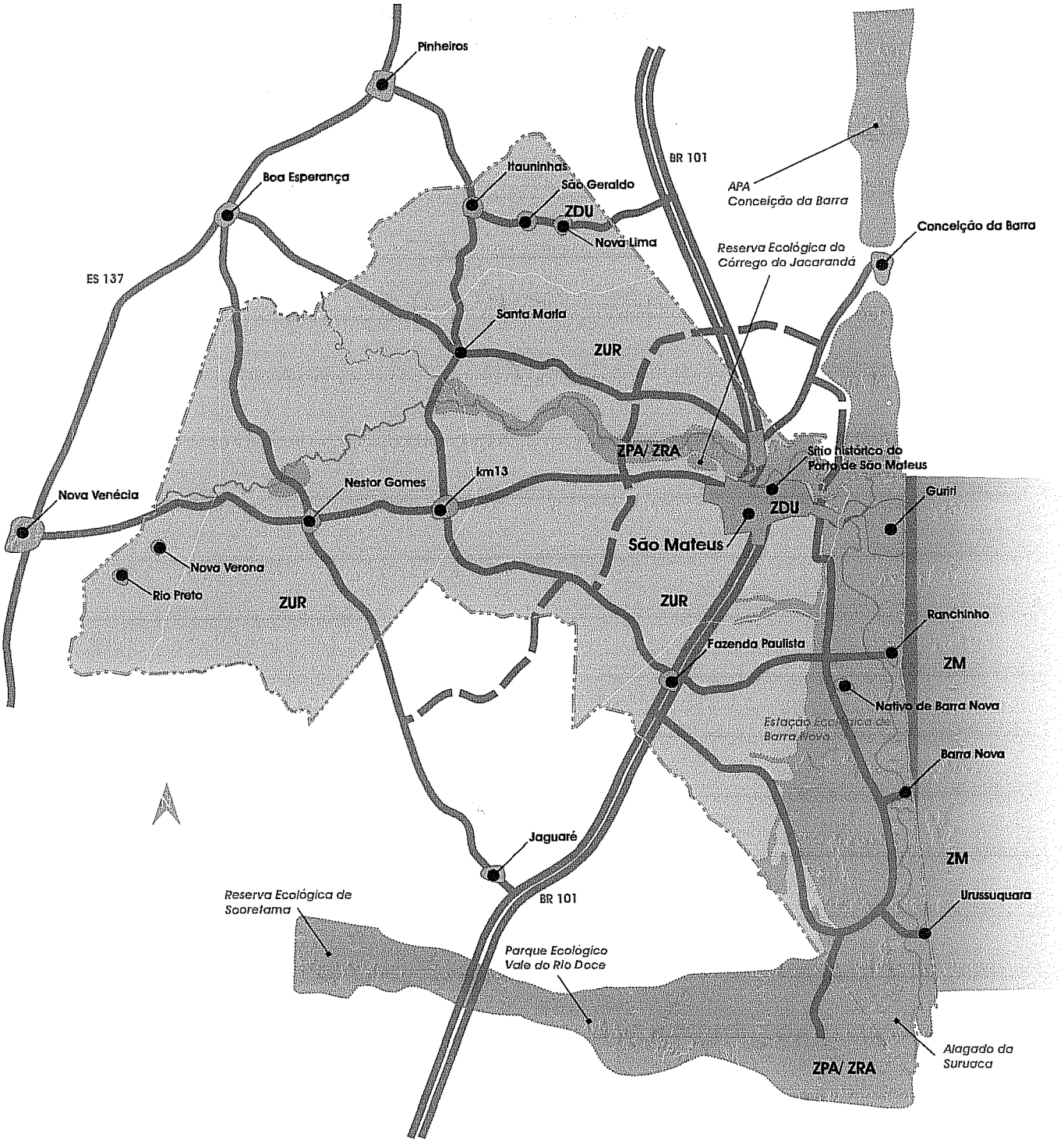
PEA 38.3 – Estudo do sistema viário a nível municipal: Verificação da viabilidade em ampliar / asfaltar / sinalizar as estradas que ligam

a) a cidade de São Mateus / ponte sobre o rio Bamburral com a divisa com o município de Nova Venécia;

b) a cidade de São Mateus com a comunidade de Santa Maria; e criar as estradas que ligam Santa Maria a Nestor Gomes, construindo ponte sobre o rio do Norte; e que ligam a comunidade de Nativo com a comunidade de Tábuas, 06 km antes da Barra Nova

c) a lagoa Suruaca à cidade de São Mateus, passando por Nativo, Pedra d´água, Aviação, Porto, Cacique, Ponte do Rio São Mateus, Litorâneo, seguindo pela estrada velha da Barra.

PEA 38.4 – Estudo da viabilidade de remanejamento do aeroporto, procurando uma localização melhor. Se for de caráter internacional, e requerer investimentos maciços, verificar a possibilidade de ocorrer a partir de um consórcio municipal e com uma localização de acordo ao mesmo.



Zona de Proteção Ambiental/ Zona de Recuperação Ambiental

Zona de Uso Rural

Zona de Desenvolvimento e Expansão Urbana

Zona Marinha (12 milhas)

Sistema Viário

Fig 89: Proposta de macrozoneamento e sistema de estradas para o município

PA39 – Instalação de infra-estrutura básica

PEA 39.1 – Instalação de rede de abastecimento de água para 100% da população

PEA 39.2 – Instalação de rede de esgotamento sanitário para 100% da população

PEA 39.3 – Ampliar o sistema de dessalinização da água para consumo em Guriri.

PEA 39.4 – Implantação o aterro sanitário no bairro Litorâneo.

PEA 39.5 – Estudar as causas e possíveis soluções para as enchentes em Guriri.

PEA 39.6 – Promover a ampliação e melhoria dos serviços de transporte urbano coletivo em São Mateus e Guriri.

PEA 39.7 – Promover a ampliação e melhoria dos serviços de limpeza urbana e coleta de lixo.

PEA 39.8 – Promover a ampliação e melhoria dos serviços de iluminação pública nas áreas urbanas e rurais.

PA40 – Implantação de equipamentos comunitários e infra-estrutura dos serviços sociais

PA41 – Organização da configuração urbana a partir da dimensão funcional

PEA 41.1 – Levantamento e cruzamento de todas as informações pertinentes à cidade de São Mateus (geologia, geomorfologia, hidrologia, flora, condicionantes antrópicos etc.), com definição das vocações e tendências, além dos correspondentes interesses econômicos.

PEA 41.2 – Desenvolver projetos de ordenamento de ocupação populacional na orla do Município.

PEA 41.3 – Proposta de zoneamento de usos e ocupações (vide Fig. 89, mostrada a seguir)

PEA 41.4 – Formalização de uma hierarquização do sistema viário (vide Fig. 89, mostrada a seguir)

PEA 41.5 – Estudo da viabilidade de criação de uma avenida ligando a ponte do rio Bamburral até a Pedra d' Água, passando pelos bairros Ponte, Cacique, Cricaré, Porto e Aviação.

PEA 41.6 – Estudo da viabilidade de criação de uma avenida desde o bairro Lago dos Cisnes até o Hospital Roberto Silvares.

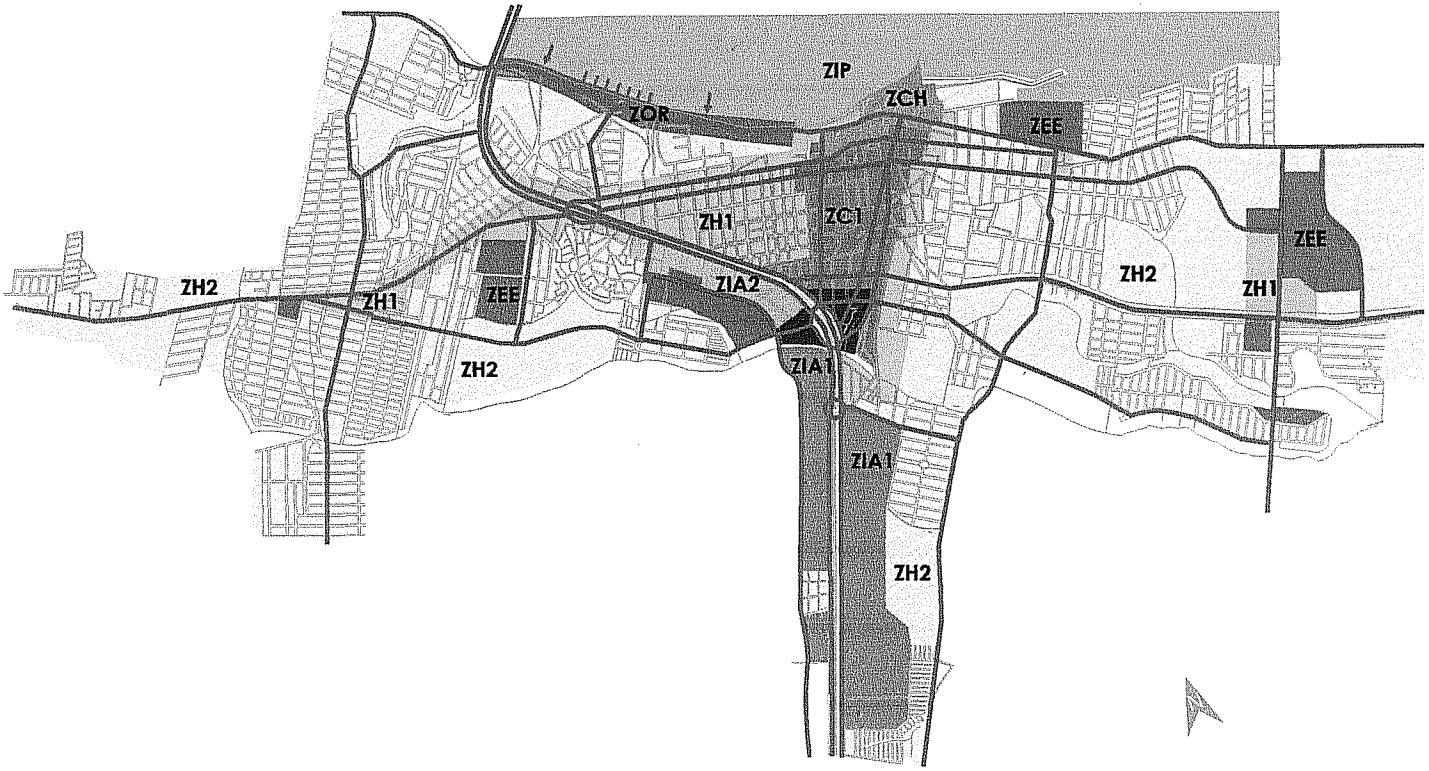
PEA 41.7 – Estudo da viabilidade de criação de uma avenida, desde a Escola João Pinto Bandeira até a ponte do rio Mariricu.

PEA 41.8 – Estudo da viabilidade de criação de "estrada-parque", ligando Guriri a Barra Nova, afastada do litoral. Verificar a sua compatibilidade com a criação de uma área de conservação no litoral do município.

PEA 41.9 – Estudo da viabilidade de criação de uma avenida ligando os bairros de Bonsucesso, Vitória, São Pedro, Vila Verde, Alvorada e Vila Nova à BR 101, na altura da Concessionária MORAUT, saindo no antigo prédio do PONTAL VEÌCULOS.

PEA 41.10 – Estudo da viabilidade de criação de uma avenida entre a BR 101 e o bairro Aroeira.

PEA 41.11 – Estudo da viabilidade de criação de uma nova rodoviária, mais eficiente e melhor localizada (por exemplo, junto da BR 101, entre o Posto Dadai e a Viação Águia Branca).



ZC1 Zona Central/ Comercial
ZC2 Zona Central/ Novo Centro
ZCH Zona Central Histórica
ZH1 Zona Residencial/ Densidade Média/ Comercial
ZH2 Zona Residencial/ Baixa Densidade
ZIA1 Zona de Indústria e Abastecimento
ZIA2 Zona de Indústria Leve/ Concessionárias/ Postos de Gasolina
ZOR Zona da Orla
ZEE Zona de Equipamentos Estruturantes
ZIP Zona de Interesse Paisagístico

Fig 90: Proposta de zoneamento de usos e ocupações

PA42 – Organização da configuração urbana a partir da dimensão bioclimática

PEA 42.1 – Incentivar a implantação de novas edificações em que a rugosidade vertical, volumes de alturas diferenciadas, e a rugosidade horizontal, saliências e reentrâncias nas fachadas frontais no nível do pedestre, possibilitem a circulação do vento Nordeste para amenizar a sensação térmica causada pelas altas temperaturas.

PEA 42.2 – Definir densidades de ocupação e uso do solo que garantam pequenas áreas verdes entre as edificações de forma a se reduzir as superfícies expostas à insolação direta e, conseqüentemente, diminuir o calor nas áreas urbanas.

PEA 42.3 – Arborizar os lados das vias comerciais centrais, de forma a gerar sombra no pavimento e nas fachadas das edificações.

PEA 42.4 – Aumentar a permeabilidade do solo e adensar arborização em algumas áreas da cidade de forma a criar-se "oásis urbanos" (vide Fig. 00, mostrada a seguir).

PEA 42.5 – Criar barreiras para impedir a entrada de ventos que carregam poluentes da BR 101.

PEA 42.6 – Fortalecer o sistema de espaços públicos (praças, parques públicos etc.) e melhorar da arborização das vias urbanas.

PEA 42.7 – Definir taxas mínimas de permeabilidade do solo para lotes dos diferentes usos urbanos.

PA43 – Organização da configuração urbana a partir da dimensão copresencial

PEA 43.1 – Incrementar o número de portas (constituições) nos recintos urbanos.

PEA 43.2 – Eliminar barreiras que dificultem ou impeçam encontros espontâneos de pessoas, notadamente, cercas, desníveis não muito grandes e muros baixos.

PEA 43.3 – Evitar a criação de ilhas formadas por vegetação, uma vez que essas carecem de constituições e provocam subdivisão dos espaços em volta das mesmas.

PA44 – Organização da configuração urbana a partir da dimensão topoceptiva

PEA 44.1 – Marcar a entrada da cidade, a partir da BR 101, com edificações mais altas e imponentes.

PEA 44.2 – Inserir na silhueta alguns elementos pontuais e separações que representem pontos de referência por contraste, e que ajudem a diferenciar as diversas partes da cidade.

PEA 44.3 – Reforçar a forma da malha urbana transpondo-a para a terceira dimensão.

PEA 44.4 – Elaborar inventário morfológico da cidade a partir de metodologia de análise topoceptiva.

PA45 – Organização da configuração urbana a partir da dimensão expressivo–simbólica

PEA 45.1 – Promover a valorização e organização da orla do Rio São Mateus de forma a resgatar a sua importância no contexto da cidade.

PEA 45.2 – Incentivar, na ocupação de Barra Nova, as tipologias construtivas tradicionais e materiais rústicos, no sentido de manter o aspecto bucólico da orla.

PEA 45.3 – Incentivar a preservação e utilização da vegetação nativa nas áreas urbanas, como forma de equilíbrio ecológico e resgate da identidade paisagística original.

PA46 – Organização da configuração urbana a partir da dimensão econômico–financeira

PEA 46.1 – Capacitar o poder público local na aplicação de recursos em obras com base nos critérios de sustentabilidade ambiental, equidade social, prudência financeira e visão econômica de futuro, entre outras.

PEA 46.2 – Instalar, no âmbito da Prefeitura, assessoria à população, para orientação na aplicação de recursos em obras de forma a respeitar o tipo de uso, os padrões culturais e as condições ambientais.

PA 47 – Modernização do serviço público

PEA 47.1 – Definir ações transversais e intersetoriais no âmbito da Prefeitura local.

PEA 47.2 – Promover a criação de consórcios municipais de saúde, saneamento, transporte, disposição de resíduos sólidos etc.

PEA 47.3 – Capacitação para a fiscalização ambiental, do patrimônio cultural, das invasões e loteamentos clandestinos / irregulares etc.

PEA 47.4 – Capacitação da administração pública, através da capacitação de gestores municipais em orçamento, planejamento, captação de recursos e formulação e execução de projetos e atividades.

PEA 47.5 – Implementar métodos e técnicas modernas de administração pública, incluindo a informatização.

PEA 47.6 –Melhoria da base fiscal, com base nas informações físicas e sociais originarias do Sistema de Informação Municipal.

PEA 47.7 – Capacitação para o monitoramento e controle dos incêndios florestais.

PA 48 – Promoção da organização social

PEA 48.1 – Desenvolver mecanismos eficientes de fiscalização e controle da população na aplicação dos recursos públicos

PEA 48.2 – Implantar centros (fixos e móveis) de atendimento e informação do cidadão, com base no Sistema de Informação do Município

PEA 48.3 – Promover o associativismo e o cooperativismo

PEA 48.4 – Promover a existência de ONG´s e a parceria com as mesmas para a implementação de políticas públicas

PEA 48.5 – Dar apoio e consolidar as diversas iniciativas que resultam na melhoria da qualidade de vida local, já existentes e de comprovada eficácia, notadamente Projeto Sentinela, Projeto Casa Lar e Projeto Liberdade entre outros.

PA 49 – Conscientização do cidadão

PEA 49.1 – Promover a conscientização do cidadão.

PEA 49.2 – Fomentar a criação de mecanismos de participação do cidadão.

PEA 49.3 – Fomentar a criação de instrumentos e mecanismos de fiscalização e controle da gestão pública.

PA 50 – Criação e implantação de um Sistema de Planejamento Municipal

PEA 50.1 – Estruturação do sistema de planejamento para dar conseqüência às propostas da política de desenvolvimento e expansão urbana proposta pelo Plano Diretor, bem como possibilitar o processo de monitoramento.

PA 51 – Implantação de um Sistema de Informações Municipal

PEA 51.1 – Contratação de levantamento aerofotogramétrico do Município, em meio digital.

PEA 51.2 – Elaboração de projeto e implantar o Sistema de Informações Municipais, que contenha informações cartográficas e alfanuméricas (sociais, econômicas, institucionais), de preferência geo-referenciadas.

PEA 51.3 – Ratificação/ retificação dos distritos e correspondentes perímetros tal como proposto no trabalho Prefeitura Municipal de São Mateus / Vector Tecnologia: Divisão Político-administrativa dos Distritos, Localidades e Bairros da Sede do Município.

PEA 51.4 – Ratificação/ retificação das localidades e correspondentes perímetros tal como proposto no trabalho Prefeitura Municipal de São Mateus / Vector Tecnologia: Divisão Político-administrativa dos Distritos, Localidades e Bairros da Sede do Município, usando oficialmente a correspondente transferência de propriedade e cobrança do IPTU.

PEA 51.5 – Ratificação/ retificação da proposta de abairramento e correspondentes perímetros tal como indicado no trabalho Prefeitura Municipal de São Mateus / Vector Tecnologia: Divisão Político-administrativa dos Distritos, Localidades e Bairros da Sede do Município, Plantas Urbanas da sede de São Mateus e localidades de Guriri e Rio Preto.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

Gabinete do Prefeito Municipal de São Mateus, Estado do Espírito Santo, aos 10 (dez) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e quatro (2004).

LAURIANO MARCO ZANCANELA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado neste Gabinete desta Prefeitura, na data supra.

MAGNA MARIA ROCHA
Chefe de Gabinete
Decreto nº. 749/02.